



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LVI - Nº 069 - SEXTA-FEIRA, 25 DE MAIO DE 2001 - BRASÍLIA-DF**

---

**Mesa não disponível!**

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 59ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 24 DE MAIO DE 2001

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE (\*)

#### (\*) Lei tu ra de pa re cer após a Ordem do Dia (Item 1.3.1)

##### 1.2.1 – Ofícios

Nº 54/2001, de 14 do cor ren te, da Li de ran ça do PSB no Senado Fe de ral, de in di ca ção de membro para a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Designação do Senador Ademir Andrade para integrar, como titular, a referida Comissão. .... 10331

Nº 57/2001, de 14 do cor ren te, da Li de ran ça do PSB no Senado Fe de ral, de in di ca ção de membros para a Comissão de Fiscalização e Controle. Designação do Senador Roberto Saturnino, como titular, e do Senador Ademir Andrade, como suplente, em vaga compartilhada com o PTB, para integrar a referida Comissão. .... 10331

Nºs 336 e 337/2001, de 24 do cor ren te, da Li de ran ça do PMDB na Câ ma ra dos De pu ta dos, de in di ca ção de mem bros para a Co mis são Mis ta de Planos, Or çam en tos Pú bli cos e Fis cal i za ção. De sig na ção dos De pu ta dos Mar ce lo Te i xe i ra e Ola vo Ca l he i ros para in te gra rem, como ti tu la res, a re fe ri da Co mis são. .... 10331

Nº 547/2001, de 24 do cor ren te, da Li de ran ça do Bloco PSDB/PTB na Câ ma ra dos De pu ta dos, de in di ca ção de mem bro para a Co mis são Mis ta de Pla nos, Or çam en tos Pú bli cos e Fis cal i za ção. De sig na ção do De pu ta do Ad ol fo Ma ri nho para in te gra rem, como su plen te, a re fe ri da Co mis são. .... 10332

##### 1.2.2 – Comunicações da Presidência

Término de prazo, on tem, sem apre sen ta ção de emen das ao Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 96, de 1996 (nº 826/95, na Casa de ori gem), que dispõe sobre o julgamento das contas dos res pon sá ve is por bens, di n he i ros e va lo res pú bli cos. Será in cluí do em Ordem do Dia o por tu na men te... 10332

Término de prazo, on tem, sem apre sen ta ção de emen das ao Pro je to de Lei da Câ ma ra nº

97, de 2000 (nº 110/95, na Casa de ori gem), que acrescenta parágrafo único ao art. 4º e dá nova re da ção ao § 3º do art. 8º da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrí co la. Será in cluí do em Ordem do Dia o por tu na men te. .... 10332

##### 1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR RICARDO SANTOS – Protesto con tra o de cre to de ta xa ção de 10% do IPI so bre pro du tos de gra ni to e már mo re... 10332

SENADOR BERNARDO CABRAL – Partici pa ção do Mi nis tro Nel son Jo bim, do Tri bu nal Su pe rior Elei toral (TSE), nos tra ba lhos a se rem de sen vol vi dos pela subcomissão designada para buscar mecanismos de maior controle sobre as urnas eletrônicas nos pleitos eleitorais. .... 10336

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Re nún cia ao seu man da to de Se na dor da Re pú bli ca, em fun ção do en vol vi men to no epi só dio de vi o la ção do pa i ne le le trô ni co do Sena do Fe de ral. . 10338

##### 1.2.4 – Comunicação da Presidência

Re fe ren te à re nún cia do Se na dor José Ro ber to Arruda ao mandato pela representação do Distrito Federal, feita da Tribuna. Tendo amparo regimental, a renúncia se tornará irretratável de po is de sua pu bli ca ção no Di á rio do Se na do Fe de ral... 10339

### 1.3 – ORDEM DO DIA

#### Item 1

Re que ri men to nº 162, de 2001, do Se na dor Pau lo Har tung, so li ci tan do que o Se na do Fe de ral for mu le voto de cen su ra à de ci são do Pre si den te do Esta dos Uni dos da Amé ri ca de não im ple men tar o Tratado de Kyoto. **Prejudicado**, em virtude da apro va ção da Mo ção nº 1, de 2001, de au to ria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. .... 103340

#### Item 2

Re que ri men to nº 228, de 2001, do Se na dor João Alber to Sou za, so li ci tan do, nos ter mos re gi men tais, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2001, além da Comissão constante do des pa cho ini cial de dis tri bu i ção, seja ou ví da, tam

bém, a de Constituição, Justiça e Cidadania. **Aprovado.** O Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2001 vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. .... 10341

#### Item 3

Requerimento nº 229, de 2001, do Senador João Alberto Souza, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2001, além da Comissão constituinte do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. **Aprovado.** O Projeto vai à Comissão de Assuntos Econômicos. .... 10341

#### Item 4

Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2000 (nº 137/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Lazer do Alto do Rio das Velhas para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. .... 10341

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2000 (**Pa re cer nº 418, de 2001 – CDIR**). **Aprovada.** À promulgação. .... 10341

#### Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2000 (nº 217/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga da Fundação José Resende Vargas de Rádio para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Paranaíba, Estado de Minas Gerais. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. .... 10342

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2000 (**Pa re cer nº 419, de 2001 – CDIR**). **Aprovada.** À promulgação. .... 10342

#### Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2000 (nº 322/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Três Colinas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Franca, Estado de São Paulo. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. .... 10343

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2000 (**Pa re cer nº 420, de 2001 – CDIR**). **Aprovada.** À promulgação. .... 10343

#### Item 7

Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2000 (nº 350/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fênix Rádio FM Ltda. para explorar ser-

ço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipameri, Estado de Goiás. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. .... 10343

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2000 (**Pa re cer nº 421, de 2001 – CDIR**). **Aprovada.** À promulgação. .... 10344

#### Item 8

Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2000 (nº 420/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Divinópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. .... 10344

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2000 (**Pa re cer nº 422, de 2001 – CDIR**). **Aprovada.** À promulgação. .... 10344

#### Item 9

Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2000 (nº 506/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional e Cultural Pedrense para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itápolis, Estado de São Paulo. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. .... 10345

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2000 (**Pa re cer nº 423, de 2001 – CDIR**). **Aprovada.** À promulgação. .... 10345

#### Item 10

Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2000 (nº 501/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Padre Antônio Bezerra de Menezes para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. .... 10346

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2000 (**Pa re cer nº 424, de 2001 – CDIR**). **Aprovada.** À promulgação. .... 10346

#### Item 11

Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2000 (nº 523/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema FM de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. .... 10347

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2000 (**Pa re cer nº 425, de 2001 – CDIR**). **Aprovada.** À promulgação. .... 10347

**Item 12**

Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2001 (nº 594/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Padre Kolbe de Rádio e Televisão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Atibaia, Estado de São Paulo. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. .... 10347

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2001 (**Pa re cer nº 426, de 2001 – CDIR**). **Aprovada.** À promulgação. .... 10348

**1.3.1 – Leitura de parecer**

Nº 427, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2001 (nº 865/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Dinâmica Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul. .... 10348

**1.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia**

SENADOR *NABOR JÚNIOR* – Ape lo à Petrobrás para revisão da decisão de saturar sua base na cidade de Rio Branco, capital do Acre, tendo em vista os prejuízos a que será submetido aquele Estado, sobre tudo com o aumento no preços dos combustíveis. .... 10350

SENADOR *MAGUITO VILELA*, como Líder – Responsabilização do Governo Federal e sua equipe econômica pela crise no setor energético. Declaração de apoio às manifestações contra a privatização da Centrais Elétricas de Goiás – CELG. Anúncio da crise iminente no setor de alimentos, em virtude da falta de investimento na agricultura. .... 10350

SENADOR *GERALDO CÂNDIDO* – Preocupação com a possibilidade de privatização do setor de saneamento básico. Repúdio às declarações do Presidente Fernando Henrique Cardoso, tachando a oposição de fascista. .... 10355

SENADOR *CARLOS PATROCÍNIO* – Considerações sobre a responsabilidade do governo na crise de energia e seus reflexos sobre a economia. Justificativas à apresentação de projeto de lei, que visa estimular a adoção, nos domicílios, de equipamentos alimentados por energia solar. .... 10359

SENADOR *ADEMIR ANDRADE* – Críticas à política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, que inviabilizou investimentos no setor elétrico. Repúdio às regras de racionamento de energia elétrica, tanto pela ilegalidade quanto pelo desperdício aos consumidores. Disparate da proposta de empresários do setor de

alumínio, apesar da energia elétrica subsidiada para o setor. .... 10366

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Considerações sobre a renúncia do Senador José Roberto Arruda. Expectativa quanto à realização de audiência pública na Comissão de Educação, com participação do Ministro das Comunicações, sobre o histórico de injustiças e descumprimento dos direitos dos empregados da Rede Ome ga e Rede TV – antiga TV Manchete. .... 10370

**1.3.3 – Discursos encaminha dos à publicação**

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Homenagem à Fundação Getúlio Vargas pela contribuição ao desenvolvimento econômico nacional. Considerações sobre a publicação intitulada **Perfil Institucional**, da FGV Editora. .... 10376

SENADOR *ROMEU TUMA* – Registro da incorporação do navio-aeródromo “São Paulo” como Capitânia da Esquadra Brasileira, em cerimônia realizada no dia 28 de abril último, no Porto de Santos. .... 10378

SENADOR *LÚCIO ALCÂNTARA* – Defesa da valorização da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, por ocasião da divulgação do relatório anual de suas atividades. .... 10383

SENADOR *EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS* – Satisfação com os resultados das iniciativas do Estado do Tocantins no setor energético, destacando a antecipação, para outubro próximo, do início das atividades da Usina Hidroelétrica Luís Eduardo Magalhães e a fixação de data para licitação da Usina do Peixe. .... 10385

SENADOR *MAURO MIRANDA* – Registro da comemoração, no período de 25 de maio a 5 de junho, na cidade de Pirenópolis, dos 183 anos da fundação do Império do Divino Espírito Santo. .... 10386

SENADOR *EDISON LOBÃO* – Regozijo com a criação, pela Associação das Sindicatos do Carajás (ASICA), do Fundo Florestal de Carajás, com vistas ao plantio de 50 mil hectares de florestas. .... 10387

SENADOR *MOREIRA MENDES* – Satisfação com a homenagem recebida da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e Letras de Rondônia – FARO, que deu a sua Biblioteca o nome de S. Exª. .... 10388

**1.3.4 – Comunicação da Presidência**

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima terça-feira, dia 29, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. .... 10388

**1.4 – ENCERRAMENTO****2 – EMENDAS**

Nºs 6 e 7, adicionadas à Medida Provisória nº 2.073-37, de 17 de maio de 2001. ....	10390	ganizações não governamentais – ONG, realizada em 27-3-2001. ....	10474
Nºs 115 a 118, adicionadas à Medida Provisória nº 2.080-63, de 17 de maio de 2001. ....	10392	<b>4 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA</b>	
Nº 25, adicionadas à Medida Provisória nº 2.085-36, de 17 de maio de 2001. ....	10398	Nº 12, de 2001. ....	10475
Nºs 235 a 238, adicionadas à Medida Provisória nº 2.093-25, de 17 de maio de 2001. ....	10401	<b>5 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL</b>	
<b>3 – ATAS DE COMISSÕES</b>		Nºs 62 e 63, de 2001. ....	10476
Ata da 13ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, realizada em 23 de maio de 2001. ....	10407	<b>6 – ATO DO DIRETOR-GERAL</b>	
Ata da 1ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 22, de 2001 – SF, destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de or-		Nº 983, de 2001, referente à servidora Andrea Alvarez Magalhães de Lacerda. ....	10477
		<b>7 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)</b>	
		<b>8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b>	
		<b>9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES</b>	
		<b>10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)</b>	

## Ata da 59ª Sessão Deliberativa Ordinária em 24 de maio de 2001

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Jader Barbalho, Edison Lobão, Carlos Wilson  
Osmar Dias, Tião Viana e Paulo Hartung*

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS  
SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias –  
Amir Landó – Antero Paes de Barros – Antônio Carlos  
Valadares – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos  
Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Cassil do  
Maldaner – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos  
– Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Fernando  
Bezerra – Fernando Matusalém – Francelino Pereira –  
Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido –  
Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho  
– Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezende –  
Jader Barbalho – Jefferson Pereira – João Alberto Souza –  
Jonas Pinheiro – Jorge Bornhaussen – José Agripino –  
José Alencar – José Coelho – José Eduardo Dutra –  
José Fogaça – Juvêncio da Fonseca – Leomar  
Quintanilha – Lúcio Alcântara – Luiz Pontes –  
Márguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Mariana Silva –  
Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes –  
Nabor Júnior – Ney Suassuna – Nilo Teixeira Campos  
– Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro  
Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros –  
Ricardo Santos – Roberto Saturnino – Romero Jucá –  
Romeu Tuma – Sebastião Rocha – Sérgio Machado –  
Tião Viana – Valmir Amarel – Waldeck Ornelas –  
Wellington Roberto.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – A lista de  
presença acusa o comparecimento de 68 Srs. Senadores.  
Havendo número regimental, declaro aberta a  
sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – Sobre a  
mesa, ofícios que passo a ler.

*São lidos os seguintes:*

OF.054/2001-GLPSB

Brasília, 14 de maio de 2001.

Senhor Presidente,

Tendo em vista a existência de vaga de titular  
destinada na Comissão de serviços de

Infra-estrutura, indico meu nome para ocupar a referida  
vaga.

Atenciosamente, – Senador **Ademir Andrade**,  
Líder do PSB

OF. Nº 57/2001-GLPSB

Brasília, 14 de maio de 2001

Senhor Presidente,

Tendo em vista a existência de vaga de titular  
destinada ao PSB e de suplente a ser compartilhada  
como o PTB na Comissão de Fiscalização e Controle,  
indico abaixo os nomes de Senadores para ocuparem  
as referidas vagas.

Titular	Suplente
Roberto Saturnino Braga	Ademir Andrade
Atenciosamente, Senador <b>Ademir Andrade</b> , Líder do PSB.	

OF/GAB/I/Nº 336

Brasília, 24 de maio de 2001

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado  
Marcelo Teixeira passa a integrar, na qualidade de titular,  
a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos  
e Fiscalização, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos  
de estima e consideração. – **Geddel Vieira Lima**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 337

Brasília, 24 de maio de 2001

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado  
Olavo Calheiros passa a integrar, na qualidade de titular,  
a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos  
e Fiscalização, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos  
de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima**,  
Líder do PMDB.

OF.PSDB/PTB/I/Nº547/2001

Brasília, 24 de maio de 2001

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Adolfo Marinho para integrar, como membro suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, —Deputado **Jutahy Júnior**, Líder do Bloco PSDB/PTB.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) — A Presidência de signa os Senadores indicados pelas Lideranças do PSB para integrarem as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, e de Fiscalização e Controle; e de signa também os Deputados indicados pelas Lideranças do PMDB e PSDB/PTB, na Câmara, para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em conformidade com as indicações de que trata o expediente que acaba de ser lido.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) — Encerrou-se o tempo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 1996 (nº 826/95, na Casa de origem), que *dispõe sobre o julgamento das contas dos responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos*.

Não tendo recebido emendas, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportuna mente.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) — Encerrou-se o tempo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2000 (nº 110/95, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º e dá nova redação ao § 3º do art. 8º da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola*.

Não tendo recebido emendas, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportuna mente.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) — Há ora dores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ricardo Santos por 20 minutos.

**O SR. RICARDO SANTOS** (Bloco/PSDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há aproximadamente um mês, tivemos oportunidade de comparecer aos Gabinetes do Ministro Pedro Parente, Chefe da Casa Civil; do Ministro Pedro Malan, da Fazenda; e do Sr. Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, compondo uma comitiva de parlamentares e empresários. Estiveram presentes o Senador Gerson Camata, toda a Banca da capixaba e os Sena-

dores Paulo Souto e Lúcio Alcântara, acompanhando empresários do setor de granito e mármore, incluindo diretores da Abirocha, Associação Brasileira de Rochas Ornamentais e do Sindicato/ES, Sindicato da Indústria de Rochas Ornamentais do Espírito Santo, em virtude de uma imponente medida de tributação — a taxação à alíquota de 10% do IPI sobre os produtos manufaturados e semimanufaturados desse segmento de granito e mármore.

Lembro que o decreto que dispõe sobre a alíquota de alíquota foi baixado em 26 de abril para entrar em vigência em 1º de maio. O setor de granito e mármore era taxado, até então, à alíquota zero, numa decisão das autoridades econômicas que remonta a 1984, o que nos permite avaliar o impacto negativo que a elevação do IPI trouxe, de modo abrupto, para as empresas que compõem o setor.

Na semana passada, tivemos nova reunião, dessa vez com representantes de empresários e trabalhadores do segmento, em auditório na Câmara dos Deputados, liderados pela Abirochas, pelo Sindicato/ES e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, portanto, unindo o segmento patronal e o segmento dos trabalhadores. Na oportunidade, mais uma vez, empresários e trabalhadores manifestaram aos Deputados e Senadores presentes a sua insatisfação e incerteza quanto à continuidade dessa tributação que afeta fortemente, como não poderia deixar de ser, o conjunto de dez mil empresas que compõem o setor no Brasil, distribuídas em vários Estados, entre eles Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Paraíba e Rondônia.

O argumento utilizado pelas autoridades da área fazenda é o de que seria necessária a chamada convergência de alíquotas para produtos semelhantes ou substitutos, a exemplo dos produtos de cerâmica branca utilizados para revestimento.

Argumentamos, juntamente com o Senador Gerson Camata e com outros Senadores e Deputados presentes, na audiência com o Ministro Pedro Malan e com o Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que a medida — tributação de 10% de IPI sobre o setor — tratava, na verdade, de maneira igual setores totalmente desiguais:

a) O setor de mármore e granito tem oferta pulverizada, constituído, em sua maioria, pela produção de micro, pequenas e médias empresas, presentes em quase todos os municípios brasileiros. Não é necessário ser grande especialista em economia



para entender que em empresas com esse porte têm enorme dificuldade de absorver os 10% de IPI, sem forte efeito sobre a sua rentabilidade, comprometendo, inclusive, sua sobrevivência;

**b)** O setor de cerâmica branca, para o qual se pretende taxar a alíquota de 10%, é formado por apenas 120 empresas. Um bom número delas compõe-se de grandes empresas que têm poder de mercado e que, há muito, já pagam e absorveram, na sua estrutura de custos, a tributação de 10%.

São, portanto, segmentos industriais que possuem organização empresarial e estruturas de oferta totalmente distintas. A esse respeito, o setor de rochas ornamentais aproxima-se muito do setor de cerâmica de base vermelha, que também tem estrutura pulverizada, contando com cerca de 16 mil empresas em todo o País. Esse setor, com características semelhantes ao de rochas ornamentais, tem sua alíquota de IPI fixada em 0%.

Nesse sentido, estamos mais uma vez nesta tribuna apelando para o espírito público dos titulares do Ministério da Fazenda e da Secretaria Federal, a fim de que revejam a medida baixada em abril último, reitorando a alíquota para os produtos do setor de granito e mármore para 0%.

**O Sr. Gerson Camata** (PMDB – ES) – Permitte-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, eminente Senador Ricardo Santos?

**O SR. RICARDO SANTOS** (Bloco/PSDB – ES) – Concedo o aparte com muita satisfação, ao nobre Senador Gerson Camata.

**O Sr. Gerson Camata** (PMDB – ES) – Ilustre Senador Ricardo Santos, V. Ex<sup>a</sup> esteve na reunião com o Ministro, juntamente comigo, com os Senadores Lúcio Alcântara e com parlamentares de outros Estados. Fiquei surpreso, pois não sabia que o Governo agiassem. Sete numa indústria, posso ir ao Governo e pedir que ele taxe ou tra, para melhorar a minha situação. Ao invés de ajudar todos a crescerem, o Governo empurra para baixo um setor, visando favorecer outro. Não considero isso correto nem mesmo na disputa empresarial. Usa-se a tributação para derubar ou fortalecer. Ao invés de ajudar os dois a subirem, derruba-se um setor para que ele não tenha condições de concorrer com o outro. E o pior: o Governo confessou que o pessoal do revestimento, do piso cerâmico está querendo que o setor concorrente, o de granitos e mármore, seja taxado. Vamos pedir que o setor de revestimento de mármore seja taxado

em 100%; em contrapartida, esse setor pedirá para se taxar o setor cerâmico em 200%, e acaba toda a indústria brasileira. Creio que não é correto usar a tributação para isso. O Senador Paulo Hartung, que também nos acompanhou na quele encontro, sabe que o Espírito Santo – é bom que se diga para o Brasil inteiro – é o maior produtor e exportador de rochas ornamentais do Brasil. Com o convênio de 1984, as nossas empresas de aumento da exportação de rochas ornamentais beneficiadas. Hoje, metade das rochas ornamentais exportadas são beneficiadas em território brasileiro, e, com isso, empregos são criados e tributos são pagos aqui. Querer lembrar outro ponto destacado pelo Senador Lúcio Alcântara naquele encontro, de que o mármore e o granito são produzidos em regiões pobres do Brasil: no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais; no norte seco do Espírito Santo; no Estado do Ceará; no Nordeste brasileiro, em regiões de rochas e de montanhas, pouco favoráveis à agricultura. E nem disso se fala. V. Ex<sup>a</sup> relacionou de 6 mil a 10 mil pe que nas indústrias concorrendo com grandes monopólios do setor de pisos. Por tanto, não se pode com preender por que foi feito isso. Será que foi feito na calada da noite do dia 26, para entrar em vigor no dia 1º? V. Ex<sup>a</sup> salientou bem isso. E, de pois, leva-se um mês para se dar uma resposta. Várias bancadas, sindicatos, produtores e trabalhadores se mobilizam, mas não há uma resposta. É estranho que isso aconteça. Agora, há um agravante, nobre Senador Ricardo Santos: essas indústrias vão atravesar um problema pior, porque consomem muita energia, já que têm que serrar pedras duras. Como essas empresas pagarão mais esses 10% de IPI? Fomos samistosamente ao encontro com os Ministros para demonstrar a situação difícil por que passa o setor, mas agora temos de começar a protestar, pois não estamos sendo ouvidos e as dificuldades estão aumentando. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ricardo Santos. Já era hora desta cobrança pública da tribuna do Senado, com a veemência e com o ar azoado que V. Ex<sup>a</sup> apresenta. Muito obrigado.

**O SR. RICARDO SANTOS** (Bloco/PSDB – ES) – Agradeço o aparte, Senador Gerson Camata. V. Ex<sup>a</sup> enumera alguns aspectos da competição que ocorre no setor de pisos e revestimentos entre grandes empresas produtoras de cerâmicas brancas e o setor de rochas ornamentais, que, como dissemos, é constituído por um grande conjunto de micro, pequenas e médias empresas.

V. Ex<sup>a</sup>, de certa forma, antecipou, em grande parte, o restante do meu discurso. Ao que parece,

houve uma transmissão de pensamento. Mas agradeço a V. Exª, que enriqueceu o meu pronunciamento.

**O Sr. Luiz Pontes** (Bloco/PSDB – CE) – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. RICARDO SANTOS** (Bloco/PSDB – ES) – Concedo o aparte a V. Exª.

**O Sr. Luiz Pontes** (Bloco/PSDB – CE) – Quero congratular-me com V. Exª pelo pronunciamento. Temos acompanhado de perto o movimento iniciado quando da visita ao Ministério da Fazenda, tentando sensibilizar a equipe econômica do Governo. Acredito ainda que a equipe econômica do Governo possa ter, diante das dificuldades, essa sensibilidade que lhe tem faltado ao longo do tempo. Como o Senador Gerson Camata lembrou, jogam tudo para baixo, não que remediarem o setor e o problema. O Nordeste brasileiro, carente de indústrias, carente de água, enfrenta mil dificuldades. O Estado do Ceará está passando por uma seca verde, o que é terrível, e sabemos que a indústria de rochas ornamentais gera emprego, inclusive no interior e a rense. Tudo isso nos deixa preocupados, porque, enquanto o Governo, que deveria ter uma política industrial para o Nordeste, e não a tem, passa a taxar indústrias que estão trabalhando plenamente no Nordeste brasileiro, as desigualdades regionais ficam cada vez mais gritantes, aumentando o fosso. Isso nos preocupa, porque, como Parlamentar do PSDB, que apóia o Governo, como V. Exª, sinto a grande falta de sensibilidade por parte da equipe econômica. Cito o car tel do cimento, por exemplo. Se compararmos o preço do cimento quando foi lançada o Plano Real e o de hoje, constatamos que houve um aumento de mais de 300%! Tudo isso nos deixa indignados, revoltados, principalmente quando o Governo poderia estar contribuindo efetivamente na geração de emprego e de renda no Nordeste! Mas não; está aí o apagação, que é um problema seríssimo – como o Senador Gerson Camata falou –, e o Governo está taxando as indústrias de granito. Isso trará um resultado horrível: gerará desemprego, também por causa da questão energética, e trará o caos para o setor, prejudicando, principalmente, a Região Nordeste. Aproveito a oportunidade para falar sobre as estradas – permita-me V. Exª –, no momento em que o Governo propõe a taxação das indústrias de granito. Nossas BRs estão destruídas. Nem tenho mais condições de dizer a qual quer cidadão do meu Estado que o Governo tomará providências em relação às estradas. As BRs que cortam o Estado do Ceará não estão apenas trazendo prejuí-

zos para os automóveis, que ficam com os pneus rasgados ou com os amortecedores estragados, mas também estão tirando vidas. Há um descalço do Governo no Federal com essas rodovias. Temo-nos manifestado, nesta Casa, solicitando que encontrem uma solução para a questão, mas não há sensibilidade por parte do Governo Federal em relação a tantos problemas, principalmente àqueles relacionados ao Nordeste. Parabeno V. Exª pelo pronunciamento que faz e aproveito para convidá-lo a se engajar nessa luta. Vamos fechar a questão. Chega um momento em que a nossa paciência acaba: ou tomamos uma posição firme em relação às ações do Governo, ou continuarão empurrando os problemas com a barriga e nos enganando, de forma que não teremos condições de chegar ao Estado para justificar qualquer ação do Governo. Parabeno V. Exª pelo pronunciamento.

**O SR. RICARDO SANTOS** (Bloco/PSDB – ES) – Senador Luiz Pontes, agradeço o aparte, que enriquece o meu pronunciamento. V. Exª toca em um ponto fundamental: a ênfase fiscalista e de extração de imposto que, muitas vezes, não leva em conta a realidade de cada setor. Essa taxação de 10% é simplesmente de sacro para o setor de granito e mármore. Como afirmo mais adiante neste discurso, esse setor, composto por micro, pequenas e médias empresas, não tem condições de repassar essa taxação para o mercado.

V. Exª também chama atenção para a questão regional. Realmente, esse segmento vem crescendo exatamente em regiões pobres do País. É um setor interiorizado.

Concordo plenamente com V. Exª quando diz que precisamos fechar questão em torno de uma ação parlamentar mais efetiva, no sentido de fazer com que o Governo reveja essa medida, diminua a sua ênfase fiscalista e passe a enxergar com outros olhos o Brasil real.

**O Sr. Paulo Hartung** (Bloco/PPS – ES) – Senador Ricardo Santos, permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. RICARDO SANTOS** (Bloco/PSDB – ES) – Ouço V. Exª com prazer.

**O Sr. Paulo Hartung** (Bloco/PPS – ES) – Senador Ricardo Santos, associe-me ao discurso de V. Exª. Estivemos juntos na audiência com o Ministro Pedro Malan, em que estiveram presentes também os Senadores Lúcio Alcântara, Gerson Camata e outras lideranças da nossa Bancada capixaba. E a impressão que ficou é a de que o Sr. Ministro compreendeu a dimensão do problema e a sua especificidade

se tori al. Fi cou cla ro – pelo me nos para mim; não sei se me en ga nei – que o Mi nis tro en ten deu que exis ti am di fe ren ças vi sí veis en tre os dois se to res em ques tão, quais sejam as grandes plantas que fabricam piso e as mi cro e pe que nas em pre sas que tra ba lham com mármore e granito, com rochas ornamentais pelo País afo ra. A in de fi ni ção do Go ver no, a não res posta, é até algo desrespeitoso, na minha visão. V. Exª está certo em assomar à tribuna e, em nosso nome, apre sen tar um pro tes to ao qual que ro me as so ciar. Pen so que o Go ver no está pe din do uma pro ví dên cia nos sa. Nes ta Casa apre sen tei um pro je to que re ti ra do Po der Exe cu ti vo a com pe tên cia de al te rar a alí quo ta do IPI. Se o Go ver no não de mons trar sen si bi li da de, com pe tên cia e ca pa ci da de téc ni ca – so bre tu do, sen si bi li da de – para en ten der as di fe ren ças se to ria is das di ver sas ati vi da des in dus tri a is, te re mos que sub me ter es sas mu dan ças ao cri vo do Se na do Fe de ral. Esse será um caminho que teremos que ado tar, para, de cer ta for ma, li mi tar essa ân sia de tri bu tar, esse vi és fis ca lis ta do Go ver no, que tem ca usa do tan tos pre ju í zos ao País. A ques tão do se tor elé tri co e do sa ne a men to, que hoje está em de ba te na im pre ns a na ci o nal, mos tra mu i to bem o que es tou aqui di zen do. Pa ra béns a V. Exª! As so cio-me com ale gria ao se upronun ci a men to. Mu i to obri ga do.

**O SR. RICARDO SANTOS** (Blo co/PSDB – ES)

– Senador Paulo Hartung, agradeço seu aparte. A pro pos ta do pro je to de lei de V. Exª é bas tan te o por tu na.

Com relação a essa questão, apresentei um projeto de emenda constitucional no sen ti do de apli car-se ao IPI o prin cí pio da an u a li da de – o IPI é um im pos to nor mal, um im pos to de va lo ra di ci o na do, é o ICMS do Go ver no Fe de ral –, a fim de evi tar me di das abrup tas, como a que foi pra ti ca da con tra o se tor de gra ni to e már more.

Agradeço a participação de V. Exª, que esteve, junto com a Bancada do Espírito Santo e de outros Estados, defendendo brilhantemente os segmentos de micro, pequenas e médias empresas que tra ba lham nes se se tor. Mu i to obri ga do!

Acrescentaríamos outros argumentos para alic er çar nos sa po si ção: o se tor de ro chas or na men ta is vem fa zen do, nos úl ti mos anos, um grande es for ço de modernização e, com isso, vem gan han do, a du ras penas, es pa ço no mer ca do in ter na ci o nal. De uma po si ção ín fi ma em 1990, já ex por ta mos cer ca de US\$270 mi lhões de pro du tos de gra ni to e már mo re no ano de 2000.

A tributação, com a alíquota de 10% de IPI, a despeito de afe tar os pro du tos des ti na dos ao mer ca do in ter no, terá, com cer te za, efe i tos ne ga ti vos sobre as pró pri as ex por ta ções, por re du zir a ren ta bi li da de mé dia das em pre sas e sua ca pa ci da de de in ves ti re at u a li zar-se tec no lo gi ca men te, já que ope ram com um mix de pro du tos que aten de tan to ao mer ca do ex ter no quan to ao mer ca do in ter no.

É preciso considerar, tam bém, que, como dis se aqui o Senador Luiz Pontes, o setor de mármore e granito está presente em muitas regiões pobres do País, onde são li mi ta das as o por tu ni da des de in ves ti men to, cabendo, então, destacar que essa medida tem efeito perverso do ponto de vista da cor re ção das desigual da des re gi o n a is.

Por fim, so bre ve io à me di da de ele va ção da alí quo ta do IPI, a crise enér gica, aqui mencionada pelo Senador Gerson Camata, que de ve rá im por sé ri as res tri ções a todas as ati vi da des eco nô mi cas do País e, evi den te men te, ao se tor de ro chas or na men ta is, que é um gran de con su mi dor de enér gia. Por tan to, den tro de uma con jun tu ra que, com cer te za, tra rá ob stá cu los sé ri os ao fun ci o na men to nor mal do se tor, não cabe man ter so bre o se gmen to ou tra me di da de ca rá ter re cessi vo, essa de na tu re za tri bu tá ria.

Essa é mais uma ra zão para so li ci tar e ape lar às au to ri da des fa zen dá ri as do Po der Exe cu ti vo Fe de ral que anulem a me di da que ele va a alí quo ta de IPI para o se gmen to de már mo res e gra ni tos.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – (Faz soar a cam pa i nha)

**O SR. RICARDO SANTOS** (Blo co/PSDB – ES)  
– Já es tou en cer ran do, Sr. Presidente.

Em nos so ver, não cabe, nes te caso, qual quer al ter na ti va in ter me di á ria. Con forme des ta ca mos an te ri or men te, o se gmen to, em sua or ga ni za ção in dus tri al, não tem qual quer semelhança com o se tor de ce rá mi ca de base bran ca, ca rac te ri za do por um grau de con cen tra ção ele va do e li de ra do por gran des em pre sas que con cor rem no mer ca do de pi sos e re ves ti men tos.

Sendo assim, Sr. Presidente, estamos contando com uma de ci são fa vo rá vel do Exmº Sr. Mi nis tro da Fa zen da, para que o se tor de ro chas or na men ta is pos sa vol tar a ope rar com ní ve is de tri bu ta ção com pa tí ve is com a sua es tru tu ra e ca rac te rís ti ca.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – Con ce do a pa la vra ao Senador Bernardo Cabral, por ces são do Senador Antonio Carlos Valadares, por 20 minutos.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Sr<sup>s</sup> Senadores, em primeiro lugar, agradeço ao eminente Senador Antonio Carlos Valadares, integrante da Mesa, a gentileza da cessão da sua inscrição na lista de oradores, para que eu possa abordar um assunto da mais alta importância para quem milita na Justiça Eleitoral.

Aliás, Sr. Presidente, antes de abordar a chamada Comissão do Voto Eleitoral, que rofa fazer uma surpresa ao Senador Antonio Carlos Valadares. Quando se discutia o projeto de autoria do Senador Roberto Requião, que estabelece a norma para as eleições exatamente para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico, o Senador Antonio Carlos Valadares, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, fez esta interferência – e aqui está a surpresa, Senador: “Já tive oportunidade, Sr. Presidente, de requerer ao TSE uma recontagem de votos, e essa recontagem de votos deu ao nosso Partido o legítimo direito de obter uma cadeira de Deputado Estadual na Assembleia de Sergipe, o que só foi possível porque a votação havia sido no interior, e naquela cidade, onde se praticou a fraude, não existia a urna eletrônica”.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Sr. Presidente, designei uma subcomissão, composta pelos eminentes Senadores Roberto Requião, Bello Parga e José Eduardo Dutra, para dar início a tratativas na Universidade de Campinas a convite do eminente Senador Roberto Requião. Por quê? Na reunião de 1º de junho de 2000, os eminentes Ministros Maurício Corrêa e Nelson Jobim estiveram presentes, e o Ministro Nelson Jobim fez uma longa exposição. Quero deixar registrado um parágrafo do seu pronunciamento, para depois abordar o lado principal. Dizia o Ministro Nelson Jobim:

V. Ex<sup>as</sup> conhece o processo eleitoral, como eu também o conheço, porque, como V. Ex<sup>as</sup>, participei longamente do processo eleitoral brasileiro, não só como eleitor, mas como candidato. Ou seja, tenho experiência também do outro lado do muro, que é exatamente o lado em que V. Ex<sup>as</sup> se encontram. Sabemos, perfeitamente, que temos de implantar um sistema que viabilize a certeza e a segurança no processo eleitoral e a segurança do processo eleitoral exatamente na Justiça Eleitoral Brasileira.

Ontem, o eminente Senador Roberto Requião dava notícias à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de que, pessoalmente, havia entrado em contato com o professor Hermano Tavares, Reitor da Universidade de Campinas, e com o professor Álvaro Crosta, Chefe de Gabinete Adjunto da Reitoria da Universidade e Coordenador de Equipe que fez a auditoria no painel do Senado.

Ali, conforme as notas taquigráficas que trago para fazer constar, dizia o Senador Roberto Requião: *“Tenho mantido contatos com o Ministro Jobim, que é o Presidente eleito do TSE, que participaria desse projeto também. Embora eu já tenha aqui um questionário contendo perguntas a serem dirigidas à Unicamp, estamos, a qualquer momento, dispostos a aceitar perguntas também formuladas pelo Tribunal Superior Eleitoral, através dos Ministros, com as sessões dos seus técnicos”*.

Àquela altura, o Senador Bello Parga pediu um aparte para que o Ministro Nelson Jobim fosse incluído nas tratativas. Devo dizer que S. Ex<sup>a</sup> já estava incluído, por que, como vai a sua mira Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, S. Ex<sup>a</sup> tomou a iniciativa de se entender com o Presidente Jader Barbalho e disse que o Tribunal Superior Eleitoral participaria em conjunto com o Senado. Logo após, também me telefonou dizendo do acordo que já havia feito com o Presidente do Senado. Eu disse que já havia dirigido o expediente ao Presidente Jader Barbalho para que as tratativas fossem acertadas.

O que quero dizer, Sr. Presidente, é que, na altura do exame desse projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o eminente Senador Romeu Tuma, que foi o Relator, fez uma longa manifestação, uma análise crítica, tendo em vista sua longa experiência desenvolvida à frente dos órgãos de segurança. S. Ex<sup>a</sup> chamou a atenção para o fato de que se pretendia fazer uma apuração corretíssima dentro das normas que todos nós que temos, por que não há aqui nenhum dos nossos colegas que não tenha sofrido na pele, por parte daqueles que não têm coragem de mostrar o seu trabalho e seu desempenho, a experiência de ter os seus votos de alguma forma surrupiados.

Nessa circunstância, Sr. Presidente, há necessidade de, primeiro, esse seminário ser efetivado até junho. Até lá, o eminente Senador Roberto Requião irá a Campinas para conversar com todos. S. Ex<sup>a</sup> já tem a autorização da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que sejam contratados técnicos que possam, juntamente com os Senadores Bello

Par ga e José Edu ar do Du tra, fa zer um tra ba lho que respon da a to das as ques tões.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (PSB – SE) – Senador Bernardo Cabral, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PFL – AM) – Ouço com pra zer V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (PSB – SE) – Em pri me i ro lu gar, gos ta ria de fe li ci tar V. Ex<sup>a</sup> pela ini ci a ti va de, como Presidente da Co mis são da Cons ti tu i ção, Jus ti ça e Ci da da nia, en vi dar to dos os es for ços no sen ti do de que a pro pos ta do Se na dor Ro ber to Re qui ão pos sa – na tu ral men te, com o de ba te e com a par ti ci pa ção dos de mais Se na do res – ser mel ho ra da a fim de ga ran tir um maior con trole sobre as urnas eletrônicas. Na ver da de, a Jus ti ça Ele i to ral e nós to dos que compo mos o Se na do Fe de ral que re mos a ver da de das urnas. E, para que não haja sus pe i ta ou des con fi an ça sobre o sis te ma, por que está pro va do que é pos sí vel ocorrer irre gulari da de mes mo sis te ma eletrô nico, te mos cer te za ab so lu ta de que tan to o Se na do Fe de ral como o Tri bu nal Su pe ri or Ele i to ral es tão agin do bem em to mar es ses cu i da dos. Como eu já men ci o nei, numa ele i ção em que vi go ra va o sis te ma an ti go, o De pu ta do Es ta du al Be li val do Chagas, do PSB, teve seus vo tos fra u da dos num de ter mi na do Mu ni cípio. In con for ma dos com o re sul ta do, pe di mos a re con ta gem, e o fa to é que o Tri bu nal Su pe ri or Ele i to ral de vol ve u-lhe o man da to que lhe ha via sido sub tra ído. Ora, isso se deu no sis te ma an ti go, mas por que não ad mi tir que no sis te ma no vo, mais mo der no, isso pos sa tam bém ocorrer, uma vez que são mi lha res de urnas espal ha das por este Bra sil in te i ro? Quem en ten de de com pu ta ção sabe que tudo é pos sí vel, e esse des con trole é des fa vo rá vel à de mo cra cia bra si le i ra. Que ro pa ra be ni zar V. Ex<sup>a</sup> po res sa ini ci a ti va, mos trando que, na Presi dência da Comis são de Cons ti tu i ção, Jus ti ça e Ci da da nia, te mos um Se na dor com pe ten te, equi li bra do e, aci ma de tudo, com uma vi são de acor do com a mu dan ça que pre ci sa ser fei ta no sis te ma ele i to ral bra si le i ro, a com pa n han do a evo lu ção da in for má ti ca no mun do in te i ro. Pa ra bém a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PFL – AM) – Senador Antonio Carlos Valadares, é evidente que as pa la vras de V. Ex<sup>a</sup> es tão for ra das, tim bra das de uma ge ne ro si da de que lhe é pecu liar. Mas, de qual quer sor te, a fas ta da essa cir cun s tância, V. Ex<sup>a</sup> diz mu i to bem, é pre ci so que se po nha um co bro ao que exis tia an te ri or men te e se tracem camin hos e se ap on tem so lu ções para esse pro ble ma da urna ele trô ni ca, para

que não pos sa so frer ne nhu ma fra u de. E essa co mis são do cha ma do voto ele trô ni co tem a fi na li da de de aju star o Tri bu nal Su pe ri or Ele i to ral com o Se na do. Como o Mi nis tro Nel son Jobim é um ex-par la men tar – por tanto, con he ce dor das di fi cul da des por que cada um de nós pas sa – e as su mi rá a Pre si dência em se tem bro, em con ti nu i da de a o tra ba lho do Mi nis tro Ma u rí cio Cor rêa, que tam bém pas sou pelo Par la men to, fica mais fá cil ha ver um con trole.

O Se na dor Ro ber to Re qui ão, in clu si ve, já con vi dou dois téc ni cos, cu jos no mes que ro de i xar para co nhe ci men to dos e mi nen tes Se na do res, o Dr. Már cio Teixei ra e Dr. Amil car Bru na so, exa ta men te para esse se mi ná rio de ju nho, para o qual to dos os co le gas Se na do res, in de pen den te men te de se rem mem bros da Comis são de Cons ti tu i ção, Jus ti ça e Ci da da nia, es tão con vi da dos.

**O Sr. Ro meu Tuma** (PFL – SP) – Per mi te-me V. Ex<sup>a</sup>. um apar te?

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PFL – AM) – Ouço o e mi nen te Se na dor Ro meu Tuma.

**O Sr. Ro meu Tuma** (PFL – SP) – Se na dor Ber nar do Ca bral, agra de ço a V. Ex<sup>a</sup>. pelo apar te, mas é um as sun to apa i xo nan te esse que V. Ex<sup>a</sup>. traz, in clu si ve à ho ra e ao tem po cer to. V. Ex<sup>a</sup>. sabe que fui o Re la tor do pro je to ori gi nal do Se na dor Ro ber to Re qui ão, que an te ce de a fra u de do pa i nel do Se na do na que bra do si gi lo. Ten ho con ver sa do com mem bros da Univer si da de de São Pau lo e da Es co la Po lí téc ni ca e con cluí que sis te mas ele trô ni cos não re sis tem a ata ques in ter nos. Quer di zer, há pos si bi li da de de quem co man da o **software**, de quem de têm o co nhe ci men to da ope ra ci o na li da de do com pu ta dor mu dar o co man do quan do bem en ten der, usan do ou não es tra té gi as cri mi no sas. A **Folha de S. Pau lo** fez uma pu bli ca ção re du zi da de um ar ti go que es cre vi, com pa ran do essa pos si bi li da de como re sul ta do das in ves ti ga ções que in fel iz men te per mi ti ram que a vi o la ção do si gi lo do pa i nel che gas se ao co nhe ci men to dos Se na do res e do pú blico. De ve mos ho men a gear o Mi nis tro Nel son Jobim, que es te ve nes te plená rio, a con vi te do Se na dor Ro ber to Re qui ão, para de ba ter as con se qüên ci as da al te ra ção da lei que vai pro por ci o nar mai or se gu ran ça à vo ta ção pela urna ele trô ni ca. No ar ti go, in clu si ve, eu fa ço re fe rên cia ao não uso da atu al urna bra si le i ra na Fló ri da e su gi ro o em pre go de ou tra que te nha a con tra pro va – di ga mos – do voto da do pelo ele i to ral. Assim, caso haja de nú n cia de fra u de, é pos sí vel uma con fe rên cia, con for me de ter mi na o pro je to do Se na dor Re qui ão. In clu si ve fi ze mos al te ra ções na nos sa re la to ria, in di can do as pro pos tas do

Ministro Nelson Jobim. Acredito que S. Exª tem se comportado elegantemente, buscando a forma correta. E V. Exª dá-se a quem ciza, não só pela sua competência jurídica, mas pela formação democrática na Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Felicito-o não só pelas medidas que tomou, mas por trazer ao conhecimento deste Plenário e do público a sua preocupação. Assim se pode dar segurança ao eleitor, na hora de colocar o voto na urna, momento em que sua vontade é determinante.

**O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM)** – Senador Romeu Tuma, V. Exª não estava presente – estava no Conselho de Ética – quando foi designada a Comissão do voto eletrônico, composta pelos Senadores Roberto Requião, José Eduardo Dutra e Belio Parga. Convido-o a integrar esta Comissão não só pelos conhecimentos que tem, mas por ser da Universidade de Campinas, no Estado que V. Exª representa com brilho, o que significa mais uma fonte de colaboração.

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP)** – Que fez e continua a fazer um bom trabalho aqui conosco. Dois membros da Politécnica estão auxiliando o Senador Roberto Requião e poderão, se for necessário, prestar uma assessoria.

**O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM)** – Agradeço a V. Exª a atenção.

Sr. Presidente, essa parte do meu discurso, dando conhecimento da presença do Ministro Nelson Jobim, encerrou-se aqui.

Dirijo, durante três minutos, uma palavra ao Senador José Roberto Arruda.

Nunca lhe perguntei qual a forma do exercício da sua religiosidade. Quer dizer-lhe que sou um homem muito religioso e, há muito tempo, rapazola, tomei conhecimento de uma espécie de poeima chamado "Pegadas na Areia", em que um homem, fazendo o retrospecto de toda a sua vida, via que, nos momentos alegres, havia sempre quatro pegadas na areia. Ele sabia que aquelas duas pegadas adicionais eram as pegadas de Deus que, ao seu lado, percorria o caminho. Mas no dia da maior dificuldade de que ele teve na vida, não havia as duas pegadas ao seu lado, e ele imprecou: "Oh, meu Deus, por que nos momentos mais difíceis tu me abandonaste? Eu só vejo duas pegadas na areia". E ele ouviu uma voz: "É equívoco. Neste momento mais difícil, não existem as quatro pegadas porque Eu te carreguei no colo, meu filho".

Talvez esteja acontecendo isso com V. Exª, Senador José Roberto Arruda. (Palmas.)

*Durante o discurso do Sr. Bernardo Cabral, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jader Barbalho, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho)** – Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (Sem Partido – DF)** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador. – Sr. Presidente do Senado Federal, Srs. Membros da Mesa, Srs. e Srs. Senadores, não roubei, não matei, não desviei dinheiro público, mas cometi um grande erro, talvez o maior da minha vida. No primeiro momento, não percebi sua extensão. Tentei negá-lo, Sr. Presidente, e esse foi outro grave erro. Estou pagando caro por isso, um preço muito alto, mas talvez o preço maior ainda não tenha sido totalmente saldado.

Em meio a esse pesadelo em que se transformou a minha vida, uma das coisas que mais dói é a certeza da frustração dos mais de 300 mil habitantes de Brasília que depositaram seu voto e sua confiança em mim, além da convicção de que centenas de milhares de outras pessoas acreditavam num projeto político para Brasília, que, por causa desse erro, terá de ser reconstruído.

Trabalhei sempre pelo PSDB, pelo Governo e pelo País sem esperar retorno. Os compromissos que assumi, aceitando uma das mais ingratas funções políticas, a de Líder do Governo, eu os mantenho integralmente, porque os assumi comigo mesmo, pois que nas cem dobras e não exigem, por isso, reciprocidade de comportamento.

Trabalhei muito, Sr. Presidente, nesses seis anos e meio. Agi com generosidade com os meus mais cruéis adversários. Perdoei. Ajudei Brasília a alcançar diferenças político-partidárias, independente mente de quem fosse o Governador.

Exercio o mandato com dedicação exclusiva, honestidade, dignidade e muito trabalho. Mas agora, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, não posso continuar. Tenho três boas razões para isso. A primeira é que houve um prejulgamento, e estou liminarmente condenado a uma pena descabida, máxima, cruel, inapelável.

O processo de linchamento é explícito e covarde, porque de cartas marcadas. Os lances desse jogo viciado por interesses pessoais, pleboscritos e mentiras, foram mostrados ontem para todo o País na sua face invisível em tempo real.

A violência desse prejulgamento, da interpretação regimental a serviço da sentença previamente concebida, não é um ato apenas contra mim, mas contra as instituições democráticas deste País, até porque banaliza um dos dispositivos mais fortes da Carta Constitucional, ao usá-lo para uma venetapoli-tica, da qual, tal vez, eu nem seria o alvo principal. E o tempo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Senadores, mostrará o erro que foi cometido ontem nesta Casa.

Ato que atrope-la a razão, atrope-la as leis e o sentimento de justiça e descamba para a execução sumária, como se fosse o Conselho de Ética um tribunal de exceção.

Ato que busca concentrar toda a justa indignação popular numa tal lista de votação, na esperança vã de que os verdadeiros problemas do País, o respeito à atividade pública, o denunciarmos responsáveis, a corrupção e os desvios de recursos públicos, repetidos e impunes, sejam relegados a segundo plano.

Ato de expiação de toda a culpa acumulada, uma catarse que dei-xou a razão de lado, um festim que substituiu o denúncismo e a trocades respeitosa de acusações e insultos, que conspurcam a consciência nacional. E, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estou pagando por isto: estava no lugar errado, na hora errada.

Mas volto a dizer: não roubei, não matei, não desviei dinheiro público.

Ontem eu afirmei ontem que não queria fugir ao julgamento, mas desde que o processo fosse justo, que não ignorasse as regras da Justiça, que não se deixasse seduzir pelos holofotes, que não se deixasse contaminar por influências externas ou interesses espúrios.

A sentença, no entanto, já está prolatada. Resta apenas criar o cenário, o cenário, que lhes sirva de pano de fundo.

Poderia coonestar a farsa, na esperança do milagre da sensatez? Ou ficar na expectativa de um acordo de cúpula, na Mesa, que poderia preservar meu mandato à custa de conchas políticas?

Não, Srs. Senadores, dessa forma esse mandato, de que tanto me orgulho, não me interessa e não interessa a Brasília. Não cometerei a infâmia de recorrer a expedientes escusos, a expedientes menores, ainda que convencido da injusta aplicação da pena capital, para continuar no Senado. Não me vou apenar. Além da quele erro a que me refiro há pouco, nos seis anos e meio de convivência nesta Casa, e nos mais de vinte anos de serviço público, ninguém

poderá apontar em minha biografia um único desvio de conduta.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não posso aceitar e não vou aceitar que tentem me igualar aos que abastardam a política e envergonham o País.

Também não de sejo, meus caros colegas, Senadores e Senadoras, não de sejo submetê-los a um constrangimento. Prefiro desobrigá-los de um julgamento pelo não só que, ou será injusto comigo – se decidirem pela pena máxima para uma falharegimental –, ou será injusto com cada um dos colegas, pelo julgamento tompido do se de parte pondarável da mídia.

Até porque, devo dizer, de coração aberto, te rei sempre presentes os ensinamentos da convivência com a experiência acumulada de todos os meus pares e principalmente a lição de vida da solidariedade corajosa, da amizade de muitos dos senhores na hora mais difícil da minha vida.

Se reieternamente grato, como não es que ce reija mais nenhum dos gestos e mensagens de apoio e compreensão que tenho recebido. Em particular de Itajubá, cidade mineira onde nasci, e de Brasília, cidade de que me ele geu.

Disse que tenho três razões para não continuar.

A segunda – e a mais importante – é que Brasília e sua população não me recemficar com um Senador a menos. O processo que se avizinha seria longo, penoso.

E, nesse período, o Distrito Federal ficaria desfalcado de um Senador, já que eu não teria condições de exercer a plenitude do meu mandato.

Para evitar que isso aconteça, vai assumir o meu primeiro suplente, o Dr. Lindberg Aziz Cury, que reúne história de vida e competência para ocupar essa cadeira e defender o Distrito Federal no Senado.

A última razão é de foro íntimo.

O balanço de meus atos e erros, nessas circunstâncias, deve ser feito e será feito pela população de Brasília.

Por respeito a Brasília, por respeito à sua população, por respeito à representação popular, deixo esta Casa para ser julgada por quem, até por preceito constitucional, tem vontade soberana.

Renuncio, portanto, ao meu mandato, Srs. Senadores. Tenho fé em Deus.

Não é o fim. É um novo começo.

Até um dia.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Senador José Roberto Arruda, a Presidência cumprindo de

ver de informar que a renúncia de V. Ex<sup>a</sup>, feita da tribuna, tem amparo regimental e se tornará irrevogável depois de sua publicação no **Diário do Senado Federal**.

Ao mesmo tempo, de se jogar o meu abraço a V. Ex<sup>a</sup>, cumprimos também em nome da Casa por esses anos de convivência e, acima de tudo, pelo seu desempenho em favor de Brasília e em favor do Brasil.

Deus o acompanhe!

Suspendo a sessão por alguns minutos para levar o companheiro Arruda até a saída do Senado. (Palmas.)

(Suspensa às 11 horas e 4 minutos, a sessão é reaberta às 11 horas e 10 minutos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Está reaberta a sessão.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

**com o futuro da vida no planeta**), tendo o **REQUERIMENTO Nº 162, DE 2001** (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 162, de 2001, do Senador Paulo Hartung, solicitando que o Senado Federal formule voto de censura à decisão do Presidente dos Estados Unidos da América de não implementar o Tratado de Kyoto (implementação de medidas para proteção do meio ambiente, com o argumento de que as obrigações definidas no Ato Internacional trariam prejuízo à economia norte-americana, demonstrando profundo descaso

Parecer sob nº 410, de 2001, Relator: Senador Bernardo Cabral, favorável à Moção nº 1, de 2001-CRE, de autoria do Senador Jefferson Péres, e pela prejudicialidade do Requerimento.

Votação do requerimento, nos termos do parecer, em turno único.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência tomará as providências necessárias para fazer cumprir a deliberação do Plenário.

É a seguinte moção aprovada:

**MOÇÃO Nº 1, DE 2001-CRE**

**ÀS AUTORIDADES COMPETENTES DO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

Nós, membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República Federativa do Brasil, manifestamos, por meio desta, ao Governo norte-americano nossa preocupação e nosso protesto diante da determinação manifestada recentemente pelo Presidente George W. Bush de não endossar a regulamentação das normas para a emissão de dióxido de carbono na atmosfera, contidas no Protocolo de Kyoto.

Cientes de que uma questão planetária como a mudança climática requer, para seu encaminhamento e solução, o envolvimento sincero e consistente de toda a comunidade internacional, rechaçamos qualquer abordagem unilateral do problema.

O imperativo ético universal da equanimidade, a nos sovar, exige que cada país assumas os ônus decorrentes de sua respectiva contribuição ao processo de aquecimento global, arcando com a responsabilidade de que lhe cabe no combate ao chamado efeito estufa.

Os Estados Unidos da América, nação que mais lança dióxido de carbono na atmosfera terrestre, não pode, portanto, de ser tardar, perante seus cidadãos desta e de todas as próximas gerações, bem como o conjunto da humanidade, de empenhar seu imenso prestígio no cumprimento das metas acordadas em Kyoto em 1997, de determinar que os países desenvolvidos aceitem reduzir em até 5% (cinco por cento) suas emissões de dióxido de carbono, metano, óxido nítrico e outros, registadas em 1990, no horizonte temporal entre 2008 e 2012.

Convém lembrar que os mais atualizados estudos internacionais, amplamente defendidos sobretudo desde a Conferência Internacional Rio-92, prevêem que a concentração de gases tóxicos produzirá um aumento da temperatura da superfície terrestre da ordem de 1 a 3,5 graus centígrados e uma elevação do nível médio do mar de 15 a 90 centímetros até 2100, com gravíssimas consequências econômicas, sociais e humanas para a vida no planeta.

Nas suas qualidades de órgão do Poder Legislativo detentor de relevantes incumbências constitucionais quanto ao debate, à formulação, à condução e à fiscalização da política externa brasileira, esta Comissão endossa a posição da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores do Brasil em de fe



sada retomada das negociações sobre mudanças climáticas no âmbito da Organização das Nações Unidas.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2001. – **Jeferson Péres, Presidente – Paulo Hartung – José Agripino – Íris Rezende – Bernardo Cabral, Relator – Tião Viana – João Alberto Souza – Gilberto Mestrinho – Pedro Piva – José Coelho – Emília Fernandes – Mauro Miranda – Romeu Tuma – Fernando Matusalém.**

**O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 2:**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 228, de 2001**, do Senador João Alberto Souza, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2001, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2001, vai também à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 3:**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 229, de 2001**, do Senador João Alberto Souza, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2001, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2001, retorna à Comissão de Assuntos Sociais e, posteriormente, vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 4:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2000** (nº 137/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Lazer do Alto*

*do Rio das Velhas para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 113, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira, com abstenções dos Senadores Geraldo Cândido e Lauro Campos.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Amatéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.**

É lido o seguinte:

#### **PARECER Nº 418, DE 2001**

(Da Comissão Diretora)

#### **Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2000 (nº 137, de 1999, na Câmara dos Deputados).**

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2000 (nº 137, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Lazer do Alto do Rio das Velhas para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

Sala de Reuniões da Comissão, 24 de maio de 2001. **Jader Barbalho – Edison Lobão – Antonio Carlos Valadares – Marluce Pinto.**

ANEXO AO PARECER Nº 418, DE 2001

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 64, DE 2001

**Aprova o ato que outorga permissão à “Fundação Educativa e Cultural de Lazer do Alto do Rio das Velhas” para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 292, de 9 de dezembro de 1998, que outorga permissão à “Fundação Educativa e Cultural de Lazer do Alto do Rio das Velhas” para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

Em votação.

As S<sup>rs</sup> e os Srs. Se na do res que a apro vam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – **Item 5:**

Dis cus são, em tur no úni co, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2000** (nº 217/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que re no va a ou tor ga da Fun da ção José Re sen de Var gas de Rá dio para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Paranaíba, Estado de Minas Gerais, ten do

Parecer favorável, sob nº 159, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Em dis cus são o projeto, em tur no úni co. (Pa u sa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

Em votação o projeto.

As S<sup>rs</sup> e os Srs. Se na do res que o apro vam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A ma té ria vai à Co mis são Di re to ra para a re da ção fi nal.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, pa re cer da Comissão Diretora, ofe rec en do a re da ção fi nal, ao Pro je to de De cre to Le gi sla ti vo nº 80, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Se cre tá rio, Se na dor Carlos Wilson.

É lido o se guin te:

**PARECER Nº 419, DE 2001**

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2000 (nº 217, de 1999, na Câmara dos Deputados).**

A **Comissão Diretora** apresenta a re da ção fi nal do Pro je to de De cre to Le gi sla ti vo nº 80, de 2000 (nº 217, de 1999, na Câ ma ra dos De pu ta dos), que apro va o ato que re no va a ou tor ga da Fun da ção José Re sen de Var gas de Rá dio para ex plo rar ser vi ço de ra di o di fu são so no ra em on da mé dia na ci da de de Rio Pa ra na í ba, Es ta do de Mi nas Ge ra is.

Sala de Re u ni ões da Co mis são, 14 de maio de 2001. – **Jader Barbalho – Edison Lobão – Antonio Carlos Valadares – Marluce Pinto.**

ANEXO AO PARECER Nº 419, DE 2001.

Fa ços a ber que o Con gre sso Na ci o nal apro vou, e eu, Pre si den te do Se na do Fe de ral, nos ter mos do art. 48, item 28, do Re gi men to In ter no, pro mul go o se guin te

DECRETO LEGISLATIVO Nº 80, DE 2001

**Aprova o ato que renova a outorga “Fundação José Resende Vargas de Rádio” para explorar serviço de radiodifusão so no ra em on da mé dia na ci da de de Rio Pa ra na í ba, Es ta do de Mi nas Ge ra is.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É apro va do o ato a que se re fe re o De cre to s/nº de 16 de maio de 1996, que renova por dez anos, a par tir de 10 de maio de 1994, a outorga de “Fundação José Resende Vargas de Rádio” para ex plo rar, sem di re ito de ex clu si vi da de, ser vi ço de ra di o di fu são so no ra em on da mé dia na ci da de de Rio Pa ra na í ba, Es ta do de Mi nas Ge ra is.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua pu bli ca ção.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

Em vo ta ção a re da ção fi nal.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – **Item 6:**

Discus são, em tur no úni co, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2000** (nº 322/99, na Câmara dos Deputados), que apro va o ato que re no va a per mis são ou tor ga da à Rá dio Três Co li nas Ltda. para ex plo rar serviço de radiodifusão sonora em fre - qüência modulada na cidade de Franca, Esta do de São Pa u lo, ten do

Parecer favorável, sob nº 985, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Jonas Pinheiro, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Em dis cus são o projeto, em tur no úni co. (Pa u sa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

Em vo ta ção o projeto.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Co mis são Di re to ra para a re da ção fi nal.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, pa re cer da Co mis são Di re to ra, ofe re cen do a redação final, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Se cre tá rio, Senador Carlos Wilson.

É lido o se guin te:

**PARECER Nº 420, DE 2001**

(Da Comissão Diretora)

**Redação fi nal do Pro je to de De cre to Legislativo nº 167, de 2000 (nº 322, de 1999, na Câ ma ra dos De pu ta dos).**

A Co mis são Di re to ra apre sen ta a re da ção fi nal do Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2000 (nº 322, de 1999, na Câ ma ra dos De pu ta dos), que apro va o ato que re no va a per mis são ou tor ga da à Rá dio Três Co li nas Ltda. para ex plo rar serviço de ra di o di fu são sonora em frequência modulada na cidade de Fran ca, Esta do de São Pa u lo.

Sala de Re u niões da Co mis são, 21 de maio de 2001. – **Jader Barbalho – Edison Lobão – Antonio Carlos Valadares – Marluce Pinto.**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 167, DE 2001**

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Rádio Três Colinas Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Franca, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É apro va do o ato a que se re fe re a Por ta ria nº 46, de 23 de ja ne i ro de 1998, que re no va por dez anos, a par tir de 1º de ju lho de 1990, a per mis são ou torgada a "Rádio Três Colinas Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em fre qüência modulada na cidade de Franca, Esta do de São Pa u lo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vi gor na data de sua pu bli ca ção.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

Em vo ta ção.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – **Item 7:**

Discus são, em tur no úni co, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2000** (nº 350/99, na Câmara dos Deputados), que apro va o ato que re no va a per mis são ou tor ga da à Fênix Rádio FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão so no ra em fre qüên cia modulada na ci da de de Ipa me ri, Esta do de Go iás, ten do

Parecer favorável, sob nº 15, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Iris Rezen de.

Em discussão o projeto, em tur no úni co. (Pa u sa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

Em vo ta ção o projeto.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Amatéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, para ser da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 421, DE 2001**  
(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2000 (nº 350, de 1999, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2000 (nº 350, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fênix Rádio FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipameri, Estado de Goiás.

Sala de Reuniões da Comissão, 24 de maio de 2001. – **Jáder Barbalho – Edilson Lobão – Antônio Carlos Valadares – Marluce Pinto.**

ANEXO AO PARECER Nº 421, DE 2001.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e Eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 170, DE 2001

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à “Fênix Rádio FM Ltda.” para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipameri, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 29, de 18 de março de 1999, que renova por dez anos, a partir de 30 de setembro de 1998, a permissão outorgada à “Fênix Rádio FM Ltda.” para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipameri, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – **Item 8:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2000** (nº 420/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Divinópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer sob nº 302, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta, e abstenções da Senadora Marina Silva e do Senador Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Srs. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Amatéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, para ser da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 422, DE 2001**  
(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2000 (nº 420, de 2000, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2000 (nº 420, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Divinópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão

são sonora em onda média na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

Sala de Reuniões da Comissão, 24 de maio de 2001. — **Jader Barbalho**, Presidente — **Edison Lobão**, Relator — **Antonio Carlos Valadares** — **Marluce Pinto**.

#### ANEXO AO PARECER Nº 422, DE 2001

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 189, DE 2001

**Aprova o ato que renova a concessão da “Rádio Cultura de Divinópolis Ltda.” para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 14 de janeiro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da “Rádio Cultura de Divinópolis Ltda.” para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) — A Presidência comunica ao Plenário que a chamada do Item 9, no espelho da Ordem do Dia de hoje, está correta. No entanto, a emenda não corresponde ao enunciado da matéria, que é o que passa a ser lido.

#### Item 9:

Discutão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2000** (nº 506/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fun-

ção Educacional e Cultural Pedrense para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Itápolis, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 263, de 2001, da Comissão de Educação, Relator Senador Gerson Camata, havendo abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) — Sobre a mesa, para ser da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

#### PARECER Nº 423, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2000 (nº 506, de 2000, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2000 (nº 506, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional e Cultural Pedrense para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itápolis, Estado de São Paulo.

Sala de Reuniões da Comissão, 24 de maio de 2001. — **Jader Barbalho** — **Edison Lobão** — **Antônio Carlos Valadares** — **Marluce Pinto**.

#### ANEXO AO PARECER Nº 423, DE 2001.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 245, DE 2001

**Aprovado o ato que outorga permissão à “Fundação Educacional e Cultural Pedrense” para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itápolis, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 193, de 26 de novembro de 1999, que outorga permissão à “Fundação Educacional e Cultural Pedrense” para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Itápolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Se na do res que a apro vam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – **Item 10:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2000** (nº 501/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Padre Antônio Bezerra de Menezes para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, sob nº 264, de 2001, da Comissão de Educação, Relator Senador Luiz Pontes, com abstenções da Senadora Marina Silva e do Senador Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

Em votação o projeto.

As Srªs e os Srs. Se na do res que o apro vam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 424, DE 2001**  
(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2000 (nº 501, de 2000, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2000 (nº 501, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Padre Antônio Bezerra de Menezes para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará.

Sala de Reuniões da Comissão, 24 de maio de 2001. – **Jader Barbalho – Edison Lobão – Antonio Carlos Valadares – Marluce Pinto.**

ANEXO AO PARECER Nº 424, DE 2001

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu,, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRET O LEGISLATIVO Nº 251, DE 2001

**Aprova o ato que outorga permissão à “Fundação Padre Antônio Bezerra de Menezes” para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 287, de 9 de dezembro de 1998, que outorga permissão a “Fundação Padre Antônio Bezerra de Menezes” para executar por dez anos, direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

Em votação.

As S<sup>ras</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – **Item 11:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2000** (nº 523/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema FM de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 266, de 2001, da Comissão de Educação, Relator Senador Arlindo Porto, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As S<sup>ras</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 425, DE 2001**  
(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2000 (nº 523, de 2000, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2000 (nº 523, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema PM de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

Sala de Reuniões da Comissão, 24 de maio de 2001. – **Jader Barbalho – Edison Lobão – Antonio Carlos Valadares – Marluce Pinto.**

ANEXO AO PARECER Nº 425, DE 2001.

Faça saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 255, DE 2001

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada a “Sistema PM de Rádio Ltda.” para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 465, de 26 de setembro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 27 de dezembro de 1994, a permissão outorgada a “sistema FM de Rádio Ltda.” para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As S<sup>ras</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – **Item 12:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2001** (nº 594/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Padre Kolbe de Rádio e Televisão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 382, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Jonas Pinheiro.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, para ser da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2001, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 426, DE 2001**

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2001 (nº 594, de 2000, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2001 (nº 594, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Padre Kolbe de Rádio e Televisão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Atibaia, Estado de São Paulo.

Sala de Reuniões da Comissão, 24 de maio de 2001. **Ja der Bar ba lho – Edi son Lo bão – Anto nio Carlos Valadares – Mar lue Pinto**

ANEXO AO PARECER Nº 426, DE 2001.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 2001**

**Aprova o ato que outorga permissão à “Fundação Padre Kolbe de Rádio televisão” para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Atibaia, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 187, de 19 de novembro de 1999, que outorga permissão à “Fundação Padre Kolbe de Rádio e Tele-

visão” para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Atibaia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Esgota das as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, para ser lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 427, DE 2001**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2001 (nº 865, de 2001, na Câmara dos Deputados), que “aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Dinâmica Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul”.**

Relator: Senador **Ramez Tebet**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2001 (nº 865, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Dinâmica Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 617, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 729, de 7 de dezembro de 2000, que outorga permissão para a exploração de

canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.



A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento *Empresa de Radiodifusão Dinâmica Ltda.*:

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
Daladier R. de Ajaújo Filho	4.000
João Alcântara Filho	4.000
<b>Total de Cotas</b>	<b>8.000</b>

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Iris Simões, e aprovação unânime da que a Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da que a Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

## II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministro das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

## III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 127, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Empresa de Radiodifusão Dinâmica Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 22 de maio de 2001. – Vice-Presidente no Exercício da Presidência, **Moreira**

**ra Mendes – Relator, Ramez Tebet – Waldeck Ornelas – José Coelho – Eduardo Siqueira Campos – Carlos Patrocínio – Arlin do Porto – Rômulo Tuma – Casil do Maldaer – Nabor Júnior – Gerson Camata – Pedro Piva – Lúcio Alcântara – Ricardo Santos – Emília Fernandes – Álvaro Dias.**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA, PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## SEÇÃO I

### Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

## CAPÍTULO V

### Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º – O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º – A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º – O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º – O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, de pen de de de cisão judicial.

§ 5º – o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Volta-se à lista de ora do res.

Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

**O SR. NABOR JÚNIOR** (PMDB – AC. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a imprensa do meu Estado tem esquentado, com frequência, as preocupações de toda a sociedade acreana em torno da notícia de que a Petrobras estaria inclinada a encerrar as atividades de suprimento de combustíveis à capital, Rio Branco, dentro de pouco tempo.

Essa ameaça já foi objeto de pronunciamento de alguns deputados estaduais na Assembleia Legislativa. Se vier a ser consumada, trará, inquestionavelmente, prejuízos incalculáveis para a população de todo o Estado, pois a nova política de preços, estabelecida pela Petrobras com a anuência do Departamento Nacional de Combustíveis, determina que a tabela de preços é fixada de acordo com as bases da empresa em cada Unidade da Federação.

Se, por exemplo, essa base de fornecimento de combustível vier a ser fechada, se tiver as suas atividades encerradas, o preço do combustível vai ser aumentado: será o mesmo de Manaus ou de Porto Velho, com o acréscimo de um custo, a título de adicional de transporte; é o que acontece em outras cidades que não dispõem de bases da empresa. Isso vai ocasionar, Sr. Presidente, uma elevação dos gastos com derivados de petróleo, na capital do Acre, em torno de 15 a 20%. Já temos o preço mais elevado de petróleo do Brasil, mesmo existindo uma base da Petrobras em Rio Branco. E agora, se essa base for fechada, o preço vai aumentar ainda mais.

Por essa razão, que aproveitar este breve espaço que V. Ex<sup>a</sup> me concedeu, Sr. Presidente, para dirigir um apelo à Petrobras, ao Departamento Nacional de Combustíveis e ao próprio Ministério de Minas e Energia, para que não se consume, de maneira alguma, a proposta de fechamento da base da Petrobras em Rio Branco. Isso vai ser um prejuízo incalculável para a população do meu Estado, que, como disse anteriormente, já paga um preço elevadíssimo pelo diesel, pela gasolina e por outros produtos semelhantes.

É importante frisar que essa atitude, se vier a ser tomada, estará na contra-mão de todos os legítimos interesses do Acre, principalmente porque afetará o abastecimento de combustível às usinas geradoras de energia elétrica em Rio Branco. Se a base for fechada, o preço do petróleo vai aumentar e, conseqüentemente, a tarifa de energia elétrica também, agravando, assim, os problemas vividos pela econo-

mia de mais de 250 mil pessoas que residem na Capital do Estado.

Era o apelo que eu tinha a formular.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, pela Liderança do PMDB, por 20 minutos.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a grave crise energética pela qual passa o Brasil é um problema que não se encerra em si mesmo. Ela nos abre um leque amplo de preocupações, que merecem atenção enorme de todos nós. O Brasil precisa, urgentemente, de um projeto de desenvolvimento que contemple uma série de investimentos, especialmente nas áreas de energia e transportes.

Desde o início do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, desenrola-se no Governo uma briga entre os chamados "monetaristas" e os "desenvolvimentistas", os que acham necessários tudo fazer pela estabilidade da moeda e, por outro lado, os que defendem uma certa flexibilidade, com a liberação de investimentos em setores essenciais. Uma quebra de braço que, se no início, restringia-se aos corredores do poder, acabou ganhando as manchetes e o domínio público.

Ao longo do tempo, os "desenvolvimentistas" foram sendo "fritados em fogo brando", lenta e continuamente, até serem expelidos do Governo. Se não todos, pelo menos a grande maioria, os expoentes. Todo o poder foi dado à equipe econômica, para a qual é proibido falar em gastos, mesmo que essenciais. Talvez essa opção radical pelos "monetaristas" tenha sido um dos maiores equívocos deste Governo.

A crise energética é um dos desdobramentos dessa decisão. Os investimentos no setor praticamente não existem. As estatais de energia foram proibidas de fazer novos investimentos e, no processo de privatização, precipitado o planejamento, não foram incluídas exigências de investimentos em energia nova, o que contribuiu para o aumento da defasagem entre produção e consumo.

Os recursos destinados às obras no setor de energia, que até 1990 eram da ordem de R\$20 bilhões por ano, na era Fernando Henrique Cardoso despencaram para pouco menos de R\$8 bilhões. O programa de termelétricas, iniciativa que previa a construção de 49 novas usinas, ainda está quase todo no papel. Apenas 9 delas estão dentro do cronograma estabelecido.

As conseqüências para o País são ter ríveis. De acordo com o estudo da Fundação Getúlio Vargas, se for cumprido o raciocínio na mento de energia da ordem de 20%, o crescimento do PIB será de 3,5% neste ano, e não mais 4,5%, como era previsto. Perdo de 850 mil vagas de emprego deixarão de ser criadas. Haverá queda da arrecadação. A produção cairá, o que tende a causar aumentos de preços ainda maiores, colocando-nos, naturalmente, diante de uma ameaça real de volta da inflação.

Se o racionamento não resolver o problema emergencial e o País for obrigado a recorrer aos apapões, os desdobramentos serão muito piores. As perdas econômicas se aprofundarão e teremos um verdadeiro caos social: desconforto para a cidade, trânsito caótico, aumento inevitável da violência e um problema muito sério na área da saúde, já que a grande maioria dos hospitais brasileiros não possui geradores situação que somente países em guerra pensam em experimentar.

Não se pode culpar exclusivamente o atual Governo pelo problema. Mas não dá para eximir de culpa uma gestão que já está há quase sete anos no poder sem que tenha feito qualquer investimento no setor. Um Governo que deu início e insistiu em levar adiante um processo de privatização atabalhado, que só prejuízo tem causado ao povo brasileiro.

A partir das privatizações, não houve novos investimentos, como se ria de se supor, no setor elétrico. As tarifas subiram enormemente onde as empresas de energia foram privatizadas. Hoje, temos uma das tarifas mais altas do mundo. Enquanto a tarifa da Light, por exemplo, chega a 95 dólares o megawatt/hora, no Canadá o custo é de apenas 52 dólares. Portanto, quase a metade.

O físico Luiz Pinquelli Rosa, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, publicou recentemente um interessante artigo na **Folha de S. Paulo**. Em poucas linhas, ele faz uma análise impecável da situação energética do Brasil e conclui que o processo de privatização precisa parar urgentemente.

Ele ironiza o argumento do Governo de que a culpa pela crise é a falta de chuva. O sistema elétrico deveria ter reservatórios planejados para acumular água por pelo menos cinco anos. Além disso, se no Centro-Oeste, no Nordeste e no Sudeste existe realmente falta de água, no Sul e no Norte há fartura de água. Mas não existem linhas de transmissão para transportar energia de um lado para o outro, por falta, exclusivamente, de investimentos.

Diz o professor Pinquelli: "Não se deve procurar explicar fatos da natureza por interferências divinas. A responsabilidade pelo esvaziamento dos reservatórios e pela falta de energia não está no céu, está na terra, entre os homens responsáveis pelo setor".

As argumentações técnicas do professor reforçam o sentimento legítimo de todos nós já tinhamos. Em razão da política econômica e dos compromissos com o FMI, as companhias estatais de ixaram de investir. E as empresas privatizadas foram colocadas nas mãos de investidores que não investem, até porque, pelas regras das privatizações, não foram levados a essa obrigação.

A privatização do setor elétrico de ixar de ser uma questão de preferência governamental e passa a ser uma questão de bom senso. Na pior das hipóteses, é preciso uma suspensão do processo para uma completa reavaliação.

O Deputado Federal Barbosa Neto, do Estado de Goiás, Vice-Presidente da Câmara Federal, está com um projeto tramitando em regime de urgência naquela Casa propondo a suspensão das privatizações do setor elétrico por dois anos. O Presidente Fernando Henrique deveria interromper a tramitação desse projeto e assumi-lo como compromisso de Governo. As privatizações precisam, no mínimo, ser revistas e melhor analisadas.

Isso sem contar outro argumento valioso, também muito forte, levantado há dois dias pelo Senador Iris Rezende, aqui mesmo nesta tribuna. Em função da crise energética, é natural que o preço das companhias de energia caiam, e caiam vertiginosamente. Privatizar, num momento como este, seria o mesmo que entregar um patrimônio, que é do povo brasileiro, a preço de banana.

Em Goiás, onde o Governo estadual insistiu em privatizar as Centrais Elétricas de Goiás (Celg), estamos realizando um amplo movimento para barrar esse ato, que será muito nocivo ao povo goiano. Ontem, o Partido dos Trabalhadores realizou uma grande manifestação em Goiás. Na sexta-feira próxima, haverá outra manifestação, promovida pelo PMDB, com a participação de sindicatos e líderes de diversos partidos políticos. Estão presentes, nessa manifestação, o Governador de Minas Gerais, Itamar Franco, e Pedro Simon, grande Senador do nosso Partido e desta Casa, entre outros no mesmo projeto nacional. Repito que tal ato público visa à não privatização das Centrais Elétricas de Goiás.

Não se trata de uma manifestação política, mas de um ato de defesa do nosso Estado. A Celg é uma

empresaviável, que ainda tem muito que construir em Goiás, principalmente nas menores cidades, nos povoados mais distantes e também na zona rural.

**O Sr. Sebastião Rocha** (Bloco/PDT – AP) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, em nome do Senador Maguito Vilela?

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Com muito prazer, ilustre Senador Sebastião Rocha.

**O Sr. Sebastião Rocha** (Bloco/PDT – AP) – Senador Maguito Vilela, V. Ex<sup>a</sup> faz uma crítica serena, mas contundente, ao modelo econômico brasileiro, focalizando a crise energética e analisando a queda de braço entre monetaristas e desenvolvimentistas. Eu diria que a crise energética em foco da por V. Ex<sup>a</sup> se ria apenas um estilhaço da bomba de retardo que está começando a estourar no colosso monetaristas. De fato, trata-se de uma política equivocada da privatização do setor elétrico. Está evidente o resultado caótico de tudo isso. O Presidente Fernando Henrique Cardoso anuncia que foi pego de calças curtas. Culpa de quem? Ou foi enganado pelos seus auxiliares ou foi surpreendido pela incompetência de seus assessores da área, que não o informaram devidamente acerca do assunto. Então, o Governo pecou, mas o povo não pode pagar por isso. Não são os consumidores, sobretudo os mais humildes, que devem ser prejudicados. O Governo tem de proceder à mea-culpa e adotar medidas emergenciais. Nós, no Amapá, já passamos por uma crise de energia como esta. Mas lá, um lugar tão distante daqui, um dos menores Estados da Federação, em pouco tempo se encontrou a solução. Hoje, temos superávit de energia e estamos fora – graças a Deus – desse problema do racionamento. O Presidente Fernando Henrique Cardoso precisava mobilizar todos os setores do seu Governo – e o está fazendo de forma tímida –, para encontrar soluções imediatas, a curto prazo, não apenas aquelas que venham a longo prazo. Como o próximo ano será eleitoral, o Governo jamais se submeterá a esse caos energético em 2002, se não vai falar energia também na campanha – energia num sentido figurado –, que levará certamente o Governo à derrota. Sei que V. Ex<sup>a</sup> não é da Oposição, mas um Senador de Partido Governista, por isso faz uma crítica serena, porém contundente, e o Presidente tem sido infeliz quando brada e anuncia que a Oposição tem-se comportado com posições fascistas. Isso não é verdade! Nada do que está acontecendo atualmente é culpa da Oposição. A Oposição cumpre o seu papel de vigilância, de auxiliar na investigação, de fiscalização, mas jamais com atitudes fascistas contra o Pre-

sidente, porque não é interesse da Oposição derrubar este Governo. A Oposição deseja, na verdade, alertar a sociedade para os problemas crônicos que se vêm acumulando e que agora se vêm transformando numa bomba de retardo, cujos estilhaços atingem exatamente a crise energética. Parabéns V. Ex<sup>a</sup> pelo coerente e importante assunto que traz ao Plenário na manhã de hoje.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Agradeço ao Senador Sebastião Rocha. Na realidade, S. Ex<sup>a</sup> tem razão: trata-se de uma bomba de efeito retardado. O Brasil ainda vai pagar mais caro com isso.

Há seis anos, quando eu governava Goiás, já alertava para o problema da falta de energia elétrica que o Brasil atravessaria, caso não houvesse investimento no setor. De ter minheirinhos que se fiçõesse um levantamento, e foi constatado que, só em Goiás, se poderiam construir mais de 25 hidrelétricas – grandes, médias e pequenas. Coloquei o Estado à disposição para receber esses investimentos.

Mas, Senador Sebastião Rocha, se eu fosse o Presidente da República, trocaria toda a equipe econômica. É ela que tem afundado este Governo, nestes quase sete anos. Sei que sou um Senador que não sou ouvido. Não sou Pedro Simon ou outro Senador de maior expressão aqui. Mas o Presidente Fernando Henrique Cardoso teria de dar uma demonstração ao País, trocando essa equipe econômica, colocando homens com mais sensibilidade, que enxerguem melhor, que não deixem falar verbas para as estradas federais – que estão matando ir mãos nos sos no País –, que não deixem falar verbas para investimentos em setores estratégicos, como o da energia elétrica.

Mesmo quando Governador, eu já advertia: o Presidente não precisava de Oposição em lugar nenhum, pois os opositores estavam e continuam na equipe econômica.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso é uma boa figura, um bom quadro, um homem honesto, sério, até bem-intencionado, mas tornou-se refém de uma equipe econômica que está levando o seu Governo ao caos.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Concedo o aparte ao Senador Ney Suassuna.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Senador Maguito Vilela, solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup> nessa preocupação de ver o País sofrer alaguns tombos em seu caminho e encontrar alaguns óbvios que não está con-

seguindo o contornar com a agilidade de que necessitava, exatamente porque essas questões estão refletindo interna e externamente. Se não vejamos: o caso da crise energética. Esse é um arranhão profundo da nossa imagem no exterior. Um País que não cuida da sua matriz energética, aspecto primordial para a indústria, para o conforto, enfim para todas as áreas do ser humano e da economia do País! Sei que vamos pagar caro. Sei que V. Ex<sup>a</sup>, quando Governa dor, teve muita clarividência, daí ter sido o Governador que terminou com mais de 80% de aprovação. Sei que, nesse momento, os goiianos têm saudades de V. Ex<sup>a</sup> e que todas as pesquistas indicam que V. Ex<sup>a</sup> está ganhando de dois a um em relação ao outro candidato. Sei que essa clarividência que V. Ex<sup>a</sup> está tendo e essa franqueza que lhe é peculiar, de dizer o que precisa ser dito, faz com que o povo goiano acredite em V. Ex<sup>a</sup>. Vejo com tristeza que, em outras áreas do Governo, essa sinceridade não está ocorrendo. Mas caramos dados. Quando me nos esperamos, explode a crise. Pensávamos que estava tudo bem. Cito outro exemplo. Há três semanas, eu falava com grandes investidores em Nova Iorque – um grupo de sete trilhões de dólares – que a minha preocupação era com o Congresso. Nunca imaginei que teríamos uma crise energética. Que cara tenho hoje para dizer aos investidores que o Congresso resolveu o problema, mas que há outro pior, para o qual ninguém prestou atenção. Como um País, que é a oitava economia do mundo, pode passar um recesso? Cito ainda o exemplo da Previdência, que está tendo um crescimento enorme na despesa e uma diminuição de arrecadação. Brevemente ouviremos falar de uma crise como se fosse novidade. Mas não é. Quando se faz um seguro, é possível receber com menos de trinta dias? Mas, na Previdência, um seguro está sendo pago com dezesseis dias. É uma beleza essa agilidade, mas quem paga por isso é o povo. Está-se aumentando o fôssco, a dívida. Estou preocupado com esses e com outros assuntos que não surgem do dia para a noite, mas que vêm acontecendo sem que ninguém seja informado. Sou solidário a V. Ex<sup>a</sup> em relação às preocupações demonstradas em seu discurso. Só os grandes políticos podem ver adiante e se preocupar com o futuro.

**O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO)** – Senador Ney Suassuna, agradeço o seu aparte, que incorporo ao meu pronunciamento juntamente com o aparte do nobre Senador Sebastião Rocha.

Mas, para finalizar, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Brasil passou por uma crise em relação

às suas estruturas de raízes e está enfrentando a crise do setor elétrico e paga caro por isso.

Farei outra advertência. Haverá brevemente uma crise de alimentos no Brasil por falta de investimentos na agricultura. O Brasil hoje produz 80 milhões de toneladas, quando deveria estar produzindo mais de 200 milhões de toneladas. Só para o mercado interno, seriam necessários 120 milhões de toneladas, mas o Governo não quer investir na agricultura, na pecuária e na queles que tiram leite.

O Brasil também passará por momentos difíceis na área de alimentação em razão da falta de investimentos e de proteção aos nossos agricultores e pecuaristas, ou seja, aos homens que produzem neste País. Isso ocorrerá pela falta de visão da equipe econômica, que realmente não enxerga as necessidades do Brasil, que é grande, continental e precisa estar desenvolvendo-se, gerando emprego e riquezas a fim de melhorar o nível de vida do seu povo.

Lamento dizer que o Brasil enfrentará rapidamente mais uma crise. Então, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso será lembrado como o das crises nas estruturas. Hoje, estou convicto de que a culpa não é dos Srs. Ministros Eli seu Padilha e Marcos Vinícius Pratini de Moraes, mas do Sr. Ministro da Fazenda, que não libera verbas para setores essenciais do nosso País. É, sem dúvida, a equipe econômica a covarda deste Governo.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO)** – Concede o aparte ao Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS)** – Neste momento, além de falar como ilustre representante do Estado de Goiás, V. Ex<sup>a</sup> fala com a responsabilidade de Presidente do nosso Partido. O Brasil inteiro e o PMDB com muita expectativa e otimismo viram V. Ex<sup>a</sup> oferecer as características necessárias para que, nesta hora, neste momento de crise tenhamos condições de dar a nossa palavra e a nossa orientação. Neste seu primeiro pronunciamento, na qualidade de Presidente do Partido, V. Ex<sup>a</sup> chama a atenção do País e do Governo para situação séria e importante em que estamos vivendo. Acho que V. Ex<sup>a</sup> foi muito feliz ao dizer que não dá para culpar o Ministro Pratini de Moraes pela crise na agricultura. O coitado do Pratini não dá palpite sobre coisa nenhuma. Quem determinar a verba que vai para o Ministério de S. Ex<sup>a</sup>, o quanto será repassado, se chega atrasado ou não é a área econômica; o mesmo se dá com o Ministro dos Transportes que, cá entre nós não tem dinheiro para

coisa nenhuma. O Ministro dos Transportes está querendo construir a estrada que liga Florianópolis a Osório há 4 anos, e há 4 anos é boicotada. Na hora de sair a verba, ela não sai. V. Ex.<sup>a</sup> chama a atenção para esse detalhe que me parece muito importante. Acho que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem a obrigação de entender a gravidade do momento. Sua Excelência telefonou para a Sr<sup>a</sup> Te Rez a Cruvinel e ontem, em **O Globo**, saiu aquela declaração dele, que rendo chamar a Nação de fascista, de que a Oposição é responsável pelas coisas que estão acontecendo. Mas, por amor de Deus, onde nós estamos? Estamos vivendo um regime em que o Governo nunca teve tanto poder. Quando o Presidente Fernando Henrique, ontem, baixou aquela medida provisória, proibindo-nos de recorrer nas questões do corte de energia, Sua Excelência praticamente terminou com o Conselho de Defesa do Consumidor, uma das coisas mais excepcionais, que era respeitada, admirada, que ensinou o brasileiro a participar, a ter vida, a ter personalidade, a agir. Ele proíbe o cidadão! É um ato de força. O que aconteceu, ontem, foi um ato de força que ele baixou, ao estilo do Ato Institucional nº 1. Baixou uma medida provisória que é um ato de força, é um ato de arbítrio. Até título de que a medida provisória pode proibir um cidadão que tenha aparelhos de luz queimados de vi do aos cortes de energia recorrer ao Conselho de Defesa do Consumidor? Se ele quiser recorrer, não pode! Primeiro, ele procurou o Presidente do Supremo e o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, dizendo: "Vocês não podem aceitar! Isso que vocês estão fazendo é exaço!" Como os Presidentes dos Tribunais disseram que há coisas que eles têm que fazer, que a lei existe para ser cumprida, Sua Excelência violou a lei com uma medida provisória; e nos chama de fascista?! E nos chama de fascista! V. Ex.<sup>a</sup> está fazendo um pronunciamento muito importante, muito sério, com a responsabilidade que V. Ex.<sup>a</sup> tem; mas creio que está na hora de o Presidente da República, como diz V. Ex.<sup>a</sup>, entender que tem que fazer alguma coisa! Ele tem que fazer alguma coisa! Querer esconder esse ex-Presidente do Banco Central, o Chico Lopes, como ele está escondendo! Ainda hoje, vem ele dizer que o Chico Lopes é um homem de bem, que não tem nada contra ele! Pelo amor de Deus! Se fosse no Japão, ou ele tinha dado um tiro na cabeça, ou ele estava na cadeia como ladrão! E aqui no Brasil, estão aí os Cacciolas e ascoisas acontecendo! E ele vai ficar bravo, porque queremos criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar isso? Ele que ouça, nesta hora, o pronunciamento tranqüilo, sereno, responsável do

Presidente do PMDB, de V. Ex.<sup>a</sup>; um pronunciamento de alta colaboração com o Governo, pois, daqui a pouco, Sua Excelência vai ficar sem ter com quem conversar. Tomara que V. Ex.<sup>a</sup> esteja errado, que não se dê a crise na agricultura. Agora, que vai sair, vai! Eu sei! Mas pode não sair, por que, como es tão achata dos salários, também pode não haver consumo. Se o Brasil tivesse um regime em que todos pudessem comprar o necessário para subsistir. Realmente, a agricultura não está com seguindo produzir, mas como esta diminuindo o poder aquisitivo, pode ser que a crise não seja tão séria. Meus cumprimentos e a minha solidariedade total ao importante pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO)** – Agradeço a participação de V. Ex.<sup>a</sup>, brilhante Senador, ex-Ministro da Agricultura, que conhece os problemas relacionados a esse setor.

Vejo, com muita tristeza, que nas cidades não se consegue mais andar, tamanho é o número de veículos; isso se dá em Brasília, em Goiânia, em Porto Alegre, em São Paulo – e o Governo incentivando sempre a indústria automobilística. E no campo não se vê mais os tratores. Antigamente, os peques nos próprios tratoristas tinham lá o trator para beneficiar a terra; hoje, não existem mais. Os tratores sumiram do campo porque os preços são inviáveis, e os agricultores não têm apoio. De forma que o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> enriqueceu muito o meu pronunciamento.

Vou terminar, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância e, ao mesmo tempo, dizendo que o ilustre Senador Pedro Simon reconhece, como eu, que este Governo, para encerrar o seu mandato mais ou menos bem, dando esperanças ao povo brasileiro, precisa mudar a equipe econômica. O pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>, Senador Pedro Simon, veio reforçar a minha tese. Espero que amanhã o goiana nos ouçam V. Ex.<sup>a</sup>, ao lado do Deputado Ernesto Vilela e de tantos outros, para que não privatize a Celg, setores estratégicos do nosso Governo.

E o lado bom da crise, se é que ele existe, é o de abrir os olhos do Governo para que se suspenda, imediatamente, o processo de privatização do setor elétrico; e que o Governo dê prioridade a um amplo programa de desenvolvimento, com pesados investimentos em infraestrutura, sob pena de condenar o País à paralisia e à estagnação.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Maguito Vilela, o Sr. Jader Barbalho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sur*

*cessivamente pelos Srs. Carlos Wilson, 1º Secretário e Osmar Dias.*

**O SR. PRESIDENTE** (Osmar Dias) – Concede a palavra ao Senador Geraldo Cândido, por 20 minutos.

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria de informar a V. Exª que o tempo destinado ao orador inscrito após a Ordem do Dia é de 50 minutos, e não 20 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Osmar Dias) – V. Exª tem razão. Portanto, o tempo de V. Exª é de 50 minutos.

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Maguito Vilela fez um pronunciamento importante, abordando a questão da crise energética no País, assunto que preocupa hoje toda a Nação brasileira.

A verdade é que o Governo FHC está mais perdido do que cego em tiroteio. Não sabe o que faz e começa a retaliação contra a Oposição com um pronunciamento infeliz, chamando a Oposição de fascista, quando toma atitudes que são próprias do fascismo e baixa medidas, inclusive, que proíbem aqueles que pagarem multa de recorrer à Justiça pelo eventual consumo excessivo. São medidas autoritárias. Dentre outras advindas do Palácio do Planalto.

O Governo não sabe o que faz, joga a culpa nos Governos anteriores, diz que a culpa é do Governo Collor, do Governo Itamar, que não sabia que a situação era tão grave. Normalmente, os reservatórios de água das usinas hidrelétricas neste período do ano, entre abril e maio, estão com um nível mais elevado, em torno de 60% de sua capacidade. Hoje, foi constatado que o nível não chega a 30%, valor que costumamos ter em novembro, o período mais crítico e no qual o nível dos reservatórios baixa muito. O Governo tem que saber como estão os reservatórios. Se o nível for de 30% ou menos, significa que a crise está à vista.

O Governo também diz que os brasileiros consomem muita energia, o que não é verdade. No **ranking** mundial, o Brasil está em 82º lugar em termos de consumo de energia. Então, a população brasileira não consome tanta energia, até porque não tem tanto poder aquisitivo para comprar aparelhos domésticos. Isso é uma balela, uma mentira do Governo, que tenta justificar sua incapacidade e a política nefasta e absurda de privatização do setor elétrico.

Abordo outra questão: a água, o saneamento, outro setor muito importante e que o Governo tam-

bém inclui como uma das prioridades de privatização. Ao se privatizar o saneamento, o que está por trás, na verdade, é a privatização da distribuição de água para a população. Esse é o grande problema.

Portanto, a privatização do setor de saneamento ambiental, que compreende, basicamente, os serviços de água, esgoto, coleta e disposição final do lixo urbano e rural, controle de vetores de doenças e drenagem pluvial urbana, vem ocorrendo desde os anos 70, época em que o **boom** da construção civil começou a dar ar de desgate e crise, até o momento atual.

Nesse "lapso temporal", as empresas prestadoras de serviço de limpeza urbana começaram a surgir, primeiramente, no Brasil, em seguida, na Argentina e, posteriormente, em outros países, como Chile, Colômbia, Venezuela, Peru, etc. Essas empresas, oriundas das grandes construtoras que bradas pelo "Milagre Econômico – Brasil 1970" vieram no setor de limpeza pública a sua "tábua de salvação" da crise da construção civil, pois os "contatos" para as grandes obras públicas também eram os mesmos para a construção de aterros sanitários em Municípios.

Entre tanto, soamente a partir da década de 80 é que essas empresas se consolidaram no mercado com o **lobby** de que os serviços operados diretamente pelos Municípios eram, em sua maioria, deficitários e de má qualidade, levando o Brasil a um caos sanitário. Vale ressaltar que essas empreiteiras construíram os aterros, porém não os operavam.

A partir da década de 90, baseada em dados do IBGE, essas empresas prometeram reduzir os índices de resíduos sólidos urbanos, dispostos de maneira inadequada dentro de rios, lagoas ou céu aberto, que eram 76% de um universo de 96 mil toneladas diárias; universalizar a coleta e reduzir os custos operacionais do serviço.

Com esses "motes", essas empreiteiras conseguiram, no período de duas décadas, ser responsáveis pela coleta de mais de 60% do lixo gerado pela população brasileira, sendo que a coleta de lixo representa o "filé" das operações no tocante a um sistema de limpeza pública. Entre tanto, ao analisarmos o resultado da privatização do setor de resíduos sólidos no Brasil, deparamo-nos com um quadro infinitamente pior do que há 20 anos.

A privatização dos serviços de limpeza pública rendeu à sociedade não melhorias, mas sim o superfaturamento do serviço de coleta de lixo, com municípios que pagam até R\$60,00 por tonelada coletada de maneira convencional e, pasmem, até R\$450,00 pela tonelada de coleta de lixo seletivo.

Sem contar que da dos do Laboratório de Engenharia Sanitária e Ambiental, Lesa, da UFMG, dão-nos conta que, após duas décadas de privatização do setor de coleta e disposição final de lixo, o índice de resíduos sólidos dispostos a céu aberto, que era de 76%, ultrapassou a casa dos 89% e a cobertura de coleta porta-a-porta ainda não é universalizada.

Ademais, as empresas de coleta tornaram-se "caixa-dois" de campanhas de prefeitos corruptos que se beneficiaram como superfaturamento do serviço.

Agora, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Governo FHC quer privatizar o acesso à água e ao esgoto, que são vitais para qualquer ser humano. Já tendo esse Governo FHC liqüida do boa parte do patrimônio nacional, vendendo, inclusive, empresas estratégicas para o desenvolvimento do País, verifica-se que, desta vez, a intenção é mais grave. O Governo Federal vem, sistematicamente, tentando executar uma política de privatização do setor de água e esgoto que, aliás, apresenta um cenário que não diverge em nada do que ocorreu com o setor de resíduos sólidos, no final da década de 70, a não ser por um agravante: as concessões dos serviços de água e esgoto terão uma duração de até 30 anos, prorrogáveis por um período de até mais 10 anos.

A experiência da Inglaterra é de sã tristeza sentida. Em 1989, Margaret Thatcher privatizou o serviço de saneamento no País e o setor ficou nas mãos de dez empresas. Em dois anos, as tarifas subiram 30% e o lucro das companhias chegou a 360%.

A privatização do saneamento tem desmentido, em todo mundo, a promessa de qualificação desse serviço e do custo mais baixo devido à concorrência entre as empresas. A garantia do maior acesso e de mais qualidade do serviço está no controle social, não nos investimentos, e na transparência de sua administração.

Desde 1996, vários parlamentares da base governista apresentaram projetos, visando privatizar as empresas públicas de saneamento básico. Porém, encontram resistências dos setores organizados da sociedade e os projetos ficaram paralisados.

Inicialmente, tentou-se com o PL n.º 266, do Senador José Serra, e, posteriormente, um outro PL, o de n.º 72, do Deputado Adolfo Marinho. Entre tanto, ambos os projetos não conseguiram ir adiante, devido às fortes pressões dos setores organizados da sociedade da civil. Temos também o Projeto de Lei n.º 41, do Senador Paulo Hartung, apresentado este ano, que protege em parte o setor público, mas não exclui a presença do capital privado.

Paralelamente às ações legislativas, o Governo Federal estabeleceu uma política econômica para o setor que visa asfixiar financeiramente as empresas municipais e estaduais de água e esgoto, forçando-as a uma privatização por falta de recursos orçamentários oriundos do Executivo Federal ou de verbas da Caixa Econômica Federal.

Vale ressaltar que os recursos orçamentários são de extrema importância, haja vista que são recursos financeiros não reembolsáveis à União. Essa política de financiamento do Governo já é conhecida como "política do pau-de-sebo", em que os recursos existem, mas são inacessíveis aos entes federados municipais ou estaduais.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte, eminente Senador Geraldo Cândido?

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** (Bloco/PT – RJ) – Com muita satisfação, eminente Senador Tião Viana.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Senador Geraldo Cândido, cumprimento-o pela grandeza do pronunciamento e me associo às críticas e sugestões que V. Ex.<sup>a</sup> muito bem faz, em função de ser um assunto de extraordinária importância para o Brasil. Diria um assunto mais prioritário que uma agenda positiva de governo de veria adotar seria esse do saneamento básico, de fazer o estado cumprir o seu papel perante a sociedade. Se nós olharmos os indicadores vamos ver que das capitais brasileiras, quando nós vamos para as regiões mais periféricas do Brasil, nós temos menos de 2% de cobertura, de saneamento básico efetivo nas capitais brasileiras. Olhando para a Amazônia o quadro é exatamente esse; nas cidades de médio e pequeno porte o quadro é infinitamente mais assustador, e atrás disso vem toda uma situação de saúde pública. O Senador Paulo Hartung, em debate aqui sobre saneamentos, usa que S. Ex.<sup>a</sup> também advoga muito, afirmou há pouco tempo que cada um dólar investido em saneamento básico é uma economia de seis dólares na área de saúde. Então não é possível que essa asfixia financeira que vive o Governo brasileiro possa perturbar de tal ordem as ações e deixá-lo retraído a atitude de enfrentar a necessidade de se fazer saneamento básico passando pela coleta de lixo, que é outra tragédia gravíssima. Estamos vendo o Governo brasileiro gastar mais de um milhão de reais todos os dias no combate e prevenção da dengue, e a coleta de lixo é um elemento de terminar nisso aí. E seguramente esse serviço piorou quando ele foi conduzido pela iniciativa privada com interesse escusos. Se nós olharmos o que era a ação do



saneamento básico em seu sentido pleno por práticas de governos que não eram sensíveis, não cumpriam ritos técnicos, também vamos ter críticas, mas nós podemos achar o caminho do meio, o caminho de ter iniciativa das políticas públicas com honestidade, com senso de prioridade, respeitando cada centavo do dinheiro público e em alguns momentos tendo a participação da iniciativa privada na aquilo que é determinante e que não afete o compromisso da saúde do povo brasileiro. Então eu quero cumprimentá-lo e partilhar integralmente do conteúdo da formação do curso de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) –**

Senador Tião Viana, agradeço ao seu aparte. Conheço V. Ex<sup>a</sup> pela sua atuação, como médico que tem uma preocupação fundamental com a saúde da população. Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup>, juntamente com o Governador do Acre, seu irmão, têm se empenhado profundamente nas áreas de saúde pública, tratamento de lixo e saneamento, que são fundamentais para a população. Obrigado pelo seu aparte, que enriquece o meu pronunciamento.

A exemplo disso, temos que, no orçamento do Governo Federal para o ano de 1999, foram empenhados R\$35 milhões para o Programa de Saneamento para a População de Baixa Renda – Pro Sanear e, entretanto, foram efetivamente pagos apenas R\$172.941,00, ou seja, 4,7% do montante aprovado no orçamento. Mais recentemente temos o Orçamento da União para o ano 2000, em que foram empenhados R\$13.823.013,00 para "Financiamento a Concessionárias Estaduais e Municipais para Implantação, Ampliação ou Melhoria do Sistema de Saneamento". Entretanto, foram efetivamente pagos apenas R\$2.711.517,00, ou seja, 19,62% do aprovado para o projeto.

Outro exemplo importante constatarei na reportagem do jornal **OGlobo** na matéria "Dois Pesos Duas Medidas". A situação se dá da seguinte forma: Há um ano, a Cedae intensificou o programa de corte de água para cerca de 300 mil consumidores inadimplentes. Os técnicos deveriam cumprir à risca a determinação de suspender o abastecimento dos consumidores com mais de três contas em atraso. Mas o rigor que pequenos comerciantes e moradores enfrentam não foi o mesmo com grandes empresas e órgãos públicos. Da lista dos 20 maiores devedores da companhia publicada no Diário Oficial no último dia 11/04, oito são órgãos do Estado. E o mais surpreendente: em 18º lugar no **ranking** dos não-pagadores está a sede do Governo Estadual, o Palácio da Guar

nabara, com uma dívida de R\$2.342.524,76. Sozinhos, os órgãos estaduais que figuram na lista respondem por R\$26,9 milhões da dívida total (R\$82,3 milhões), o que transforma o Governo do Rio, dono da Cedae, num grande devedor de sua própria empresa.

A dívida do Estado é de R\$73 milhões, porém lidando a lista dos devedores do Estado está outro órgão público, só que federal: a Base Aérea do Galeão, com um débito de R\$15,3 milhões. O segundo lugar é de uma das maiores empresas do mundo, a General Electric. A multinacional ingressou na Justiça questionando os valores cobrados e deixou de pagar diretamente à Cedae R\$6,8 milhões. O dinheiro está depositado em juízo. Temos também: Fábrica Cariacados Catalisadores, R\$6,6 milhões; Hotel Intercontinental, R\$5,1 milhões; Maracanã, primeiro órgão estadual a figurar na lista dos devedores, com um débito de R\$4,7 milhões. A lista revela outro aspecto preocupante: se a Cedae decidisse cumprir à risca o programa de cortes, pelo menos sete hospitais da cidade, cinco deles estaduais, um municipal e outro privado, teriam seu abastecimento suspenso. O Governo do Rio de Janeiro reconhece as dívidas, mas responsabiliza as gestões anteriores e está quitando os débitos de forma parcelada. A dívida do Estado da Paraíba para financiar mais dois trechos das obras de saneamento da Barra e de Jacarepaguá, orçadas em R\$118 milhões.

O Governo enviou o Projeto de Lei nº 4.147 que conceitua, entre outras coisas, o saneamento básico e delinea dois tipos de "saneamento básico", sendo um de interesse local e outro de interesse comum. Determina que aos municípios cabe a titularidade dos serviços de saneamento básico de interesse local, ao Estado os de interesse comum, excetuando-se os serviços de correntes de gestão associada conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal. E ao Distrito Federal em sua área geográfica. Ainda no campo conceitual dos serviços de saneamento básico, a proposta do Governo Federal chega ao absurdo de considerar "os serviços universalizados" na área de água e esgoto quando está assegurado "o direito de acesso a toda pessoa, independentemente de sua condição socioeconômica e instituição, qualquer que seja a sua finalidade, aos serviços de saneamento básico prestados adequadamente em localidades mediante o pagamento de tarifas". Ora, se o serviço de água e esgoto só irá às localidades por meio do pagamento de tarifas, por definição, não é universal. A proposta do Governo também caminha no campo da regulação das prestações dos serviços de água e

esgoto, chegando a modelar a metodologia para as licitações de concessões das atividades e titularidades. Como exemplo, o PL nº 4.147/01 concede que as licitações de concessões ou de permissões de serviços de saneamento básico serão "julgadas com base na antecipação das metas físicas anuais para universalização dos serviços".

Vale ressaltar que essas metas serão elaboradas pelo licitante, baseadas no seu déficit sanitário anual. Ocorre que, no modelo de licitação proposto pelo Governo, os licitantes são obrigados a ter nos respectivos editais "o valor presente dos investimentos estimados ao longo dos primeiros dez anos do período de concessão ou permissão", também sendo obrigados a colocar os custos estimados de investimento correspondentes às metas físicas mínimas para cobertura do serviço pelo concessionário. Tudo seria bom se não fosse um dispositivo contido no projeto que isenta no contrato de concessão o "novo concessionário" de submeter, como cláusula contratual, as metas físicas a serem alcançadas nos dez primeiros anos, também não lhe sendo obrigatória a declaração, em contrato, dos custos estimados de investimento para o cumprimento das metas físicas contidas no edital de licitação.

Para "coroar os vícios de iniciativa", a proposta do Governo Fernando Henrique Cardoso determina que "a declaração de disponibilidade hídrica será transformada em outorga de direito de uso de recursos hídricos em favor do concessionário contratado, mediante comunicação do titular dos serviços". Esse dispositivo garante que o direito de uso da água seja do concessionário, que, em muitos casos, poderão ser companhias privadas, e não do titular do serviço, consubstanciando com isso uma verdadeira privatização do uso da água do rio, contrariando o disposto na Lei nº 9.433/97, que determina que a outorga não implica alienação parcial das águas, uma vez que as "águas são inalienáveis".

Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> e Srs. Senadores, ali quidação do patrimônio público através das privatizações não teve qualquer efeito positivo sobre o endividamento público nem sobre a dívida externa. Ao contrário, ambos cresceram absurdamente. Somente um único setor obteve resultados favoráveis: os bancos, que apresentaram lucros excepcionalmente altos, como o Itaú, que deverá fechar o ano com um lucro da ordem de R\$ 2 bilhões, segundo noticiou a **Revista Veja**.

Pelo exposto, devemos analisar os exemplos de privatização em outros países e pelo Brasil afora,

para entender que entregar a água nas mãos de grandes empresários não é bom negócio para o povo. Privatizar a água é sinônimo de aumento nas contas, queda na qualidade dos serviços, desemprego e corrupção de governantes. Para comprovar, é só ver o que aconteceu na Argentina, Inglaterra, França e em Municípios paulistas, aqui no Brasil.

No país de Maradona, os serviços de água e esgoto foram privatizados na Capital, Buenos Aires, em 1992. Ganhou a licitação um grupo de empresas lideradas por empresas francesas. Resultado: em três anos, apesar dos lucros, os empresários não investiram nem metade do que prometeram no contrato. Os argentinos estão pagando em média quatro vezes mais pela água que com o mesmo.

Engana-se quem pensa que esses são problemas apenas dos países pobres do Terceiro Mundo. Na França, o saneamento já virou um mar de lama. Dezenas de políticos, homens de negócios, Ministros de Estado e Prefeitos são acusados em processos de corrupção envolvendo a privatização da água.

Na Inglaterra, onde quase não existe inflação, depois de cinco anos de privatização, as contas dobraram e a falta d'água é constante no verão. Antes da privatização, três entre cada quatro britânicos eram contra a venda das estações de água e hoje esse número só vem aumentando.

No Brasil a situação não é diferente. As empresas privadas só se interessam pelos grandes sistemas de água, onde o lucro fácil é garantido. Aquelas cidades onde há grandes deficiências de saneamento são deixadas de lado. Nesse sentido a população brasileira rejeita a privatização. E está de olhos abertos para os interesses dos grandes empresários. Um levantamento feito no Brasil mostra que houve tentativas para conceder toda a gestão dos serviços de água e esgoto à iniciativa privada em 21 municípios brasileiros. As câmaras e prefeituras resistiram à privatização.

A população é a maior prejudicada nos poucos municípios que arriscaram entregar a água aos empresários. Por isso, sou contra a proposição do Governo, em tramitação na Câmara dos Deputados, o qual de monstra mais uma vez ser um Governo subordinado ao FMI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Geraldo Cândido, o Sr. Osmar Dias, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada simultaneamente pelos Srs. Carlos Wilson, 1º Secretário e Tião Viana,*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana) – Concede a palavra ao eminente Senador Carlos Patrocínio.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os principais canais de TV aberta têm vinculado, nos últimos dias, uma interessante propaganda institucional, de caráter educativo. Trata-se de incentivar a população a instalar equipamentos de captação de energia solar, procedimento adotado por nações adiantadas e que sempre se revelou vantajoso tanto para os consumidores quanto para o País.

As camadas mais esclarecidas da nossa população urbana já estão familiarizadas há algum tempo com essa modalidade de energia limpa – não poluente. O custo da instalação das chamadas placas em poucos meses é compensado pela contenção de gastos com energia elétrica. Por isso, aqui mesmo no Distrito Federal, a grande maioria ostenta nos telhados placas captadoras de energia solar, principalmente nos chamados bairros nobres.

Louvo, portanto, essa iniciativa governamental. Ela nos chega com bastante atraso, após os mirabolantes extorsivos cálculos de multas à população relativas a possíveis excessos de consumo.

De início, a população respirou aliviada por se haver livrado das supercontas de luz, sobretudo aqueles que instalaram chuveiros por captação de energia solar. O País, no entanto, manifestou rejeição ante os cortes de energia, já batizado de apagões pelo povo. Agora, as multas retornaram. A redução de 20% de consumo é obrigatória, os cortes punitivos estão previstos. A recessão é inexorável.

Sabe-se que um racionamento de energia elétrica por seis meses pode acarretar uma redução de 0,6% no crescimento do PIB brasileiro. As metas de crescimento, estabelecidas em 4,5% pelo Governo, já haviam caído para 4% em razão das duas últimas elevações da taxa de juros pelo Banco Central. Ontem, tivemos outra elevação de 0,5% das taxas de juros do Banco Central. Calculamos economistas que, com o racionamento, a expansão do PIB não deverá ultrapassar 3,5%.

O setor industrial se prepara para aliviar as inevitáveis perdas do setor. Alegra o Palácio do Planalto que a atual situação de escassez de oferta de energia deve-se à falta de investimentos nos Governos dos Ex-Presidentes Fernando Collor e Itamar Franco — são palavras textuais da edição do dia 08 de maio do **Jornal do Brasil**.

Não duvido, Sr. Presidente, que tenha havido pouco investimento, como também não duvido de que, de 1996 a 2000, tenham sido acrescentados à oferta nacional de energia elétrica 3,1 mil megawatts por ano.

Segundo declaração do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, a disponibilidade de potência era de 58,9 mil megawatts; no ano 2000, havia-se atingido um total de 74,4 mil megawatts; em 2001, os investimentos deverão representar mais de 4,8 mil megawatts na capacidade de transmissão de energia elétrica.

O que nos causa espécie é a declaração do Dr. José Otávio Campos, Assessor do Conselho de Energia da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – Firjan, ao **Jornal do Brasil**:

Em maio do ano passado, a Firjan lançou um relatório alertando sobre o risco de racionamento de energia e a necessidade de economia. Mas o alerta foi ignorado pelo governo e por isso estamos nessa situação.

Impressiona, outrossim, que a mesma equipe que ignorou o alerta da Firjan se tenha prestado a um verdadeiro delírio; a cálculos exorbitantes, ressaltados pela imprensa carioca: "Arrecadação extra com tarifas pode passar de R\$400 milhões mensais e deve ser dividida entre empresas e consumidor.

O Secretário Executivo de Minas e Energia, Sr. Luiz Perazzo, rebateu as críticas de que as empresas concessionárias se beneficiariam com os recursos arrecadados pelo plano de racionamento. Parece-me, também, impossível a hipótese de que qualquer indivíduo digno possa, em seu juízo normal, ter pensado em tirar proveito dessa situação.

Quase todos os jornais de circulação nacional divulgaram transcrições de um documento denominado "Planejamento Anual da Operação Energética Ano 2000", elaborado em abril de 2000, pelo Operador Nacional de Sistema e encaminhado ao Ministério das Minas e Energia e à Agência Nacional de Energia Elétrica.

No mês de dezembro foram feitos novos alertas às autoridades, quanto à gravidade da situação, em virtude dos baixos níveis dos reservatórios das hidrelétricas. Frente ao risco de 20% de desabastecimento, tudo indica que preferiram nada fazer e acreditar nos 80% de possibilidades de ocorrência de chuvas ao longo do ano 2000.

Mesmo com a garantiagovernamental de que sóhaverá cortes de luz durante o dia, é enorme a preocupação do povo e das autoridades estaduais e municipais, especialmente nas grandes cidades.

Podemos imaginar, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o caos nos hospitais que não dispuserem de geradores, nas maternidades, no trânsito, com os semáforos inoperantes, na segurança, com a paralisação de metrô e trens elétricos, com pessoas retidas em elevadores, em equipamentos e eletrodomésticos que serão danificados, alimentos deteriorados. Muitas previsões são possíveis, nobres Colegas, todas elas negativas, nebulosas, de possíveis consequências ainda piores.

As informações que circulam na **Internet**, Sr. Presidente, agravam ainda mais as preocupações. A ONG **Ilumina**, por exemplo, que se diz formada por técnicos com larga experiência no setor, chama a atenção da população para três pontos importantes: "O que está acontecendo não é obra exclusiva da falta de chuvas. Há responsáveis, e a sociedade deve buscar essa responsabilidade." Alerta a cita da ONG. A sociedade brasileira ainda não se deu conta da real dimensão da crise que a falta de energia causará. Se o racionamento for de 15%, isso significa que, em cada mês, cinco dias não teremos luz. Em cada dia, quatro horas no escuro. Todos os dias, todos os meses. O impacto econômico será enorme. Estima-se que o País perca US\$1,200.00 para cada megawatt/hora não fornecido. Um prejuízo que pode chegar a US\$50 bilhões".

O **site Ilumina** apresenta conceitos e exemplos capazes de abordar ângulos inexplorados da questão energética, como no caso da Usina do Funil, no Estado do Rio de Janeiro, que é operada por Furnas. Uma vez que a Usina do Funil foi praticamente amortizada no balanço de Furnas, gera energia bem barata, a R\$5,5 cada mil quilowatts/hora. Furnas vende para a Light os mesmos mil quilowatts/hora a R\$35,00, e essa em média se revende a R\$160,00.

Especificamente quanto à privatização, o referido **site** adverte:

A tarifa de energia do broudes de a privatização; o risco de racionamento triplicou; o aumento da oferta está insuficiente; o setor privado não está investindo em expansão, na medida necessária; 100 mil empregos no setor elétrico foram extintos; os ganhos de produtividade das empresas privatizadas, em sua grande maioria, não são repassados ao consumidor.

Quanto ao consumo, que as autoridades alegam ser muito alto, ou, em termos técnicos, de manda

aquecida, o **site** divulga o consumo **per capita** de alguns países em ordem decrescente. Cita reiape nas oitês primeiros:

A Noruega, 25 mil kwh por habitante; o Canadá, 16 mil kwh; os Estados Unidos, 12,5 mil kwh. Para fins de comparação, o Brasil, 2 mil kwh por habitante. Isso mesmo, 2 mil kwh por habitante.

Somos, ao mesmo tempo, o 8º PIB mundial – motivo de orgulho – e o 82º país em termos de consumo energético, abaixo da média mundial de países, cujos padrões de desenvolvimento não são dos mais destacados, como o Canadá, a Grécia, a Venezuela, a Romênia, a Guiana Francesa etc.

Algumas outras informações são também, por assim dizer, inusitadas ou incompatíveis com as declarações das autoridades brasileiras:

Vinte milhões de domicílios não têm acesso à luz elétrica; muitos dos que têm esse acesso consomem muito pouco. Para se ter uma idéia, uma família que tenha uma pequena geladeira, um ventilador e apenas uma lâmpada e não use chuveiro elétrico gasta em torno de 140 kwh/mês. No Maranhão, por exemplo, o consumo médio não passa de 90 kwh/mês, e há consumos menores.

A ONG **Ilumina** apresenta, outrossim, uma explicação bastante original para o fato de não termos ainda passado por nenhum racionamento. Como o **site** informa, a água que deve produzir energia nos próximos anos se encontra armazenada nos reservatórios. Como estamos agora avançando sobre essas reservas, o risco de déficit no futuro é cada vez maior, mesmo com o racionamento programado a partir de junho. Além disso, muitas famílias de baixa renda, no interior do País, estão voltando a utilizar velas e queirose, porque não conseguem mais pagar as contas de eletricidade.

A edição de 14 de maio da **Revista Época** explica o que a atual crise energética tanto era inevitável quanto previsível: entre os anos de 1997 a 2001, enquanto a demanda cresceu de 276 para 322 Gwh, o investimento caiu de US\$6,2 bilhões para US\$3,1 bilhões. Enquanto faltava água no reservatório da Usina de Emborcação, na divisa de Minas Gerais com Goiás, so bre em Itaipu, no Paraná. Contudo, não foram construídas linhas de transmissão para levar a sobra de energia do Sul ao Sudeste. Em compensação, os preços de energia elétrica residencial evoluíram de R\$120,00, em 1997, para R\$172,00, em 2001, por megawatt-hora.

Concedo, com muita honra, o aparte ao eminente Senador Geraldo Melo.

**O Sr. Geral do Melo** (Blo co/PSDB – RN) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, mas prefiro que V. Ex<sup>a</sup> termine a apresentação do quadro para que eu faça o meu comentário. Aguardarei.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** (PFL – TO) – Perfeitamente, eminente Senador.

Outro aspecto que a imprensa vem ressaltando, para caracterizar a imprevidência das autoridades constituídas é que, apesar dos diversos estudos técnicos que sinalizam a crise, os alertas foram ignorados. Os US\$20 bilhões arrecadados com a venda das estações do setor elétrico, a partir de 1990, foram utilizados para abater dívidas, como o objetivo de manter o equilíbrio do caixa do Governo Federal. Além disso, como um contra-senso, foram efetuados cortes significativos nos investimentos em infraestrutura.

A meta é reduzir o consumo de energia em tre 20 e 35%, em todo o País – os técnicos ainda não chegaram a um consenso. Já se sabe, porém, que os cortes serão diários, devendo durar de quatro a seis horas.

O próprio Governo calcula perdas de até US\$3 bilhões na arrecadação de impostos, em consequência do racionamento. A Fundação Getúlio Vargas avisa que seis meses de interrupções no abastecimento de vem provocar a redução de 850 mil empregos, em todos os setores produtivos. Ainda não se sabe se os cortes seletivos são viáveis, isto é, se é possível evitar que serviços essenciais – como hospitais, aeroportos, bombeiros, polícia etc. – sejam atingidos.

Já é certo que, no mínimo, o Brasil ficará US\$14,5 bilhões mais pobre e que a economia perderá de 1 a 2% de crescimento. As exportações cairão, causando um déficit de US\$1,6 bilhão. Deverá ocorrer aumento de preços ao consumidor inflação, portanto. A crise deverá se estender até 2002 e provocará, automaticamente, recessão e queda na renda **per capita**.

Táticas de guerra foram divulgadas pelos periódicos de circulação nacional. Ressalto, Sr. Presidente, que o próprio Ministro Pedro Parente, encarregado de coordenar esse caos, admitiu que o impacto do racionamento na vida dos brasileiros será muito mais sério do que as pessoas imaginam.

Em termos de consumo, 43% é tão a cargo da indústria e 28%, das residências. O comércio e os serviços públicos praticamente empatam: 15% e 14% respectivamente. Dentre os equipamentos de uso doméstico, o grande vilão é o chuveiro elétrico, que, com uma hora de funcionamento diário e potência média de 3.500 watts, representa um consumo mensal de 105 Kwh.

A Rede Globo de Televisão, decididamente, engajou-se na guerra ao chuveiro elétrico. No Programa Sociedade Anônima, de domingo, 13 de maio, o apresentador Cazé Peçanha queimou um desses aparelhos. Enquanto praticava-se o ato de indignação, informava que 8% da energia do País são gastos com chuveiros elétricos, os quais são também responsáveis por 50% das contas de luz residenciais.

A revista **Veja** afirma que o maior desafio é vencer o chuveiro elétrico – usa-se por 90% das pessoas que tomam banho quente no País. Não está dúvida de que é uma solução barata e simples: a partir de R\$15,00; enquanto um aquecedor a gás custa a partir de R\$800,00 e a instalação de um sistema de aquecimento solar custa R\$1.500,00. O problema é que, enquanto gastar energia elétrica é simples, a partir de um aparelho barato, gerar a energia necessária é caro e complexo.

Esclareço, Sr. Presidente, conforme a revista **Veja** gerar energia nova para um chuveiro funcionar durante uma hora por dia todos os dias, ao longo de um mês, exige investimento em geração/distribuição de R\$10 mil.

**O Sr. Geral do Melo** (Blo co/PSDB – RN) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** (PFL – TO) – Pois não, Excelência.

**O Sr. Geral do Melo** (Blo co/PSDB – RN) – Senador Carlos Patrocínio, muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. Estou atento ao seu discurso, que narra o quadro de dificuldades que aí está, atingindo a todos os brasileiros. Concordo e considero importante que esta Casa discuta da forma ampla, como vem fazendo, essa questão em todas as oportunidades, pela importância que tem uma boa solução para o assunto. Há um tema, entre tantos, que vem sendo incorporado a essa discussão e que, felizmente, não foi incorporado ao discurso de V. Ex<sup>a</sup>, que é incluir, na prateleira das queixas contra o Governo, a escolha do Governo como o único e o grande vilão do problema da escassez atual de energia elétrica. Concordo, por exemplo, quando se diz ser injustificável termos atraído – e V. Ex<sup>a</sup> se referiu a isso – a implantação das linhas de transmissão que melhorassem e aumentassem a eficiência, ou até realizassem, onde não está feita, a interligação dos sistemas geradores do País onde, para que se pudesse usufruir da energia produzida onde quer que fosse. Concordo com os critérios que dizem que é inconcebível que se tenha atraído a implantação ou a execução do programa de termoeletricidade a gás, pelo fato de termos desejado evitar que certos

setores ligados ao Estado tivessem prejuízo por conta da variação no preço do gás usado no Brasil, em virtude de um alto consumo de gás usado no Brasil ser importado e, portanto, pago em dólar. Até aí, acho perfeita mente natural que se critique. O Governo tem suas explicações; fez opções de prioridades aqui e ali; e essas opções terminaram atrasando vários segmentos do programa. Entre tanto, V. Ex<sup>a</sup> mesmo mencionou este fato: sendo o Brasil o 82º País do mundo em consumo de energia elétrica por habitante, isso é obviamente resultado da circunstância de que grande parte do País ainda não dispõe de energia elétrica. V. Ex<sup>a</sup> mesmo forneceu uma informação concreta: mais de 20 milhões de habitações no Brasil continuam sem energia elétrica. Evidentemente, se se dividir a quantidade de energia consumida pela população inteira, considerando que uma parte não dispõe sequer de energia – nesse caso, estão incluídos aqueles que não têm energia –, o índice de consumo por habitante deve ser menor. A solução para isso haverá de ser a ampliação da oferta de energia a quem não a tem. Além disso, o fato de que outra parte da população, mesmo dispondo de energia elétrica, está constituída por populações de renda muito baixa também tem a ver com o baixo consumo, pois, no caso daqueles que, ainda que tenham energia em sua casa, não dispõem de aparelhos eletrodomésticos nem de iluminação suficiente, o consumo nessas habitações certamente será pequeno – o que puxa a média de consumo **per capita** para baixo. Portanto, essas questões, embora esses números relacionados com o consumo de energia tenham a ver com o uso da energia no Brasil, eles não têm nada a ver com a crise de energia elétrica que está sendo discutida. Outra questão é a seguinte: embora eu concorde, como disse, com algumas das críticas, não concordo com a maneira como se coloca a questão, atirando sobre o Governo a responsabilidade completa pela crise. Se não estou enganado, Senador Carlos Patrocínio, a capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil, as máquinas que aí estão para produzir energia elétrica têm uma capacidade de geração da ordem de 75 mil megawatts. O pico de consumo de energia elétrica no Brasil, não a média, foi de 56 mil megawatts. O Brasil tem, portanto, para um consumo máximo de 56 mil megawatts, praticamente 20 mil acima disso, ou seja, quase 40% acima do maior consumo de que se tem memória na história do consumo de energia elétrica no País. Mas qual é a questão? A questão é que, quando se mede a capacidade de geração de energia, é preciso medir duas capacidades: a capacidade instalada dos equipamentos

é uma coisa, a outra é a capacidade dos rios. A capacidade dos rios não depende de governo algum. Tem-se levado até no ridículo quando vozes do Governo fazem referências carinhosas a São Pedro para, de certa maneira, responsabilizá-lo pelas dificuldades que estamos atravessando. Mas, se São Pedro tivesse algo a ver com chuva – ver da de é que, no Nordeste, essa responsabilidade é muito mais atribuída a São José –, seja qual for o santo que administre a chuva, ele tem alguma responsabilidade nessa crise, porque, se as máquinas estivessem, neste momento, com tanto com o volume de água que cessaria rio para movimentá-las todas, teríamos 20 mil megawatts de capacidade de geração acima da qual que o Brasil de mandou. Portanto, o que se pode dizer é que um país como o nosso, que está engajado na expansão da energia elétrica para todo o país, em levar energia elétrica a todas as casas, um país que está precisando crescer e intensificar a sua atividade econômica precisa investir em energia elétrica, que é um componente fundamental da infraestrutura econômica, como precisa investir em estradas, em portos, em comunicações, porque, sem isso, não é possível crescer. Todavia, dizer que o Presidente da República é culpado porque o rio está com pouca água?!... Não há go ver no mundo que possa olhar para um rio, achar que está com pouca água e dizer que vai fazer um rio maior, que vai aumentar o volume de água desse rio. Esse tipo de coisa o Governo não pode fazer. Concordo e acho necessário e importante, por exemplo, o que V. Ex<sup>a</sup>, com a competência habitual e com a serenidade de sempre, está fazendo. V. Ex<sup>a</sup> está traçando um quadro que, em síntese, significa que existe muito a fazer no campo da energia elétrica no Brasil. Mesmo quando os rios estiverem todos transbordando – espero que voltem a transbordar –, mesmo quando as hidrelétricas estejam em condições de gerar toda a sua capacidade e mesmo quando todas as linhas de transmissão estiverem feitas, interligando todos os sistemas, haverá muito a fazer no campo da energia elétrica. Mas o que, sinceramente, não compreendo é que nós permitamos que se informe a população de uma maneira tão errada como se está informando, porque isso não é informar, é de sinformar. A população precisa saber exatamente o que está se passando, ela precisa saber, com toda clareza, que, se tivesse havido disponibilidade de água para que os reservatórios estivessem em nível adequado, não estaríamos com os problemas que estamos enfrentando pelo simples fato de que haveria energia suficiente, mesmo com as linhas de transmissão atrasadas e as termelétricas não construídas.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Hartung) – (faz soar a campainha.)

**O Sr. Geraldo Melo** (Bloco/PSDB – RN) – Eu queria fazer essa ponderação, dentro do discurso importante como o que V. Ex<sup>a</sup> está fazendo sobre esse tema, como uma forma de contribuir para que o debate se faça, sem restrição alguma, com a exibição completa dos problemas, mas sem o compromisso ou a necessidade de transformar esses problemas, pura e simplesmente, num componente de desgaste para o Governo Federal. Simplesmente, não compreendo por que fazer dessa maneira. Quero encerrar com uma ressalva bastante clara: não vi essa posição em V. Ex<sup>a</sup>; não é V. Ex<sup>a</sup> que está fazendo isso. Mas o seu discurso me encorajou a fazer este registro que achei necessário fazer. Obrigado, Senador.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** (PFL – TO) – Nobre Presidente, quero dizer que deve estar havendo um equívoco por parte da Mesa, porque estou falando após a Ordem do Dia e, regimentalmente, tenho direito a 50 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Hartung) – A observação é apenas em relação ao aparte, nobre Senador.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** (PFL – TO) – É porque o sinal alerta que devo terminar meu pronunciamento. Procurarei ser o mais sucinto possível.

Eu não poderia deixar de responder a esse aparte do eminente Senador Geraldo Melo, que, como sempre, é muito substancial, muito judicioso. Quero dizer, eminente Senador, que também não estou aqui querendo ser mais um jogador de pedra no Governo, que, agora que todos estão jogando de pedra, eu queira também jogar. Mas, em todos os estudos que fiz, em todas as entrevistas de que tive oportunidade de participar, sobretudo na Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal, a conclusão a que chegamos é que a culpa é, de fato, do Governo Federal, mais especificamente da equipe econômica do Governo Federal. Posso dizer a V. Ex<sup>a</sup> que já tivemos, recentemente, anos com menor precipitação pluviométrica e não tivemos esse problema. Não é que tenha chovido muito pouco este ano, mas é que o consumo foi aumentado cada vez mais, houve, evidentemente, investimentos no setor, mas investimentos que não acompanharam a demanda. Nos últimos dez ou quinze anos, tivemos um aumento no consumo da ordem de 49% e o investimento foi da ordem de 35%.

Eminente Senador Geraldo Melo, V. Ex<sup>a</sup> disse que existe uma capacidade instalada de 75 mil megawatts e que, na hora do pico, não se gasta mais do

que 55 mil megawatts. Não sou engenheiro, mas creio que essa relação está errada. Penso que, para atender um pico de 55 mil megawatts de consumo, temos que ter, mais ou menos, 100 mil megawatts. Vou estudar melhor o assunto. Quem sabe o Senador Ademir Andrade poderia socorrer-me neste momento.

Agradeço muito a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>. Cheguei à conclusão, eminente Senador, de que os culpa dos não foram São Pedro nem São José, no Nordeste. A culpa é mesmo do Governo.

**O Sr. Ademir Andrade** (PSB – PA) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** (PFL – TO) – Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Ademir Andrade** (PSB – PA) – Quero me congratular com V. Ex<sup>a</sup>, Senador Carlos Patrocínio; logo em seguida, falarei sobre o mesmo tema, mas talvez sob um outro aspecto, ainda mais negativo. V. Ex<sup>a</sup>, mesmo sendo um homem do Governo, do PFL, tem sido extremamente coerente com suas posições. V. Ex<sup>a</sup> tem sido verdadeiro e corajoso ao assumir de terminadas críticas construtivas, positivas, com argumentos verdadeiros. Quero dizer que o Senador Geraldo Melo, a quem admiro – S. Ex<sup>a</sup> é um defensor intransigente do Governo, fez um aparte de fechamento da posição do Governo – deve saber que não tem razão na sua argumentação. V. Ex<sup>a</sup>, Senador Carlos Patrocínio, tem toda a razão. Há mais de quatro anos, o Governo vem sendo alertado, porque, ano a ano, tem usado a capacidade dos rios acima das possibilidades. O sistema energético brasileiro é interligado, a não ser em alguns Estados do Norte, que não são ligados. O Brasil é um país de dimensão continental, que, por tanto, tem áreas onde chove mais e em determinados períodos do ano e áreas onde chove menos, que têm mais necessidade de dessagemia.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** (PFL – TO) – É até sorte do Brasil: quando falta em um lugar, tem no outro.

**O Sr. Ademir Andrade** (PSB – PA) – Somos um país de muita sorte. O que não temos é um governo sintonizado com o povo, lamentavelmente. Somos um país privilegiado entre todos os países do mundo. Eu diria que somos o melhor país do planeta Terra.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** (PFL – TO) – Concorde, eminente Senador.

**O Sr. Ademir Andrade** (PSB – PA) – O Senador Geraldo Melo sabe muito bem, tem consciência – é claro que tem que defender o Governo – de que, há quatro anos, os rios têm sido abertos mais do que a

suacapacidade, ou seja, os lagos que formam a hidroelétrica têm deixado passar mais água para gerar mais energia, e, a cada ano, apesar de toda chuva, os reservatórios vão ficando mais vazios. É verdade! Todos os técnicos conscientes do País falam isso. Na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado não há contestação. O Governo deixou de investir o que era necessário. Vou falar sobre isso logo após V. Ex<sup>a</sup>. É mais ou menos isso. Teríamos que ter capacidade para 100 mil, quando necessitaríamos de 50 mil. É aproximadamente isso. V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. Num sistema interligado, em qualquer país do mundo, é assim que funciona. Então, o Governo errou. O Presidente Fernando Henrique Cardoso foi um professor a vida inteira. Ele nunca teve nenhuma experiência administrativa. Ele é um pouco autoritário. Como é uma pessoa extremamente culta, fala línguas, ele não conhece a realidade do povo brasileiro, não tem a percepção da coisa que é necessária para o nosso desenvolvimento. O que o Presidente Fernando Henrique tem é a vaidade de cumprir todos os seus compromissos internacionais, de atender a pagamento dos salários da qualquer custo e a qualquer preço, de cumprir com aquilo que o FMI determina. Ele tem essa vaidade, mas não conhece a realidade, a vida do povo brasileiro. Ele nunca foi um empreendedor, nunca admitiu nada. Então, é natural que cometa as falhas que, lamentavelmente, cometeu. O que falta é reconhecer e corrigi-las. Vou à tribuna após V. Ex<sup>a</sup>, com algumas críticas e sugestões para resolvermos a situação. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pela coerência, não só agora, Senador Carlos Patrocínio, mas toda vez que assoma à tribuna, sempre se manifestando de maneira coerente e independente, criticando quando há necessidade de fazê-lo. Meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) –** Agradeço e concordo com V. Ex<sup>a</sup> no que diz respeito ao capítulo concernente à falta de energia elétrica. Com relação ao Presidente, não. Considero Sua Excelência um homem dotado de toda a capacidade. O que não justifica é ele dizer que tal vez os ministros do PFL tenham sido culpados – e já tive oportunidade de conversar isso com ex-Ministro Raimundo Brito, que alertava para esse fato. A grande culpa da foi a área econômica do Governo.

Por exemplo, eminente Senador: Furnas tem muito dinheiro, está com um endividamento de 10% do seu capital e pediu à equipe econômica do Governo para fazer investimentos na área, o que foi negado. Outras estatais também não tiveram o aval da

equipe econômica para fazer os investimentos que seriam necessários, tudo tendo em vista a privatização. Faltou, efetivamente, maior ação do Governo. Há muito tempo estamos dizendo aqui – inclusive, a Firjan alertou para o fato – que iria faltar energia.

**O Sr. Geraldo Melo (Bloco/PSDB – RN) –** V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) –** Concedo, mais uma vez, um aparte ao Senador Geraldo Melo.

**O Sr. Geraldo Melo (Bloco/PSDB – RN) –** Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e prometo que farei apenas um breve comentário. Eu já disse o que tinha a dizer no meu aparte. Inclusive, disse algumas coisas que o Senador Ademir Andrade não percebeu no aparte que eu fiz. Eu também disse que concordava com a crítica feita ao atraso na implantação das linhas de transmissão. Até falei coisas que o Senador não falou, na qual o que diz respeito às termelétricas a gás. Mas o País tem 75 mil megawatts de capacidade instalada. Ou não? É o que tem.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) –** Tem, de fato.

**O Sr. Geraldo Melo (Bloco/PSDB – RN) –** O pico de consumo do País foi de 55 mil, 56 mil megawatts. Ou não? Na realidade, temos 40% de excedente de capacidade nas máquinas. Ou não? Foi o que eu disse. Temos uma capacidade de gerar energia 40% acima do maior consumo que o País já teve. Isso não quer dizer que os sistemas estejam interligados e a energia possa fluir de um lado para outro como deveria, que nós estejamos utilizando outras fontes de energia como deveríamos, que nós estejamos atentos – e é preciso que as vozes da Oposição estejam atentas, também – ao fato de que, quando se implanta um sistema elétrico a partir do zero num país, se comece pelo mais barato. O mais barato, provavelmente, já está feito e o que vai ser feito daqui para frente será sem premissas caras e, portanto, o custo da energia tende a subir por isto. Então, apenas que ria dizer que o que me interessa é: existe capacidade instalada maior do que a demanda, ou não? Existe, sim. Não sei por que o Senador Ademir Andrade acha, como disse, que eu tenho a obrigação de defender o Governo. Faço isso por prazer. Nem estou fazendo todo dia, estou fazendo por que estou convencido do que estou dizendo. Se não estivesse, não faria. Do mesmo modo, crítico. Assim como S. Ex<sup>a</sup> acha que tenho obrigação de defender o Governo, eu sei que ele tem obrigação de colocar defeito no Governo e de cri



ticar o Presidente Fernando Henrique, inclusive quando Sua Excelência não me rece.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO)** – Eu sou testemunha, eminente Senador Geraldo Melo, de que V. Ex<sup>a</sup> sempre foi coerente nas suas colocações e defende, evidentemente, o Governo, não apenas por ser do seu Partido, mas por acreditar e saber que o Presidente tem feito uma boa administração.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO)** – Concedo o aparte ao eminente Senador Ney Suassuna.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB)** – No bre Senador, é uma satisfação não só ouvi-lo como também apartear-lo. Eu diria algo muito próximo do que disse nosso Senador Geraldo Melo. Tínhamos tudo isso, mas havia moscolocados os ovos numa única cesta: a energia das hidrelétricas. Precisávamos ter procedido de outras formas. Nos saltávamos, que foi a última, foi um fracasso. E a data da moeda não foi adiante, no vácuo, por causa da equipe econômica, que tabelou o gás em dólar, e nenhum investidor queria investir em um combustível que variava ao sabor do dólar. Então, esse foi um problema sério, que fez com as termelétricas não pudessem agora estar sendo usadas como solução. Quanto ao fato de antes não ter sido executivo, não ter sido empresário, que rodiar que, por exemplo, Winston Churchill, no tempo da guerra, não havia sido empresário e foi um grande administrador de todo o esforço de guerra inglês. Isso não é condição **sine qua non**. Há exemplos, também, de empresários experientes que, na vida pública, deram com os burros na água. Vamos dar um exemplo: Collier de Melo. Então, não é sempre que os exemplos podem ser levados à risca. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup>, cuja coerência sempre foi patente nesta Casa. Não se pode culpar ministros de um partido, pois não são de um partido, mas do Governo.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO)** – Exatamente.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB)** – Respeito sobremaneira a ação do estatístico José Jorge, nosso companheiro aqui do Senado, que talvez tenha tido suas palavras levadas pelo vento antes de chegar aos ouvidos do Presidente, que, talvez, por isso, não tenha se apercebido da gravidade da situação. Mas as palavras do Senador José Jorge, que gostei de gráficos para tudo, foram muito bem utilizadas. E até que enfim o aler veio, por que podia não vir, podia não atingir Furnas com 18% de reserva, mas no co-

lapso, tendo de parar as turbinas. Ai sim, seria um problema muito sério, porque em Furnas está o maior problema, uma vez que inclui o Quadrilátero de Minas e São Paulo, onde está a maior capacidade de consumo instalada.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO)** – Furnas e algumas represas estão com apenas 18% de capacidade de água.

Agradeço o aparte muito lúcido do Senador Ney Suassuna, como sempre, e o incorpore ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, em 12 de maio de 1999, há prática mente dois anos, apresentei o PLS que recebeu o número 329. Nele, propunha a alteração do inciso IV do art. 2º da Lei nº 9.478, de 1997, o qual dispõe que, entre as atribuições do Conselho Nacional de Política Energética, está a de propor ao Presidente da República políticas nacionais e medidas destinadas a: "IV – estabelecer diretrizes para programas específicos com uso de gás natural, do álcool, do carvão e da energia nuclear". A esses programas específicos, propus incluir a energia solar e a energia proveniente de fontes alternativas.

É óbvio, Sr. Presidente, que entendemos que a conjunção "como" tem caráter exemplificativo e não restritivo; entretanto, se os exemplos de programas específicos não tivessem acrescentado energia solar, não teria cabimento o art. 2º do PLS 329/99, que determina um prazo de 180 dias para que o referido Conselho expere regras para adoção de sistema de aquecimento hidráulico por energia solar em substituição ao elétrico. Conforme consta no parágrafo inicial da justificativa do projeto, o principal objetivo é o de promover a redução do consumo do mês de energia elétrica, notadamente a substituição do chuveiro elétrico, que tanto sobrecarrega o fornecimento de energia elétrica no Brasil.

Esse projeto foi rejeitado na Câmara dos Deputados sob alegação da "extrema dependência em relação às condições meteorológicas apropriadas" – o Brasil é um país eminentemente tropical que, de Rio de Janeiro até Oiapoque, tem sol e luminosidade durante os 12 meses do ano –, "isto é, da ocorrência quase que contínua de grandes períodos de insolação diária nas regiões em que se instalaram as unidades geradoras de energia". A partir de tais argumentos, concluímos insignes Deputados que "...a produção de eletricidade a partir da energia solar permanece, ainda hoje, sem as condições econômicas de suficiência para garantir sua competitividade em relação às demais fontes de energia". Isso, portanto, Sr.

Presidente, não é culpa do Governo, mas nos mesmos, por que temos apresentado alternativas.

Reconheço não ser especialista no assunto, mas tenho lido várias explicações técnicas sobre as vantagens da energia solar e sobre sua evidente e indiscutível aplicabilidade no Brasil, justamente em razão das condições meteorológicas favoráveis.

Desde 1999, estou ciente dos grandes riscos de uma crise energética, que agora se apresenta, não só como anunciada, mas como programada em razão da omissão das autoridades.

Por essas razões, tomei a decisão de re apresentar esse mesmo projeto de lei. Acredito que agora, que a situação de crise já se configurou, a ideia do aquecimento solar encontra maior aceitação.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Brasil precisa aprender a se anteciper aos fatos, a planejar e a executar com a devida antecedência. Só assim, com mais visão e mais organização, deixaremos de ser arrastados ao sabor das crises. Só assim, o País poderá assegurar à Nação o equilíbrio e a segurança necessários ao desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Carlos Patrocínio, o Sr. Tião Viana, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Hartung.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Hartung) – Por cessão do ilustre Senador Tião Viana, concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB – PA. Pro nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, também quero tratar do mesmo assunto. Este é o tema do momento e quero fazer algumas comparações de comportamento e de atitude do Governo Fernando Henrique Cardoso – como ele age com relação ao consumidor; como ele age com relação aos grandes empreendimentos, aos grandes capitais ou a empresas multinacionais; e, finalmente, a sua negatidade as suas culpas diante do quadro de dificuldades que estamos vivendo hoje e que era previsível há muito tempo.

Justamente como falou o Senador Carlos Patrocínio, que preside as sessões, o Governo não com preendeu o aumento da demanda e a necessidade de investimento para que essa demanda fosse atendida. É uma demanda que cresceu não apenas por que o País cresce muito lentamente, muito abaixo daquilo que seria necessário para atender à necessidade de trabalho e de emprego de todo o povo brasileiro, mas

por que energia é caro, é necessária de ser humana hoje. É evidente que o povo também cresce em expressão e força política e se organiza. São vilarejos e povoados, trabalhadores rurais, peque nos e grandes proprietários que rem luz.

Não se trata apenas de crescimento populacional, que é muito pequeno, ou crescimento econômico. Mas trata-se fundamentalmente do crescimento da necessidade e da pressão para atender a segmentos e a setores que nunca foram abastecidos com energia no Brasil. O Governo Fernando Henrique não foi capaz de enxergar isso.

Lamentavelmente, este Governo tem todas as atenções voltadas para pagar rigorosa e religiosamente os serviços da dívida externa brasileira, para cumprir além das metas estabelecidas pelo Fundo Monetário Internacional, que representa, na verdade, os países desenvolvidos do mundo. Não canso de repetir isso desta tribuna do Senado. No ano passado, o Fundo Monetário Internacional exigiu um superávit primário de R\$32 bilhões, e o Governo deu R\$38,5 bilhões. Não sei quanto dará neste ano de superávit primário de presente à especulação financeira nacional e internacional.

Este Governo tem a vaidade de dizer que o Brasil é um país que paga em dia, que está bem. O Brasil sacrifica seu povo, deixa de fazer investimento para seu desenvolvimento, para atender a essas obrigações que Deus sabe como foram constituídas ao longo de décadas.

Não somente o nosso País, mas todos os países do Cone Sul foram submetidos à ditadura militar, para, depois, cáírem nessa armadilha da dívida interna e a ela continuarem presos até hoje. Esta é a grande realidade: este Governo não investe no que é necessário.

Hoje, fala-se na construção da Hidrelétrica de Belo Monte, no meu Estado do Pará, que, ao longo de seis anos de construção, gerará 11 mil megawatts. Será quase a energia da maior hidrelétrica do mundo, a de Itaipu, que equivale a 12 mil megawatts. Essa empresa de Belo Monte, que será implementada nos Municípios de Anapu e de Altamira, no Estado do Pará, gerará 11 mil megawatts, ou seja, mais do que Tucuruí – incluindo a sua segunda fase –, que é a maior hidrelétrica inteiramente nacional e a segunda depois de Itaipu. Ela gerará, em sua segunda etapa, mais de 8,4 mil megawatts.

Para investir em Belo Monte, serão necessários US\$3,8 bilhões na construção da hidrelétrica, além de US\$2 bilhões nas linhas de transmissão. Portanto,

trata-se de investimento—exagerando e considerando to das as dificuldades que possa haver—da ordem de US\$6 bilhões, que, hoje, significam cerca de R\$14 bilhões. Ora, esse montante é menor do que o atual Governo Fernando Henrique Cardoso está pagando mensalmente de serviço da dívida interna pública brasileira.

Então, vejamos a incoerência de uma política econômica mi ca que não pensa no Brasil, que só pensa fora.

Vejamos V. Ex<sup>as</sup> o dado que estou fornecendo. O Senador Geraldo Melo disse que tínhamos 75 mil megawatts no Brasil. Ora, uma hidrelétrica com 11 mil megawatts representaria quase 20% da potência no Brasil. É uma potência fantástica, enorme! E não se fez a Hidrelétrica de Belo Monte. Agora é que se está pretendendo começá-la. Porquê? Porque tinham que ser investidos US\$3,8 bilhões na construção e mais US\$2 bilhões nas linhas de transmissão, portanto US\$6 bilhões. Vamos repetir, para ficar bem claro: US\$6 bilhões para se produzir 11 mil megawatts, quase 20% da energia que o Brasil tem capacidade de produzir atualmente. Com isso, gastaríamos, ao longo de seis anos de construção, US\$6 bilhões, que equivalem aproximadamente a R\$14 bilhões. Ora, esse dinheiro corresponde a dois meses do pagamento da especulação financeira. Que Governo é este, que País é este? Deixa-se de investir ao longo de seis anos o que se gasta em dois meses de pagamento da dívida pública interna brasileira!

Digo mais: o Governo fala que não há jeito. Ora, ontem o Banco Central aumentou em mais 0,5% os juros Selic, juros anuais pagos sobre esses recursos, que já subiram em três meses seguidos. O Sr. Armínio Fraga chegou a 15,25% ao ano, depois passou para 15,75% ao ano, agora para 16,25% ao ano e ontem, salvo em ganho, para 16,75% ao ano. Ora, 0,5% de aumento nessa dívida representa uma despesa adicional aos cofres públicos brasileiros de R\$3 bilhões ao ano. Então, não sei se este Governo quer resolver algum coisa!

Conversava com o Senador Paulo Hartung, que presidia a Mesa e me perguntava: "Mas, se o Governo cair nas nossas mãos, o que vamos fazer?"

É muito simples: baixamos esses juros para 4% ao ano, tal como pagamos Estados Unidos.

E S. Ex<sup>a</sup> argumenta: "Nesse caso, o capital vai externalizar embora".

Sim, Srs. Senadores, o capital vai látil vai embora; mas qual será o problema do Brasil? Vão nos falardólares para pagar o serviço da dívida. E daí? Qual é o problema? Não podemos renegociar essa dívida e

conversar seriamente com os países desenvolvidos sobre ela? Não podemos tratar a questão? Será que o mundo dos países desenvolvidos, que têm aqui 90% das indústrias de automóveis, 90% das indústrias de tratores, 98% da indústria farmacêutica, que têm investimentos em todos os setores da Pátria brasileira, será que eles vão querer que o Brasil vá à bancarrota? Será que eles, com tantos investimentos aqui, vão querer que nos desmilinguemos, como se diz na gíria popular? Claro que não! O Brasil hoje é um país internacionalizado, em que as multinacionais têm investimentos múltiplos. Se o Brasil formal, todas elas irão também, porque seus investimentos estão aqui.

Quanto aos países desenvolvidos do Primeiro Mundo—não se fala mais em Primeiro Mundo depois dessa divisão toda—, o que aconteceu com eles? Eles vêm para cá, implantam as suas indústrias, beneficiam-se de toda ordem, porque a mão-de-obra é barata, a matéria-prima é feita e temos energia para fornecer a eles. Então, é muito fácil viver para cá. E não exigimos nada deles! Apenas permitimos que produzam, ganhem muito dinheiro e mandem os **royalties** para os seus países de origem, para que lá possam dar vida digna aos seus trabalhadores; mas os trabalhadores do Brasil têm que permanecer em estado de miséria, de fome e de necessidade.

Portanto, é preciso compreender bem essa questão. Na verdade, tudo está voltado à questão da política econômica do Governo Fernando Henrique e da sua absoluta submissão às determinações dos países desenvolvidos do Primeiro Mundo. É pagar, a qualquer custo, nem que para isso se tenha que tirar o sangue do povo brasileiro, como de fato o Presidente Fernando Henrique está fazendo.

Agora, em vista da crise, vamos falar do comportamento dele diante do pequeno consumidor, do cidadão brasileiro de maneira geral, e diante dos atísimos consumidores de energia do nosso País. Pois bem. O que decidiu o Presidente Fernando Henrique? Primeiramente, o Governo falou que haveria um acréscimo no valor da conta de quem consumisse mais. Tudo bem. O Presidente Fernando Henrique vai para a televisão e, como ele não entende nada de administração e não manda na equipe dele, mas fica vivendo pela sensibilidade política das coisas, afirma: "Não vai haver mais cobrança de espécie alguma; vai haver um bônus para quem economizar energia".

Reúne-se o Conselho que trata da questão, e o Ministro Pedro Malan pergunta sobre quem pagará o bônus. Então, alguém, ou o Ministro de Minas e Ener

gia, nos so co le ga José Jor ge, res pon de que de ve ria ser o Tesouro. O Mi nis tro Pe dro Ma lan con tes ta, di zen do que o Te sou ro não tem mais nada para pa gar, por que ele tem que pagar reli giosa men te o ser vi ço da dí vi da pú bli ca in ter na e da dí vi da pú bli ca ex ter na bra si le ira.

E o Pre si den te vol ta mais uma vez com a me di da pro visó ria, num total des res pei to, por que na Câ ma ra dos De putados está a re gu la men ta ção das me di das pro visó rias, mas até ho je o Pre si den te que está lá não a co lo cou em vo ta ção. En tão, é um Con gres so que se sub me te às de ter mi na ções de um Pre si den te. E agora estamos as sistin do a uma me di da pro visó ria que, no meu pon to de vi sta, é um crime con tra a so cie da de bra si le ira.

O Pre si den te diz o se guin te: "To dos têm que ba i xar 20% no seu con su mo; quem não ba i xar terá sua ener gia cor ta da por 3 dias na pri me i ra vez e por 6 dias na se gun da. Já é um ab sur do, por que ele de ve ria pa gar pela sua res pon sa bi li da de. Mas tudo bem. Se a re a li da de é essa, se não há ener gia, al guém tem que re du zir o con su mo. Essa regra, em nos so en ten di men to, de ve ria ser ge ral e ab so lu ta, em bo ra tra rá um pre juí zo enor me ao nos so cres ci men to e ao nos so des envolvimen to. Até aí se ace i ta a ob ri ga ção de re du zir o con su mo. Ago ra, o que não dá para ace i tar é essa im po si ção fe i ta por ele, ou seja, quem con so me de 200 qui lo watts a 500 qui lo watts pa ga rá 50% a mais no va lor da ener gia, e quem con so me aci ma de 500 qui lo watts pa ga rá 200% a mais pelo con su mo de ener gia que ul tra pas sa res ses 500 qui lo watts!

Ora, vai so brar di ne i ro! Isso é um im pos to in di re to que o Pre si den te Fer nan do Hen ri que está cri an do! Isso é ab so lu ta men te ile gal, in con sti tu cio nal! Eu não sei onde ele jo ga rá o di ne i ro, quer di zer, o di ne i ro que está in do para os co fres da que les que vi vem da es pe cu la ção fi nan ce i ra, pa gan do os ser vi ços des sa dí vi da ab sur da, que be ne fi cia quem es pe cu la, quem re ce be os mon stru osos ju ros de 16,75% ao ano. En quan to isso, os Es ta dos Uni dos pa gam 4%. Quem vive des sa es pe cu la ção fi nan ce i ra está mu i to bem, mas o di ne i ro será ti ra do do po vo, do ci da dão bra si le i ro.

Se não ve ja mos: a **Folha de S. Paulo** fez an te ontem um cá cu lo, es tam pa do num pá gi na. Me mo ri ze i bem o que li. A ma té ria mos tra que o ci da dão que con su mi rá 200 qui lo watts, re du zin do seu con su mo, terá real men te um bô nus de R\$1,00, ou seja, terá uma pe que na re du ção na con ta de ener gia, pa ga rá me nos do que pa ga va an tes. No en tan to, os ci da dãos

que con so mem mais de 200 qui lo watts, os que con so mem de 600 qui lo watts a 700 qui lo watts, por exem plo, como a clas se mé dia, mes mo re du zin do 20% do con su mo e o ab sur do é esse, te rão uma con ta de ener gia mais ca ra do que an tes. Há uma so bre ta xa de 50% no con su mo en tre 200 qui lo watts e 500 qui lo watts e uma so bre ta xa de 200% para os que con so mem mais do que 500 qui lo watts.

A **Folha de S. Paulo** fez as con tas, está bem de mons tra do. É uma pena que não a trou xe para ler os da dos. Que ro de i xar cla ro que, ain da que o ci da dão cum pra a de ter mi na ção go ver na men tal de re du zir em 20% seu con su mo de ener gia, di mi nu in do seu con for to, ele pa ga rá mais ca ro do que pa ga va an tes! Mes mo com a re du ção, pa ga rá mais ca ro. En tão, isso é um im pos to in di re to. O Go ver no gan ha rá uma fá bu la de di ne i ro. Mu i to di ne i ro vai so brar com essa ex tor são que se quer fa zer com o po vo bra si le i ro.

Com pre en do que de va ha ver re du ção no con su mo. Con si de ro a cor re ta numa si tu a ção de di fi cul da de, em bo ra o Go ver no seja ab so lu ta men te res pon sá vel por isso. Con tu do, não con cor do e con si de ro cri mi no so e ile gal que rer co brar a mais essa so bre ta xa de quem, a pe sar de tudo, re du z o con su mo em 20%. Con si de ro um cri me in ace i tá vel da par te do Pre si den te Fer nan do Hen ri que Car do so, que o faz por me di da pro visó ria, num des res pei to ao Con gres so Na cio nal, que, por sua vez, não se dá o res pei to de im por con di ções ao Pre si den te da Re pú bli ca para edi tar me di das pro visó rias.

Ago ra, fa ço mi nha com pa ra ção do com por ta men to do Pre si den te Fer nan do Hen ri que com re la ção ao con su mi dor co mum e à sua a ção com os gran des con su mi do res de ener gia. Para o con su mi dor co mum, bai xa uma me di da pro visó ria e está de ci do. A ca bou. Os ci da dãos re du zirão 20% do gas to de ener gia e aque les que con so mem de 600 a 700 qui lo watts ain da pa ga rão mais, a pe sar da re du ção, num im pos to ab sur do, des ne cessá rio.

O Go ver no de ve ria pon de rar da se guin te for ma: se a mé dia é essa e, se o ci da dão re du ziu 20% do con su mo, não pa ga mais nada. Mas, da for ma como está co lo ca do, o ci da dão re du zirá o con su mo e ain da pa ga rá mais. Isso para mim é cri me, é um ato ile gal, ir res pon sá vel, in con se quên te e de des res pei to so para com o po vo bra si le i ro.

Ago ra, ve ja mos o com por ta men to do Pre si den te Fer nan do Hen ri que Car do so com as gran des con su mi do ras de ener gia nes te País. Está aqui a man che te do **Valor Econômico** de ho je, que diz o se guin te: "Setor de Alumí nio Acei ta Corte Mai or Se Pu der

Vender Energia por um Ano” – vou explicar o que significa isso. Ontem, reuniram-se o setor de alumínio, representantes do por Diretores da Alcan, Alcoa – lá do Maranhão, de São Luís –, Vale do Rio Doce e Billiton“. O Brasil tem duas grandes indústrias de fabricação de alumínio – transformava xita em alumina e, depois, em alumínio. Uma, a Alcoa, no Maranhão, e outra funciona em Barcarena, no Estado do Pará.

Essas indústrias consomem uma quantidade de energia inimaginável. Comenta-se que da energia produzida em Tucuruí, em sua primeira fase, 40% são consumidos pela Albrás/Alunorte, mais do que é consumido pela capital do Estado do Pará. Com 1,3 milhões de habitantes, Belém consome menos que a indústria Albrás/Alunorte, ali no Município de Barcarena.

Exportamos alumínio produzido. Portanto, exportamos energia condensada. Existe um processo de fusão de metais feito com alumínio em pó: mistura-se o alumínio com determinado metal, acende-se um estopim, o alumínio libera energia e o metal derrete, porque o alumínio contém energia condensada em alto teor. O alumínio é um metal concentrador de energia, é produzido com a utilização de energia e a concentra nele. Como o Brasil é um País exportador de alumínio, conseqüentemente, ele é um exportador de energia condensada.

Para que V. Ex<sup>as</sup> tenham uma idéia, percebam a diferença de tratamento e a esperteza desses dirigentes empresariais. Essas empresas são subsidiadas, recebem energia mais barata do que qualquer cidadão brasileiro hoje em todo o território nacional. O prejuízo que a Eletro nor te tem ao ano, Senador Carlos Patrocínio, com o fornecimento de energia à Albrás/Alunorte e à Alcoa, no Maranhão, equivale a US\$200 milhões/ano. Esse é o subsídio recebido por essas empresas. Ou seja, o subsídio que essas empresas recebem em cinco anos daria para construir a segunda fase da Hidrelétrica de Tucuruí, que agora está sendo construída com recursos da Eletro norte, o que equivaleria a US\$1 bilhão, pouco mais de R\$2 bilhões.

Essas empresas têm um contrato de subsídio que vai até 2004. O Governo diz que elas são grandes consumidoras de energia e terão que reduzir o consumo em 25%. Em reunião com o Governo, alegaram que não tinham condições de diminuir 25%, que só poderiam diminuir 15%, senão o prejuízo seria grande. E estão chegando ao acordo de que a redução, na verdade, seja igual à redução concedida a todo o povo brasileiro.

Vejam a esperteza dessa gente, que recebe energia quase de graça, dessas empresas que, em sua maioria, são de capital internacional! A Vale do Rio Doce foi vendida, um grupo japonês é dono da Albrás/Alunorte, em Barcarena, e a Alcoa, no Maranhão, é praticamente quase toda multinacional, do Grupo Billiton – e parece que a Camargo Corrêa tem uma parte.

Vejam bem o que o setor de alumínio deseja. Vou ler aqui a declaração do setor de alumínio. Eles se reuniram; o Governo, respeitosamente, os recebe; discute com eles, analisa como as coisas serão feitas. O mesmo não acontece com o povo brasileiro nem com seus representantes deste Congresso Nacional. O que o setor quer? Vejam a esperteza deles:

O que o setor de alumínio poderia fazer, para dar uma contribuição substancial ao Programa de Redução do Consumo de Energia Elétrica, seria – olhe bem a esperteza desses caras – negociar um bloco de energia, pelo preço do mercado à vista“...

Notem a esperteza dessa gente! e o Governo ainda senta à mesa, com todo o respeito do mundo, por quê? Por que é um grande grupo empresarial, é um grupo multinacional, que recebe energia de graça do povo brasileiro. Eles sentam à mesa e dizem para o Governo o seguinte: Olha, tudo bem. Podemos reduzir os 20%, vamos ter um prejuízo, porque vamos parar algumas formas nossas, vamos diminuir a nossa produção, mas só aceitamos a redução dos 20% se vocês conseguirem uma forma de nos compensar esse prejuízo. Qual é a forma? Em vez de 20%, cortamos 40% ou 50% da nossa produção. Veja bem, estão propondo que o Governo compre – porque não que rem vender para terceiros, que não podem pagar – de les a energia não utilizada.

Digamos que reduzam a capacidade produtiva para 50%. O que querem? Repito: negociar um bloco de energia pelo preço de mercado, com pagamento à vista, por um longo período. Não aceitamos fazê-lo por três ou quatro meses, não! Só aceitamos por um período de um ano. Ou seja, com prazos de energia tal vez por – digamos – R\$1 e que rem vendê-la por R\$10, durante um ano! Almejam, pois, ganhar dinheiro à custa do Governo, que, pelo menos em hipótese, deveria ser o povo. Por tanto, o que se tira do Governo está-se tirando de nós. Mas é isso que pretendem. Para vender “para terceiros, desde que a outra parte na transação fosse o Governo“, ou seja, se o avalista for o Governo. Não concordam com outra hipótese. Repetem essa sugestão várias vezes. Uma outra opção po-

ria ser a venda da energia excedente ou uma câmara de compensação para uso futuro.

O Governo, todo condescendente, presente o representante do BNDES, senta, discute, analisa, ouve, presta toda a atenção do mundo – aquela atenção que não se dá à população e aos representantes políticos do povo. Mas, são os donos da Billiton, da Alcoa, da Albrás/Alunorte, da Geradora da Vale do Rio Doce, a eles tem que dar atenção, tem que fazer o que querem! Esse é o comportamento do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Não é possível aceitar uma situação dessas! Não é possível engolir esse tipo de desaforo! E o povo brasileiro tem que recorrer à Justiça, que deverá fazer prevalecer o bom senso, não aceitando, em hipótese alguma, essa multa absurda para o consumo de energia elétrica. Repito, aceito a exigência de redução do consumo de energia em 20%. Todos devem reduzi-lo, por que essa é uma realidade da qual nós não podemos fugir.

A demanda de energia não pode ser suprida, por irresponsabilidade governamental. Mas, ainda assim, concordando com essa proposta de diminuição de 20%. Todavia, considero um absurdo esse novo imposto que o Governo Fernando Henrique quer cobrar à força do povo brasileiro. A Justiça brasileira tem que se pronunciar sobre ele. Ao passo que assim age com o povo brasileiro, vai discutir com toda a delicadeza, com toda a subserviência, com todo o encanto, com os empresários que compram energia subsidiada; esse subsídio permite-lhes economizar mais de 20%, economiza que será repassada na venda aos consumidores a preço de mercado e com pagamento à vista.

Esse é um Governo que não tem altivez, não tem autonomia. Tenho vontade de dizer coisas impróprias, mas quase chego lá; tento controlar minha indignação diante desse tipo de comportamento do Governo Fernando Henrique Cardoso e toda a sua equipe.

Penso que está na hora de o povo brasileiro compreender que há um problema sério e grave: essa política econômica conduzida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo Ministro Pedro Malan. É uma política de subserviência, que se segue as regras estabelecidas pelos países desenvolvidos do Primeiro Mundo; uma política sem autonomia, que desconsidera os interesses do povo brasileiro. Ela paga mais juros do que todo o investimento e todo o gasto feitos para a população brasileira.

É uma política que sacrifica o povo brasileiro. Tal vez chegue-se, neste ano, a R\$40 bilhões de superávit primário, que deveria ser usado para educação, saúde, investimento, desenvolvimento, hidrelétrica. Mas o Governo o usa para pagar os juros da dívida. É claro que não dá para pagar todos os juros. Com todo o sacrifício feito pelo povo brasileiro, ainda não dá para pagar o juro anual. O restante da dívida acumula-se e vai crescendo cada vez mais. Tudo o que é vendido vai para o exterior.

O poder econômico cresce e manda, cada vez mais, no Brasil, até nos políticos, por que, se se tem poder econômico, manda-se também em muitos políticos.

O que vemos é essa situação de dificuldade. Penso que o povo brasileiro tem de estar consciente dessas coisas e tem de se manifestar. Espero que a Justiça brasileira cumpra o seu papel e aceite as demandas da população quando ingressa na Justiça para não pagar essa multa. As contingências, repito, nos obrigam a aceitar a redução de consumo, mas não as multas. Espero que o povo brasileiro seja vencedor nessa luta.

Deixo essas críticas e considerações, prometendo voltar ao assunto em outra oportunidade.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Paulo Hartung, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio.*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Concede a palavra pelo tempo regimental da sessão ao Senador Eduardo Suplicy. Peço ao eminente Senador que observe o prazo restante.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Sr<sup>s</sup> Senadores, minha vinda à tribuna no dia de hoje justifica-se pela eminente perpetuação de injustiça que vem sendo cometida contra o trabalho dos da TV Ômega ou Rede TV!. Mas antes de eu entrar nesse assunto, Senador Carlos Patrocínio, que rodiu uma palavra sobre a decisão tão grave e significativa do Senador José Roberto Arruda hoje de renunciar ao seu mandato. Isso S. Exa o fez em 24 de maio de 2001, por tanto, tendo pouco mais de um ano e meio de mandato pela frente, que se encerraria, tanto para como para o Senador Antonio Carlos Magalhães, ao final de janeiro de 2003.

Disse ao Senador José Roberto Arruda, ao cumprimentá-lo em seguida ao seu pronunciamento,

que, se por ventura, estivesse nas mesmas situações de S. Ex<sup>a</sup>, tendo cometido os erros registrados, também adotaria semelhante atitude. Penso que a decisão da renúncia, diante da evidência e reconhecimento dos fatos, inclusive por ele próprio, foi caminhar de coragem e merecedor de respeito.

É possível que o Senador Antonio Carlos Magalhães adote decisão semelhante. Externo que, se, por acaso, algum dia, cometer erro semelhante, assumo o compromisso de renunciar ao meu mandato. Mas espero nunca fazê-lo.

Ressalto, entretanto, reiterando, que o relatório do Senador Roberto Saturnino Braga foi muito bem elaborado, equilibrado, fruto de muito amadurecimento e reflexão. Por essa razão, mereceu o reconhecimento de seus Pares no Conselho de Ética, onde, por dez a cinco, **quorum** muito significativo, votaram a favor da inteireza de seu relatório, reconhecido como positivo pela maioria do povo brasileiro.

Volto ao tema da Rede Ômega (Rede TV!), antiga TV Manchete, porque penso ter havido uma perpetuação de injustiça no que diz respeito ao acordo celebrado entre a emissora e seus funcionários, cancelado pelo Governo Federal, a partir de concessão de canais de televisão no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Fortaleza, em 1981.

Em consonância com as informações de que dispomos hoje, é possível afirmar que a situação da TV Manchete já era economicamente inviável quando suas operações tiveram início, em 1982. Naquela ocasião, o Grupo Bloch Editores já tinha volutas dívidas contraídas com várias instituições financeiras, especialmente bancos estatais, além de outros débitos de natureza previdenciária, como a ausência do recolhimento das contribuições ao INSS, em bom grau, do grupo de contas e essas contribuições de seus empregados.

Apesar da situação financeira da TV Manchete em 1987, o Banco do Brasil concedeu à empresa empréstimo de cerca de R\$400 milhões. Além disso, tanto o INSS quanto a Receita Federal beneficiaram o citada grupo no recolhimento de tributos, como foi amplamente noticiado pela imprensa em 1995 e 1996.

Não cabe neste momento resgatar todas as tentativas de sobrevivência empreendidas pelo Grupo Bloch tampouco a lisura dos procedimentos das autoridades envolvidas na consecução dessas tentativas. Entretanto, é mister registrar o quanto intrigante é o fato de que, em 1996, ao encerrar-se o prazo legal de 15 anos para a outorga da concessão, esta foi renovada, apesar de todas as várias irregularidades já citadas.

O mais grave é que, em todas as circunstâncias enfrentadas pela empresa, os empregados sempre foram prejudicados, tendo ficado inclusive sem a devida remuneração. No cumprimento dos direitos, em 1999, pela segunda vez – a primeira ocorreu no Governo Collor –, o Governo expressou a intenção de mediar uma solução. Assim, diante da boa vontade demonstrada por esse Governo Fernando Henrique Cardoso na pessoa do Ministro Pimenta da Veiga, este mediou as negociações, ressaltando que o seu único interesse era que o proprietário assumisse e cumprisse a dívida com as entidades estatais e, especialmente, com os trabalhadores. Foi, então, transferida a concessão da já extinta TV Manchete para a TV Ômega (Rede TV!), que se comprometeu a assumar os empregados, o passivo trabalhista e as dívidas com o Governo Federal, até por determinação da Consolidação das Leis do Trabalho.

O patrimônio da TV Manchete, na ocasião, sob penhora e hipoteca em todos os graus e efeitos, ficou com a Hessed Participações Ltda., do empresário Fábio Saboya, também componente do Grupo Tecnet, grupo desse gerador da TV Ômega.

Em 1999, a TV Ômega promoveu negociações coletivas de trabalho com as entidades sindicais de vários Estados, comprometendo-se a:

- 1º) quitar os salários atrasados em doze parcelas mensais;
- 2º) manter os pagamentos subsequentes em dia; e
- 3º) pagar as dívidas junto ao INSS e ao Fundo de Garantia.

Essa negociação seria cumprida no prazo de 180 dias, após o que deveria ser instalada um processo de demissão voluntária. No entanto, e surpreendentemente, nenhum dos compromissos acima mencionados foi honrado pelos novos proprietários. Desde novembro de 1999 os trabalhadores não recebem seus salários, o que me leva a crer que a TV Ômega Ltda. fez o trabalho de acordo que celebrou com os trabalhadores e com o Governo.

Diante dessa situação, juntamente com a maioria dos Senadores da Comissão de Educação, tomei a iniciativa de requerer a realização de uma audiência pública onde serão ouvidos todos os envolvidos na questão, como o Ministro das Comunicações, João Pimenta da Veiga, o Procurador da República, André de Carvalho Ramos, os representantes da Rede TV!, os Srs. Fábio Saboya e Amílcar Dalley Jr., além dos representantes dos funcionários da referida emissora

e do Sr. Nil ton Mar tins para prestatemesclarecimentos ao Plenário daquela Comissão.

Em resposta àquela iniciativa, o Senador Ricardo Santos, Presidente da Comissão de Educação, acabou de informar que a realização da solicitada audiência pública e a colocação em pauta do projeto estão dependendo da complementação de documentos necessários para que se analise a matéria. Ao receber esta documentação, já solicitada, o Senador Ricardo Santos providenciará a designação do Relator e a realização da mencionada audiência, para que, assim, possa o Senado medir um diálogo que contemple tanto os interesses dos trabalhadores no pagamento das verbas rescisórias, quanto os interesses da TV Ômega na continuidade dos serviços de radiodifusão.

Espero, Senador Carlos Patrocínio, que possam a TV Ômega e a Rede TV! que agora têm registrado sucessos em diversos de seus programas como por exemplo o jornalismo da Rede TV!, que vem alcançando uma boa audiência, está em tor no da terceira entre as diversas redes e tem tido boa audiência de alguns programas. Isso certamente significa que está com razoável condição econômico-financeira o que propicia condições mais adequadas para que possa então ser realizado o entendimento com os trabalhadores da Rede TV! como da queles que estiveram trabalhando por tantos anos na Rede Manchete e depois na Rede Ômega de TV e que estão com seus direitos por se remanida atendidos. Anexo ao pronunciamento e peço que seja transcrito o próprio re que rimento apre sen ta do em 22 de novembro do ano 2000, assinado por todos os membros da Comissão de Assuntos Econômicos, e que já foi apro va do, aguardando, portanto, que seja re ali za da a audiência.

Quero também registrar que os próprios representantes dos funcionários da Rede Ômega, Rede TV e Rede Manchete estiveram, cerca de três semanas atrás, em audiência com o Presidente Jader Barbalho e com o Presidente Ricardo Santos, da Comissão de Educação, ocasião em que pediram o empenho do Senado para que haja esse entendimento. Dessa forma, poderá o Senado Federal se colocar como um verdadeiro catalisador desse entendimento entre a direção da Rede Ômega, Rede TV!, antiga Rede Manchete, aquela empresa que se tornou proprietária do patrimônio, mesmo que em situação difícil, da antiga TV Manchete, que é a Hessed Participações, do empresário Fábio Sabóia. Enfim, que todos possam colaborar para que haja um entendimento. Tenho certeza de que esse também é o propósito do Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, que

havia se empenhado para que houvesse esse entendimento.

Gostaria que tudo isso pudesse ser concluído antes de estarmos votando a autorização da renovação para a continuidade da concessão da Rede TV! e Rede Ômega.

Quero também registrar, Sr. Presidente, o ofício encaminhado hoje pelo secretário executivo da Comissão Pastoral da Terra do Paraná junto ao Ministro da Justiça José Gregori, que em audiência recebeu-nos, a mim e aos Deputados Padre Roque e Adão Pretto, bem como o Sr. Dionísio Vandresen e outros membros da CPT e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Na ocasião, relatamos a respeito do trabalho pastoral da região de Guarapuava desenvolvido por Dionísio Vandresen, membro da CPT, e de como ele, desde 1987, vem sendo vítima de ameaças graves à sua vida, bem como à de sua família, em especial a do seu filho, Romualdo Vandresen, de 17 anos, que ainda no último dia 10 de abril foi objeto de ameaça com armas apontadas a ele. Quanto a isso, que registro que o Ministro da Justiça José Gregori observou que tomará as providências junto às autoridades do Paraná, à Procuradoria-Geral da Justiça, ao Secretário de Segurança do Estado do Paraná, o ex-Deputado José Tavares. Espero que possam tomar as providências para que a Polícia Federal faça o trabalho de averiguação e investigação sobre as ameaças que vêm sendo efetivadas, inclusive por meio de telefone mas ameaçadores junto à residência de Dionísio Vandresen, onde volta e meia uma voz masculina anônima diz: "Desse vez a gente te pega, você não escapa. Essa CPT que se mete com tudo, é preciso dar um basta (...)". Tudo isso é seguido por outros xingamentos.

Queremos eliminar esse tipo de perseguição violenta que está sendo perpetrada contra os que têm se solidarizado com a luta pela posse da terra, com a reforma agrária, como é o caso da Comissão Pastoral da Terra. Um dos seus principais próceres, Dom Tomás Balduino, não pôde estar presente à audiência de hoje por problemas de saúde. No entanto, quis o Ministro José Gregori dizer da estima que tem por Dom Tomás Balduino. S. Ex<sup>a</sup> tomará as providências devidas.

Peço que esse documento seja inserido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR EDUARDO SUPLEY EM  
SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS  
TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO  
INTERNO:*



## REQUERIMIENTO N° , DE 2000

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, sejam convidados o Ministro das Comunicações, João Pimenta da Veiga, o Procurador da República, André de Carvalho Ramos, os representantes da Rede TV, Srs. Fábio Saboya e Amílcar Dalve Jr., e o representante dos funcionários da referida emissora, Sr. Nilton Martins, para prestarem esclarecimentos perante a Comissão de Educação, acerca da renovação da concessão da Rede Ômega e dos acordos trabalhistas assumidos pelos atuais controladores.

### Justificação

Em maio de 1999, quando da transfe rên cia das 5 con ces sões da TV Man che te para a “TV Ô me ga”, à época repre sen ta da pelo s em pre sá rios Amíl care Dal le vo Jr. e Mar ce lo de Car va lho Fra gal li, o go ver no co lo cou co mo exi gên cia, para a con cre ti za ção do ne gó cio, que os no vos do nos as su mis sem as dí vi das tra bal his tas dos em pre ga dos das emi soras. Ou seja, os no vos con tro la do res pas sa ri am a se re spon sá ve is pelo pa ga men to dos sa lá rios em atra so dos mais de 1.400 fun ci o ná rios que es ta vam em gre ve há dez me ses. O tra ba lho do res lu ta va pelo re col hi men to da FGTS, que tam bém es ta va atra sa do, e pelo res sarcimen to das dí vi das jun to ao Mi nis té rio da Pre vi dên cia So ci al e a ou tros ór gãos go ver na men tais. Na o ca são, o pró prio Mi nis tro de Esta do das Co mu ni ca ções, Sr. Pi men ta da Ve i ga, dis se, em au diên cia, no dia 10 de maio de 1999, da qual par ti ci pou o Sr. Luiz Teixei ra co mo repre sen ta nte dos em pre ga dos, que es tes pon tos eram uma ques tão de hon ra para o go ver no e para ele, Mi nis tro das Co mu ni ca ções, pois, des ta for ma, es ta ri a sen do re sol vi do o pro ble ma so ci al dos tra ba lho do res da TV Man che te.

Infelizmente, hoje, pas sa do mais de um ano, a TV Ômega ganhou a concessão da TV Manchete, mas não cum priu a exi gên cia es ta be le ci da pelo Go-verno. As dívida trabalhistas continuam, os trabalha-dores, na sua ma i o r i a, fo ram to dos dis pen sa dos sem re ce ber os seus di re i tos trabalhistas, con for me a cor-da do com o Go ver no.

Vale lembrar que “as concessões de rádio e televisão, como reza a Constituição de 1988, não podem ser transferidas de forma direta como fez o Governo neste caso. Foi um ato inconstitucional. Vale ressaltar que a concessão da TV Manche está preempida desde 1996, ou seja ele não foi renovalada desde então”, comforme consta do documento que a Fiert me enviou. Lembro, também, que existe uma ação pública movida pela Procuradoria Geral da Re-

pública que pede a cassação das cinco concessões fundamentada na forma institucional como o Governorealizou a transferência, qual seja sem licitação pública.

Asolicitaçãoparaautorizaçãodatransferênciadas concessões chegou ao Congresso, pela mensagem nº 975/99. Na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, contrariando a posição do PT, que cobrava o cumprimento do acordo feito com o Governo, relativo às dívidas trabalhistas, a autorização foi aprovada.

Considerando que a matéria já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e atualmente encontra-se tramitando na Comissão de Educação do Senado, não podemos permitir, de maneira alguma, que essa conclusão seja renovada enquanto a atual situação persistir.

É relevante lembrar a difícil situação destes funcionários que, cumprindo sua parte, permaneceram em seus postos, trabalhando, e assim permitiram que a transferência da concessão se viabilizasse na prática, sem que tivessem ocorrido a interrupção do sinal e da programação da emissora. Esse requerimento tem a finalidade de proporcionar a oportunidade para que esta Casa do Congresso, possa aclarar todas as dúvidas que pairam sobre a transferência das concessões de televisão da antiga TV Manchete para a TV Ômega.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2001.

[illegible]

**COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DO PARANÁ**

Curitiba-Paraná-Brasil, 24 de maio de 2001

Ilustríssimo Senhor  
José Gregori  
Ministério da Justiça  
Brasília – DF

Prezado Sr. Ministro,

Encaminhamos em anexo Relatório das reiteradas ameaças de morte contra o coordenador regional da Comissão Pastoral da Terra do Paraná, Senhor Dionísio Vandresen, bem como cópia dos depoimentos prestados ao Ministério Público do Estado do Paraná.

Nesta ocasião, solicitamos deste Ministério as medidas cabíveis no sentido de elucidar os fatos e garantir proteção da Polícia Federal ao sr. Dionísio e sua família.

Atenciosamente, – **Jelson Oliveira**, Secretário Executivo da Comissão Pastoral da Terra do Paraná.

**RELATÓRIO DAS AMEAÇAS CONTRA  
DIONÍSIO VANDRESEN COORDENADOR  
REGIONAL DA COMISSÃO PASTORAL  
DA TERRA DO PARANÁ**

**1 – Trabalho Pastoral na Região de Guarapuava**

Dionísio Vandresen, 53 anos, brasileiro, casado, pai de 7 filhos, residente e domiciliado à Rua Mansueto Maito, s/nº, Município de Guarapuava, Estado do Paraná, portador do RG 5024522-5 e do CPF 091146539-15, há 13 anos atua como agente de pastoral ligado à Comissão Pastoral da Terra do Paraná e à Diocese de Guarapuava. Como membro da CPT, organismo pastoral ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dionísio tem apoiado a luta dos trabalhadores(as) rurais do Paraná, em especial os posseiros, negros, sem terra e agricultores(as) familiares.

Este trabalho, entre tanto, tem despertado a atenção e incomodado os grandes proprietários e latifundiários da região, contrários à Reforma Agrária e à garantia dos direitos dos pobres do campo. Em decorrência de seu trabalho, Dionísio tem sofrido inúmeras ameaças, inclusive de morte; abordagens grosseiras e violentas por parte da Polícia Militar da região, sob a mira de armas de fogo, com revistas pessoais e de veículo; telefonemas anônimos, e agora, ameaças através da abordagem, por homens armados, a si e a seu filho. Esta situação tem gerado um clima de insegurança e medo, já que além de Dionísio, outros membros da equipe local e regional da Comissão Pastoral da Terra são prejudicados em seu trabalho.

**2 – Abordagens da Polícia Militar da Região**

Entre os anos de 1989 e 1997, momento de maior tensão na luta pela terra na região de Guarapuava, principalmente no caso dos posseiros do Município de Pinhão, dos negros da Fazenda Fundação do Município de Reserva do Iguaçu e dos acampados e assentados dos Municípios de Goioxim, Campina do Simão, Guarapuava, Pitanga, Inácio Martins, Santa Maria do Oeste, Cantagalo e Rio Bonito do Iguaçu (todos grupos apoiados pela CPT-PR), Dionísio várias vezes foi abordado por policiais militares, com arrogância, grosseria e não raro, violência. Mais recentemente a partir do ano 2000, o acompanhamento ao conflito entre indígenas e colonos no Município de Laranjeiras do Sul e Nova Laranjeira pode ter despertado nos motivos de ameaças e retaliações por parte dos fazendeiros.

Estas abordagens geralmente aconteciam na volta de visitas a estas localidades, nos municípios vizinhos e em Guarapuava. O carro conduzido por Dionísio (geralmente ele voltava sozinho, à noite) era parado por cerca de 5 policiais que, sempre dir qual quer informação ou documento, apontavam armas de fogo para a cabeça de Dionísio e revisavam o carro. A pasta contendo os documentos, relatórios e materiais de trabalho era simplesmente jogada no chão, espalhando todo o seu conteúdo, que era abandonado na estrada pela PM. Dionísio Vandresen isto aconteceu em torno de 10 vezes neste período.

**3 – Perseguição ao carro de Dionísio e Antônio Potuskie e outras ameaças**

Conforme Ofício nº 130/97 encaminhado pelo então Deputado Estadual Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) ao Secretário de Segurança Pública Cândido Martins de Oliveira, no dia 20 de agosto de 1997, Dionísio e Padre Antônio Potuski, outro membro da equipe local da CPT, foram por vários dias seguidos por um carro Fiat Fiorino de cor branca.

No mesmo ofício, por seu trabalho de apoio ao grupo de 80 famílias de negros que estavam acampados na Fazenda Fundão Paiol de Telha, município de Reserva do Iguaçu, Dionísio relatou ter sido (ele e outros membros da equipe) ameaçados de morte por pistoleiros que faziam guarda na entrada da Fazenda, tendo citado o nome de um homem conhecido por Branco como autor de várias dessas ameaças.

Vale ressaltar que estes pistoleiros são autores de várias atrocidades praticadas contra os trabalhadores(as) desta Fazenda, o mais grave registrado no Ministério Público local, quando durante a noite de 21-8-97, inúmeros pistoleiros encapuzados cercaram a área e dispararam muitos tiros contra o acampamento.

Além disso, Dionísio recebeu telefonemas ameaçadores do Dr. Advogado Eugênio, da Cooperativa Agrária de Guarapuava, de propriedade de um grupo de alemães que possumos títulos da terra que foi tomada dos negros, que hoje tentam recuperá-la, por tentarem ser direitos seu. Dr. Eugênio acusou Dionísio de forma grosseira e agressiva de instigador da situação.

#### **4 – Atentado contra Dionísio**

Em 1997 Dionísio Vandresen foi alvo de uma emboscada, quando o carro em que viajava foi interceptado por uma camioneta tipo F-1000, a 100 metros do Rio Pinhão, no município de Pinhão. O atentado ocorreu por volta das 23 horas do dia 4-7-97, quando Dionísio voltava de uma visita ao acampamento dos negros ex-craivos da Fazenda Função, que haviam recentemente ocupado a área, hoje Assentamento Paiol de Telha.

#### **5 – Telefonemas ameaçadores**

Dionísio Vandresen é hoje coordenador regional da Comissão Pastoral da Terra do Paraná. A partir do dia 26 de abril de 2000 vem recebendo telefonemas anônimos em sua casa, sem preacordar, onde uma voz masculina ameaça: “filho da puta, desta vez a gente te pega, você não escapa, esta CPT que se mete com tudo é preciso dar um basta e você é um filho da puta” e em outras vezes a repetição: “desta vez a gente te pega seu filho da puta. desta vez vai ser pra valer, você é um medo, filho da puta”. Na tarde do dia 28-6-2000, por volta das 16h30min, Dionísio recebeu novas ameaças de morte por telefone. A ligação foi feita a cobrar da região sul do Estado (que inclui a região sudeste e centro-sul) e atendida por Paula Broeder, membro da equipe local da CPT em Guarapuava. Segundo Paula, ninguém se identificou e após algum tempo ela resolveu dizer “alô” ao que uma voz masculina disse: “Desa vez te pegamos! Você é um filho da puta!”. Minutos depois um novo telefonema foi feito, mas desta vez ninguém respondeu.

A CPT apresentou denúncia ao Ministério Público em Guarapuava, que determinou abertura de investigação e “grampeamento” do telefone de Dionísio. O promotor também determinou abertura de investigação sobre o desaparecimento das denúncias dos outros episódios de ameaças feitas por Dionísio em 1997. Entretanto não obtivemos até o momento nenhum resultado.

Por ocasião destas ameaças telefônicas, a CPT encaminhou, em 29 de junho de 2000, nota à imprensa às entidades nacionais e internacionais de Direitos Humanos como Anistia Internacional, Dominican and Franciscans International, Human Rights Americas Watch e Fian. Imediatamente em seguida e pes-

so as de todo o mundo manifestaram sua preocupação com a segurança de Dionísio e dos outros membros da CPT, tendo a Anistia Internacional, iniciado uma ampla campanha de cartas pedindo garantias da vida de Dionísio ao governador Jaime Lerner e ao Ministro da Justiça José Gregori. Recebidos pelo assessor de assuntos jurídicos Dr. Antônio Carlos Coelho e pelo secretário interno de Justiça Dr. Carlos César Maranhão, a CPT foi encaminhada à Procuradoria de Justiça do Estado no sentido de agilizar as investigações referentes à situação. Em audiência com Dr. Linu Walter Kirchner, sub-procurador-geral de Justiça que designou o caso ao promotor local.

#### **6 – Abordagem armada a seu filho, Romoaldo Vandresen e novas ameaças a Dionísio**

Romoaldo Vandresen, 17 anos, filho de Dionísio Vandresen, no dia 10 de abril, em Guarapuava, foi abordado por dois homens armados com revólveres que o ameaçaram e ao seu pai com represálias e morte. No dia 10/04, por volta das 10 horas, Romoaldo foi com o carro da família até a casa de um vizinho (800m de sua casa) para pegar a criança de milho que já havia sido comprada quando percebeu que estava sendo seguido por um Fiat Uno branco que, em determinado momento, na frente de um bar, fechou o seu veículo, obrigando-o a parar. Do Fiat desceu um homem armado, que encostou um revólver na cabeça de Romoaldo, mandando que saísse do carro, ao mesmo em que motorista do Fiat, também armado, se aproximava. Os homens, que, segundo depoimento de Romoaldo ao Ministério Público de Guarapuava, inicialmente se identificaram como sendo policiais e depois disseram que não eram, revisaram o carro de Romoaldo perguntando se o dono do mesmo trabalhava para o Bispo. O jovem disse que seu pai trabalhava na Comissão Pastoral da Terra. Os homens pareciam sabertudo sobre Romoaldo, inclusive estudava no Colégio Carneiro Martins no período da noite. Neste momento a proprietária do bar, Josefa, apareceu na porta e se aproximou dos carros; um dos homens mandou que ela entrasse “caso contrário poderia levar um tiro na cabeça”. Romoaldo verificou que a placa do Fiat era de Pinhão, os números por eles estavam apagados, reconheceu também, o emblema da polícia civil junto com a arma de um dos homens.

Os homens mandaram Romoaldo ir em busca dizendo que ele tinha sorte “por que é a pessoa errada”. E deixaram um recado para Dionísio: “avise que nós vamos procurá-lo e pegá-lo”.

Perante estas novas ameaças a Dionísio e seu filho, o secretário executivo da CPT PR, que participava da 57ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos

da ONU, em Genebra, denunciou o caso para várias organizações internacionais de Direitos Humanos, inclusive perante os diplomatas brasileiros na ONU. Imediatamente inúmeras pessoas e organizações iniciaram uma campanha de cartas para o Governo Federal e Estadual.

Além disso, Dionísio e Romoaldo prestaram depoimento no Ministério Público Federal, Promotoria de Justiça da Comarca de Guarapuava e a CPT encaminhou pedido de proteção federal, já que a polícia estadual é suspeita de envolvimento no caso. Petição na pelo Senador Eduardo Suplicy, a Polícia do Paraná informou ter designado uma equipe especial para tratar do caso, entretanto até agora Dionísio, malgrado os pedidos nacionais e internacionais, não foi procurado por qualquer autoridade do governo paranaense e encontra-se sem garantias de vida.

## 7 – As preocupações

A CPT-PR encontra-se extremamente preocupada com a segurança de Dionísio Vandresen e seu filho Romoaldo, principalmente frente à reiteração das ameaças contra Dionísio e outros de seus agentes de pas-to-ral, entre eles, o advogado Darci Frigo, recentemente ameaçado. Entre tanto, junto com Dionísio Vandresen, a CPT-PR reafirma a sua opção de atuar na defesa dos pobres do campo, denunciando as violações de Direitos Humanos e contribuindo para a organização dos trabalhadores/as.

Curitiba-Paraná-Brasil, 24 de maio de 2001. – Comissão Pastoral da Terra do Paraná – **Je son Oliveira**, Secretário Executivo – **Dionísio Vandresen**, Coordenador Regional.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – V. Exª será atendido na forma do Regulamento Interno.

Não há mais ora dores inscritos.

Os Srs. Senadores Romero Jucá, Romeu Tuma, Lúcio Alcântara, Eduardo Siqueira Campos, Mauro Miranda, Edison Lobão e Moreira Mendes enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regulamento Interno.

S. Exªs. serão atendidos.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já não era sem tempo de o Senado Federal prestar justa homenagem às instituições educacionais brasileiras de alta e reconhecida competência intelectual e administrativa. Aproveito, então, a oportunidade para homenagear a Fundação Getúlio Vargas pela dedicação histórica que tem, longamente, dispensado à formação dos samão-de-obras brasileira.

Mais reconhecida como entidade que calcula e veicula índices de inflação, seu mé-

rito maior reside no campo da produção de conhecimento. De fato, seus prestímos à pesquisa e à divulgação de ciência sobre o setor público e privado do Brasil merecem os nossos mais sinceros votos de gratidão e louvor.

Não por acaso, a FGV publicou, ao final do ano passado, o livro **Histórias de um Brasil que Funciona**, cujo conteúdo consistia em valorizar iniciativas inovadoras de Governos Estaduais, Municipais e, até mesmo, de organizações dos povos indígenas, que tenham contribuído para a ampliação do acesso aos direitos de cidadania do País. Tal publicação se enquadra num projeto maior, que se intitula *Programa Gestão Pública e Cidadania*.

Dentro desse princípio, a FGV acaba de distribuir uma nova publicação de extrema relevância histórica e política. Trata-se do *Perfil Institucional*, que discorre de modo abrangente sobre a trajetória da Fundação, desde sua criação em 1944. Analisa sua estrutura, descreve os serviços que presta e traz comentários sobre suas publicações, suas parcerias com o segmento empresarial e, substancialmente, suas atividades de ensino e de pesquisa.

Sem dúvida, uma leve incursão apreciável pela publicação proporcional a nós a certeza de que o compromisso supremo da FGV concentra-se na superação das fronteiras do conhecimento na área das Ciências Humanas e afins, produzindo e transmitindo idéias, dados e informações para o desenvolvimento socioeconômico do País. Desde sua concretização, nas mãos do inesquecível Luiz Simões Lopes, a Fundação tem galgado, com muita celeridade, os degraus da excelência do pensamento sobre a realidade brasileira.

Estudos relacionados à economia do Brasil, tais como contas nacionais, balanço de pagamentos, índices econômicos, sondagens conjunturais, pesquisas agrícolas, industriais e monetárias, tudo isso pertence ao arcabouço de preocupações da FGV na condição de gerador de conhecimento. Nessa linha, foi pioneira na fundação de cursos de pós-graduação nas áreas de economia, psicologia, contabilidade e administração. Mais recentemente, inaugurou curso de doutoramento para os estudos relacionados ao meio ambiente.

Como não poderia deixar de ser, seu corpo técnico e docente é de um brilhantismo ímpar, composto por mais de duas centenas de doutores e mais de uma centena de mestres, que se dedicam com muito afinco à causa do ensino e da pesquisa. Ao lado desse dado – e muito em consequência desse mesmo dado –, vale a pena destacar o papel de publicações ao

qual não se pouparam os mais rasgados elogios pelo alto padrão de qualidade. Refiro-me à premiadíssima Conjuntura Nacional, à Revista Brasileira de Economia, à Revista de Administração Pública e à não menos famosa Agroanalysis.

Gerações de intelectuais e pesquisadores do País aprenderam a confiar na seriedade e no compromisso público da FGV. Pelos seus quadros, desfilaram algumas das mais notáveis personalidades de nossa história contemporânea, entre outras, Eugênio Gudin, Octávio Bulhões e Mário Henrique Simonsen. Como bem fri sa o co men tá rio de Per fil Insti tu ci o nal, cérebros tão irretocavelmente selecionados ajudaram, de fato, a cons tr uir a his tó ria de ri gor e cre di bi li dade da Fundação, sua continuidade de dedicação ao Brasil e sua disposição em ante ver e res pon der às demandas do futuro.

A propósito, projetando todo esse su ces so para o fu tu ro, os di ri gen tes da FGV já an un ci a m a am plia ção da sede da ins ti tu i ção, no Rio de Ja ne i ro, a cujo es pa ço se ad i ci o na rá um ex cep ci o nal cen tro de con ven ções. Por conta disso, propõem-se o aprimoramento e a diversificação dos produtos e serviços oferecidos ao mercado, sob a forma de mais informações, consultoria, desenvolvimento humano e pesquisa histórica. Mais que isso, pre pa ra-se ain da a cri a ção de índices de monitoramento ambiental, cuja elaboração in te gra um con jun to de pro gra mas co ne ta dos ao de sen vol vi men to sus ten tá vel e à pre ser va ção do meio am bi en te.

Além disso, o avanço das telecomunicações tem afe ta do po si ti va men te o le que de in te res ses da FGV, com pro me ten do-a com a uti li za ção de tec no lo gia educacional de ponta para levar a milhares de profissionais, dos mais re mo tos can to s do País, for ma ção e in for ma ção. Isso tudo a fun ci o nar sem trans i gir com a qual i da de di dá ti ca tão pre sen te em suas sa las de aula. Ao lado das mí di as con ven ci o na is, os cursos a dis tância con tam com os re cursos tec no ló gi cos da tele con fe rên cia, da ví de o con fe rên cia, da mul ti mí dia e da In ter net.

Sr. Presidente, com efe i to, ao lon go de dé ca das, a FGV tem pre sta do in es ti má vel con tri bu i ção no in ces san te pro ces so de pro por so lu ções para os pro ble mas na ci o nais. Pro pos tas in va ri a vel men te cri a ti vas im pri mem uma mar ca in de lé vel à ins ti tu i ção, pois con ju gam de sen vol vi men to es tra té gi co, efi ciência ad mi ni stra ti va e pre ser va ção am bi en tal. Ins ti tu i ção pio ne i ra na Amé ri ca do Sul na im plan ta ção de cursos de Ad mi ni stra ção Pú bli ca e de Em pre sas, lan çou as ba ses do pen sa men to so cio eco nô mi co na ci o nal, além de in tro du zir a vi são em pre sa ri al in dis pen sá vel nos mer ca dos pro gressi va men te com pe ti ti vos. Aliado a

isso, o es tí mu lo à pes qui sa pro por ci o na do a seus pro fis si o na is e a lu nos tem re sul ta do em pro du ção de in con tes te ex cel ên cia.

Não sem certa pre vi si bi li da de, a Ca pe tem ava li ado, nos úl ti mos anos, os cursos de Economia, Administração Pública e de Empresas ministrados pela FGV com a ma i or nota em cada gru po de es co las. Por sua vez, es tas mes mas es co las man têm in ten si vo in ter câ m bio com as mais des ta ca das uni ver si da des do mun do e par ti ci pam dos prin ci pa is or ga ni smos e con sel hos in ter na ci o na is de suas á re as.

Cum pre re cor dar que, tra di ci o nal men te, a ima gem da Ge tú lio Var gas se as so cia com o mo ni to ra men to de ín di ces se to ri a is, dos qua is se aguar da um re flexo do com por ta men to dos cus tos de de ter mi na do seg men to da eco nomia. Res pon sá vel pelo le van ta men to e aná li se de da dos eco nô mi cos, fi nan ce i ros e em pre sa ri ais, o Ins ti tu to Bra si le i ro de Eco nomia – IBR –, da FGV, foi o pio ne i ro no cál cu lo do PIB bra si le i ro e a ú ni ca ins ti tu i ção a for mu lar o ín di ce de pre ços no ata ca do. A isso, acres cen te-se a in tro du ção do IGP-DI, que foi, e ain da é, um dos prin ci pa is ín di ces uti li za dos em re aju tes de pre ços de con tra to s e na cor re ção do va lor pa tri mo ni al de a ti vos.

Pois bem, atualmente, sua elaboração atende, igualmente, a solicitações específicas de organizações empresariais, como base para formulação de políticas de preços. Para tanto, a FGV não tem hesi ta do em re a li zar, com pro fun di da de, aná li ses dos ba lan ços das 500 ma i o res em pre sas do Bra sil. Isso pro pi ci ou a cri a ção do Ban co de Da dos Em pre sa ri al, que ac u mu la in for ma ções so bre mais de 10 mil com pa n hi as, e de cuja uti li za ção se ser vem cen te nas de in ves ti do res e es tu di o sos da eco nomia bra si le i ra.

Ou tro or gu lho da FGV re cai so bre o Cen tro de Pes qui sa e Do cu men ta ção de His tó ria Con tem po râ nea do Bra sil, que não se fur ta a pre star as ses so ri as não so men te no cam po de or ga ni za ção de ar qui vos his tó ri cos, como tam bém na elabo ra ção de ban cos de en tre vis tas para or ga ni smos pú bli cos e em pre sas pri va das. Dentre os úl ti mos tra ba lhos, so bressa em-se o pro je to Memó ria do Cen tro Cul tu ral Ban co do Bra sil e a pu bli ca ção da his tó ria da Com pa n hi a Si de rú rgica Na ci o nal – a CSN.

Por úl ti mo, a FGV Edi to ra é, cer ta men te, tam bém ou tra fi lha di le ta da ins ti tu i ção. Além da li te ra tu ra aca dê mi ca em ad mi ni stra ção, eco nomia e con ta bi li da de, a edi to ra ex plo ra pu bli ca ções nos cam pos da his tó ria, da co mu ni ca ção, da eco lo gia e das ci ên ci as so ci ais. Entre os gran des ê xi tos edi to ri ais, surge a *Comu ni ca ção em Pro sa Mo der na*, do es cri tor Othon Mo ac yr Gar cia, que é mu i to mais que um me ro ma nu al de es ti lo e ex pres são. Já na 18ª edi ção, per ma ne ce

sendo adotado em diversos cursos de ciências humanas.

Em resumo, aproveito a oportunidade dessa mais nova publicação, Perfil Institucional, para congratular não somente a instituição, mas também seus dirigentes, seus professores, pesquisadores e estudantes. Mais que nunca, o Brasil se sente em débito com a FGV, na medida em que tem tido em sua inúmeras contribuições para a história do desenvolvimento econômico nacional. Por conta disso, e em nome de todos os brasileiros, somente me resta reiterar, com muito orgulho, nossos agradecimentos aos históricos e incomensuráveis serviços prestados à Nação.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, poe sia e guerra, que relação podem ter? Se poe sia é "o que há de elevar do ou como venite nas pes so as ou nas co i sas, aqui lo que desperta o sentimento do belo", e guerra significa conflito, hostilidade, como conciliar ambos os termos sem incorrer num paradoxo? Parece impossível tal conciliação. Entretanto, a história da literatura registra inúmeros exemplos de coe xis tência har monio sa entre inspiração poética e disposição bélica, de modo especial quando esta dis po si ção fica cir cuns cri ta às atitudes estritamente defensivas, como as que caracterizam o Estado democrático de direito brasileiro até no texto da Constituição.

Dia 28 do mês passado, no Porto de Santos, participei de memorável episódio, ilustrativo do que acabo de dizer. Durante a incorporação operacional de nosso novo navio-aeródromo adquirido da França, coube ao Exm<sup>o</sup> Ministro de Estado da Defesa, Geraldo Quintão, lembrar proféticas palavras do Príncipe dos Poetas brasileiros, o saudoso Guilherme de Almeida, quando prognosticou que a próxima belona-ve brasileira, herdeira do nome e das tradições do encouraçado "São Paulo", seria um porta-aviões. Mas, ao poe ta maior, talvez fosse inimaginável estar falando de um navio com 32.500 toneladas de deslocamento bruto, 266 metros de comprimento, 51,2 metros de largura, 30 nós de velocidade máxima, 2 catapultas e tripulação de 1030 homens, além de outros 670 que lhe permitirão operar 37 aeronaves de asa fixa e 2 helicópteros. Um portento so herói de guerra, como foi o encouraçado "São Paulo", e que, rebatizado, inicia agora atividades em águas brasileiras para dar prosseguimento ao excelente trabalho desenvolvido pelo navio-aeródromo ligeiro "Minas Gerais" nas últimas cinco décadas.

Estavam presentes à cerimônia de transferência de subordinação do porta-aviões ao Setor Operativo da Marinha, Sua Excelência o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e o Exmo. Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, bem como inúmeras autoridades e personalidades, entre as quais os Srs. Pedro Parente, Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República; General Alberto Cardoso, Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional; Almirante-de-Esquadra Sérgio Chagastelles, Comandante da Marinha; e o ilustre Prefeito de Santos, Beto Mansur. Na vigia gem do Rio de Janeiro a Santos, tendo a bordo o Excelentíssimo Presidente da República, o NAe "São Paulo" foi escoltado pelas fragatas "Niterói" e "Rademaker". Depois, sua importância para incrementar a vigilância em nosso mar e, ao mesmo tempo, servir de meio para treinar e aprimorar tripulações ficou patente na voz de todos os oradores. O Presidente Fernando Henrique Cardoso foi além. Afirmou que o nome dado ao porta-aviões expressa o sentimento de integração nacional e que desejava entregar o navio ao sa u do so Governador Má rio Co vas, acen tu an do: "Hoje, entre go a quem o sucede de modo admirável. Sinto-me orgulho so por São Pa u lo e pelo Bra sil." Acres cen tou que um país com o nos so Li to ral "re quer um po de rio na val a sua al tu ra. So mos uma Na ção que luta pela paz, o que não significa que po de mos pres cin dir de uma capacidade militar moderna."

O Governador Geraldo Alckmin ressaltou o fato de o navio-aeródromo levar o nome de São Paulo como "uma honra a todos os paulistas", dizendo: "O Estado de São Paulo é um pólo de alta tecnologia comparável à que é utilizada no A-12. Ao pisar neste convés, senti que sou mais brasileiro ainda por estar num território brasileiro ainda desconhecido para mim." Em nome do Governo paulista, houve entrega de uma bandeira brasileira oferecida pela Sociedade Amigos da Marinha e especialmente confeccionada para permanecer a bordo, em local de honra, num arcas metálico que os tenha o mapa do Estado de São Paulo, gravado em placa de metal dourado. Uma réplica do Pavilhão foi hasteada solemnemente na popa do porta-aviões, como parte da cerimônia.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, todos nós podemos perceber por intuição o significado da transferência do NAe "São Paulo" do âmbito da Diretoria-Geral do Material da Marinha para o Comando de Operações Navais. Contudo, nas ordens do dia emitidas pelos ilustres Almirantes-de-Esquadra Ronaldo Longo, Diretor-Geral do Material, e Luiz Fernando Portella Peixoto, Comandante de Operações Navais, fica clara a amplitude desse significado. Da

mesma forma, figura por inteiro, em meio à descrição dos procedimentos havidos para a aquisição da belonave, nos discursos proferidos pelos Exm<sup>os</sup> Presidente da República e Ministro de Estado da Defesa. Em consequência, creio ser de interesse do Senado da República a transcrição desses documentos — ordens do dia dos comandantes e pronunciamentos de S. Exas. —, em seus Anais, para que possam ser úteis no futuro como fontes oficiais de referência sobre a nova fase operacional agora iniciada pela Marinha do Brasil. Permitam-me, portanto, reproduzi-los.

Eis o que disse o Excelentíssimo Presidente da República:

"Hoje é um dia muito especial para a Marinha do Brasil.

"A transferência do Navio-Aeródromo 'São Paulo' para o Setor Operativo da Marinha agrega ao nosso Poder Naval importante ampliação de sua capacidade de defesa dos interesses brasileiros no mar.

"Um país como o nosso, possuidor de extenso litoral, com mais de 7 mil quilômetros de costa, requer um Poder Naval compatível com sua estatura no cenário internacional.

"Hoje, como ontem, o Estado brasileiro preocupa-se em implementar medidas concretas que ofereçam à nação a garantia de respeito à sua soberania.

"Somos e sempre seremos uma nação que luta pela paz, o que não significa poder prescindir de Forças Armadas modernas, capacitadas e dotadas de adequado potencial dissuasório.

"Poucos países, ainda hoje, têm capacidade de operar com eficiência em alto-mar.

"É importante que o Brasil continue a ser um deles.

"A aquisição deste navio-aeródromo foi uma oportunidade para substituir o 'Minas Gerais', que tantos e tão bons serviços prestou ao país.

"Seus mais de 40 anos de operação, sua demonstrada resistência no mar e as destacadas missões que cumprimos não serão esquecidas ou descontinuadas.

"O Brasil preocupou-se em dar continuidade à aviação embarcada e o valor que o 'Foch' representava para a Marinha francesa representou credenciais seguras para sua escolha como herdeiro das tradições do valeroso 'Minas Gerais'.

"As condições técnicas das atuais aeronaves de combate impunham a aquisição de uma plataforma flutuante compatível.

"A modernidade se impôs.

"O início da vida operativa do 'São Paulo', associado à aquisição dos aviões de combate AF-1, representa marco de nova fase da Força Naval brasileira.

"Sua transferência para a Esquadra consolidou a capacidade operacional da aviação de asa fixa embarcada. Empresta, assim, à nossa Marinha a projeção e a estatura que a Nação dela espera.

"Quase todo nosso comércio exterior depende de rotas marítimas, mais de três quartos do petróleo brasileiro são extraídos da plataforma continental; sem falarmos do significativo potencial das águas costeiras para a pesca. Esses fatos, por si só, demonstram a necessidade de uma Marinha moderna, adestrada e eficiente.

"Somos um grande país, com 4 milhões e 200 mil quilômetros quadrados de área marítima, comparável à extensão da Amazônia Legal. Temos que preservar a para as gerações futuras.

"Quero, em especial, dirigir-me aos oficiais e marinheiros que terão sob sua responsabilidade conduzido o 'São Paulo' ao cumprimento de suas missões.

"Sei do profissionalismo, da dedicação e, por que não dizer, dos sacrificios que a vida no mar impõe a todos que enfrentam os seus desafios.

"A motivação dos senhores exigiu do Presidente da República os esforços para dotar a Marinha de meios materiais compatíveis com a riqueza humana de seus quadros e a abrangência de sua destinação constitucional.

"Não é tarefa fácil direcionar recursos para defesa, diante de tantas e tão prementes demandas sociais, mas era meu dever corresponder à incansável dedicação de todos os senhores.

"Foi assim que, com satisfação, autorizei a aquisição do 'São Paulo' e acompanhei o processo de seu recebimento, que se processou em tempo recorde (dois meses) e em ambiente de cordialidade e profissionalismo entre as Marinhas francesa e brasileira.

"Este magnífico navio, a entrada em operação de seus aviões de alto desempenho, o cumprimento de suas tarefas, a ampliação, enfim, da capacidade da nossa Armada de enfrentar os interesses da Pátria revestem-nos, a todos, de justificado orgulho.

"Suas 32 mil toneladas, seu histórico de combate, sua alma e tradições, que tanto significaram para os marinheiros franceses, passam hoje a somar-se aos valores da Marinha do Brasil.

"Ontem 'Foch', hoje, orgulhosamente, 'São Paulo'. São Paulo, Governador, nossa terra.

"E ao homenagear este navio com a bandeira e o arcaiz, isso simboliza, como bem disse Vossa Excelência, o sentimento de todos nós, de integração nacional. Esse navio portou o nome glorioso de 'Minas Gerais', o seu antecessor. Hoje portará o 'São Paulo', portaria de qualquer um outro Estado da Nação,

com o mesmo sentimento de brasilidade. Mas a nós, de São Paulo, é muito gratificante a bandeira brasileira aqui na proa de nosso navio 'São Paulo'.

"E ao homenagear São Paulo, que é como a Marinha nos faz, e através do seu governo, eu não queria deixar de dar uma última palavra dizendo que, inicialmente, tinha pensado trazer esse navio para entregá-lo ao governador Mário Covas. Hoje, entrego a quem o sucede de modo admirável. Sintomorgulho por São Paulo e pelo Brasil. Muito obrigado."

Por sua vez, assim se manifestou o Exmo. Ministro de Estado da Defesa:

"Serão breves minhas palavras. Na condição de ministro da Defesa, cabe-me pela segunda vez desde a chegada do navio-aeródromo 'São Paulo' ao Brasil, fazer uso da palavra em sua homenagem. Na primeira, em mais extensa abordagem, elenquei as razões históricas, técnicas e políticas, que justificam a compra do então porta-aviões "Foch", pelo Brasil. E, agora, faço-o, ainda com satisfação, certo de que essa aquisição será de extrema valia para a Marinha Brasileira, sobretudo por preservar e ampliar sua capacidade operativa na aviação embarcada, adquirida e apurada nos longos 50 anos do NAEL 'Minas Gerais', por manter uma estrutura de defesa compatível com a de nossos vizinhos, por possibilitar proteção de nossas rotas de navegação e de nosso vasto território, e assim garantir nosso patrimônio e interesses marítimos, visando ao atendimento das tarefas de competência da Marinha, além de constituir um pólo de integração das marinhas dos países vizinhos.

"A sociedade brasileira bem tem compreendido e aprovado a destinação de recursos orçamentários para o reequipamento e modernização de nossas Forças Armadas, decisão estratégica de Vossa Excelência, Senhor Presidente, com a finalidade de nossas Forças recuperarem sua capacidade de defesa, imprescindível a um país contínuo, rico e próspero, como o Brasil.

"Sem dúvida, é a aplicação da estratégia disuasória de caráter defensivo, em consonância com a tradição pacífica da política externa brasileira, como preconizada na Política de Defesa Nacional (PDN).

"Agora, porém, permitam-me que ressalte a beleza e o significado da cerimônia há pouco realizada, na linha das melhores tradições navais, expressa pela simbologia da entrega pelo Estado de São Paulo ao Navio-Aeródromo 'São Paulo' da Bandeira Nacional e do arcaz para sua guarda. Nosso pavilhão, oferecido pelos paulistas, através da SOAMAR – Sociedade dos Amigos da Marinha, e o arcaz, pelo Governador do Estado, representado pelo seu ilustre Governador Geraldo Alckmin, atos esses que consolidam cara

tradição na Marinha do Brasil, como se a sociedade e o Governopaulistas ratificasse a nacionalidade brasileira do navio-aeródromo 'São Paulo', em tocança homenagem.

"Esse é o terceiro navio da Marinha Brasileira a receber o nome de 'São Paulo', conforme os arquivos da Força Naval. Sucede ao encouraçado 'São Paulo' que deixou um rastro de glórias em sua história.

"De um de seus tripulantes à época, o contralmirante Yperry Tupiassu de Brito Guerra, colho a descrição: "Serviu ao Brasil e à Esquadra Brasileira por mais de 40 anos. Era veterano de duas guerras e participou de todos os acontecimentos que envolveram o País no período de sua atividade. Era uma verdadeira fortaleza flutuante, com bateria principal composta de 12 canhões de 305 milímetros." "Usava como brasão de armas o mesmo logotipo da cidade de São Paulo, inclusive o dístico heráldico 'Non Ducor, Duco.'"

"O almirante Luiz Brígido Bittencourt relata haver o velho encouraçado realizado missões de relevo como, em julho de 1920, o transporte da família real da Bélgica para o Brasil; em janeiro de 1921, o traslado dos restos mortais do ex-imperador do Brasil, de Lisboa para o Rio de Janeiro. Mas, em 1945, finda a Segunda Guerra, regressando ao Rio de Janeiro, um forte tempestade fez-lhe água e o aderiu, e assim, atuebrado, chegando à Baía de Guanabara, o que o levou a ser desativado, dar baixa da Esquadra e desarmado, ter seu casco vendido como sucata ao país que o construíra – a Inglaterra.

"Seu triste destino na volta à Inglaterra, com seu aprofundamento sob violenta tempestade, foi visto pelo paulista ilustre, o poeta Guilherme de Almeida, na sua sensibilidade e inspiração poéticas, com essa imagem: "Flagelado e coroado de espinhos pelas brocas do desarmamento, como um rei da ignomínia (deixou o Arsenal de Marinha) e foi se guiado, atado e atirado por cabos de aço, o canhão salgado como lágrima de seu calvário marítimo. Quatro mil milhas passivamente seguiu na esteira arrastante e humilhante de dois rebocadores estrangeiros". Ao final, "...o Encouraçado São Paulo, mártir vendido por 30 dinheiros, revoltou-se, libertou-se e sumiu. É que sua alma alta não suportou o opróbrio de ser conduzido, o que afrontava seu dístico heráldico – 'Não sou conduzido. Conduzo'. E o Príncipe dos Poetas brasileiros, em manifesta premonição, concluiu: "O 'São Paulo' libertou-se, por isso ele tem que voltar atualizado, com suas oito letras não mais honrando a guirlanda de popa de um encouraçado, mas de um porta-aviões que será o primeiro da Marinha de Guerra do Brasil."



"Nosso maior poeta paulista não viveu o bastante para ver seu sonho materializar-se, mas de algum lugar seu espírito estará feliz, assistindo à homenagem de seu Estado de São Paulo – Governo e sociedade – ao porta-aviões por ele esperado e prenunciado que um dia, como nova nau-capitânia da Marinha do Brasil, portaria orgulhoso o nome de São Paulo, tremulando a Bandeira do Brasil pelos mares sem fim.

"Ao de se jar bons ventos e bons mares aos tripulantes do novo 'São Paulo', aproveito para augurar-lhe também um destino de glória e de engrandecimento de nossa Pátria, cumprindo a mensagem contida no dístico heráldico paulista, que bem simboliza o indômito espírito paulista: 'Non ducor, duco'. Muito obrigado."

Foi ramli dos os se guin tes os do cu men tos emi ti dos pela Ma ri nha:

"MARINHA DO BRASIL

"DIRETORIA-GERAL DO MATERIAL DA MARINHA

"SANTOS, SP

"Em 28 de abril de 2001

"ORDEM DO DIA N.º 1/2001

"Assunto: Transferência de Subordinação do Navio-Aeródromo 'São Paulo'

"Em cumprimento à Portaria do Comandante da Marinha nº 94 de 19 de abril de 2001, re al i za-se, nes ta data, a transferência de subordinação do Navio-Aeródromo "São Paulo" do Diretor-Geral do Material da Marinha para o Comandante de Operações Navais.

"No segundo semestre de 1999, em sequência a entendimentos realizados entre o Ministro da Defesa, o Comandante da Marinha e o Embaixador da França no Brasil e atendendo a convite da quele país, uma comissão de oficiais brasileiros foi enviada à Toulon para avaliar as condições em que se encontrava o NAe "Foch".

Em março de 2000, o Governo da França encaminhou ao Governo Brasileiro uma minuta de acordo para a cessão desse Navio-Aeródromo, oferecendo ainda a participação de uma delegação da Marinha do Brasil na travessia que o navio faria entre Cape-Town e o Rio de Janeiro.

Com a realização de novas avaliações técnicas e operativas, o Comando de Operações Navais elaborou parecer conclusivo sobre a aquisição do NAe "Foch". Ao mesmo tempo, a Diretoria-Geral do Material da Marinha preparou Estudo de Obtenção e minuta alternativa à proposta de acordo apresentada pelos franceses.

Após apreciação pelo Almirantado, o Comandante da Marinha delimitou os contornos da futura negociação, transmitiu orientação segura, sensata e realista e atribuiu ao Diretor-Geral do Material da Marinha a tarefa de constituir um grupo para negociar a aquisição do navio.

"As conversações havidas entre os representantes das duas nações desenvolveram-se em ambiente de amizade, cooperação, boa vontade e profissionalismo e o acordo negociado incluiu a permanência de equipamentos que inicialmente seriam retirados, o adestramento da tripulação brasileira durante oito semanas no porto e dez dias no mar, a colocação do NAe "Clemenceau" à nossa disposição até 2002 para a retirada de peças que nos pareçam úteis, a cessão de todos os sobressalentes existentes na Marinha Francesa específicos dos NAe "Foch" e "Clemenceau", e o fornecimento de manuais e planos de construção necessários à manutenção e reparos do navio. Os entendimentos previamente mantidos pelos Presidentes do Brasil e da França foram de cívicos para a condução das negociações.

"No mês de agosto de 2000, o Ministro da Defesa concluiu a negociação e participou ao Governo Francês o interesse do Governo Brasileiro em adquirir o Navio-Aeródromo "Foch" nas condições acordadas entre as partes francesa e brasileira. Ressaltou que estavam em curso as providências que permitiriam a assinatura do contrato e que era intenção que o cronograma de transferência fosse plenamente cumprido.

"Em setembro o processo de aquisição foi ao Conselho de Defesa e no dia 26 do mesmo mês o Ministro da Defesa, o Comandante da Marinha e o Diretor-Geral do Material da Marinha assinaram o contrato de aquisição do NAe "Foch" pela parte brasileira, o qual foi firmado, em 12 de outubro, pelo Ministro da Defesa e de mais autoridades da parte francesa.

"Nasceu assim o NAe "São Paulo", incorporado à Arma da do Brasil no dia 15 de novembro de 2000, na cidade de Brest, em cerimônia presidida pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, seguindo as tradições previstas no Cerimonial da Marinha do Brasil e ficando subordinado à Diretoria-Geral do Material da Marinha, para acompanhamento de seu recebimento até a entrega como navio pronto para emprego pelo Setor Operativo.

"No dia seguinte ao da incorporação do NAe "São Paulo" foram iniciados os serviços de manutenção e recebimento de planos, manuais e sobressalentes previstos no contrato de aquisição, tendo embarcado mais de mil toneladas de sobressalentes nos dois meses e meio em que o navio permaneceu na

França sob bandeira brasileira. Nesse período, selecionou-se mais de seiscentos equipamentos para serem retirados do NAe 'Clemenceau' e remetidos ao Brasil ainda no corrente ano, juntamente com os demais planos de construção.

"O excelente e diuturno trabalho realizado pelo Grupo de Recebimento do NAe 'São Paulo', meta de sua tripulação, e pelo Grupo de Recebimento na França permitiu que fossem cumpridas as etapas planejadas de partida do navio de Brest, 1.º de fevereiro, e de chegada ao Brasil, 17 de fevereiro.

"O Navio-Aeródromo "São Paulo", doravante Capitânia de nossa Esquadra, é o terceiro navio da Marinha do Brasil a ostentar o nome deste importante Estado de nossa Federação, com a imponência, a pujança e a posição de vanguarda do Estado de São Paulo, e simbolicamente fará tremular em seu mastro, a partir de hoje, a bandeira nacional ofertada pela Sociedade Paulista, representada pela Sociedade de Amigos da Marinha.

"Seguindo a heráldica da Marinha, desda sua incorporação, passou a usar o mesmo brasão projetado para o segundo navio a utilizar o nome 'São Paulo', um Encouraçado, dos mais poderosos de sua época, construído em estaleiros da Inglaterra, com a qual batida em 30 de abril de 1907. Até a sua Mostra de Desarmamento, ocorrida em 02 de agosto de 1947, prestou relevantes serviços ao Brasil, participando, inclusive, das duas Guerras Mundiais.

"O primeiro navio 'São Paulo' era de casco de madeira e propulsão a vapor, fretado pelo Governo Imperial para servir de transporte durante a Guerra do Paraguai, em junho de 1865.

"A aquisição de um Navio-Aeródromo para substituir o NAeL 'Minas Gerais' faz parte de estudos decorrentes do Plano Estratégico da Marinha. documento periodicamente revisito, que leva em consideração a legislação nacional, acordos e tratados internacionais, políticas e diretrizes governamentais e a análise da conjuntura nacional e internacional, em seus aspectos políticos, econômicos e militares de interesse do Brasil. com reflexos sobre a Marinha. Está incluída no Programa de Reaparelhamento da Marinha, tendo a obtenção do NAe "São Paulo" seguido a Sistemática de Planejamento do Plano Diretor da Marinha. Além do expressivo valor estratégico, essa aquisição de oportunidade possibilitará a utilização do navio em operações de proteção aérea de Força Naval com mais segurança, de vi do às suas dimensões e à sua velocidade, ensejando seu emprego onde for necessário para assegurar os interesses do Brasil. Assim, a visão do Senhor Presidente da República, do Governo do Brasil e do Conselho de Defesa

permitiu ao País dar um passo importante para firmar-se no cenário mundial, fato intensamente reconhecido no exterior. reafirmado pelos cumprimentos recebidos em nossas representações que contou com a aprovação da maioria do povo brasileiro. Deste modo, o trabalho realizado pelo Ministério da Defesa, Comando da Marinha e por diversos órgãos do Governo Brasileiro foi coroado de pleno êxito.

"Este momento nos enche de orgulho como marinheiros e, acima de tudo, como brasileiros e o Setor do Material da Marinha sente-se especialmente orgulhoso por sua participação neste empreendimento, realizado com a orientação e o apoio do Comandante da Marinha em conjunto com os demais Setores da Marinha, e satisfeito de poder entregar ao Comandante de Operações Navais, em cerimônia que conta com as presenças do Presidente da República, Governador do Estado de São Paulo, Ministro da Defesa e Comandante da Marinha, dentre outras autoridades, um navio perfeitamente operativo, após ter cumprido fielmente o cronograma de trabalho estabelecido para seu recebimento.

"O Navio-Aeródromo 'São Paulo' passa a ser mais um meio da Marinha do Brasil a se integrar na proteção das águas jurisdicionais brasileiras, mantendo o lema que por tradição era do Estado que lhe empresta o nome, e que hoje é adotado pela cidade de São Paulo: '*non Ducor Duco*' (não sou conduzido, conduzo).

"Que tenha bons ventos e mares tranqüilos.

**"Ailton Ronaldo Longo** – "Almirante-de-Esquadra – "Diretor-Geral".

"Marinha do Brasil

**"COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS**

"Rio de Janeiro, RJ

"Em 28 de abril de 2001

#### **"ORDEM DO DIA Nº 4/2001**

"Assunto: Transferência de subordinação do NAe São Paulo para o Setor Operativo.

"Nesta belacérimônia em que o Setor Operativo da Marinha recebe o Navio Aeródromo "São Paulo", vale re cordar o grão de Bão do Rio Branco em uma saudação à Marinha., quando disse: "des de Riachuelo, com pre en dia-se, como agora de novo se com pre en de en tre nós, que na vi os cma ri nhe iros não se im provisam e que uma Nação como a Brasileira, com tão vasta extensão de costa e tão grandes rios, precisa estar seriamente aparelhada para a pronta defesa de suas comunicações marítimas e fluviais, do seu comércio e dos seus Portos"

"De fato, vivemos a concretização de um sonho de gerações de marinheiros que souberam compreender a importância de ter o País uma Marinha capacitada a controlar áreas marítimas de interesse e, quando necessário, dentro do que preceitua a Política de Defesa Nacional, atuar em operações de paz e no resgate de nacionais em território conflagrado.

"Essencial para executar essas tarefas e para garantir a defesa aérea de uma Força Naval. O "São Paulo" e os seus aviões da raça uma nova dimensão à Esquadra Brasileira dotando-a com o braço longo que lhe faltava, já que as suas características operativas permitirão a execução de operações em áreas oceânicas afastadas e sob quaisquer condições de vento.

"Ao mesmo tempo, vem esse grande porta-aviões consolidar o processo de implantação da asa fixa na Marinha, substituindo o seu irmão mais velho 'Minas Gerais' que após quarenta anos de operações, passa ao seu sucessor a honra de ser o Capitânia da Esquadra.

"Que bons mares e ventos recebam o 'São Paulo', tenha uma existência pacífica e que após lançar as suas aeronaves, indifereente aos ventos, ou às calmarias, as receba sem predevolta em seu convés de voo, com a satisfação da missão cumprida.

"Luiz Fernando Portella Peixoto – "Almirante-de-Esquadra – Comandante".

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o nome do Estado que represento nesta Casa está intimamente relacionado a muitos dos mais importantes aspectos da vida do povo brasileiro. Isto justifica a homenagem prestada pela Marinha ao escolhido para denominar sua belona mais importante e, com isso, realizar o vaticínio do maior poeta paulista. Imbuído do mais legítimo orgulho e pleno de agradecimento como filho de São Paulo, de sejo que a Capitânia da Esquadra brasileira, o navio-aeródromo "São Paulo", seja um agente de nossos espíritos pacíficos. Mas, quero igualmente que a garbosa presença desse imponente porta-aviões signifique também a afirmação da Pátria de que sua soberania e riquezas, mesmo as contidas nas porções mais remotas do mar jurisdicional do Brasil, sempre estarão preservadas.

Muito obrigado.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, segundo o inciso XV do art. 21 da Constituição Federal, compete à União organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional. Os serviços de mapeamento geológico do território brasileiro constituem-se em base de informação relevantíssima para as pesquisas geológicas detalhadas e de correntes atividades de mineração,

e, portanto, são elemento primordial para o nosso desenvolvimento. O mapeamento geológico do Brasil, nas últimas décadas, tem estado a cargo da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM.

Por ocasião da divulgação do relatório anual de atividades da CPRM, quero aqui tecer algumas considerações sobre sua atuação. A CPRM foi constituída, em 1969, como sociedade de economia mista federal. Em 1994, foi transformada em empresa pública da União, assumindo definitivamente as atribuições e responsabilidades de um Serviço Geológico Nacional, e, assim, enquadrando-se mais nitidamente no comando constitucional.

As atribuições da CPRM abrangem as seguintes áreas, com atuação em todo o território nacional:

- *geologia e recursos minerais*, compreendendo mapeamentos geológicos, geoquímicos, geofísicos e prospeção mineral;

- *recursos hídricos*, envolvendo levantamentos e estudos hidrológicos e hidrogeológicos; e

- *gestão territorial*, abrangendo os levantamentos e estudos multidisciplinares relacionados ao meio ambiente e ao uso e ocupação do solo.

A CPRM vem passando por um processo de reestruturação interna, com melhor definição de sua missão e de suas macrofunções institucionais, focalizando-as no compromisso com a geração e a difusão do conhecimento geológico e hidrológico básico e necessário para o desenvolvimento sustentável do País.

O ano de 2000 foi marcado por esforços de renovação do modelo de gestão, mas nem por isso deixou de ser um ano fértil em produtos dos trabalhos em progresso. Evoluíram positivamente os 51 projetos de pesquisa referentes às áreas de atuação da empresa, sendo 23 de geologia, 4 de recursos minerais, 14 de recursos hídricos e 10 de gestão territorial.

Foram produzidos 231 mapas geológico-metalogenéticos e 144 mapas hidrológicos e de gestão territorial, disponibilizados aos Poderes Públicos, ao setor produtivo, à comunidade geocientífica e ao público em geral. Esses produtos, resultados da competência e dedicação do corpo técnico da CPRM, cobrem temas de relevância e interesse para o desenvolvimento da indústria mineral brasileira e para a gestão dos recursos hídricos e o ordenamento territorial de todas as regiões do País.

Exemplos desses trabalhos são os levantamentos aerogeofísicos iniciados nos Estados do Amazonas e Roraima e os mapeamentos geológicos, nas escalas 1 por 100.000 e 1 por 250.000, da área da chamada Reserva Nacional do Cobre e Associados, abrangendo os Estados do Pará e do Amapá. Aque-

les levantamentos aerogeofísicos, implicaram, em 2000, a execução de 90.280 quilômetros lineares de vôo, em espaçamento de 500 metros e altura de 100 metros.

Sr. Presidente, ao passar em revista as atividades da CPRM, é preciso ter em conta que o setor de mineração ainda tem muito o que avançar, no Brasil. Exploramos pouco nosso potencial mineral. Podíamos estar, nesse setor, produzindo mais riquezas, mais divisas. As condições preliminares para um tal incremento são duas: a modernização do Código de Mineração, para atrair mais investimentos, o que fizemos, pelo menos, em 1996, com a Lei nº 9.314; e a dinamização da pesquisa geológica de base, que vem sendo perseguida pela CPRM.

Para a efetivação desse desejado avanço, a CPRM atua em parcerias com outras entidades, como a Agência Nacional de Petróleo, o Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional de Energia Elétrica, o Ministério de Meio Ambiente e Governos Estaduais e suas empresas e órgãos de mineração e de pesquisa.

O orçamento da CPRM para o ano de 2000 foi de 125,7 milhões de reais. A execução financeira somou 115,3 milhões, não tendo restado qualquer despesa do ano 2000 a ser paga com recursos de 2001. Houve um pequeno saldo financeiro, configurando situação distinta dos dois anos anteriores, que registraram pequenos déficits.

O bom nível técnico e científico dos quadros da CPRM fica bem caracterizado pela sua participação em congressos internacionais. Em agosto de 2000, o trigésimo primeiro Congresso Internacional de Geologia teve como sede o Rio de Janeiro. Foi a primeira vez que um encontro desse tipo deu-se na América do Sul, desde 1878, ano de fundação da União Internacional de Ciências Geológicas, entidade organizadora desses congressos. No Congresso do Rio de Janeiro foi o ramal representado pela CPRM 134 trabalhos técnicos, cobrindo diversas áreas de atuação da empresa.

A CPRM elaborou um Plano de Metas para os próximos 10 anos que dá bem a noção da relevância de suas atividades. Ele consiste em completar e aprofundar os mapeamentos geológicos de que o País dispõe hoje, e pode ser resumido nos 10 seguintes itens:

- executar 1,7 milhão de quilômetros lineares de levantamentos aerogeofísicos de alta resolução (espaçamento de linhas de vôo de 500 m) nos terrenos pré-cambrianos

da Região Amazônica até o final de 2001;

- modelar e implementar os bancos nacionais de dados geológicos (Geobank) e hidrológicos (Hidrobank) até o final de 2001;

- completar a base cartográfica geológica, digital e georreferenciada, de 100% do território nacional, na escala 1 por 2.500.000, até o final de 2001;

- executar 1,55 milhão de quilômetros lineares de levantamentos aerogeofísicos de alta resolução nos terrenos pré-cambrianos da Região Amazônica em 2002, com isso completando o levantamento de 1,6 milhão de quilômetros quadrados do Escudo Amazônico, até o final de 2002;

- ampliar a base cartográfica geológica, digital e georreferenciada, ao milionésimo, dos atuais 18% para 100% do território nacional, até o final de 2002;

- realizar o mapeamento hidrogeológico de 100% da Região Nordeste do Brasil, na escala 1 por 250.000, até o final de 2002;

- criar a base cartográfica geológica, digital e georreferenciada, de 100% do território nacional, na escala 1 por 500.000, até o final de 2003;

- concluir o levantamento aerogeofísico de alta resolução de 100% do território nacional até o final de 2004;

- efetuar o mapeamento geológico georreferenciado, na escala 1 por 250.000, de 100% do território nacional, até o final de 2005; e

- executar o mapeamento geológico georreferenciado, na escala 1 por 100.000, de 100% do território nacional, até o final de 2010.

Esse Plano de Metas Decenal, cuja execução já foi iniciada, visa a oferecer ao País o conhecimento geológico e hidrológico básico, nos níveis qualitativo e de abrangência necessários para dar suporte ao desenvolvimento sustentável nacional.

Sr. Presidente, o setor de mineração, em muitos países, como Austrália, Canadá, Rússia e Estados Unidos, tem uma relevância econômica que nós, no Brasil, ainda não incorporamos inteiramente à nossa consciência e experiência. É um setor do qual fluem materiais e insumos que acionam e estimulam inúmeros outros setores da economia. Por isso é preciso

valorizar e apoiar a atuação da CPRM como ver da de iro Serviço Geológico do Brasil, que vem possibilitando, e possibilitará mais ainda nos próximos anos, o progresso de que necessitamos em nosso setor de mineração.

Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO)** - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, mais uma vez retorno a esta tribuna para uma agenda positiva, buscando, nesta comunicação e nos comentários os subseqüentes, trazer a certeza de que nos so País não é feito apenas de crises e escândalos, mas que à margem dessas questões, que eventualmente ocupam espaço de masiado em nossas preocupações e em nossos trabalhos, vem ocorrendo um processo positivo que nos faz a certeza de que os problemas serão superados e nós haveremos de construir o grande Brasil que os brasileiros merecem.

Anunciava há um mês o cronograma de entrada em funcionamento da Usina Luís Eduardo Magalhães, em Lajeado, fato tanto mais alvissareiro quando posso anunciar agora, que a operação da primeira turbina, gerando 180 megawatts, será antecipada de dezembro para outubro próximo, conforme informou o Vice-Presidente executivo da Investco, Dr. João Carlos Rella, que conseqüiu a façanha de construir no espaço de apenas 3 anos e 6 meses uma hidrelétrica de quase mil megawatts, prazo que estamos acostumados a ver estender-se por anos e, às vezes décadas, quando se trata de usinas construídas pelo Governo. Como sabem os Srs. Senadores, a Usina do Lajeado foi a primeira hidrelétrica brasileira privatizada antes de ser construída, para que fosse construída com recursos privados, o que prova o acerto da política que tenho defendido de privatizar para trazer investimentos, ao invés de investir recursos públicos para depois privatizar, como vem acontecendo.

São louváveis, Sr. Presidente, os esforços que vem sendo feitos para agregar novas fontes de energia no esforço de superar a crise energética que se abate sobre o País.

Mas é inegável que num país que possui 20% das reservas fluviiais do Planeta, a energia hidráulica continuará sendo o suporte de seu modelo energético, por muitos anos.

A política energética, em consequência, deve priorizar investimentos neste setor, investimentos, Sr. Presidente, que a iniciativa privada está disposta a fazer, como prova o programa de aproveitamento hidroelétrico do Tocantins.

Assim é, Sr. Presidente, que já está marcada a data de licitação da Usina do Peixe, para o dia 26 de junho, usina que, como a do Lajeado, poderá den tro

de 36 meses, conforme cronograma constante do projeto respectivo, injetar mais 450 megawatts no sistema.

No entanto, Sr. Presidente, no Tocantins e graças à atuação competente da iniciativa privada, articulada com a Aneel, a Eletrobrás e o Governo do Estado e liderada pelo Consórcio capitaneado pelo Grupo Rede Investco, já está com seu projeto de viabilidade na Aneel a Hidrelétrica de São Salvador, devendo, no próximo mês de agosto, ser entregue, igualmente, o projeto da Usina de Tupiratis.

Se a privatização dos dois projetos ocorrer nos próximos meses, a iniciativa privada assume o compromisso de entregar mais 1.100 megawatts de energia ao consumo, nos 36 meses subseqüentes.

Restam ainda as Usinas de Estreito, com 1300 megawatts, a de Serra Quebrada, com 950 e Ipueiras com 750, todas no Rio Tocantins e Santa Isabel, no Rio Araguaia.

O conjunto dessas hidrelétricas, urgenciado o programa de sua privatização, na busca de investimentos privados – privatizar para construir – permitirá, ao longo do tempo, mais da metade de demanda, cerca de 5 milhões de kWh (5 mil megawatts) ao exauridos sistema energético brasileiro.

Devo registrar que a complementação das Usinas de Tucuruí e Serra da Mesa, elevarão este volume para mais de 10 milhões de kWh, ou seja, uma nova etapa acrescida a esse sistema. Não me refiro, porém, a essas duas Usinas, porquanto elas ainda são fruto de investimentos estatais, enquanto que o conjunto de Usinas objeto de meu pronunciamento, serão construídas com investimentos privados, dependendo apenas da velocidade de tecnoburocrático do Governo de aprovar estudos e projetos em andamento, ou já concluídos, com vistas aos editais de privatização.

Acrescento, Sr. Presidente, a informação de que o Consórcio Investco, que constrói a Usina do Lajeado, tem continuamente afirmado, dispor de parceiros, para viabilizar essas obras. As parcerias da Investco, capitaneadas pelo Grupo Rede de São Paulo, com tam com as sociedades da diámen são de Furnas, do Grupo EDP (Eletrocinética de Portugal) e de várias empresas de energia estaduais como a CEB de Brasília e a Celtns no próprio Estado do Tocantins, além de outras.

Trata-se, portanto, de mover a vontade política e urgenciar a tecnoburocracia governamental para que se viabilize esta perspectiva de solução da questão energética, a médio prazo.

Enfim, nobres Senadores, concluo chamando atenção que o conjunto dos reservatórios de água

des das Usinas, acrescido da enorme reserva da Barragem de Serra da Mesa, permitirá estabilizar o regime das águas do Rio Tocantins, que a partir das disponibilidades de seu volume ora disponível, que varia entre 500 e 800 m<sup>3</sup>/segundo, poderão alcançar um volume contínuo superior a 1000 m<sup>3</sup> durante todo o ano. Isto significa garantia e segurança para o sistema sem o perigo das crises a que ora estamos sujeitos, agravadas pelas variações climáticas, que afeta boa parcela dos rios brasileiros.

Era o que eu tinha a registrar.

Muito obrigado.

**O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> e Srs. Senadores,** vivemos hoje num mundo dominado por grandes cidades, por enormes conglomerados humanos, por imensas regiões metropolitanas, em que se destacam as chamadas megalópoles, nas quais o ser humano muitas vezes perde sua humanidade e torna-se mera peça insignificante de uma imensa engrenagem cruel, em que predominam o materialismo, o consumismo, o egoísmo, o individualismo e a falta de solidariedade humana.

Veamos milhões de pessoas que perderam suas tradições, desprezaram suas raízes culturais, pessoais e familiares e passaram a ser indivíduos infelizes e solitários, portecortado aquilo que deveria caracterizar o ser humano: ser irmão de todos os homens.

Assistimos a uma valorização exagerada do dinheiro, do conforto e do bem-estar individual, com desprezo pelos valores religiosos, culturais e familiares, produzindo a sociedade violenta e egoísta em que vivemos.

Os grandes avanços do chamado homem moderno, nas áreas técnica e científica, geralmente estão acompanhados por uma grande indigência moral e pela ausência de fraternidade, formando um quadro triste e curioso: uma sociedade aparentemente rica, mas muito pobre espiritualmente.

Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> e Srs. Senadores, o objetivo deste meu pronunciamento não é tratar dessa sociedade abastada nem desse mundo do alto desenvolvimento científico e tecnológico e de grande pobreza espiritual, desse mundo em que o dinheiro é a única, ou a principal, medida de todas as coisas.

Fala rei, sim, de um outro mundo, de um mundo que não aparece nas manchetes dos jornais, nem das grandes redes de televisão e nem das grandes revistas nacionais.

Não fala rei desse mundo autômático, cibernético e robotizado que caminha na velocidade da luz.

Falarei de um mundo que é ignorado e até visto com menosprezo por muitos que se consideram modernos.

Falarei do mundo das pequenas cidades, do mundo das tradições históricas, culturais e religiosas: o mundo do povo simples de Goiás.

Falarei de Pirenópolis, de sua gente, com suas festas e costumes e tradições, em que predomina a amizade, a fraternidade, as ligações pessoais e familiares, em que as pessoas têm rosto, têm nome, têm história, têm amigos e guardam fidelidade a esses valores tão caros, tão raros e tão bonitos.

Por isso é grande a minha satisfação ao ocupar a Tribuna do Senado Federal para falar de uma das mais ricas e importantes tradições culturais e religiosas do povo de Goiás: a festa do Divino Espírito Santo, comemorada de modo muito especial num grande número de municípios goianos.

No período de 25 de maio a 5 de junho, a cidade de Pirenópolis, importante centro turístico e cultural de nosso Estado, comemora 183 anos das festividades do Império do Divino Espírito Santo, com Missa Solene, muitas atividades de lazer e diversão e as famosas Cavalhadas, que se iniciam no próximo Dia de Pentecostes.

A festa do Império do Divino Espírito Santo é a maior manifestação popular de Pirenópolis, com suas Novenas de Pentecostes, com missas e procissões, com fogos de artifício, com folias, teatro e as famosas Cavalhadas.

Tra ta-se de uma tradição que vem do Brasil Colônia, iniciada em 1819, sob o patrocínio do Coronel Joaquina da Costa Teixeira, consagrada como Imperador do Divino.

É essencialmente uma festa de origem religiosa, tendo como propósito homenagear a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, o Espírito Santo, Paráclito, o Confortador, Aquele que guia a Barca de Pedro.

Durante os doze dias de festa, Pirenópolis brinca seus filhos e turistas com os desfiles na alvorada da secular *Ban da de Música Phoenix* e da *Ban da de Couros*; com congadas, bailes, forrós, quermesses e outras brincadeiras.

As Cavalhadas são uma representação da Batalha de Carlos Magno contra os exércitos islâmicos, culminando com a expulsão dos mouros da Península Ibérica e a manutenção da fé cristã.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, muito ainda teria a dizer sobre a história, a gente, os costumes e as ricas tradições culturais e religiosas de Pirenópolis e de outros Municípios de Goiás.

Muito mais do que relatar e descrever a beleza dessa cidade, tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1988, de sejo com vida a todos para que participem dos festejos do Império do Divino Espírito Santo, em Pirópolis, no período de 25 de maio a 5 de junho.

Alto do terço a oportunidade de ver uma cidade, muito próxima de Brasília, que não perdeu sua história nem suas tradições, nem rejeitou os valores modernos que merecem ser cultivados.

Muito obrigado.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, foi com regozijo que tomei conhecimento da informação segundo a qual as empresas que compõem a Associação das Siderúrgicas do Carajás (Asica) estão investindo em um fundo florestal. É uma notícia alvissareira, pois aborda uma das reivindicações mais recentes da vida atual - a preservação do meio ambiente - que nos incumbe defender, para impedir a degradação que ameaça as futuras gerações.

Vivemos um momento crítico na história da Terra. À medida em que o mundo torna-se mais interdependente, o futuro oferece perspectivas otimistas para o bem-estar do povo, mas em frente, ao mesmo tempo, vastos e grandes perigos que rondam o nosso Planeta.

Há de se reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum, submetidos às mesmas leis de natureza.

Sou da queles que acreditam ser necessário somar forças, sem desfalecimentos, para gerar uma sociedade sustentável global, baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações. E isso só é possível através do desenvolvimento sustentável. Essa é uma das bandeiras de luta da Associação das Siderúrgicas de Carajás, que acredita ser possível implementar o desenvolvimento econômico sem prejudicar a natureza.

As siderúrgicas da região de Carajás usam o carvão vegetal como principal agente reductor. A estratégia atual dessas empresas para o suprimento de carvão inclui o uso de resíduos florestais e, em menor escala, lenha derivada do manejo de florestas naturais.

Esses são, entretanto, meios paliativos porque não vão durar muito tempo. Por isso mesmo a Associação

das Siderúrgicas de Carajás vem defendendo a implantação de projetos de reflorestamento com o objetivo de estabelecer uma indústria de ferro gusa sustentável para suas associadas. E, para tanto, criou o Fundo Florestal de Carajás, a ser implantado em projetos de toda a área de influência da Estrada de Ferro de Carajás.

O Fundo prevê o plantio de 50 mil hectares florestais de rápido crescimento num período de cinco anos. Esse estoque de biomassa renovável promove rá a desejável integração floresta/indústria através do fornecimento de matéria-prima suficiente para movimentar a siderurgia da região em bases sustentáveis. Essa é uma política que deve ser louvada.

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e arriscar a nossa destruição e a diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida.

Cabe ressaltar que temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer com carvão vegetal a indústria de ferro gusa e reduzir impactos ao meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para se construir um mundo democrático e humano. Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e juntos podemos forjar soluções incluídas.

Ao mesmo tempo que supre as necessidades do carvão vegetal da indústria de ferro gusa, os 50 mil hectares de florestas mais árvores nativas plantadas e as áreas de preservação permanente vão reter mais de 8 milhões de toneladas de dióxido de carbono.

Sr. Presidente, o Fundo Florestal de Carajás é constituído pelo aporte de Usinas Associadas à Asica, em até US\$ 3 / tonelada de ferro gusa. Com a venda de 1,7 milhões de toneladas/ano, isso significa dizer US\$ 5 milhões / ano. Sua vigência é de 10 anos, e fará com que o Fundo obteha, por tanto, US\$ 50 milhões para financiar o seu programa de reflorestamento.

Constituída por 10 companhias siderúrgicas locais a partir da estrada de ferro São Luís - Carajás, a Asica chega a produzir anualmente 1,7 milhão de toneladas de ferro gusa de qualidade, quantidade exportada através do portomarítimo da Ponta da Madeira.

A Associação também gera US\$ 200 milhões de dólares em divisas líquidas para o nosso país, a partir de matérias primas regionais, proporcionando um montante de 20 mil empregos diretos e indiretos nas

atividades da indústria florestal, carvão vegetal e de serviços.

As dez companhias siderúrgicas juntas geram na região mais de US\$ 100 milhões em salários, encargos sociais, impostos e compras de matérias-primas e de serviços.

Todos esses benefícios correspondem ao investimento na criação da ideia do desenvolvimento sustentável, conciliando crescimento econômico e bem-estar social, objetivo maior da Associação das Siderúrgicas do Carajás.

Destribuna, levo meus aplausos a essa Associação, almejando-lhe os sucessivos êxitos que resultarão da continuidade de seus esforços que tanto interessam ao Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

**O SR. MOREIRA MENDES (PFL - RO)** - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Se na do res, no último dia 18 do corrente, em Porto Velho capital do meu Estado, participei da solenidade de inauguração do espaço de lazer, entretenimento e reflexão, assim como da Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e Letras de Rondônia, Faro, mantida pela Associação de Ensino Superior da Amazônia que tem como Presidente o Dr. Gervásio Menezes de Oliveira, esse baiano empreendedor que acreditou em Rondônia e que de dedicação especial ao Ensino Superior no meu Estado.

A Faro foi instalada em 12 de outubro de 1988 na cidade de Porto Velho, por iniciativa do ex-Senador Odacir Soares, com aula inaugural dos cursos de Direito e Ciências Contábeis, hoje, ambos reconhecidos pelas Portarias nºs. 610/94 e 607/95-MEC, respectivamente. Funcionando desde 1993 na sua sede própria numa área de 230.000 m<sup>2</sup>, a Faro dispõe da melhor infraestrutura educacional da região.

A nova Diretoria, que tem à sua frente o Professor Sebastião Pinto como Diretor-Geral e João Guaraná como Diretor Executivo, movida por uma visão empreendedora de administração participativa, vem trabalhando sistematicamente para criar as condições adequadas para uma prática acadêmica capaz de formar profissionais criativos, competitivos, empreendedores, enfim, pessoas preparadas para enfrentar os desafios do novo milênio.

Dentro dessa perspectiva, a nova direção em menos de 06 meses, já construiu um Centro de Vivência com vistas a melhorar a integração e o espírito de solidariedade dos acadêmicos; equipou com mais de 5000 livros novos e, agora inaugurou a nova Biblioteca e o Shopping com posto de Loja de Conveniência, Livraria, Papelaria, Loja de Artigos de Informática e Celulares, Boutique de roupas masculinas e femininas,

Loja de Artigos e Serviços Fotográficos, Cabeleireiro, Cafeteria e Capela Eclética.

Vale lembrar, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Se na do res, que está em função na mento, também, o Laboratório de Informática com 52 computadores de última geração. Entre tanto, o mais importante, na minha visão, se deu no aspecto pedagógico. A Faro promoveu um seminário pedagógico no período de 12 a 16/02/01 que contou com a presença de todos os seus professores com o objetivo de promover a interdisciplinaridade e, por via de consequência, melhorar a qualidade da prática pedagógica, dando origem a uma nova coordenação pedagógica. Firmou convênio com o Governo do Estado para atuação em assistência jurídica nos presídios locais e com o Poder Judiciário através de um escritório de pequenas causas funcionando no centro da cidade, bem como um escritório modelo de advocacia, em sua sede, para atendimento à população carente.

Instituiu, por meio de acordo coletivo, um plano de carreira do centro que visa, fundamentalmente, trazer segurança e estabilidade ao professor.

Dezoito Doutores e Mestres fazem parte do corpo docente da Faro e, para aqueles que não possuíam titulação, a Faculdade ofereceu dois cursos de Pós-Graduação **lato sensu** nas áreas de Direito Constitucional e Direito Processual Civil.

Mas, Sr. Presidente, não posso deixar de registrar que, por especial deferência da Direção tanto da Faculdade e seus professores, quanto da Direção da Entidade Mantenedora, foi dado o meu nome à Biblioteca que tive a honra de entregar à comunidade estudantil da qual a Instituição de Ensino Superior.

Disse, naquele momento, que toda homenagem, por mais simples que seja, em vida e hora o homenageado. Mas, receber como homenagem o seu nome numa biblioteca engrandece o homenageado e o com promete cada vez mais com a educação e o saber. Por isso, com emoção, mais uma vez, e desta vez da tribuna desta Casa agradeço a honrosa lembrança e homenagem recebida.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero, também, nesta oportunidade, prestar uma singela homenagem à pessoa do ex-Senador Odacir Soares Rodrigues, que por 16 anos representou Rondônia nesta Casa, porque foi ele o precursor dos Cursos Universitários no Estado de Rondônia. Fundou o embrião do que hoje é a Universidade Federal de Rondônia e, também, criou o primeiro curso superior particular do Estado: a Faculdade de Direito. A nossa Faro.

Era o meu registro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar



rar os trabalhos, lembrem-se de que os Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária na

próxima terça-feira, dia 29, às 14 horas e 30 minutos, com a seguinte:

## ORDEM DO DIA

Proposição (Autor/Nº Origem)	Ementa / Instrução	Informações
1 Projeto de Resolução nº 20, de 2001 (MSF nº 92/2001)  Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 757,580,000.00 (setecentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.  Apresentado como conclusão do Parecer nº 383/2001-CAE, Relator: Senador José Agripino.	Discussão, em turno único.  Em regime de urgência – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, nos termos do Requerimento nº 267, de 2001.
2 Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2000 (nº 1.790/99, na Casa de origem)	Institui o Dia Nacional das APAEs - Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais.  Parecer nº 147/2001-CE, favorável, Relator: Senador Geraldo Cândido.	Discussão, em turno único.
3 Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2001 (nº 730/2000, na Câmara dos Deputados)	Aprova o texto do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000.  Parecer nº 360/2001-CRE, Relator <i>ad hoc</i> : Senador Hugo Napoleão, favorável.	Discussão, em turno único.
4 Projeto de Decreto Legislativo nº 256, de 1999 (nº 185/99, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Globo S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.  Parecer nº 268/2001-CE, Relator: Senador Nilo Teixeira Campos, favorável.	Discussão, em turno único.
5 Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2000 (nº 351/99, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Atalaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Erê, Estado de Santa Catarina.  Parecer nº 1.057/2000-CE, Relator: Senador Geraldo Althoff, favorável, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.	Discussão, em turno único.
6 Projeto de Decreto Legislativo nº 177, de 2000 (nº 330/99, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Lene Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.  Parecer nº 1.032/2000-CE, Relator: Senador Ricardo Santos, favorável, com voto contrário do Senador Lauro Campos.	Discussão, em turno único.
7 Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2001 (nº 597/2000, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Teresense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Tereza, Estado do Espírito Santo.  Parecer nº 405/2001-CE, Relator Senador Gerson Camata, favorável.	Discussão, em turno único.
8 Projeto de decreto Legislativo nº 104, de 2001 (nº 453/2000, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza o Governo do Estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.  Parecer nº 384/2001-CE, Relator: Senador Tião Viana, favorável, com abstenção da Senadora Marina Silva.	Discussão, em turno único.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 58 minutos.)

**CONGRESSO NACIONAL**

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.073-37**, ADOTADA EM 17 DE MAIO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 18 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DE COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - RECOOP, AUTORIZA A CRIAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO - SESCOOP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS N.ºS
Deputado CORNÉLIO RIBEIRO.....	006.
Deputado MARCIO REINALDO MOREIRA....	007.

SACM  
EMENDAS CONVALIDADAS: 005  
EMENDA ADICIONADA: 002  
TOTAL DE EMENDAS: 007

**MPV 2073-37**  
**000006**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>23/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.073-37, de 17 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado CORNÉLIO RIBEIRO</b>	nº do prontuário
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 79    Parágrafo 4º    Inciso    alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo 4º do "art. 79" da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 79 - .....

§ 1º .....

§ 2º .....

§ 3º .....

§ 4º A celebração do termo de compromisso de que trata este artigo, extingue a punibilidade prevista nesta lei, mas não impede a execução de eventuais multas aplicadas antes da protocolização do requerimento.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa corrigir uma distorção na proposta da Medida Provisória, e ao mesmo tempo em que fala que a assinatura do termo de compromisso implica na suspensão das sanções administrativas, a medida não trata da punibilidade.

A fim de que seja dispensado um tratamento idêntico estamos propondo a extinção da punibilidade para quem assinar o termo de compromisso.

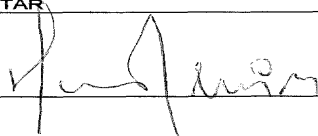
O advento do termo de compromisso tem como objetivo maior, corrigir eventuais problemas ambientais.

Para se estimular uma maior adesão do termo de compromisso é necessária a adoção da emenda proposta, já que o objetivo maior da proposição deve ser a preservação ambiental.

**Deputado CORNÉLIO RIBEIRO**

PARLAMENTAR

Brasília/ DF, 23 de maio de 2001



MPV 2073-37

000007

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição
	MP. 2073-37, de de maio de 2001

Autor	Nº Prontuário
MARCIO REINALDO MOREIRA	247

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página 1 de 1	Artigo	Parágrafos 4º	Inciso	Alínea
------------------	--------	------------------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O § 4º do art. 1º, que inclui o Art.79-A na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a ter a seguinte redação:

" Art. 1º.....

Art.79-A.....

.....

.....

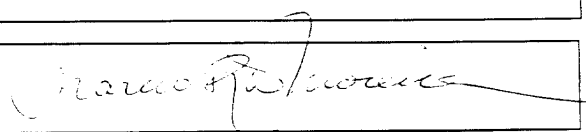
§ 4º A celebração do termo de compromisso de que trata este artigo extingue a punibilidade prevista nesta Lei, mas não impede a execução de eventuais multas aplicadas antes da protocolização do requerimento.

## J U S T I F I C A T I V A

Ao se estimular o termo de compromisso e suspender as sanções administrativas, não tem sentido outra punição, ressalvadas as multas aplicadas antes da protocolização do requerimento, já que o objetivo é adequar as construções à Legislação Ambiental para evitar uma maior degradação.

ASSINATURA

Brasília-DF.. de de 2001.



EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.080-63**, ADOTADA EM 17 DE MAIO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 18 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA OS ARTS. 1º, 4º, 14, 16 E 44, E ACRESCE DISPOSITIVOS À LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, QUE INSTITUI O CÓDIGO FLORESTAL, BEM COMO ALTERA O ART. 10 DA LEI Nº 9.393, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL – ITR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS N.ºS
Deputado ALMIR SÁ.....	118.
Deputado DILCEU SPERAFICO.....	116 117.
Senador JONAS PINHEIRO.....	115.

**SACM**

EMENDAS CONVALIDADAS: 114

EMENDA ADICIONADA: 004

TOTAL DE EMENDAS: 118

RELATORIA: Deputado MOACIR MICHELETTO

**MPV 2080-63****000115****EMENDA MODIFICATIVA À MP 2.080 - 63, DE 17 DE MAIO DE 2001**

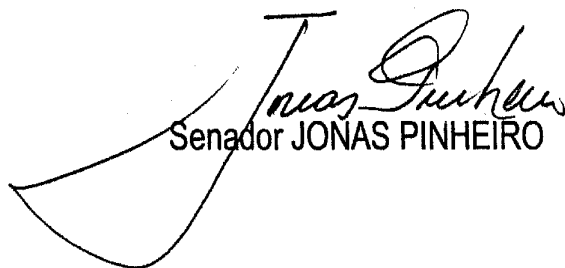
Dê-se ao Inciso VI do § 2º do art. 1º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1966, alterado pelo art. 1º da MP 2.080 - 63, a seguinte redação:

**" VI - Amazônia Legal: os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia e Amapá e as regiões situadas ao norte do paralelo 13º S, nos Estados de Mato Grosso, Tocantins e Goiás, e a oeste do meridiano de 44º W, no Estado do Maranhão." (NR)**

**JUSTIFICAÇÃO**

A definição de "Amazônia Legal" adotada na Medida Provisória é a mesma considerada na definição da região para fins de incentivos fiscais. Tal procedimento nos parece absolutamente inadequado por se tratar de objetivos diferentes e a presente emenda visa a evitar essa injustificada incorreção.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 2001.



Senador JONAS PINHEIRO

MPV 2080-63

000116

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data  
23/05/01Proposição  
Medida Provisória nº 2080-63 de 17/05/2001Autor  
Dilceu Sperafico

Nº Prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutivo GlobalPágina  
1 de 1Artigo  
1º

Parágrafo

Inciso

Alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se no art. 1º da MP, a seguinte modificação, que altera o art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

“Art. 1º Os arts. 1º, 2º, 4º, 14, 16 e 44, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 1º .....

Art. 2º .....

a).....

j) as áreas destinadas à aquicultura nas propriedades rurais, são consideradas como parte integrante da reserva de preservação permanente.”

## JUSTIFICAÇÃO

As áreas lacustres, de açudes e tanques nas propriedades rurais são utilizadas como reservatório de água, criatório de peixes e de importante elemento para a preservação ambiental, em função de seu papel de preservação da vida vegetal e animal que prospera e se multiplica nestes ambientes e ao seu redor.

Brasília-DF., de maio de 2001

Assinatura

MPV 2080-63

000117

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data  
23/05/01Proposição  
Medida Provisória nº 2080-63 de 17/05/2001Autor  
Dilceu Sperafico

Nº Prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutivo GlobalPágina  
1 de 1Artigo  
16

Parágrafo

Inciso

Alinea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se os parágrafos na redação do art. 16 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, dada pelo art. 1º desta MP, renumerando-se os demais parágrafos do citado art. 16.

“Art. 16. ....

I - .....

II - .....

.....

§ 1º As propriedades rurais com até 30ha estão isentas da manutenção de áreas, a título de reserva legal.

§ 2º As propriedades superiores a 30ha e até 50ha deverão manter reserva legal nos limites estabelecidos nos incisos I, II, III e IV apenas sobre o excedente das 30ha.

## JUSTIFICAÇÃO

A pequena propriedade rural de até 30ha já luta com grandes dificuldades produtivas. Ao se limitar a área de exploração agrícola com a criação de reserva legal, está-se impondo a este agricultor, dificuldades de geração de renda e subsistência de sua família. De igual forma as propriedades rurais na faixa de 30ha a 50ha teriam uma certa equidade com as primeiras desde que tal reserva se situe sobre o excedente.

Brasília-DF., de maio de 2001

Assinatura

MPV 2080-63

Emenda Modificativa à Medida Provisória 2.080.

000118

Dê-se ao artigo 16 do Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, adotado na forma do art. 1º da MP 2.080-63, a seguinte redação, renumerando-se os demais parágrafos e eliminando-se os que são contrários quanto ao mérito:

*"Art. 16. As florestas de domínio privado, ressalvadas as situadas em área de preservação permanente, assim como aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, são suscetíveis de supressão, desde que sejam mantidas, a título de reserva legal:*

*I - oitenta por cento, na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal e registrada em cartório após vinte e sete de maio de 2000;*

*II - cinquenta por cento, na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal e registrada em cartório até vinte e sete de maio de 2000; e, também, na pequena propriedade rural, independente da data de registro;*

*III - trinta e cinco por cento, na propriedade rural situada em área de transição ecológica entre floresta e cerrado localizada na Amazônia Legal, sendo no mínimo vinte por cento na propriedade e quinze por cento na forma de compensação em outra área, desde que esteja localizada na mesma microbacia hidrográfica;*

*IV - vinte por cento, na propriedade rural situada em área de cerrado em qualquer região do País; e em área recoberta por floresta natural localizada nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste.*

*§ 1º Os índices de reserva legal a serem observados de acordo com este artigo poderão ser modificados a critério dos Estados que disponham de Zoneamento Ecológico-Econômico na escala de, no mínimo, 1:250.000 (um para duzentos e cinquenta mil), realizado segundo diretrizes ou normas definidas pelo órgão federal competente e aprovado por Lei Estadual*

*§ 2º Nas propriedades localizadas em áreas indicadas pelo Zoneamento para a conservação ambiental ou exploração sustentável dos recursos naturais renováveis, a ampliação da área de reserva legal somente será exigida desde que a mesma se preste à compensação de reserva legal de outra propriedade, possa ser objeto de conversão em Cotas de Reserva Legal ou bonificação nos termos desta Lei.*

*§ 3º Nas médias e grandes propriedades localizadas na Amazônia Legal, as autorizações de supressão de vegetação natural, para fins de uso alternativo do solo, ficam restritas ao máximo de dez por cento (10%) da área de cada propriedade, ao ano."*

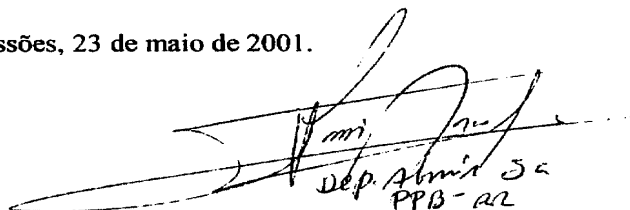
#### JUSTIFICATIVA:

Pretende a Medida Provisória 2.080 ampliar a restrição de uso das propriedades rurais para fins de exploração agropecuária, mediante a ampliação dos percentuais da chamada *reserva legal*.

A alteração contida na referida Medida não pode ferir o ato jurídico perfeito e o direito adquirido, sob pena de sucumbir ante disposições e princípios constitucionais fundamentais. Deve-se, por outro lado, levar em conta que a emissão de normas cada vez mais restritivas são pouco efetivas quanto ao objetivo perseguido. Via de regra, ao contrário, tornam-se veículo de fomento às atividades informais e eminentemente predatórias, fora do controle da autoridade ambiental competente.

A presente emenda salvaguarda aqueles direitos e agrega, também, o Zoneamento Ecológico-Econômico como instrumento técnico para a adequada definição dos percentuais a serem observados a título de *reserva legal*, o que permitirá uma melhor conservação dos espaços geográficos considerados frágeis do ponto de vista ambiental e o uso racional daquelas áreas consideradas vocacionadas para o desenvolvimento de atividades econômicas.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2001.



Dep. Arnaldo J. C.  
PPB-AR



EMENDA ADICIONADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.085-36**, ADOTADA EM 17 DE MAIO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 18 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DE COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - RECOOP, AUTORIZA A CRIAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO - SESCOOP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”:

CONGRESSISTA	EMENDA N.º
Senador PAULO SOUTO.....	025.

**SACM**

EMENDAS CONVALIDADAS: 024

EMENDA ADICIONADA: 001

TOTAL DE EMENDAS: 025

MPV 2085-36

## EMENDA

000025

Dê-se ao artigo 5º da Medida Provisória 2.085-36, de 17/05/2001, a seguinte redação:

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir linha de crédito, até o limite de R\$ 2.100.000.000,00 (dois bilhões e cem milhões de reais), destinada a financiar itens do RECCOP de interesse das cooperativas cuja consulta prévia tenha sido acolhida, até 31 de julho de 1998, pelo Comitê Executivo instituído mediante ato do Poder Executivo, de 23 de janeiro de 1998.

§ 1º As operações de crédito do RECCOP de que trata esta Medida Provisória e consoante discriminação constante do seu Anexo serão realizadas:

I – com recursos da linha de crédito de que trata o *caput* deste artigo, exceto para as situações enquadradas no inciso II subsequente e no § 3º deste artigo;

II – com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste ou do Centro-Oeste (FNO, FNE e FCO), no caso de cooperativas dessas regiões e conforme a sua localização, para a solução de dívidas bancárias já existentes nos respectivos Fundos, respeitado o disposto nos §§ 3º e 4º deste artigo;

III – sob risco da instituição financeira, incumbindo-se esta de comprovar a capacidade de pagamento e de exigir as garantias necessárias, em consonância com as disposições do crédito rural, com exceção da parcela destinada ao pagamento de dívidas junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, cujo risco será atribuído ao Tesouro Nacional.

§ 2º O ônus fiscal dos empréstimos ao amparo do RECOOP, ressalvados os realizados pelos Fundos mencionados no parágrafo seguinte, será coberto mediante anulação de despesas destinadas a outros programas incluídos no Orçamento Geral da União.

§ 3º Os contratos de repasse do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ) e dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste (FNO, FNE e FCO), quando estiverem

lastreando operações de crédito ao abrigo do RECOOP, terão seus prazos de retorno e encargos financeiros devidamente ajustados a estas operações, correndo o ônus à conta do respectivo Fundo.

§ - 4º No caso de cooperativas das regiões amparadas pelos mencionados Fundos Constitucionais, aplicam-se às operações de crédito realizadas à conta dos Fundos, os encargos financeiros usualmente por eles praticados ou, à escolha das cooperativas no ato da assinatura do instrumento de crédito, em caráter definitivo, aqueles fixados no Anexo desta Medida Provisória.

### JUSTIFICAÇÃO

O RECOOP foi instituído tendo por base a utilização de fontes específicas e de Fundos Constitucionais, os quais foram criados com a finalidade de promover o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, a saber:

- a) Tesouro Nacional: linha de crédito de até R\$ 2.100.000.000,00 (dois bilhões e cem milhões de reais), conforme Art. 5º da MPV 2.085-32, de 23/1/2001, destinada a atender todas as demandas das Regiões Sul e Sudeste (investimentos e saneamento) e somente os novos investimentos com o capital de giro associado nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;
- b) Fundos Constitucionais (FNO, FNE e FCO): créditos aprovados para cooperativas localizadas nas respectivas regiões dos Fundos Constitucionais, destinados ao saneamento bancário, fiscal, previdenciário e junto a fornecedores e produtores associados (outras finalidades que não os novos investimentos e capital de giro associado);
- c) FUNCAFÉ: alongamento de dívidas contratadas no próprio Fundo, apenas com alteração de prazos e encargos;
- d) Securitização: apenas reprogramação de prazos, observado o limite legal fixado em Lei.

A utilização mista e direcionada dos recursos, as condições de risco de crédito, de garantias disponíveis e outros fatores de natureza bancária, têm afastado e retraído o interesse dos agentes financeiros em operarem o

Programa no País, notadamente os Bancos Regionais de Desenvolvimento (BASA e BNB), que podem, legalmente, destinar os recursos dos Fundos Constitucionais para outros projetos e finalidades.

O uso obrigatório dos recursos dos Fundos Constitucionais no RECOOP, provocou o engessamento dos processos das cooperativas localizadas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, pois seu saneamento financeiro depende, exclusivamente, da alocação dos já escassos recursos daqueles Fundos (FCO, FNE E FNO), tanto para a troca do "funding" pelas Instituições Financeiras credoras das cooperativas, como para lastrear o financiamento da aquisição dos Títulos do Tesouro Nacional previstos para o PESA (Resoluções BACEN 2.471 e 2.797). Os bancos administradores destes fundos tem alegado, inclusive, óbices legais para as operações destinadas a saneamento financeiro. O resultado é que até agora nenhuma operação foi feita com cooperativas destas regiões.

Esta situação precisa, pois, ser resolvida, sob pena de provocar o engessamento do Programa e a conseqüente descontinuidade dos negócios das cooperativas nas Regiões Norte, Nordeste Centro-Oeste.

As medidas acima propostas não implicam novos recursos do orçamento monetário ou fiscal, ou novos comprometimentos ao Tesouro Nacional, já que mantido o limite máximo da Linha de Crédito instituída pelo Programa.

Sala da Comissão, em

  
**Senador PAULO SOUTO**

**EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 2.093-25, DE 17 DE MAIO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 18 DO MESMO MÊ E ANO QUE “DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA AUDITORIA DO TESOURO NACIONAL E ORGANIZAÇÃO DA CARREIRA AUDITORIA-FISCAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E DA CARREIRA AUDITORIA FISCAL DO TRABALHO”.**

**CONGRESSISTAS****EMENDAS NÚMEROS**

DEPUTADO EDISON ANDRINO

236, 238.

DEPUTADO LUIZ ANTÔNIO FLEURY

234, 235, 237.

SACM.

Emendas Convalidadas: 233

Emendas Adicionadas: 05

**TOTAL DE EMENDAS: 238**

RELATOR:

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2093-25

000235

DATA  
17-05-01PROPOSIÇÃO  
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2093-25AUTOR  
LUIZ ANTONIO FLEURY

Nº PRONTUÁRIO

1 ( ) SUPRESSIVA

2 ( ) SUBSTITUTIVA

TIPO  
3 (x) MODIFICATIVA

4 ( ) ADITIVA

5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO  
6ºPARÁGRAFO  
3º

INCISO

ALÍNEA

## TEXTO

Dê-se ao § 3º do art. 6º a seguinte redação:

"Art. 6º .....

§ 3º O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disporá sobre as atribuições dos cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal, de Técnico da Receita Federal e de Agente da Receita Federal."

## JUSTIFICAÇÃO

A inclusão dos Agentes da Receita Federal entre os cargos cujas atribuições virão a ser definidas pelo Poder Executivo decorre da transformação dos titulares de cargos efetivos, lotados na Secretaria da Receita Federal, não integrantes da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional.

ASSINATURA

10535907-0034

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2093-25

000234

DATA  
17-05-01PROPOSIÇÃO  
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2093-25AUTOR  
LUIZ ANTONIO FLEURY

Nº PRONTUÁRIO

TIPO  
1 ( ) SUPRESSIVA 2 ( ) SUBSTITUTIVA 3 ( ) MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO  
5º-A

PARÁGRAFO

INCISO

ALINEA

## TEXTO

Inclua-se o seguinte artigo 5º-A:

*"Art. 5º-A Os demais cargos efetivos, providos nas condições da Lei nº 5.645/70, cujos titulares estejam lotados na Secretaria da Receita Federal na data da aprovação desta Lei, passam a denominar-se Agentes da Receita Federal."*

## JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda visa assegurar aos demais servidores efetivos e concursados, lotados na Secretaria da Receita Federal, uma situação definida e isonômica, em comparação com os integrantes da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional.

ASSINATURA

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****MP 2093-25****000236**DATA  
23.05.01PROPOSIÇÃO  
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.093-25AUTOR  
Deputado EDISON ANDRINO

Nº PRONTUÁRIO

1 (x) SUPRESSIVA

2 () SUBSTITUTIVA

3 () MODIFICATIVA

4 () ADITIVA

5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO  
15PARÁGRAFO  
5º e 6º

INCISO

ALÍNEA

**TEXTO****Suprima-se do texto os §§ 5º e 6º do art. 15.****JUSTIFICATIVA**

O art. 15 da medida provisória institui a Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária – GDAT para os integrantes das Carreiras Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Auditoria-Fiscal do Trabalho.

O § 5º desse mesmo artigo, no entanto, exclui dos beneficiários da gratificação os aposentados e pensionistas que tiveram seu benefício concedido até as datas que especifica.

Assim, tendo em vista que tal ato contraria frontalmente o § 8º do art. 40 da Constituição Federal, bem como se configura numa injustiça contra os aposentados e pensionistas, apresentamos a presente emenda, que corrigir a distorção apontada ao excluir do texto o § 5º.

Finalmente, adotada tal medida, não há sentido em se manter a restrição imposta para os aposentados e pensionistas que tiveram seu benefício concedido no período especificado no § 5º, devendo-se também excluir do texto, conseqüentemente, o § 6º.

ASSINATURA



## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2093-25

000237

DATA  
17-05-01PROPOSIÇÃO  
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2093-25AUTOR  
LUIZ ANTONIO FLEURY

Nº PRONTUÁRIO

1 ( ) SUPRESSIVA

2 ( ) SUBSTITUTIVA

TIPO  
3 (x) MODIFICATIVA

4 ( ) ADITIVA

5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO  
6ºPARÁGRAFO  
3º

INCISO

ALÍNEA

## TEXTO

Dê-se a seguinte redação aos dispositivos adiante enumerados:

*"Art. 15. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária – GDAT, devida aos integrantes das Carreiras Auditoria de Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Auditoria-Final de Trabalho, e aos Agentes da Receita Federal, no percentual de até cinquenta por cento, incidente sobre o maior vencimento da Carreira ou Cargo."*

## JUSTIFICAÇÃO

A Emenda visa assegurar aos atuais integrantes do chamado PCC renumeração compatível com a dos demais servidores beneficiados pela reestruturação das carreiras da Secretaria da Receita Federal.

ASSINATURA

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2093-25

000238

DATA  
23.05.01PROPOSIÇÃO  
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.093-25AUTOR  
Deputado EDISON ANDRINO

Nº PRONTUÁRIO

1 () SUPRESSIVA

2 () SUBSTITUTIVA

3 (X) MODIFICATIVA

4 () ADITIVA

5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO  
19

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

## TEXTO

**Dê-se ao *caput* do art. 19 a seguinte redação:**

**“Art. 19. Aplicam-se as disposições desta Medida Provisória a aposentadorias e pensões”.**

## JUSTIFICATIVA

Apresentamos emenda à medida provisória visando a suprimir os §§ 5º e 6º do art. 15, de forma a corrigir injustiça cometida contra os aposentados e pensionistas das carreiras abrangidas pelo texto legal. Ao suprimirem-se tais dispositivos, a modificação do texto do art. 19 torna-se obrigatória, motivo pelo qual apresentamos a presente emenda.

ASSINATURA

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****ATA DA 13ª REUNIÃO**

Ata Circunstanciada da 13ª Reunião, realizada em 23 de maio de 2001, quarta-feira, às 10h, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à discussão e votação do Relatório do Senador Roberto Saturnino, Relator da Denúncia nº 1, de 2001.

Estiveram presentes os Srs. Senadores:

**PMDB**

Ramez Tebet (Presidente)

Casildo Maldaner

Nabor Júnior

Ney Suassuna

Amir Lando

Gerson Camata

Carlos Bezerra

**PFL**

Geraldo Althoff

Francelino Pereira

Paulo Souto

Waldeck Ornelas

Carlos Patrocínio

Bello Parga

**BLOCO – PSDB/PPB**

Lúcio Alcântara

Osmar Dias

José Roberto Arruda

Antero Paes de Barros

Ricardo Santos

**BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)**

Lauro Campos

Heloísa Helena

Jefferson Péres

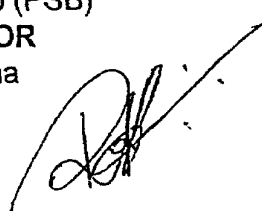
José Eduardo Dutra

Marina Silva

Roberto Saturnino (PSB)

**CORREGEDOR**

Romeu Tuma



**12ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****LISTA DE PRESENÇA**
**SENADO FEDERAL**  
**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**
**13ª REUNIÃO DE 2001**

Em 23 de maio de 2001, quarta-feira, às 10h, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação do Relatório do Senador Roberto Saturnino, Relator da Denúncia nº 1, de 2001.

**LISTA DE PRESENÇA**

Presidente: Senador Ramez Tebel

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB</b>	
Casildo Maldaner	Marluce Pinto
Ramez Tebel	Gerson Camata
Nabor Júnior	Jader Barbalho
Ney Suassuna	Renan Calheiros
Amir Lando	Carlos Bezerra
<b>PFL</b>	
Geraldo Althoff	José Agripino
Franco Lima Pereira	Carlos Patrocínio
Paulo Souto	Bello Parga
Waldeck Ornelas	Freitas Neto
<b>BLOCO - PSDB/PPB</b>	
Lúcio Alcântara	Antero Paes do Barros
Osmar Dias	Ricardo Santos
José Roberto Arruda	Romero Jucá
<b>BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)</b>	
Lauro Campos	José Eduardo Dutra
Heloísa Helena	Marina Silva
Jefferson Pérez	Roberto Saturnino (PSB)
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	(Art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)
Visto: _____	Brasília, 23 de maio de 2001

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Srs. e Sras. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 13ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que tem por objetivo a discussão e votação do relatório do eminente Senador Roberto Saturnino, Relator da Denúncia nº 1, de 2001, que está em discussão.

Vou conceder a palavra, pela ordem, ao ilustre Senador José Roberto Arruda, que me fez essa solicitação.

Peço a compreensão de todos os presentes, para que os trabalhos possam transcorrer na mais absoluta ordem, como tem ocorrido, com a graça de Deus. A exemplo do que foi feito em reuniões anteriores, peço que os celulares sejam desligados, a fim de não haver interferência no áudio.

Concedo a palavra, por 10 minutos, ao Senador José Roberto Arruda.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Corregedor, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu que ria pedir licença aos Srs. Senadores, para, como membro deste Conselho e como Senador que está sendo investigado neste caso, expor aqui, com a lógica que me for possível, com o equilíbrio que espero conseguir, algumas considerações acerca de tudo que se tem discutido neste Conselho, inclusive sobre a questão de ordem levantada na última reunião.

Em primeiro lugar, permitam-me os Srs. Senadores recordar a questão do voto aberto ou secreto, não para rediscuti-la, mas para realçar um ponto importante na discussão do relatório do Senador Roberto Saturnino, que tem o meu respeito e a minha admiração pessoal.

O Senador Ramez Tebet, ao de cindir a questão de ordem sobre o tema, fê-lo a partir da tese, que me parece inquestionável, de que, se ainda não há processo, não há por que existir voto secreto nesta fase.

Ora, se não há processo, parece, salvo melhor juízo, ser precipitada qualquer indicação de pena. Estamos, como já reconhecido pelo Presidente Ramez Tebet, na fase apenas de inquérito inicial. Se assim é – e parece que ninguém tem dúvida disso –, não deve haver MÉRITO, juízo de valor acerca da eventual punição a ser imposta quando do julgamento do processo, como, aliás, defenderam muito bem aqui os Senadores Waldeck Ornélas, Romeu Tuma, cuja experiência na área é reconhecida, e Amir Lando, cujos saber jurídico todos admiramos.

O Senador Amir Lando disse:

*"...Com essas investigações preliminares, com esse trabalho sério, arduo e, tenho absoluta certeza, difícil para o próprio Relator, que está conduzindo essa investigação como um juiz de instrução, estamos diante de um vazão. Digo isso por que, daqui, este Conselho não pode emitir, neste momento, segundo meu entendimento [do Senador Amir Lando], qualquer juízo de mérito sobre o parecer.*

*Ao se pronunciar, num sentido ou outro, sobre o mérito [prossegue o Senador Amir Lando], estará antecipando julgamento, prejudgando antes do processo. Entendo que a apreciação do Conselho, neste momento, o máximo que pode ser, é de procedimento.(...)"*

E, mais à frente, o Senador Amir Lando conclui:

*"No momento, a decisão não pode ser de mérito; é meramente de procedimento."*

Sendode procedimento, Srs. Senadores, então dever-se-ia votar unicamente pelo encaminhamento à Mesa, a fim de que esta, se entender suficientemente demonstrada, pelas investigações preliminares, a necessidade de abertura de processo ético-disciplinar, devolva o assunto a este Conselho, para que, aí sim, respeitados os princípios de ampla defesa e do contraditório, se chegue a um relatório final e de mérito que conclua pela absolvição ou punição dos processados, indicando, neste último caso, a falta cometida e a pena a ser aplicada. Esta, me desculpem, Srs. Senadores, parece ser a competência deste Conselho no momento.

Não obstante essas evidências – e aí o ponto onde quero chegar, Sr. Presidente –, o que se tem dito, o que se pode ler e ouvir sobre este assunto, na imprensa, é que só tenho dois caminhos: ou renúncia ou ser cassado. O Senador Arruda só tem dois caminhos: ou renúncia ou será cassado. Por que essa certeza, publicada, republicada, comentada, analisada e, afinal, formando uma espécie de consenso?

O que me parece, Srs. Senadores, é que essa certeza nasce de uma outra: o julgamento.

Ora, se o relatório que pede a abertura do processo, se a peça inicial do inquérito, que apenas verificou a existência de indícios ou mesmo provas de alguma violação legal ou regimental, ao pedir a abertura do processo, já diz que, lá na frente, ao concluí-lo, a única pena cabível é a máxima, é a morte, é a cassação, significa que o processo é nada, seria um

"faz-de-conta", rituais mo apenas, já que a pena final estaria definida logo no início.

Quer-me parecer, Srs. Senadores, que ignorar esses procedimentos e precauções é deixar que a versão pautada do fato, pautada no encaminhamento do debate político e comprometa os ritos fundamentais da democracia.

Desculpem-me, Srs. Senadores, mas isso me faz lembrar um filme que é comumente usado nos cursos de Direito para mostrar que o pior criminoso, que o pior assassino merece uma justiça isenta, com direito de defesa.

O filme de Costa Gavras, **Seção Especial de Justiça**, mostra o tempo da ocupação alemã na França. Naquele episódio do filme, predeterminadas a sentença e a condenação, no caso a pena de morte, montou-se uma Corte de Justiça e um processo para, com ares de aparente legalidade, adequar os ritos da República de Vichy à vontade nazista.

Guardadas as diferenças, tem-se aqui a semelhança de que, antes de iniciada o processo legal, que é um direito constitucional assegurado a todos os cidadãos, já estamos, o Senador Antonio Carlos Magalhães e eu, julgados e condenados à pena máxima, condenados à pena de morte, que é o que representa para um Parlamentar a cassação do mandato conquistado nas urnas.

Há um outro ponto, Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, sobre o qual de se fazer, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, juntamente com os Srs. Senadores, uma reflexão. O relatório do Senador Roberto Saturnino, em resumo, ao final, diz: *"Houve falta de decoro. É que bra de decoro é cassação"*. Ponto final.

Então, vamos imaginar, Srs. Senadores, que hoje nós, o Senador Antonio Carlos Magalhães e eu, somos réus, aqui, diante de um Tribunal do Júri. V. Ex<sup>as</sup> são os jurados, diante de uma tarefa política de julgar seus Pares, um julgamento político. Acredito, sinceramente, na Justiça que cada um dos senhores está imbuído de praticar. Esse sentimento de justiça me leva a crer que, mesmo o julgamento sendo político, ele não pode ser sumário, injusto, pré-determinado ou guiado por forças externas.

O julgamento é político – esta é uma Casa política –, mas o julgamento deve ser legal, porque, antes de tudo, esta é uma Casa de leis.

Muito bem. Aceita a tese de que qualquer tipo de falta é quebra de decoro e qualquer quebra de decoro é cassação, desrespeita-se um princípio básico da Justiça – a garantia das penas, que devem ser proporcionais à culpa ou ao delito cometido.

Se assim fosse, seria inócua a tarefa dos Srs. Jurados. A pena já estaria terminada.

Não existe nenhuma legislação no mundo democrático com tamanha rigidez e desproporcionalidade.

Eu sei que a maioria votaria de fazer justiça habita a consciência dos Srs. Senadores.

Pois bem. Vamos imaginar que, ao invés de dois, fôssemos três os réus e que o terceiro Senador houvesse adulterado um voto, tivesse interferido no resultado. Nós, os outros dois, teríamos tido acesso à lista de votação, como tivemos.

Seria justo impor a mesma pena para os três?

Então, eu penso, a consciência de justiça, que habita a consciência e o coração dos senhores, da ria ao primeiro delito, provavelmente, a pena máxima, o que afastaria, por consciência, a aplicação da mesma pena máxima para os outros dois.

E, ainda no campo das hipóteses, Srs. Senadores, vamos imaginar que algum outro Senador, no caso presente, ou outros Senadores tenham tido acesso à tal lista ou ao seu resultado, ainda que parcial. Ele também será cassado?

Permitam-me um outro exemplo: será que o desvio de recursos públicos, da ordem de R\$160 milhões, do TRT de São Paulo, e a falsificação de documentos para encobrir aquele desvio, apurados numa CPI, com comprovação de cheques e depósitos, de datas e telefonemas, de bilhetes, ordens de pagamento e toda sorte de comprovantes, pode ser comparado ao ato de ter acesso a uma lista de votação?

E então? Poderá ter a mesma pena?

*A Constituição tem no instrumento da cassação a principal pena, a pena capital para quem exerce o mandato popular.*

Aplicá-la a culpas menores, pergunto, não seria banalizar o seu uso, desqualificar os outros instrumentos de punição, igualmente graves, previstos no Regimento? E não significaria, por outro lado, igualar os penalizados? Desculpem, Srs. Senadores, mas penso que não posso ser igualado a quem desviou dinheiro público, não posso ser igualado ao Hil de Brandt Pascoal ou a um Jakes Rabelo. E, então, não estaríamos abrindo o nefasto e perigoso precedente de que, a qualquer culpa, independentemente da sua dimensão, a pena seja sempre a cassação?

**O SR. PEDRO SIMON** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Permitam-me concluir, Senador Pedro Simon. Estou concluindo e cedendo o aparte a V. Ex<sup>a</sup> com o maior prazer.

**O SR. PEDRO SIMON** – Fico no aguardo, então.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Eu não vi o leiopaínel de votação. Tomei conhecimento de uma lista de votação secreta, é verdade, mas dela não fiz qualquer uso, nem de nenhuma divulgação. A própria ex-Diretora do Pro da sen confirmou que só fiquei sabendo do que foi feito na que ela notou em que foi visto o leiopaínel, das pessoas envolvidas e das mudanças inseridas agora em fevereiro, oito meses após, quando veio a publicação com a conversa do Senador Antonio Carlos Magalhães com os Procuradores.

Quanto a ter mentido – esse argumento está na imprensa –, queria dizer que é muito diferente mentir para encobrir um crime grave, o desvio de dinheiro público, e manter a mentira do que mentir por uma falha inicial, arrepenher-se, como me arrependi, e depois falar toda a verdade e assumir toda a responsabilidade – e por uma falha regimental, por um deslize que não teve maiores consequências, não para encobrir um crime grave, desvio de dinheiro público.

Mas eu sinto, ainda, que os Srs. Senadores sabem que, no caso presente, é no mínimo desmedido um pedido de cassação sumária para quem, até num julgamento judicial, seria considerado réu primário.

Peço licença a V. Ex<sup>as</sup> para perguntar: será que se praticará a justiça que todos querem, se for dada pena máxima a um indivíduo prioritário, pelo fato menor, diante de tantas outras eventuais ilicitudes maiores que a sociedade exige sejam apuradas?

É sobre essa discussão, de uma inflexibilidade de julgamento, que eu peço que reflitam.

V. Ex<sup>as</sup> vão emitir um VOTO de vida ou morte política para mim. Eu acredito no senso de justiça de cada um dos que, neste Parlamento, comigo conviveu. Tenho 20 anos como servidor público, sem um reparo sequer. No longo período de seis anos e meio em que aqui estou, V. Ex<sup>as</sup> não aponham uma virgula que de sazonasse minha conduta pessoal e parlamentar.

Me recuso, por esse único erro, a pena capital?

Tenho pensado muito, Srs. Senadores, a respeito da proporção que estou enfrentando, sobre a reação desproporcional da mídia e, em consequência, da opinião pública, e estou convencido de que estamos passando por um processo de expiação da culpa nacional acumulada, numa grande catarse da qual nos tornamos vítimas. Isso tudo constrange de alguma forma, reconheço, os Srs. Senadores. Mas será que isso é justo? E mais: será que é prudente? Não

estaremos permitindo que se crie um precedente perigoso? Sobre isso a História vai dizer.

Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> Senadoras, ouvi muito, nas últimas semanas, declarações que diziam: “A não aplicação da pena máxima será um dano irreparável à imagem do Senado”.

Mas o que preserva a imagem do Senado? A pena máxima ou a pena justa?

E que roldar ao início da minha fala, Sr. Presidente. Não posso ter só dois caminhos: ou a renúncia ou a cassação. Por quê? Não há o caminho do processo? Se só houvesse dois caminhos, seria um julgamento odioso. Seria a negação do direito de defesa. Seria a visão autoritária e radical imperando no meio democrático, que se baseia na justiça.

Meus colegas Senadores, não quero fugir ao julgamento. Estou convencido de que a falha que cometi e confessei não merece pena máxima.

E com a mesma coragem com que confessei publicamente o meu erro, estou disposto a enfrentar esse processo, se ele for justo. Julgamento político, é verdade, mas sem ignorar as regras da justiça, que lastreiam o próprio exercício da política nas condições democráticas. Essas regras não permitem o julgamento. Elas criam o ambiente isento que investiga, avalia, permite a ação da acusação e da defesa, mede culpas e penas, tem o seu e mede as, e que não permite que influências externas, de qualquer natureza, nascidas de jogos políticos nem sempre claros, conspurquem um processo que, para ser respeitado, tem que ser livre.

Por fim, gostaria de pedir aos meus colegas Senadores que, ao refletirem sobre o voto que vão dar, pensem não só em mim, mas na minha atuação nesta Casa.

Nestes anos todos cuidei, com absoluta prioridade, da minha vida pública. Minhas horas para a família e os amigos foram curtas. Cortei minhas horas de sono. Descuidei da saúde. Só me interessei, em todos os momentos, o que julgava ser melhor para o meu País.

Sei que meu estilo franco e, às vezes, empolgado, pode ter irritado alguns. Mas que roldar que nunca me furtei ao debate. E se nunca me furtei ao debate foi por que respeitei e respeito todos os integrantes desta Casa, aliados ou adversários, com quem tive a honra de trocar argumentos. Tenho a consciência de haver contribuído para um debate construtivo e de alto nível até o presente momento na minha atuação parlamentar.

A to dos já pedi desculpas, e o reitero, pela falha que cometi.

A to dos peço a opor tu ni da de de se guir tra ba lhan do, como sem pre fiz, pelo Bra sil.

Não estou pedindo absolvição. Aliás, como disse, este nem me parece o momento para se falar em aplicação de pena, tarefa reservada à conclusão do processo, se ele for aberto.

Neste momento, Sr. Presidente, Sr. Relator, meus caros Senadores, a única coisa que peço é que o relatório a ser votado não contenha julgamento, não indique, antes da abertura do processo, a pena fatal a ser aplicada no final dele.

Que não haja, enfim, um julgamento, um linchamento, uma execução sumária.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, termino dizendo que, na forma do art. 306 do Regimento Interno, vou declarar-me impedido na votação deste episódio, se guindo a li nha que se gui des de o seu in ício. E esta, eu confesso, é uma decisão difícil. Ainda que meu voto pudesse significar uma decisão favorável a mim, neste instante, abro mão desse direito para que a decisão deste Conselho seja, como estou clamando, não apenas justa, mas legítima. Repito: justa e legítima, com os pés no presente que todos estamos vivendo, mas também, Srs. Senadores, com os olhos postos no futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, quando foi solicitada a palavra para uma questão de ordem pelo Senador José Roberto Arruda, emendi que o seu objetivo era dizer o que os seus advogados já haviam dito: que ele iria declarar o seu impedimento. Eu não podia, evidentemente, tolher o Senador e impedi-lo de fazer as coisas que fez.

De qualquer forma, ao final, o que interessa para nós, é que tenha por resolvida a questão de ordem que foi levantada pelo Senador Antero Paes de Barros. Inclusive, já havia anunciado ontem esse convencimento da Presidência – anunciando-o aos advogados, o que foi confirmado hoje aqui pelo Senador José Roberto Arruda.

Realmente, há um impedimento legal, os estudos que a Presidência fez concluem que há um impedimento legal. Quando o art. 306 fala: "...de vendo declarar o seu impedimento", está-se impondo um dever ao Senador de declarar o seu impedimento. Esse dever foi cumprido aqui, na parte final da exposição feita pelo Senador José Roberto Arruda, que, portanto, não vai exercer o direito de voto, até porque a legislação não o permite.

E tanto melhor, porque estamos dentro de um Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e seria realmente impossível dar uma explicação de bom senso e lógica quanto ao fato de que alguém que está sendo investigado pudesse emitir um juízo de valor sobre si próprio.

Felizmente, o Regimento é claro nessa parte. Felizmente, ele é facilmente compreendido, o que evita maiores debates. Eu dou a questão de ordem, levantada pelo Senador Antero Paes de Barros, por li quida da, se V. Ex<sup>a</sup> também assim entender.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento sobre a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Para um esclarecimento, tem a palavra o nobre Senador Waldeck Ornélas.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – O art. 306, citado pelo Senador Arruda, diz: "Nenhum Senador presente à sessão poderá escusar-se de votar, salvo quando se tratar de assunto em que tenha interesse pessoal, devendo declarar o impedimento antes da votação e sendo a sua presença computada para efeito de **quorum**".

Por outro lado, o art. 84 diz que compete ao suplente substituir o membro da Comissão, eventualmente, nos seus impedimentos, para **quorum** nas reuniões. Quer dizer, com o impedimento do Senador Arruda e estando ele presente para efeito de **quorum**, V. Ex<sup>a</sup> não convocará suplente para a votação, é o que estou entendendo.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** – Sr. Presidente, peço a palavra para contradiar.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Para contradiar, tem a palavra o Senador Antero Paes de Barros.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** – Sr. Presidente, é evidente que a computação para efeito de **quorum** diz respeito às deliberações a serem tomadas no plenário – no plenário não há a figura do suplente; computa-se, para efeito de **quorum**, nas deliberações a serem tomadas em plenário. Para as deliberações a serem tomadas em comissões existem suplentes.

A esse propósito, que ro aqui rememorar um episódio ocorrido quando da votação de requerimento de minha autoria para que aqui comparecessem procuradores Guilherme Schelbe e Eliana Torelly.

O Senador José Roberto Arruda estava presente à sessão. E, estando presente, inicialmente, ele ainda tentou argumentar para que retirasse aquele requerimento. Depois, obteve o apoio dos meus com



panheiros da Bancada do PSDB, Senadores Lúcio Alcântara e Osmar Dias. E, no momento da votação, S. Ex<sup>a</sup> também abdicou, estando presente, do direito de votar. E, naquela oportunidade, votei, Sr. Presidente, tendo inclusive o voto sido decidido.

Mas me parece óbvio que essa computação para efeito de **quorum** deve ser feita no plenário e não na Comissão, onde existe o Suplente, que tem a função exatamente de preencher a vaga de alguém que se encontra impedido.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Sr. Presidente, é verdade o fato a que se referiu o Senador Antero Paes de Barros. Mas me recordo muito bem – e as notas taquígraficas podem ser consultadas – de que, àquela ocasião, o Senador José Roberto Arruda, alegando a sua condição de Líder, declinou do direito de votar, transferindo esse encargo ao Suplente.

Lembro a V. Ex<sup>a</sup>, se me permito, que o art. 306 do Regimento está inserido exatamente na Subseção IV, Do Processo da Votação. Ou seja, esta mostra tanto aqui de votação. O Senador se declara impedido, e, nesse caso, é contada a sua presença para efeito de **quorum**.

Já o art. 84 do Regimento está inserido no Título VI, referente às Comissões, e diz:

Art. 84. Compete ao Suplente substituir o membro da Comissão:

I – eventualmente, nos seus impedimentos, para **quorum** nas reuniões;

No caso, não há o problema de **quorum**. Desse modo, a decisão de V. Ex<sup>a</sup>, para ser completa, correta, equilibrada e justa, como manifestou, deve ocorrer no sentido de que o Senador está presente, participa da deliberação, mas se declara impedido de exercer o direito de voto, para não votar em causa própria. Nesse caso, o Senador José Roberto Arruda votaria até contra ele, porque, ao votar uma proposição que lhe propõe uma punição, como ele próprio manifestou na sua exposição, ele estaria se autoflagelando. Ele estaria manifestando uma posição contrária ao seu próprio interesse pessoal, mas no sentido de ser punido por uma falha cometida.

Assim, Sr. Presidente, não tenho dúvida de que o art. 306 do Regimento tem a sua interpretação muito clara, muito objetiva, muito precisa. Não cabe substituição ao Senador que, sendo titular do voto, está presente à reunião, mas se declara impedido para votar.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** – Sr. Presidente, apenas gostaria de concluir a minha contradição. O Senador Waldeck Ornélas citou o art. 84 do Re-

gi mento. Cito também o art. 85 do Regimento Interno do Senado Federal:

Art. 85. Em caso de impedimento temporário de membro da Comissão e não havendo suplente a convocar [no caso, há o suplente], o Presidente desta solicitará à Presidência da Mesa a designação de substituto, devendo a escolha recair em Senador do mesmo partido ou bloco parlamentar do substituído...

É mais do que evidente que, ainda que não houvesse Suplente, a Mesa teria que convocar um Suplente para não alterar o **quorum**.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Mas isso serve para a composição da Comissão. Não é o caso. O Capítulo IV trata da suplência, das vagas e das substituições para a composição da Comissão. Não é disso que se trata aqui.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** – Sr. Presidente, breocar o voto do Suplente aqui altera a composição do Conselho. O titular está presente.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Não há discussão em questão de ordem. Já houve uma contradição.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Presidência pede vênias e vai decidir.

Todos sabemos que a Resolução que instituiu o Código de Ética e Decoro Parlamentar é subsidiada, nos casos em que é omissa, pelo Regimento Interno do Senado da República. É o art. 24 que assim afirma.

Portanto, antes de se aplicar qualquer outro dispositivo do Regimento, deve-se analisar o capítulo do Regimento que diz respeito às Comissões. Digo isso porque, evidentemente, é muito diferente uma votação de plenário de uma votação nas Comissões. Cito um exemplo didático: to das as vezes que uma Comissão se reúne, chamam-se os titulares; caso falte algum titular, convoca-se o seu suplente. Aplique essa hipótese ao caso aqui tratado. É claro que tenho que convocar o suplente para votar.

Segundo o art. 84, alínea "a", § 1º, do Regimento desta Casa, "convocar-se-á o suplente no caso de impedimento eventual do titular para compor o **quorum** nas reuniões desta Comissão". Volto a afirmar: todos os Senadores participam de uma ou duas Comissões, e S. Ex<sup>as</sup> sabem como se vota nas Comissões.

Por outro lado, temos que considerar que o Conselho de Ética é composto por representantes de Partidos políticos ou de blocos partidários. A sua composição deve refletir, a meu ver, tanto quanto possível, o quadro partidário do Senado Federal. Deve o Conselho permitir a participação de um Senador em seus trabalhos ou excluí-lo, procedendo à sua substituição pelo seu suplente, pois afigurar-se-ia danoso à representatividade do Conselho de Ética que o impedimento de um de seus integrantes de participar de determinada votação não dê ensejo a que o seu suplente dela participe quando nenhum impedimento do titular o atinja.

Volto a dar o exemplo das próprias decisões do Conselho de Ética e De coro Parla mentar: em todas as votações a que procedemos no Conselho de Ética até agora, todas elas, sem exceção, são chamados, em primeiro lugar, os titulares e, em segundo lugar, os suplentes. É assim até na ordem dos nossos trabalhos, quando dizemos: primeiro, falamos titulares do Conselho de Ética; depois, os suplentes; e, depois, outros Senadores. Não posso, a essa altura, frente à tradição dos trabalhos de uma Comissão, frente à representação partidária que compõe o Conselho de Ética e em se tratando de impedimento – um impedimento que é legal, impedimento declarado por lei, impedimento ético -, de deixar de convocar o suplente para votar, até mesmo pelas regras aqui invocadas. Inclusive o art. 85 do nosso Regimento é muito claro quando diz:

Em caso de impedimento temporário de membro da comissão e não houver o suplente a convocar, o Presidente desta solicitará à Presidência da Mesa a designação de substituto.

No caso, existe o suplente. No caso, trata-se de impedimento. O texto da Lei se me afigura claro, se me afigura preciso. Daí por que eu não posso de deixar, **data venia**, de cumprir as normas do Regimento e a tradição mantida pelas Comissões da Casa. É assim que o Conselho de Ética vem trabalhando até agora.

Portanto, decido esse problema com a convocação do primeiro suplente.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Sr. Presidente peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – V. Exª tem a palavra.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Sr. Presidente, o art. 85, in loco do por V. Exª na questão de ordem anterior, refere-se à hipótese do inciso II do art. 84, que diz:

Compete ao Suplente substituir o membro da comissão:

*II – por de terminação dos períodos, nas hipóteses previstas nos arts. 39, 40 e 43”.*

Mas quero formular a minha questão de ordem, Sr. Presidente, com base no art. 306 do Regimento, que dispõe sobre a votação. A mim me parece que V. Exª invocou a argumentação correta e concluiu errado na questão de ordem anterior, porque há, sim, que se preservar, que se respeitar e que se valorizar a proporcionalidade na representação partidária.

Diz o art. 306, **in fine**, Sr. Presidente:

”...devendo declarar o impedimento antes da votação – é o que acabava de fazer o Senador José Roberto Arruda – e sendo a sua presença computada para efeito de **quorum**”.

Então, Sr. Presidente, parece-me muito claro que, na medida em que V. Exª convocou o Suplente, o PSDB passa a ter quatro representantes nesta Comissão, dos quais um se declara impedido para votar, mas é membro titular e está presente. E a sua presença V. Exª tem que computar para efeito de **quorum**.

Desse modo, V. Exª acaba de designar um quarto representante para o PSDB na Comissão.

Ape-lo ao bom senso de V. Exª, não pretendo recorrer ao Plenário da sua decisão, mas faço essa observação, essa questão de ordem, para que isso conste das atas, das notas taquigráficas.

Imagino que V. Exª de veria cingir-se ao art. 306 do Regimento Interno. Estamos no capítulo do processo da votação, e o Senador que se declara impedido, por seu interesse pessoal, tem a sua presença computada para efeito de **quorum**. Isso é claro, transparente, cristalino, Sr. Presidente.

Desse modo, faço esta questão de ordem para apreciação de V. Exª.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Pois não, Senador José Roberto Arruda.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sr. Presidente, apenas quero deixar clara uma posição. E acho que posso contribuir com V. Exª.

Em primeiro lugar, estou exercendo aqui uma ordem da minha consciência. Ponho núme ro dois: discordo de V. Exª, embora essa discordância não tenha nenhum efeito prático, sobre a interpretação do art. 306 do Regimento, que é claro. Nesse artigo, é dito

que nenhum Senador presente às sessões pode recusar-se de votar, a não ser que, por foro íntimo – que é a questão que invoco –, queira fazê-lo. E foi o que fiz.

Estou presente à reunião, assinei a presença e estou me escusando de votar. E aí, Sr. Presidente, desejo registrar que o meu comportamento ético em não votar num processo em que sou parte tem, de outro lado, um outro comportamento que desejavotar em meu lugar para me acusar.

Em segundo lugar, o art. 84 do Regimento é muito claro, Sr. Presidente, quando diz que, eventualmente, nos impedimentos de membro da Comissão, para **quorum** nas reuniões, chama-se o Suplente. Desculpe-me, V. Ex<sup>a</sup>, **data venia**, mas estou presente e estou dando o **quorum**. Sr. Presidente, estou seguro de que, pelo art. 306 do Regimento, eu poderia, se a minha consciência não ditasse o contrário, não me declarar impedido e votar nesse processo. Mas, desculpe-me, Sr. Presidente, estou presente. Um voto no meu lugar, neste momento, sinceramente, pode levar esse processo a um questionamento que não desejo, além da queles que já fiz.

V. Ex<sup>a</sup> é muito mais experiente e muito mais sábio nas questões, mas eu não poderia deixar de fazer este registro.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senadores Waldeck Ornélas e José Roberto Arruda, a Mesa pretende, **data venia**, esclarecer a ambos. E vai fazê-lo com toda a isenção possível.

É evidente que tanto melhor que o impedimento que V. Ex<sup>a</sup> alegou tivesse sido um problema de consciência – e aí louvo V. Ex<sup>a</sup>. Mas que roldar que é um impedimento legal, sim, porque ele se confunde, inclusive, com a própria essência deste Conselho. Este é um Conselho de Ética, e não pode quem está sendo investigado fazer um juízo de valor em causa própria, Senador Arruda.

Então, louvo V. Ex<sup>a</sup> por ter usado a sua consciência para declarar o seu impedimento, o que, aliás, a meu ver, era uma obrigação legal, porque a lei diz “devendo declarar o seu impedimento”. Mas V. Ex<sup>a</sup> agiu de acordo com a sua consciência, e até aí tudo bem.

Em segundo lugar, quero esclarecer que esse art. 306 se refere evidentemente à decisão de plenário. Já expliquei como funcionam as Comissões. Em plenário, não há condições de convocar um Suplente para votar uma matéria. Ademais, V. Ex<sup>a</sup> continua como membro deste Conselho, sim, é verdade, Senador Waldeck Ornélas, mas sem o direito de exercer o voto. V. Ex<sup>a</sup> está impedido. Logo, a representação

partidária do PSDB continua a mesma, dado o impedimento de V. Ex<sup>a</sup>. É evidente que é a mesma, não está alterada. A convocação do seu plenário é que está garantindo a paridade partidária. Esse é o entendimento da Presidência.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> me permite uma outra questão de ordem, em tão?

Veja bem V. Ex<sup>a</sup>: o Senador Antero Paes de Barros é membro da Mesa do Senado Federal. Então, com base no art. 77, §1º, que rope dir a V. Ex<sup>a</sup> que o declaro impedido de participar da votação do Conselho de Ética, já que todos os membros da Comissão Executiva não participam de qualquer Comissão da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador...

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Agora, Sr. Presidente, estou indo para isso porque estou entendendo que V. Ex<sup>a</sup> está decidindo de maneira errada a questão. Nós estamos tendo, aqui, uma gri-la-gem de um posto do Conselho de Ética. É o que está ocorrendo.

Quer dizer, o Regimento se aplica ao Plenário e às Comissões. Não há um Regimento para o Plenário e outro Regimento para as Comissões.

Salvo melhor juízo, a argumentação de V. Ex<sup>a</sup> não se sustenta.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Waldeck Ornélas, eu que rodis cordar de V. Ex<sup>a</sup> também, até porque o impedimento que V. Ex<sup>a</sup> sustenta é quanto às Comissões permanentes. O Conselho não é uma Comissão permanente. O art. 77 é muito claro quando fala isso. No elenco das Comissões permanentes, do inciso I ao inciso VI, que termina na Comissão de Infra-Estrutura, positivamente não está o Conselho de Ética.

A Ata naturalmente registra, para os devidos fins, todas as questões de ordem e todas as decisões que estão aqui para, eventualmente, como disse o Senador Roberto Arruda, poderem ser questionadas dentro do Senado ou onde quer que seja.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Mas, Sr. Presidente, o Conselho de Ética é uma Comissão permanente criada pela Resolução nº 20, de 1993, posterior à edição do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Waldeck Ornélas, a Mesa procede com a liberalidade de costume, mas com a firmeza de quem maturou bem o problema nas duas últimas horas, quando percebeu que esse assunto ia surgir. Até agora, estou convencido do acerto da decisão que, como Presi-

den te do Con se lho, es tou to man do, cre io eu, base a-do na lei, ape sar das opi nões con trá ri as de V. Ex<sup>a</sup>.

Dou a maté ria po re nce rra da.

**O SR. CORREGEDOR** (Romeu Tuma) – Sr. Pre si den te, só uma ques tão de or dem para es cla re ci men to.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Pois não.

**O SR. CORREGEDOR** (Romeu Tuma) – V. Ex<sup>a</sup> se re fe ri u ao fa to de que es tá em jul ga men to...

**O SR. PRESIDENTE** (Ra mez Te bet) – Em jul ga men to, não.

**O SR. CORREGEDOR** (Romeu Tuma) – O que eu en ten do é a apre ci a ção de um pro je to para a aber tu ra do pro ces so.

**O SR. PRESIDENTE** (Ra mez Te bet) – Eu não de cla re in a da, Sen a dor Ro me u Tu ma.

**O SR. CORREGEDOR** (Romeu Tuma) – Eu ou vi V. Ex<sup>a</sup> fa lar que es tá em jul ga men to, im pe di men to para jul ga men to. Só es tou pe din do um es cla re ci men to.

**O SR. PRESIDENTE** (Ra mez Te bet) – Es tou di zen do que há um im pe di men to para que S. Ex<sup>a</sup> vo te em ques tão que o en vol va.

**O SR. CORREGEDOR** (Romeu Tuma) – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Dou a maté ria po re nce rra da.

**O SR. PAULO SOUTO** – Pela or dem, Sr. Pre si den te.

**O SR. PRESIDENTE** (Ra mez Te bet) – Pe de a pa la vra, pela or dem, o Se na dor Pa u lo Sou to, e eu a con cedo.

**O SR. PAULO SOUTO** – Sr. Pre si den te Ra mez Te bet, Sr. Cor re ge dor, Se na dor Ro me u Tu ma, Se na dor Re la tor des se pro ces so...

**O SR. PRESIDENTE** (Ra mez Te bet) – Já es ta mos no pro ces so de dis cus são.

Sen a dor Pa u lo Sou to, só para es cla re cer aos de mais Mem bros, já es ta mos dis cu tin do o re lá to rio e es tou con ce den do a pa la vra a V. Ex<sup>a</sup> co mo pri me i ro or a dor in scri to, con si de ran do que V. Ex<sup>a</sup>, além de tu do, foi o pri me i ro au tor do pe di do de vi sta.

En tão, tem V. Ex<sup>a</sup> a pa la vra.

**O SR. PAULO SOUTO** – Ex ta men te, para a le i tu ra do vo to que pre ten do apre sen tar a este Con se lho, Sr. Pre si den te.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Pois não.

**O SR. PAULO SOUTO** – Sr<sup>as</sup> e Srs. Se na do res, este Se na do tem-se mos tra do con si en te dos seus de ve res pe ran te a Na ção e, so bre tu do, da ne ces si da de da pre ser va ção do seu con ce i to, que sig ni fi ca a man u ten ção de uma re la ção de con fi an ça en tre os

seus mem bros e a so cie da de. Não deve, a meu ju í zo, en tre tan to, es ta in sti tu i ção, ain da que le gi ti ma men te pres si o na da, ab di car da is en ção quan do ti ver que jul gar os seus pró pri os mem bros. Te mos a ob ri ga ção de dar o bom exem plo, mas não po de re mos che gar ao pon to de achar que a mel hor de mon stra ção des se pró pó si to seja sa cri fi car os seus com po nen tes, ain da que exis tam ra zões que de mon stre m ser es sa uma so lu ção ex a ce rba da.

Du ran te to do o epi só dio, há fa tos in con tes tá ve is, in ter nos e ex ter nos, que apon tam cla ra men te para a exis tên cia de um pre jul ga men to, ten tan do pres si o nar os mem bros des te Con se lho, al gu mas ve zes até des res pei to sa men te, para que tor nem con su ma da a sua de ci são. Uma cor ri que i ra ve ri fi ca ção de **quorum** para vo ta ção de re que ri men tos foi con si de ra da uma chi ca na e me re ceu até um e di to ri al. Um pe di do de vi sta para um re lá tó rio que tra ta va de um as sun to tão im por tan te, co mo a cas sa ção de dois Se na do res da Re pú bli ca, e que foi da do a co nhe cer ex a ta men te na ho ra de sua le i tu ra, foi con si de ra do, por uma im por tan te en ti da de ci vil, co mo me di da pro te la tó ria, dan do a en ten der que o que se pre ten dia re al men te era um jul ga men to su má rio. Uma fase pre li mi nar de in ves ti ga ção que che gou a des pre zar laudos ofi ci ais com pon tos de con tra di ção com o que foi uti li za do no re lá tó rio foi trans for ma da num pro ces so de fi ni ti vo, pe din do, an te ci pa da men te, a pe na má xi ma de cas sa ção, que, a nos so ver, não se ria, nes te mo men to, atri bu i ção do Con se lho de É ti ca.

Es te Con se lho as si sti u tam bém, de cer ta for ma per ple xo, à de ci são an te ci pa da so bre o ca rá ter abe rto do vo to nes sa fase do Con se lho de É ti ca, des co nhe cen do o fa to im por tan tí si mo de que o re lá tó rio pe di u a cas sa ção, o que é ob je to de vo to se cre to, pre vi sto con sti tu ci o nal men te. Ou seja, ao jul gar um epi só dio de re ve la ção de uma de ci são pro te gi da por vo to se cre to, os Se na do res, pa ra do xal men te, se rão ob ri ga dos a re ve lar o seu vo to e, as sim, mais uma vez, na mi nha opi ni ão, des res pei ta ra Con sti tu i ção.

A me ra su po si ção, e cha mo a aten ção para isso, de que al guns vo tos po de ri am ser con trá ri os à cas sa ção mo ti vou a pub li ca ção de es pe cu la ções so bre es ses vo tos, numa an te ci pa ção cu jo ob je ti vo era ni ti da men te criar con stran gi men tos para os Se na do res e, as sim, pro cu rar in flu en ci ar as suas de ci sões. O des res pei to aos Se na do res atin giu o clí max quan do uma en ti da de em pre sa ri al, de uma for ma a fron to sa, teve a ousa dia de en vi ar pelo cor re i o uma em ba la gem de uma pi za za, ex pli ci tan do um pa trul ha men to, da ma ne i

ra mais grosseira possível, contra todos os membros desta Comissão.

Quero, aliás, aproveitar esta manifestação para pro por que se crie, se não exis te, e, se já exis te, que sejabem utilizado dentro daquela entidade...

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Peço a atenção para a leitura do voto em separado que o eminente Senador Paulo Souto está proferindo.

**A SRA. EMÍLIA FERNANDES** – Sr. Presidente, pela ordem. É que pergunto e peço escusas ao Senador que estava com a palavra, estamos recebendo a cópia de um voto em separado, mas o conteúdo não é o que está sendo lido. Então, se está falando de um outro documento, gostaria que fosse distribuído aos membros.

**O SR. PAULO SOUTO** – Não, fiz apenas uma introdução e peço ao Presidente que, como estou lendo, a considere. Depois vou passar à leitura do voto que foi distribuído.

Quero, portanto, retomar para dizer que que ro aproveitar esta manifestação para pro por que se crie dentro daquela entidade, que acredito que nos des-respeitou, se é que não existe, um código de ética empresarial, tão útil que seria para garantir à sociedade brasileira uma preocupação com suas obrigações perante os órgãos públicos e os trabalhadores.

Tudo isso, Srs. Senadores, é um indicativo muito claro de uma ação que visa a medonhar o Senado e fazê-lo refém de opiniões daquelas que que rem impo o seu desejo, im pedindo que se faça justiça. Não se deseja, como se quer pro palhar, a impunidade. O que se quer é que se faça justiça.

*I – Matéria referente a decoro parlamentar é eminentemente política quanto ao mérito, mas não quanto às formalidades a serem observadas.*

De início, que re mos pe dir a atenção dos ilustres Srs. Senadores para o seguinte ponto, que é de grande relevância para a matéria que examinamos. A afirmação reiterada, feita pelo ilustre Relator – e que está contido no seu voto – no sentido de que matéria referente a decoro é eminentemente política, não cabendo no assunto maiores considerações de ordem jurídica, não corresponde, a nosso ver, exatamente à realidade. Essa afirmação é extremamente perigosa, porque é ameaçadora das instituições democráticas e, sobretudo, das minorias políticas. Uma idéia ou um conceito desse sentido põe em risco, a meu ver, as minorias políticas do Parlamento, que estão sujeitas ao arrepi de

qualquer disposição legal de decisões arbitrárias de uma maioria que queira assim proceder.

O Conselho de Ética não é um tribunal de exceção, que venha a favorecer a quem de tenha circunstancialmente a maioria absoluta. A questão atinente ao decoro parlamentar, por certo, envolve um juízo político, mas um juízo político emitido dentro dos limites e dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, da observância dos ritos e procedimentos do devido processo legal e da legalidade, juridicidade e proporcionalidade da pena imposta e calculada nos fatos apurados. A execução sumária sem defesa ao livre arbítrio da acusação oficial é próprio de regimes totalitários de tão funesta memória no século que se passou.

Faz-se aqui esse registro porque é absolutamente indispensável que o Senado Federal, uma das Casas do Poder Legislativo, como os demais Poderes do Estado, deve ser o guardião da Constituição e observar com rigidez os princípios nela consagrados. Aliás, aqui é preciso abrir parênteses para enfatizar, Sr. Presidente deste Conselho, a necessidade de se proceder a uma reforma regimental, particularmente, na parte disciplinar do Conselho de Ética. Não vou ler tudo isso, mas é evidente que existem contradições entre o Regimento Interno do Senado e a Resolução nº 20/93 aos dispositivos do Código de Ética, que tratam de decoro parlamentar e da Constituição Federal. Há contradições nítidas entre o que estabelece o Regimento e a Constituição, bem como também com relação aos procedimentos. É preciso, urgentemente, para que não tenhamos que ficar discutindo muitas vezes o breo processo, como aqui vi, que se providencie uma compatibilização entre todos esses instrumentos a que estamos sujeitos.

Visto isso e levando-se em conta que o mandato parlamentar é uma prerrogativa constitucional, tem-se que é profunda mente equivo ca da a tese defendida por alguns e que vislumbramos no voto ora contestado, no sentido de que os atos referentes à tramitação de procedimentos concernentes a decoro parlamentar não podem ser questionados junto ao Poder Judiciário por serem eminentemente políticos e dizerem respeito a assunto **interna corporis**. Vale dizer, atos que são apenas do interesse das corporações que os praticam.

Faço parêntese para ressaltar que não é nos o propósito chegar a esse extremo. Mas acho que devemos nos manifestar no sentido de que, se não é esse o nosso propósito, parece-me que seja, sobretudo, uma obrigação deste Conselho proceder de acor-

do com a lei. Não vou aqui me referir a todos os casos citados para não cansá-los, mas, do ponto de vista de esclarecer de uma forma muito nítida, não há nenhuma dúvida que muitos dos procedimentos podem ser submetidos ao Poder Judiciário. Estão aí, além de uma citação de Hely Lopes Meirelles, mandados de segurança que permitiram ao Poder Judiciário interferir sobre as decisões relacionadas, eu diria, à tramitação do processo nas questões relativas ao Parlamento. E aí estão os mandados de segurança do Ministro Afrânio Costa, do Ministro Sepúlveda Pertence, nº 20941/90, e do Ministro Octávio Galotiti, do ano de 1992. Neste último caso, o Supremo Tribunal Federal anulou a decisão do Presidente da Câmara dos Deputados e ampliou o prazo conferido por essa autoridade para a defesa do Presidente da República, em denúncia por crime de responsabilidade.

Portanto, como restou demonstrado, matéria referente a decoro parlamentar não é matéria que deve ser tratada só politicamente, não é assunto que caiba ser analisado apenas sob a ótica do seu mérito, sob razões que digam respeito eminentemente aos critérios da conveniência e da oportunidade, mas também sob a ótica das formalidades jurídicas que têm que ser observadas.

Na verdade, tal conclusão encontra hoje guarida maior na regra magna inscrita no art. 5º da Constituição, que veda a exclusão da apreciação pelo Poder Judiciário de qualquer lei ou, mesmo, ameaça de lesão a direito individual ou coletivo.

II – Qualquer penalidade tem que observar o princípio da proporcionalidade. Há de ser, portanto, proporcional ao ilícito praticado.

*O que, aliás, ficou, a meu ver, extremamente bem colocado pela exposição que foi feita aqui, no início, pelo Senador José Roberto Arruda.*

Por conseguinte, como decorrência do exposto até aqui se impõe a conclusão no sentido de que, no curso da apreciação que estejam fazendo sobre matéria referente a decoro parlamentar, as Casas do Poder Legislativo têm que observar, necessariamente, os princípios jurídico-constitucionais presentes no Estatuto Supremo e demais normas pertinentes.

Dentre essas normas, destaca-se aqui a norma-princípio conhecida como princípio da proporcionalidade. O princípio da proporcionalidade, ou razoabilidade, encontra-se agasalhado pelo art. 5º da Lei Maior e implica que o devido processo legal

abrange, obviamente, a sua dimensão formal, mas também alcança dimensão material substantiva, implicando que os atos emanados da autoridade competente não podem ter conteúdo arbitrário ou desproporcional.

E aí está citada uma referência feita pelo ilustre constitucionalista Gilmar Ferreira Mendes sobre esse assunto.

Acrescente-se que a jurisprudência do Supremo Tribunal vem reconhecendo e aplicando reiteradamente o princípio da proporcionalidade em suas decisões, desde, pelo menos, 1953.

Passo por alguemas dessas citações e faço a seguinte pergunta, que já foi aqui feita: assim, se o fato imputado aos Senadores investigados for tratado com a sanção máxima, como aqui se pediu, que pena, então, aplicar ao Parlamentar que praticasse peculato ou crime hediondo? Acho que teria que ser uma pena, se isso fosse verda-de, que não atingisse mais apenas o seu mandado.

**O SR. PEDRO SIMON** – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. PAULO SOUTO** – Vou ler o voto, Senador Pedro Simon.

Vou repetir: assim, se o fato imputado aos Senadores investigados for tratado com a sanção máxima, que pena, então, aplicar ao Parlamentar que praticasse peculato ou crime hediondo, dentro do conceito do Parlamento?

Situações iguais, tratamento igual. Situações diferentes, tratamento diferente.

A Constituição da República e o Regimento Interno do Senado Federal manifestam expresso o princípio da igualdade, enquanto o princípio da proporcionalidade está implícito. Conclusão unânime dos constitucionalistas e de corréncia do próprio Direito, como garantia de tratamento de situações distintas.

Cumpré, pois, promover comparação de condutas quando se for aplicar penalidades. Caso contrário, misturam-se comportamentos diversos, o que, insista-se, implica desproporção e é repeli-do pela Constituição Federal.

### III – Erros e Omissões Substantiais

Por outro lado, apesar de bastante minuciosos na sua parte descritiva, o relatório e o voto do eminente e respeitado Senador Roberto Saturnino pecam, a nosso juízo, pela omissão em partes fundamentais.

Em primeiro lugar, não há uma linha sequer de referência aos memoriais apresentados pela defesa dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Ro-

berto Arruda. Apesar de ter declarado expressamente à imprensa que os trabalhos que lhe foram apresentados pelos advogados dos Senadores eram de excelente qualidade técnica, e que seriam levados em consideração por S. Ex<sup>a</sup>, o Relator, em seu voto, não só não discutiu as teses da defesa, como se quer as considerou na sua exposição – o que consideramos, naturalmente, um direito seu, mas estamos estranhando neste relatório.

Ora, com isso, ainda na fase preliminar, foi flagrantemente desrespeitado o princípio constitucional do contraditório e da garantia da ampla defesa, assim como a garantia do devido processo legal. Sobre tudo por que a conclusão não foi apenas a abertura de um processo, mas foi um pedido de condenação. Admitiria até que o procedimento fosse dessa forma se a conclusão fosse o simples pedido de abertura de processo e não o pedido expresso de cassação de mandato.

Com relação à prova pericial, o eminente Relator desce a pormenores quanto ao depoimento do foneticista Ricardo Molina de Figueiredo e, inexplicavelmente, comete, a nosso ver, um grave engano, quando afirma – e são expressões textuais suas:

*“... em segundo lugar, que a degravação da fita não registra qualquer contradição com o laudo do perito Ricardo Molina. Observou-se, ao contrário, a identidade quanto às expressões pronunciadas pelo Senador Antonio Carlos Magalhães ... e Fernando César Mesquita...”*

Repita-se: aqui o Relator afirma um grave engano. Comparados os trechos da primeira e da segunda versão, ambos do perito Molina, com o laudo oficial do Departamento de Polícia Federal, teremos:

1ª versão de Molina:

*“ACM – Heloísa Helena votou nele... [1/2] ... [1/2] ... eu tenho todos que votaram nele.”*

2ª versão de Molina:

*“ACM – [3/4] ... lemos a lista. Heloísa Helena votou nele (ininteligível)”*

Laudo do Departamento da Polícia Federal:

*“ACM – (ininteligível) Heloísa Helena votou nele (ininteligível)”*

Não existe a expressão “leamos a lista”.

E mais: é surpreendente que o relatório e o voto atribua a Fernando César Mesquita frases que tan-

to a versão Molina como o laudo oficial colocam em um contexto de falhas de gravação, havendo impessoalidade na expressão verbal do laudo oficial.

Aí estão – não vou repetir -, na página 12, as diferenças que estão colocadas entre as citações que foram feitas. E vai por aí o relatório. Deixa de mencionar, do depoimento de Regina Célia Peres Borges, partes fundamentais para a formação do juízo de valor dos membros do Conselho de Ética, tais como:

*“... Quanto ao Senador Antonio Carlos Magalhães, aprendi a respeitá-lo e a admirá-lo. Conhecia-o como figura pública, de longe, mas só o conheci pessoalmente depois de nomeada”.*

Ou ainda:

*“Fa lei ‘n’ vez, ao longo desse tempo, para todas as pessoas, o quanto me impressionou a maneira séria como S. Ex<sup>a</sup> nos tratou. Nunca nos pediu nada que não fosse adequado.”*

*“... quem ligou à noite, agradecendo, fazendo menção: “valeu”! Não é bem expressão dele, mas por aí, como se estivesse agradecendo ter chegado lá. Isso foi o Senador Antonio Carlos Magalhães.”*

Na reunião de acareação, a Dr<sup>a</sup> Regina chega a afirmar que, naquele momento, o importante era receber o telefonema do Senador. Não lhe importaram os termos usados por ele. E aí se repete também a sua referência. Ela diz:

*“a minha ansiedade por receber um comunicado do Senador Antonio Carlos era tão grande que eu confesso que das palavras ... Po dem ver em to das as falas, te nho aqui até grifado: em nenhum momento afirmo exatamente como foi, porque o essencial, o substantivo para mim, naquele momento, era uma colocação de que tinha chegado lá, de que tinha chegado nas mãos dele”.*

No depoimento dos Procuradores Guilherme Schelbe e Eliana Torelly, a parte em que taxativamente afirma que a reportagem na revista **Isto É** é absolutamente deturpada, é omitida:

*O SR. GUILHERME SHELBE – “ (...) o que fazamos, desde o início, é que as matérias jornalísticas não eram fidedignas, não expressavam a verdade. Isso, nós expressamos.”*

Estou apenas colocando no relatório alguns aspectos de natureza fáctica que considero essenciais e que não foram consideradas pelo Relator.

O relatório é absolutamente omissivo ao cotejar as declarações de Regina Célia Borges, José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães, para deles avaliar corretamente os indícios. Em outras palavras, a constatação de que

**a)** – não houve ordem direta alguma à violação do sigilo da votação (coincidência dos três depoimentos);

**b)** – não houve contato algum entre o Senador Antonio Carlos com Regina ou qualquer servidor do Prodasen antes ou durante os procedimentos de interferência no procedimento de votação. (todos os depoimentos são unânimes nisso);

**c)** – não houve, até a divulgação do último laudo da Unicamp dos últimos depoimentos de Regina e dos servidores do Prodasen, qualquer notificação ao Senador Antonio Carlos dos procedimentos adotados por eles na obtenção da citação da lista de votação (todos os depoimentos).

Esse é um ponto interessante – e eu faço um parêntese –, por que sei que o que impressionou muito aos Senadores foi a descrição da logística que foi necessária para se violar o painel: as reuniões noturnas, os encontros, a convocação de técnicos, que inclusive não eram no Senado, e essa intensidade logística! Tenho certeza de que isso impressionou muito aos Senadores. Mas nunca é demais repetir que nenhum dos Senadores teve conhecimento de como foram esses procedimentos. Quer dizer, é algo que chocou – eu sei que chocou bastante –, o que foi necessário para se chegar até a violação do painel, mas ficar no ar, como se os Senadores tivessem amplo conhecimento de que se iam necessitar os todos aqueles procedimentos penosos, difíceis, para que se obtivesse a violação do painel.

Esse é um ponto que considero importante.

#### IV – Decoro Parlamentar

A Constituição Federal dispõe que “**perderá o mandato o Deputado ou o Senador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar**” (art. 55, in ci so II). Dispõe, ainda, que é incompatível com o decoro, além dos **casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membros do Congresso** ou a

**percepção de vantagens indevidas**: – e, aí, reproduz o art. 75.

Repetindo: – se nós excluirmos os outros casos do art. 54, que são vedações explícitas aos Senadores – três são, portanto, as hipóteses de perda de mandato:

**a)** os casos definidos no Regimento Interno;

**b)** o abuso das prerrogativas asseguradas a membros do Congresso Nacional; e

**c)** a percepção de vantagens indevidas.

*Veja mos o que dispõem as normas regimentais a respeito do decoro parlamentar.*

O Regimento Interno do Senado, consolidado pelo Ato nº 1 da Mesa do Senado Federal, de 29 de janeiro de 1999, tratava da matéria no art. 32, in ci so II e §1º, considerando incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Senador e a percepção das vantagens indevidas.

A Resolução nº 20, de 17 de março de 1993, estabeleceu normas gerais e especiais a respeito das infrações disciplinares e das sanções aplicáveis, tornando-se incompatível com as normas regimentais existentes, sendo aplicável, em consequência, à questão em exame, por força do art. 2º, §§1º e 2º da Lei de Introdução ao Código Civil – Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que dispõe no sentido de que lei posterior revoga a anterior quando regulante integralmente a matéria que tratava a lei anterior.

A citada Resolução nº 20/93 cuida dos Atos Contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar no Capítulo III, artigos 4º e 5º.

O art. 4º cuida da vedação ao Senador de celebrar contrato com instituição financeira, controlada pelo Poder Público, estendendo essa vedação a seu cônjuge ou companheira e pessoa jurídica direta ou indiretamente por ele controlada (art. 4º, in ci so I). Vedá-lhe, ainda, dirigir ou gerir empresas ou órgãos de radiodifusão (idem, in ci so II) e praticar abuso de poder econômico (idem, in ci so III).

Já o art. 5º, considera incompatível com a ética e o decoro parlamentar: **o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional** (art. 5º, in ci so I), **a percepção de vantagens indevidas** (idem, in ci so II) e **a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes** (idem, in ci so III).

Nessa última hipótese, a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato, a Resolução



ção as define no seu parágrafo único do referido art. 5º, incisos I e II.

Não vou repetir o art. 5º. Vou apenas me referir ao parágrafo único.

*Parágrafo único – Incluem-se entre as irregularidades graves, para fins deste artigo: – ou seja, não quis se deixar que qualquer coisa fosse considerada irregularidade grave, e, aí, se consideraria irregularidade grave – I – a atribuição de doação orçamentária, sob a forma de subvenções sociais,...*

Eu não vou ler tudo mas, evidentemente, não tem nada a ver com o caso presente.

*II – a criação ou autorização de encargos em termos que, pelo seu valor ou pelas características da empresa ou entidade...*

Também, não têm nada a ver com o caso presente.

A prática de atos contrários à ética e ao decoro parlamentar capitula dos nos artigos 4º e 5º da Resolução são puníveis com a **perda de mandato**, nos termos do artigo 11, inciso II, da Resolução:

Art. 11 – Serão punidas com a perda do mandato:

II – a prática de qualquer dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar capitula dos nos arts. 4º e 5º (Constituição Federal, art. 55).

O voto do ilustre Senador Relator, com as omissões que já foram apontadas anteriormente neste Voto em separado, faz as seguintes considerações: houve violação do sistema eletrônico do Plenário, com a extração de uma lista, contendo a identificação dos votos dos Senadores que participaram da sessão secreta do dia 28 de junho de 2000 – estou repetindo as conclusões do voto do Relator –; a lista foi recebida pelo Senador José Roberto Arruda que a entregou ao Senador Antonio Carlos Magalhães; ambos os Senadores negaram, no Senado e fora dele, o recebimento dessa lista, até a comprovação da quebra de sigilo pelo laudo da Universidade de Campinas – Unicamp – e pela confissão dos servidores do Serviço de Processamento de Dados – Prodasen; os dois Senadores não tomaram qualquer iniciativa para salvaguardar a segurança do sistema de votação – repito: é um resumo das conclusões do Senador Roberto Saturnino –; os dois Senadores não tomaram, ademais, providências disciplinares contra os responsáveis pela violação; e o Senador Antonio Carlos Magalhães teria

revelado o conteúdo da lista a três Procuradores da República.

*Além disso, o ilustre Relator com si de ra que o ato omissivo, imputado aos dois Senadores apresenta indícios da prática de ato de improbidade administrativa.*

Com base nessas considerações, entende S. Exª que tal omissão se ria em quadrável no inciso III do art. 5º da Resolução nº 20/93, configurando prática de irregularidades graves, que justificaria a proposta de abertura do processo disciplinar para eventual aplicação de pena de perda de mandato.

Vejamos, pois, a **juridicidade** e a **conveniência** da proposta feita pelo Relator.

O que resulta dos depoimentos e de mais provas realizadas na investigação primária?

Um depoimento (o do Senador José Roberto Arruda) retrata uma consulta à Diretora do Prodasen sobre a segurança do painel de votação.

O outro, do Senador Antonio Carlos, fortificado por diversas evidências – inclusive a de que a lista não lhe fora entregue pessoalmente; a de que a Drª Regina sempre disse que o Dr. Antonio Carlos Magalhães jamais lhe pediu, direta ou indiretamente, a lista; a de que houve o elemento surpresa na entrega da lista –, registra o seu desconhecimento dos fatos até a ida do Senador José Roberto Arruda ao seu gabinete. Ou seja, o Senador Antonio Carlos Magalhães só teve conhecimento posteriormente do fato da violação do painel.

Finalmente: o depoimento da Drª Regina Borges não precisa bem se foi consultado ou pedido do Senador Arruda, mas ela teria recebido isso como uma ordem.

Ficou absolutamente patente, no entanto, que o Senador Antonio Carlos Magalhães bem como o Senador Arruda jamais haviam sido informados – que ro insistir nesse ponto, Srs. Senadores – dos procedimentos utilizados para a obtenção do papel ou lista nem tampouco tinham conhecimento das vulnerabilidades do painel eletrônico até a divulgação do laudo da Unicamp, já sob a direção de outra Mesa do Senado – laudo esse, aliás, que é taxativo quanto à inexistência de alteração dos votos dos Senadores.

Foi por esta razão que, ao se pesarem os prós e os contras, ao ponderar entre, por um lado, a punição dos responsáveis pela extração de um pedaço de papel sem timbre, sem assinatura, com a necessária, conseqüente e indispensável anulação da sessão secreta ocorrida no dia 28 de junho de 2000, que aconteceria, e, por outro lado, a opção pelo silêncio na quele momento e na que las circunstâncias, com o conhe-

cimento absolutamente deficientes dos fatos que envolvem os serviços e, ainda mais, com a superveniência imediata do receso parlamentar—esse é outro ponto importante — apenas vinte e quatro horas depois, pareceu perfeitamente adequado ao então Presidente do Senado comportar-se como se comportou: preservou, a seu juízo, a votação ocorrida no dia 28 de junho e, por via de consequência, a instituição do Senado Federal.

Se até mesmo o Direito Penal exclui a ilicitude da ação ou omissão quando está presente o estado de necessidade ou exercício regular de um direito, com muito maior razão exclui-se a ilicitude de uma opção administrativa. É por esta razão que, com os elementos de que dispunham à época, tanto o Senador Antonio Carlos como o Senador Arruda não poderiam ter praticado a alegada e genérica hipótese de ato de improbidade capitulada no art. 11.

Ressalte-se também que isso é importante com relação à questão do princípio da veracidade. Ressalte-se também que as demais negativas feitas dentro e fora do Senado pelos Senadores, que, segundo o relator, desatendem o princípio da veracidade, nada mais representam do que a necessária consequência da opção administrativa que tomaram quando tiveram conhecimento da lista. Não havia por que proceder de outra forma em razão da primeira atitude que tomaram.

Muito menos procedem quaisquer das hipóteses de perda de mandato por falta de decoro, previstas nos arts. 4º e 5º da Resolução nº 20/93, particularmente a hipótese mencionada pelo relator — in cisso III do art. 5º da Resolução -, que está exaustivamente numerada no parágrafo único, incisos I e II da quele artigo, que cuidam de condutas totalmente diversas da tratada na presente investigação.

E o que é de cisci vo aqui: não se pode buscar fora desse artigo a pena de perda de mandato por falta de decoro, uma vez que, tratando-se de norma penal, ainda que no sentido amplo, vigora o princípio que diz que não há crime sem lei anterior que o defina nem pena sem prévia cominação legal.

Resta, Srs. Senadores, a questão da imputação ao Senador Antonio Carlos Magalhães da revelação do conteúdo da lista extraída do painel. Essa conduta, em tese, já mais autoriza a proposta de perda de mandato. Com efeito, dispõe o art. 10, inciso III da Resolução nº 20/93 — peço a atenção, por favor, para a leitura deste artigo —:

"Art. 10 — Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do

mandato, quando não for aplicada penalidade de mais grave, o Senador que revelar o conteúdo de debates ou de liberações que o Senado ou comissão haja resolvido devam ficar secretos".

Diga-se, por oportuno, que a divulgação separada do conteúdo sigiloso se deu por uma conduta absolutamente ilegal e antiética de um procurador, conforme já se assinalou, com a transcrição dos depoimentos dos seus colegas e também não caracteriza declarações peremptórias, conforme atesta o laudo oficial da Polícia Federal, ou seja, admitindo que houve a revelação, ainda que parcial, do conteúdo da lista extraída do painel, o artigo a ser considerado é o art. 10, que considera, no limite, a perda temporária do exercício do mandato.

*Assim, o relatório e o voto contrastam frontalmente com as normas que tratam da sanção de perda do mandato.*

Decoro parlamentar, insista-se, tem conceito preciso. Ademais, essa sanção está submetida ao princípio que diz que só pode ser aplicada nos casos expressamente previstos, não cabendo a interpretação extensiva ou a analogia. Não pode prosperar, por isso, a conclusão do Relatório do eminente Senador Roberto Saturnino.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet. Fazendo soar a campainha.) — Gos taria de pedir a atenção de todos os presentes para a leitura que o Senador Paulo Souza está fazendo do seu voto em separado, por gentileza.

**O SR. PAULO SOUTO** — Repetindo, Sr. Presidente: não cabendo a interpretação extensiva ou a analogia. Não pode prosperar, por isso, a conclusão do Relatório do eminente Senador Roberto Saturnino.

Desse forma, o Relatório, a nos so ver, equivoca-se na capitulação do comportamento dos Senadores investigados, que não pode ser relacionado ao art. 5º da Resolução nº 20, de 1993.

A propósito, não cabe, neste momento da investigação sumária, propor a perda de mandato.

Primeiro, por que, nos termos do § 3º do art. 17 do Código de Ética, com binado com o § 2º do art. 55 da Constituição Federal, cabe ao Conselho apenas propor a instauração do procedimento disciplinar previsto no art. 15 da Resolução nº 20, verificada a hipótese de não aplicação das penalidades de advertência e censura.

Segundo, porque a proposta de perda de mandato, nesta fase preliminar, com a subsequente vota-

ção por parte dos membros do Conselho, acabaria por afrontar o c. 2º do art. 55 da Constituição Federal, porque deixaria a descoberto vinte por cento dos votos dos Senadores em plenário, violando o sigilo do voto exigido pelo dispositivo constitucional.

Terceiro, porque, até o presente momento, a defesa não foi ouvida e nem houve a indispensável realização de outras provas necessárias ao pleno convencimento da queles que vão julgar matéria tão relevante para os Senadores investigados e para a instituição como um todo.

Impõe-se, assim, o acolhimento do que foi aqui exposto, para que sejam corrigidos os erros e sanadas as omissões no Relatório ora em discussão, particularmente os referentes aos depoimentos aqui transcritos, ao cotejo do laudo oficial com a versão Molina, e à menção e discussão dos argumentos da defesa.

Desse forma, evitar-se-á a desengana da motivação constante do Relatório, assim como a sua proposta conclusiva, que contrariam a Constituição da República, o Regimento Interno do Senado Federal e a Resolução nº 20/93.

### V – Conclusão

Enfim, os atos atribuídos aos Senadores ANTONIO CARLOS MAGALHÃES e JOSÉ ROBERTO ARRUDA não autorizam a proposta da perda de mandato, feita pelo Relator, particularmente nesta fase preliminar da investigação.

Por fim, sumariando, temos que:

**a)** diversamente do contido no Relatório ora contestado, matéria referente a decoro parlamentar pode envolver juízo político quanto ao mérito mas não quanto às formalidades a serem observadas, nem mesmo quanto à legalidade da pena imposta;

**b)** qualquer penalidade de tem que observar o princípio da proporcionalidade, ou seja, há de ser proporcional ao ilícito praticado;

**c)** o Relatório está eivado de erros e omissões e contrasta, frontalmente, com as normas jurídicas que tratam da sanção que propõe, ou seja, perda de mandato;

**d)** decoro parlamentar, insista-se, tem conceito preciso. Ademais, essa sanção está submetida a *numerus clausus*. Não autoriza, por isso, a conclusão do Relatório;

**e)** a motivação do Relatório é equivocada. Contraria a Constituição da República e o Regimento Interno do Senado Federal;

**f)** os atos atribuídos aos Senadores ANTONIO CARLOS MAGALHÃES e JOSÉ ROBERTO ARRUDA não autorizam a proposta de perda de mandato, feita pelo Relator, particularmente nesta fase preliminar da investigação.

Como conclusão, em face dos argumentos expendidos, votamos pelo encaminhamento dos autos desta apuração à Mesa desta Casa, para a instauração do processo disciplinar de que trata o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Este é o meu voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, lido o voto em separado, está em discussão a matéria. Não haverá duas discussões, uma para o relatório e outra para o voto em separado.

Concedo a palavra, inicialmente, como Relator, ao Senador Saturnino Braga, que é o único que pode se pronunciar por mais de uma vez.

A cada Senador vou pedir a gentileza de observar o Regimento, que concede o prazo de 10 minutos para a discussão da matéria.

Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

**O SR. RELATOR** (Roberto Saturnino) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tanto o pronunciamento do Senador José Roberto Arruda, hoje, nesta Comissão, carregado de substância, respeitável, com alegações de defesa muito consideráveis a seu respeito, quanto o voto em separado apresentado pelo Senador Paulo Souto focalizam, com muita ênfase – afora detalhes que posteriormente podemos discutir –, três pontos, três questões essenciais.

A primeira é que o meu relatório teria avançado, teria desrespeitado mesmo procedimentos formais, legais, necessários, teria avançado em um julgamento ou em um prejulgamento o qual não deveria ser feito ainda neste momento.

Quero dizer, Sr. Presidente, que essas observações são fruto de uma leitura distorcida do meu parecer, de uma leitura bastante distorcida do meu parecer. Primeiro, porque não houve prejulgamento nem julgamento. Eu apontei indícios que podem levar a um julgamento de cassação, e, por conseguinte, o que pedi no meu voto foi a abertura do processo, não a cassação.

O processo de cassação, evidentemente, vai ter que respeitar todas as formalidades jurídicas, regimentais e constitucionais que o caso exige, e vai ofe-

re cer am pla mar gem e opor tu ni da de de de fe sa aos dois Sena do res.

Ha ve rá de fe sa nes te Con se lho de É ti ca, quan do se ab ri r o pro ces so; ha ve rá de fe sa na Co mis são de Con sti tu i ção e Jus ti ça; ha ve rá de fe sa no Ple ná rio.

Por con se qu in te, ne nhu ma das eta pas ne cessá ri as, sob o pon to de vi sta ju rí di co, for mal, foi ig no ra da no re la tó rio nem foi ul tra pas sa da. O re la tó rio ape nas, a par tir das in ves ti ga ções pro ces sa das nes ta Co mis são, ob ser vou in dícios cla ros de pro ce di men tos que, a ju í zo do Re la tor, que bra mo de co ro pa ra men tar, sim.

A Con sti tu i ção – e o vo to do Se na dor Pau lo Sou to fa la em res pe i to à Con sti tu i ção –, no seu art. 55, é ab so lu ta men te cla ra: que bra de de co ro é mo ti vo pa ra per da de man da to de Se na dor e De pu ta do sim. Não se fa la em sus pen são de man da to. Na Con sti tu i ção não se pre vê se quer a hí po te se de sus pen são do man da to. Que bra de de co ro é per da de man da to, é cas sa ção, por con se qu in te, sim.

E foi o que fiz: ob ser van do in dícios que ca rac te ri za ri am, no com por ta men to dos Se na do res, que bra de de co ro, eu pro pus a ab er tu ra do pro ces so de cas sa ção, com to das as for ma li da des, com to das as o por tu ni da des de de fe sa, mas in di can do a na tu re za do pro ces so.

Por que é ób vi o que, ao pe dir à Co mis são Di re to ra a ab er tu ra do pro ces so, eu te nho que ca rac te ri zar a na tu re za des se pro ces so. Se eu pe dis se um pro ces so por que bra de de co ro já es ta va im plí ci to que era um pro ces so de per da de man da to, por que o art. 55 da Con sti tu i ção é ta xi ti vo.

Pe di a ab er tu ra do pro ces so. Não es tou pe di do a cas sa ção e nem po de ri a fa zê lo nes ta fa se – aí, sim, se ri a um pre ju l ga men to. Pe los in dícios que ju l gue i ha ver no pro ce di men to dos Srs. Sena do res, pe di a ab er tu ra do pro ces so de cas sa ção.

Por con se qu in te, a con clu são é ab so lu ta men te cla ra e não per mi te qual quer du bi da de: po de ser con struí da a par tir da in ten ção de quem quer ab ri r um ou tro pro ces so de pu ni ção, mas não no meu pa re cer. No meu pa re cer, a con clu são é ab so lu ta men te cla ra: ten do eu ju l ga do que ha vi a pro ce dên cia nas in di ca ções que ca rac te ri za vam uma per da de de co ro, pe di a ab er tu ra do pro ces so de cas sa ção, que en vol ve uma sé rie de pro ce di men tos que darão en se jo aos Sena do res in di ca dos de a pre sen ta re suas de fe sas e ex pli ca re ma o Se na do seus pro ce di men tos.

Hou ve re fe rên cia s a pro ces so su má rio. Não se rá um pro ces so su má rio, ab so lu ta men te. O pro ces so é mu i to alon ga do nas suas eta pas; não se tra ta de pro ce di men to su má rio. A in ves ti ga ção pre li mi nar,

sim, es ta é su má ria, por que tem que ser. Por outro la do, o pro ces so em si, a dis cus são, o de ba te, não há na da que os pos sa ca rac te ri zar co mo su má rios.

Re pi to: não se tra ta de pre ju l ga men to, mas de pe di do de ab er tu ra de um pro ces so pa ra o efe ti vo e co re to ju l ga men to, se gun do os pre ce i tos re gu la men ta res da Ca sa e os pre ce i tos da Con sti tu i ção.

**O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet)** – Pe ço si lên cio, por gen ti le za.

**O SR. NEY SUASSUNA** – Per mi te me V. Ex<sup>a</sup> um a par te, no bre Sena dor Ro ber to Sa tu rni no?

**O SR. RELATOR (Roberto Saturnino)** – Con ce do lhe o a par te, pe di do a V. Ex<sup>a</sup> a ma i or bre vi da de pos sí vel.

**O SR. NEY SUASSUNA** – Pois não, Se na dor.

V. Ex<sup>a</sup> foi ex tre ma men te cla ro quan do dis se que o seu pa re cer só pe de a ab er tu ra do pro ces so e não es tá en tran do com ne nhu ma pe na li da de.

**O SR. RELATOR (Roberto Saturnino)** – Mas é cla ro que não. Pe ço a ab er tu ra do pro ces so, mas te nho que in di car a pe na li da de. Não po sso pe dir a ab er tu ra do pro ces so sem in di car a pe na li da de. Pa ra quê?

**O SR. NEY SUASSUNA** – Por que bra de de co ro.

**O SR. RELATOR (Roberto Saturnino)** – Mas, ob vi a men te, a que bra de de co ro já é a con clu são.

**O SR. NEY SUASSUNA** – Mas pa ra va por aí.

**O SR. RELATOR (Roberto Saturnino)** – Sr. Pre si den te, Sr<sup>as</sup> e Srs. Se na do res, a que bra de de co ro, ob vi a men te, é ju sti fi ca ti va, é ra zão pa ra per da de man da to. É pre ci so ha ver a con si de ra ção da gra da ção, da pro por ci o na li da de, mas é pre ci so con si de rar tam bém que es te é um ju l ga men to de na tu re za po lí ti ca e não um ju l ga men to de Po der Ju di ci á rio.

O Se na dor Pau lo Sou to a pon tou, no seu re la tó rio, uma des pro por ci o na li da de, no seu ju í zo, en tre o ato co me ti do pe los dois Se na do res e a pe na su ge ri da, que se ri a a pe na má xi ma: a per da de man da to.

Que ro ar gu men tar, Sr. Pre si den te, que o nos so ju l ga men to não é um ju l ga men to do Po der Ju di ci á rio. Um crime ca pi tu la do nos có di gos pro ces suais do País ob vi a men te le va ri a a um ju l ga men to pos te ri or, em ter mos de pe cu la to, que ex gi ri a pu ni ções por par te do Po der Ju di ci á rio mu i to mais gra ves do que a pu ni ção que é e mi nen te men te po lí ti ca. O ju l ga men to em si, na sua pró pria na tu re za, é po lí ti co, em bo ra de va res pe i tar pro ce di men tos de na tu re za ju rí di ca e ju di ci al, sim, por que é pre ci so ter re gras e pro ce di men tos nes se ju l ga men to. Mas se tra ta de um ju l ga men to e mi nen te men te po lí ti co e não ju di ci al.

O julgamento judicial pode ter origem a partir de um processo de cassação, no caso de haver crimes capitulados nos códigos jurídicos do País. Quer dizer, nos casos de peculato, nos casos de crimes mais graves sob o ponto de vista jurídico, o processo seguirá o seu trâmite dentro do Poder Judiciário, encerrando-se o julgamento político com o pronunciamento do Senado, em fim, da Casa do Poder Legislativo à qual está afeto o membro em questão.

Não há como deixar de capitular como quebra de decoro a mentira ostensiva, repetida, diante do Plenário do Senado Federal, diante do corpo dos seus pares, dos Senadores. O que pode ser mais grave, em termos de decoro no procedimento de um parlamentar, do que a mentira explícita e repetida perante seus pares em caso grave, em caso de matéria da gravidade que foi o procedimento da votação da cassação de outro parlamentar? O que pode ser mais grave? Obviamente que outros procedimentos podem ser considerados mais graves, mas sob o ponto de vista do Código Penal, e aí é outro foro de julgamento que não é o nosso. Para nós, Senadores, o nosso foro é político, o nosso julgamento é fundamentalmente político, sim. É claro que tem que haver procedimentos jurídicos, tem que haver considerações de ordem jurídica, o que ninguém está desrespeitando. Mas o julgamento é essencialmente político.

O que pode ser mais grave do que a tentativa de ludibriar os Senadores com pronunciamentos sucessivos a respeito de um fato grave, negando a veracidade das coisas, para depois voltar atrás e reconhecer? E, ainda assim, no próprio reconhecimento, não ser inteiramente convincente, deixando contradições entre os depoimentos apresentados à Comissão que nos obriga aaprofundar a investigação? E como aprofundar? Por meio de um processo, cuja abertura estou sugerindo no meu relatório.

Já da rei o aparte ao Senador Pedro Simon em um minuto.

A revelação do voto da Senadora, ainda que tenha sido encoberta por equívocos, por erros, é muito grave. É uma ofensa a um parlamentar, a um par seu do Senado Federal, que não poderia ter sido feita em hipótese alguma. Isso está claro, tanto na veracidade do técnico Molina quanto na veracidade da Polícia Federal. Que o Senador Antonio Carlos revelou, sim, o resultado da votação, não há a menor dúvida.

Eu me baseio, sim, nas duas denúncias, nas duas denúncias feitas pelo técnico Molina e pela Polícia Federal. Mas baseio-me também no depoimento, em

sessão secreta, dos Procuradores Guilherme Schelb e Eliana Torelly, que o Senador Paulo Souto, por exemplo, não pode ignorar, porque estava presente.

**O SR. PAULO SOUTO** – V. Exª não poderia revelar isso em sessão pública. É a terceira vez que V. Exª comete uma fraude ao Regimento Interno, relatando um fato que ocorreu numa sessão secreta do Senado.

**O SR. RELATOR** (Roberto Saturnino) – Senador, pois eu lhe dou o direito de abrir contra mim um processo de cassação de mandato, mas V. Exª não pode, eticamente, ignorar o que foi dito aqui, porque V. Exª escutou tão bem quanto eu o que disseram os Procuradores.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet. Fazendo soar a campainha.) – Senador Paulo Souto, o Relator está com a palavra e S. Exª fez referência a um fato público e notório. Houve uma reunião secreta, S. Exª não está revelando o conteúdo da reunião secreta, **data venia**.

**O SR. PAULO SOUTO** – Está.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Não, não está.

**O SR. RELATOR** (Roberto Saturnino) – Eu não estou revelando. Mas V. Exª sabe qual foi. V. Exª, na sua consciência, sabe.

**O SR. PAULO SOUTO** – Eu não estou dizendo que não foi, Senador. Estou dizendo que isso não deveria ter sido feito. Dizia que agora, sim, mas há três reuniões passadas... Acho que V. Exª deveria ter um pouco mais de cuidado com relação a isso.

**O SR. RELATOR** (Roberto Saturnino) – V. Exª tem razão, às vezes, nos discutimos nos procedimentos. Não sou nenhum infalível. Mas o fato existiu, e V. Exª tem consciência disso e, por conseguinte, não pode ignorá-lo.

A prática de irregularidade é grave, sim, houve grave irregularidade porque nenhuma medida foi tomada para evitar que isso se sucedesse, que a quebra da violação não se sucedesse sem outras. Trata-se de dois Senadores que tinham absoluta consciência da gravidade do que foi feito. A meu juízo, isso é um desrespeito ao Senado, aos Senadores, à Instituição, à democracia no País. Por conseguinte, é um ato muito grave, sim, de gravidade suficiente para justificar uma penalidade máxima política. Evidentemente que não é uma penalidade judicial, ninguém aqui está mandando ninguém para a cadeia, nem está decretando arrestandos, nem está propugnanando outras penalidades. Mas a penalidade política é máxima, em res

peito à Constituição que os dois Senadores não respeitaram.

Em respeito à Constituição e à Instituição. À Instituição, sim, porque não pode ir de xar de ser advertida ou de xar de ser resguardada, de xar de ser defendida pelos dois Senadores – um Presidente da Casa e o outro Líder do Governo. Obviamente, tinham, por obrigação moral, ética, de defender a Instituição, pelo menos contra as práticas que acabam sem nenhum resultado, na quebra do sigilo de voto.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, acho que, na questão da graduação ou da proporcionalidade, estamos diante de um caso, sim, de maior gravidade, sob o ponto de vista político, sob o ponto de vista da credibilidade e da solidez desta Instituição, que é o Senado. Sob o ponto de vista judicial, criminal, obviamente reconheço que há outros crimes, como o peculato, que deveriam ser punidos com penas de outra natureza, de natureza judicial.

Ouçô o Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** – V. Ex<sup>a</sup> está sendo brilhante e faz um esclarecimento que me parece da maior importância. Os Senadores, a começar pelo Senador José Roberto Arruda, questionam: "Mas a minha pena é igual à do que rouba, à do que mata? Não há graduação?" S. Ex<sup>a</sup> tem que entender que estamos aqui numa graduação da qual o que pode fazer o Senado Federal. O Senado Federal não pode denunciar ninguém por crime, por morte. O que pode fazer é casar o mandado ou dar uma suspensão. O máximo que podemos fazer é casar o mandado. Agora, o resultado da qui vai para a Procuradoria, que os vai denunciar. Pode correr uma pena de 10, 20, 30 anos, de acordo com o resto dos crimes que eles cometeram. O máximo que podemos fazer é casar o mandado. Mais do que isso não podemos fazer. Ah, mas eu vou ter casado o meu mandado por que eu agi no pai nel; e o outro cara, o Deputado, que matou, cerrou a pessoa e fez mais isso e aqui lo, vai ter a mesma punição, que é a cassação de mandado? No caso dele, ele vai para a Justiça e, na Justiça, vai pegar outra pena que não podemos aplicar aqui.

V. Ex<sup>a</sup>, por outro lado, está dizendo com muita clareza. V. Ex<sup>a</sup> expôs da maneira que tinha que expor, quer dizer, deixando claro no que está baseado o caso que ele praticou. Ele praticou a violência da execução do seu mandato. A punição está clara. Agora, V. Ex<sup>a</sup> apenas determina "o nosso voto é pelo encaminhamento nos autos desse processo à Mesa Diretora".

**O SR. RELATOR** (Roberto Saturnino) – É isso, Senador.

**O SR. PEDRO SIMON** – A Mesa é que vai dizer....

**O SR. RELATOR** (Roberto Saturnino) – É isso mesmo, Senador. A Mesa, a Comissão de Ética ou outra vez, mais aprofundadamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e o Plenário.

**O SR. PEDRO SIMON** – Não tem essa. O que vale do lado do V. Ex<sup>a</sup> é esta última expressão que está aqui no final: "O nosso voto é pelo encaminhamento dos autos para a Mesa". O resto não importa. V. Ex<sup>a</sup> está fazendo o que deve fazer e o que pode fazer.

Agora, estão falando em rito sumário, por amor de Deus!

**O SR. RELATOR** (Roberto Saturnino) – Por amor de Deus!

**O SR. PEDRO SIMON** – Estão fazendo tudo isso que fizemos até agora apenas para aceitar a começar. Se aprovar o parecer de V. Ex<sup>a</sup>, o processo vai começar de fato. Aí vai para a Mesa, onde o Sr. Jáder já foi de uma liberação de total, dando 15 dias; a Mesa decide, volta para nós, quando, aqui, eles terão amplo direito de defesa; daí vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que terá não sei quanto tempo; e depois vai para o Plenário. Se isso é correr, sinceramente não entendo.

Meus cumprimentos pela defesa de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR** (Roberto Saturnino) – Obrigado, Senador Pedro Simon. V. Ex<sup>a</sup>, enfim, resume o meu parecer.

Eu vou concluir, Sr. Presidente, apenas dizendo o óbvio para os meus colegas, os que me conhecem e sabem que não tenho nenhuma vocação para justiça: ir nem para ver du go.

Teenho que cumprir o meu dever, e o meu dever me aponta para isso que fiz na conclusão que o Senador Pedro Simon ressaltou: o pedido de abertura de um processo de perda de mandato, sim, porque, a meu juízo, houve quebra de decoro. E que quebra de decoro, está explícita na Constituição, é imperativo para perda de mandato.

De forma que quero reconhecer a densidade das palavras do Senador Arruda, as razões alegadas. Reconheço bastante, suficientemente, de acordo com o respeito que tenho por S. Ex<sup>a</sup>, a procedência, a validade do voto do Senador Paulo Souto. Se fui e me, peço desculpas a S. Ex<sup>a</sup>. Mas manteho a minha posição, Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores...

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Perfeitamente.

**O SR. RELATOR** (Roberto Saturnino) – ...eu mantenho o meu voto na sua integralidade, pela abertura, encaminhando à Mesa e pedindo a abertura de um processo de cassação, que, aí sim, vai averiguar muito mais profundamente, vai dar amplo direito de defesa e vai propiciar ao Senado tomar uma decisão suficientemente amadurecida e ponderada.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Muito bem!

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra a Senadora Heloísa Helena.

V. Exª dispõe de dez minutos.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho me perguntado, especialmente nestes últimos dias, por que não sinto prazer de estar aqui votando.

A cada vez que alguém fala que houve a sua postura pela votação do meu voto, lembro-me da forma como isso foi colocada publicamente, que, para mim, é uma forma injuriosa, difamante, canalha, o que faria com que eu devesse ter prazer em estar aqui hoje. Mas não tenho prazer. Tenho até me perguntado por que não tenho prazer de estar aqui votando, se fui jogada nessa história suja de forma traiçoeira, vulgar, difamatória. Como é que mesmo assim eu não sinto prazer de estar aqui votando pela cassação dos dois? Por que mesmo que seja por uma indicação de voto, mesmo lembrando que a primeira vez que esse assunto veio para a opinião pública – não foi agora, na conversa dos procuradores –, foi quando o gume do tutuzinho, certamente sem envergadura moral, mas com a envergadura que o cargo lhe proporcionava – não sabemos nem se está aqui em julgamento – soltou essa história, de pois de uma grande briga que peguei na subcomissão, quando eu criticava a indústria de traficantes de influência do Governo Fernando Henrique. Justamente após isso, essa história suja continuou.

Essa mesma história é vulgar, traiçoeira, difamante e, a todo momento, é levada da como uma suposta revelação de um suposto voto que eu tenha dado, por mais que eu diga 300 vezes que não dei. Certamente, não sou uma moça boazinha, porque, se eu fosse, eu não teria sido citada nessa história. Fui citada nessa história porque alguém aqui não aceitava que uma mulherzinha, vinha do interior de Alagoas, fosse criticar o poço de virtudes, o suposto poço de virtudes, o falso moralista, o Sr. Fernando Henrique Cardoso.

Mas, mesmo assim, não tenho prazer em estar vivenciando esse episódio. Saiba por quê? Talvez porque eu tenha tido a oportunidade, nesses dias, de

observar os dois Senadores na Casa. Os dois Senadores que já foram tão bajulados, os dois Senadores que andavam com verdadeiras comitivas de bajulação aqui e fora daqui. Fico olhando como essa elitizinha se desmascara facilmente. Fico olhando o Governo Federal. Sinceramente, nunca se teve um momento tão importante para se desmascarar essa elite do que esse episódio.

Esse é o papel do ególatra, do adorador de si mesmo, Fernando Henrique, nesse episódio. Um homem que, como todo mundo sabe, tratava os Senadores que aqui estão sen do julga dos como um amigo complacente, acomodático, conciliante. Estavam juntos num sem-número de infâmias, de tradições, de crimes de lesa-pátria, de crimes contra a administração pública. E agora é a turma do Presidente da República, Senador Jefferson, que faz a maior pose, que arrota procedimento oratório moralista, enquanto continua de glutino, como já de glutina com eles, que agora estão sendo jogados às feras; deglutiam corrupção, cinismo e dissimulação.

Talvez esse seja um momento ímpar, educativo, para se ver como se desmascara essa elitizinha! Eles, que eram celebrados por aqui, que eram tratados com bajulação, com servilismo, fizeram, segundo o próprio Senador Arruda disse no plenário, coisas piores. Seria importante que a Nação brasileira soubesse quais foram as coisas piores que foram feitas para dar sustentação ao falso moralista que está no Planalto também.

Talvez seja exatamente por isso que eu tenho dificuldade de me encantar com alguns discursos, alguns procedimentos de oratória moralista que vêm de alguns. Eu sempre tive uma dificuldade da na da, Senador Jefferson Péres, de me encantar com o falso moralismo. Sempre.

Talvez, Senador Lauro Campos, como todas as correntes de Esquerda do mundo, nós, que sempre participamos de tantos debates recheados, de tantas contradições sobre a ética, sobre o peso da chamada moral dominante, da moral burguesa, da ética como uma suposta neutralidade, de procedimentos morais universais... Eu ficava sempre pensando como é que eu, que ora repetia o verso do Drummond, que dizia: "As leis não bastam. Os lírios não nascem das leis. Meu nome é tu multo e se escreve na pedra"; ou repetindo os velhos humanistas que dizem que as leis têm que ser flexíveis para os pobres, flexíveis para os fraços, firmes para os fortes e implacáveis para os contumazes. Apesar de tudo isso, olha, revolvi, revisei a minha própria história, agradeço muito a Deus a minha própria his-

tória, porque só uma sobrevivente agüentaria o que agüente nesse episódio todo, por que sou uma sobrevivente! Por isso agüentei esse episódio todo.

Agora, neste momento, não tenho prazer e não vou votar absolutamente em relação a questões pessoais. Nada! Vou votar simplesmente com aquilo que a grande maioria desta Casa defende. Muitas vezes a gente defende e não faz; muitas vezes, existe um abismo gigantesco e vergonhoso entre o que a gente fala, entre o que a gente diz – que respeita a ordem jurídica vigente – e a realidade objetiva dos nossos atos, mas vou votar na relação do Senador Saturnino e contraditar, com muito respeito, porque tenho muito respeito, nesta Casa, ao Senador Paulo Souto. Muito, muito respeito.

Quando o Senador diz, citando o art. 10, que considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, a vírgula é muito clara: "quando não for aplicável penalidade de mais grave", e a penalidade de mais grave está estabelecida no art. 55 da Constituição, quando o título é "perderá o mandato o Deputado ou Senador" e lá no §1º: "É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas", ou seja, exacerbação da função legislativa.

O que cada um tem que se perguntar é só uma coisa: é prerrogativa assegurada a algum Senador fazer o que foi feito? É prerrogativa assegurada? Nós podemos fazer isso? É função legislativa minha fazer isso? Se é prerrogativa assegurada pela lei que eu o faça, se isso é função legislativa, se isso não é abuso das prerrogativas asseguradas ao Parlamentar, se isso não é exacerbação da função legislativa e, portanto, se isso não é quebra de decoro parlamentar, precisamos todos ser informados, para que a gente possa proceder às nossas atitudes, estabelecer a nossa vida cotidiana na Casa conforme os exemplos que são dados em momentos como este também, e sinalizar para as pessoas que estão lá fora – sinalizar para as crianças, para os adolescentes, para o povo brasileiro o que é que pode ser feito e o que não pode ser feito neste País.

**O SR. RELATOR** (Roberto Saturnino) – V. Exª me permite um aparte, Senadora Heloisa Helena?

**A SRA. HELOISA HELENA** – Concedo um aparte a V. Exª, Senador Saturnino.

**O SR. RELATOR** (Roberto Saturnino) – V. Exª fez uma argumentação extremamente importante e reveladora, que me dá ensejo a também acrescentar algo que me falou no meu pronunciamento, que, ao

final, foi, reconheço, atabalhoado e influenciado, até por uma boa dose de emoção, que consigo válida, lícita e justa neste momento.

O art. 10, V. Exª ressaltou bem, diz: "quando não for aplicável penalidade de mais grave." E no art. 10, revelar conteúdo de debates ou deliberações que o Senado ou a Comissão hajam resolvido de vício de segredas, são informações a que o Senador teve acesso legitimamente. Por exemplo: S. Exª assistiu a uma sessão secreta, legitimamente, como Senador, tomou conhecimento de um fato que deve ficar secreto e revelou esse fato. É a isso que se refere o art. 10, não a informações cujo acesso foi ilegal, ilegítimo, abusivo e que constituiu, o próprio acesso à informação, já uma quebra de decoro, por que foi por meio de um artifício de quebra de votação secreta. Quer dizer, é muito importante distinguir. O art. 10 fala de revelação de fatos a que se teve acesso, mas acesso legítimo. No caso, não. No caso em tela, os dois Senadores tiveram acesso ilegítimo, ilegal, a informações que depois foram divulgadas.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** – Agradeço o aparte de V. Exª, Senador.

Concluo dizendo que estou votando com a minha consciência. Se eu estivesse votando movido por qualquer questão pessoal, eu me consideraria um ser tão desprezível quanto aqueles que durante toda a vida eu abominei, aqueles que se utilizam do poder momentâneo que têm para impor tudo que existe de mais abominável neste País.

Estou votando simplesmente com a minha consciência. Refletimos todos estes dias todos e estou votando conforme manda a legislação em vigor, conforme manda a ordem jurídica vigente e conforme possibilita a construção do Estado democrático de direito, numa democracia capenga, autoritária, que não é democracia. Não há justiça social, e o Governo Federal faz absolutamente tudo o que quer, inclusive aqui no Congresso Nacional.

Mas é simplesmente em respeito àquilo que acredito possa ser construído neste País, o Estado democrático de direito, que dou o meu voto favorável ao relatório do Senador Roberto Saturnino.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

**O SR. GERSON CAMATA** – Sr. Presidente, a minha fala vai ser mais um pedido de informação a V. Exª e ao Relator. Penso que esse esclarecimento vai orientar o voto da queles que estão aqui, que são Senadores, que não são advogados e não têm uma grande experiência jurídica.



Foi dito aqui, de uma parte e de outra – e penso que isso vai influenciar o voto de cada um de nós –, o seguinte: se for aprovado o relatório do Senador Roberto Saturnino, só poderá ocorrer processo de cassação daí em diante, ou poderá ser imputado um outro tipo de pena? O relatório de S. Ex<sup>a</sup> exclui qual quer outro tipo de penalidade? A votação do seu relatório já leva à renúncia ou à perda de mandato dos dois Senadores?

Isso é que precisávamos esclarecer àqueles que, não sendo juristas, precisam dessa informação para votar. O relatório do Senador Saturnino já é a tal pena de morte a que se referiu o Senador Arruda, ou o relatório do Senador Saturnino ainda volta para a Comissão de Ética, vai para a Mesa e para Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania? E no curso disso não se exclui pena maior ou pena menor? É a informação que eu que ria pe dir.

**O SR. RELATOR** (Roberto Saturnino) – Essa não é uma questão de ordem.

**O SR. GERSON CAMATA** – Não é uma questão de ordem. Estou pedindo um esclarecimento, para orientar o voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Waldeck Ornêlas, essa realmente não é uma questão de ordem, mas é um esclarecimento que te nho que dar como Presidente. E vou dá-lo.

**O SR. WALDECK ORNÊLAS** – A ou tra também.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – A ou tra era. V. Ex<sup>a</sup> me desculpe, mas era e é matéria ven cida.

**O SR. WALDECK ORNÊLAS** – Vou mostrar a V. Ex<sup>a</sup> as notas ta qui grá fi cas. Eu não ia fa zê-lo, mas, já que V. Ex<sup>a</sup> in sis te, vou mos trar a V. Ex<sup>a</sup> as no tas ta qui grá fi cas.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Quero que V. Ex<sup>a</sup> mostre as notas ta qui grá fi cas. V. Ex<sup>a</sup> vai ver que te nho ra zão, Se na dor, tan to é que V. Ex<sup>a</sup> não abor dou mais o pro ble ma, por que é ma té ria ven cida, real mente. É ma té ria ven cida. Vou es cla re cer a ques tão ao Senador Gerson Camata.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, peço a pa la vra pela or dem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Des cul pe-me, Senador, mas S. Ex<sup>a</sup> me pe diu um es cla re ci men to, e eu te nho que pres tá-lo.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Pois não, Sr. Pre sidente.

Em se gui da, peço que V. Ex<sup>a</sup> me con ce da a pa la vra pela or dem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Está bem.

Senador Gerson Camata, estamos aqui num processo – volto a afirmar – de cl a ra do, in clu si ve en fa ti ca men te pelo emi nen te Re la tor, de in ves ti ga ção. Se o re la tó rio do Se na dor Sa tur ni no – e essa é a per gun ta de V. Ex<sup>a</sup> – for apro va do, ele se gui rá como uma in di ca ção à Mesa. E a Mesa, se en ten der de abrir o pro ces so – e isso não ser ve só para a Mesa, mas para qual quer par ti do po lí ti co –, terá que de ter mi nar a sua vin da para este Con se lho de É ti ca, com to dos aque les pro ce di men tos fei tos pela Casa com re la ção ao ex-Senador Luiz Este vão. Isso não sig ni fi ca que será o mes mo Re la tor, que eu esta re i na Pre si dên cia; não sei quem vai compor o Con se lho de É ti ca, nada disso. Estou mos tran do a V. Ex<sup>a</sup> como a Pre si dên cia en ten de este pro ces so. Enten deu? Aí vai para lá, vem para o Con se lho de É ti ca. Em sen do apro va do pelo Con se lho de É ti ca, vai para a Co mis são de Con sti tu i ção, Jus ti ça e Ci da da nia e, se for o caso, irá para o Ple ná rio.

**O SR. GERSON CAMATA** – Agra de ço o es cla re ci men to de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Com a pa la vra o Senador Lúcio Alcântara, por genti le za.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Pre si den te Ra mez, V. Ex<sup>a</sup> tem-se con du zi do aqui com mu i ta com pe tência, mu i ta ene rgi a, mu i ta se gu ran ça no que diz nas de ci são es que pro fe re. Mas eu que ria mo des ta men te dar uma su ges tão a V. Ex<sup>a</sup>. Em de ter mi na das ma té ri as – é um pro ces so sé rio, gra ve, pode cul mi nar com cas sa ção de Senador –, até como ami go de V. Ex<sup>a</sup>, su gi ro que, em de ter mi na das si tu a ções, sem que bra de sua au to ri da de, con sul te o Ple ná rio. V. Ex<sup>a</sup> vai di vi dir até essa res pon sa bi li da de. São às ve zes ques tão es con tro ver sas. V. Ex<sup>a</sup> é se gu ro, do mi na a ma té ria ju rí di ca, é um Senador ex pe ri en te, mas se eu pu des se dar al gu ma con tri bu i ção para que o pro ces so fos se con du zi do de ma ne i ra que – é evi den te que in sa tis fa ção sem pre exis te – nin guém ti ves se nada a opor quan to à mar cha dos nos sos tra ba lhos. Não tome como im per ti nên cia e mu i to me nos como con se lho – quem se ria eu para acon se lhar V. Ex<sup>a</sup>. Mas cre io que em al gu mas si tu a ções em nada di mi nu i a au to ri da de de V. Ex<sup>a</sup> con sul tar o Ple ná rio.

Era isso que eu que ria di zer. Mu i to obri ga do.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador, sei que V. Ex<sup>a</sup> é um Senador bem-intencionado e, como disse V. Ex<sup>a</sup>, somos amigos mesmo. Apenas quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, em nen hum mo men to em que fui so li ci ta do por qual quer mem bro do Con se lho para que sub me tes se uma ma té ria ao Ple ná rio, de i xe i

de fazê-lo. To da via, sei que essa é uma forma de moralidade, aqui lo que for da com petência exclusiva da presidência tenho que assumir essa responsabilidade, sob pena de não ser presidente. E eu que ro proceder dentro das minhas prerrogativas. Daí por que as decisões da presidência nunca têm caráter definitivo. Alguma coisa que eu tivesse dito aqui, porventura, não só V. Ex<sup>a</sup>, como qualquer membro do Conselho, poderia dizer que recorresse para o Plenário. Vamos ouvir o Plenário. Só que nunca ouvi uma solicitação dessa. Se tivesse ouvido e tivesse que dividir com o Plenário a questão, eu a dividiria.

Agora, manifestei-me sempre, entendendo eu, lendo o Regimento Interno, onde está escrito "compete ao Presidente", mas isso não significa que alguma matéria, como diz V. Ex<sup>a</sup>, não seja levada ao Plenário.

De sorte que agradeço imensamente, Senador Lúcio Alcântara, a contribuição de V. Ex<sup>a</sup> e a recebo até com humildade.

**O SR. PEDRO SIMON** – Mas, Sr. Presidente, para colaborar...

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Já tinha pedido a palavra o Senador Casildo Maldaner, Senador Pedro Simon.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, entendo que a colocação do Senador Lúcio Alcântara foi no sentido de colaborar, inclusive, com V. Ex<sup>a</sup>. É o zelo extraordinário do Senador. Agora, também fica claro que nenhum recurso foi feito ao Plenário. E sei que V. Ex<sup>a</sup>, no momento em que foi feito um recurso ao Plenário, de uma decisão de V. Ex<sup>a</sup>, não há de negar. Acho que está fechando quanto à autoridade e imparcialidade no comando dessas questões por parte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – É claro, até por que eu entendi isso muito bem e todos sabem aqui que a maioria das matérias foi colocada à deliberação de Plenário, sim.

Senador Pedro Simon, por gentileza. V. Ex<sup>a</sup> está pedindo pela ordem? Por que, por ordem de inscrição, não é a vez de V. Ex<sup>a</sup> ainda.

**O SR. PEDRO SIMON** – Sei que por ordem de inscrição eu falo de pois do último. Estou apenas querendo dizer que não há quem possa deixar de reconhecer que V. Ex<sup>a</sup> talvez tenha sido neste Congresso, nos últimos tempos, o Senador que tem presidiu as comissões mais complicadas, mais difíceis e tem-se saído com mais brilhatura.

A comissão que trouxe do Poder Judiciário, que ninguém imaginava que chegaria ao final, que pa-

recaria que haveria uma contestação se o Judiciário inclusive não aceitasse, V. Ex<sup>a</sup> foi tão feliz, tão competente que, na verdade, ela chegou brilhantemente ao seu final. E nesta reunião, por amor de Deus, nós vemos que V. Ex<sup>a</sup> vem para cá e passou a noite lendo, relendo, estudando as hipóteses daquilo que pode ser levanta do aqui. E V. Ex<sup>a</sup> é o homem do diálogo, o homem do entendimento. Entendo, conforme nos disse o nosso ilustre Senador do Ceará, que S. Ex<sup>a</sup> se dirigiu a V. Ex<sup>a</sup> querendo dirigir-se mais a nós do que a V. Ex<sup>a</sup>. Vamos todos procurar o entendimento, o diálogo, para que cheguemos a um bom termo nessa decisão. Agora, a V. Ex<sup>a</sup>, não aceito que possa se fazer nenhuma crítica. Até pelo contrário. V. Ex<sup>a</sup> está levando ao exaure, sempre com a autoridade. Autoridade de V. Ex<sup>a</sup> tem. Porque, perdendo essa autoridade, vai-se esta Comissão.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Muito obrigado a todos.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Apenas para esclarecer, porque poderia remanescer alguma idéia de que estou criticando a presidência de V. Ex<sup>a</sup>. De maneira nenhuma. V. Ex<sup>a</sup> sabe inclusive o quanto temos dia logoado sobre esse processo, o quanto somos amigos, o quanto é eficaz a presidência de V. Ex<sup>a</sup>. Foi uma sugestão que dei, porque a responsabilidade é grande, mas estou longe de alcançar a autoridade de V. Ex<sup>a</sup> e de ter qualquer reparo à forma como V. Ex<sup>a</sup> conduz os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Muito obrigado, Senador Lúcio Alcântara.

Concedo a palavra ao Senador Waldeck Ornélas.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, vivenciamos, aqui, neste Conselho de Ética, um processo ímpar e uma situação surrealista. De um lado, pretende-se punir com cassação de mandatos um ato que não se enquadra em nenhum dispositivo do Código de Ética. Ou seja, um ato que não é delituoso. De outro lado, apresenta o ilustre Relator um parecer onde propugna clara, expressa e explicitamente pela aplicação do art. 55, §2º, e pelos correspondentes dispositivos regimentais, que levam necessariamente – e aqui esclareço ao Senador Gerson Camata – ao processo de cassação. No entanto, nega-se, na discussão, que haja sido pedida a cassação. Nem Franz Kafka consegue criar um processo tão complicado, um processo tão inexplicável, um processo tão ininteligível.

Não sei se que remanipular as palavras para enganar a opinião pública. Aliás, é o que tem ocorrido muito, por que hoje, aqui, já não se fala mais para as senhoras e os senhores Senadores. Hoje, aqui, fala-se para as câmeras de televisão. Hoje, confundem-se a opinião pública e de pois diz-se que a opinião pública está pressionando. Ora, se a opinião pública é quem determina o voto, é melhor mudar a Constituição e fazer uma democracia direta. E se é para fazer a democracia direta, não há necessidade de do Parlamento. Chamo a atenção para isso. Na Grécia, a Ágora era a democracia direta. Mas, lembrem-se, na Grécia, só participavam da Ágora os cidadãos; os escravos não tinham acesso. Era uma forma de as elites dominarem. Aqui, estamos tendo um Parlamento que renuncia à sua competência, um Parlamento que renuncia às suas responsabilidades e diz: "Não, nós temos votado com a opinião pública". Como se a opinião pública refletisse a vontade do povo brasileiro. Sabemos muito bem que a opinião pública é formada por uma maioria e manipulada por uma minoria, e não alcança o povo. O povo está fora da opinião pública. Essa é que é a verdade dos fatos.

Será, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que essa é uma nova consciência do tempo real, da informação instantânea? Mais uma consequência da globalização? O que estamos vendo aqui é uma inflação regimental, no máximo, uma inflação regimental ser confundida e transformada em quebra de decoro. De outro lado, uma atitude que reflete, no exatidão, uma postura de que a maioria pode casar a minoria.

Eu chamo muito a atenção, sobretudo da Oposição, por que ela fica vulnerabilizada com esse processo, com esse procedimento, com esse entendimento. Quer quer quarenta e um Senadores podem casar os outros quarenta. É isso que está constando do relatório do Senador Saturnino Braga.

Eu lembraria Rousseau, "a democracia não é mais, hoje, a ditadura da maioria. A democracia só se sustenta, a democracia só se mantém se tivermos as regras do Direito". E é quanto a isso que estamos nos batendo no voto em separado do Senador Paulo Souto, que, aliás, devo dizer, Sr. Presidente, contém, sobre a mesa, a assinatura dos cinco Senadores do PFL.

A decisão do Conselho de Ética é, sem dúvida alguma, uma decisão política, mas a decisão política não se dá ao arrepio da Constituição. A Constituição precisa ser observada, a estrutura do Direito do País precisa ser respeitada. É isso que se propugna.

A diferença fundamental entre o voto do Senador Paulo Souto e o voto do Senador Saturnino Braga é exatamente esta: é que um extravasou dos limites, e no procedimento preliminar da investigação.

Devo dizer que chamei a atenção desta Casa, desta Comissão, no momento próprio, de que não era a hora de se designar Relator. Estamos numa fase de investigação preliminar e aquela tarefa era do Corregedor. É para isso que existe a Corregedoria. E o que vimos? Foi anulada o trabalho, o papel da Corregedoria, por que, com a designação do Relator, com o carreado ante dos bois – como eu disse na ocasião, e consta das Atas –, nós adotamos procedimentos da fase posterior. A consequência é isso que estamos vendo hoje.

Quero dizer às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que a perda temporária do mandato, como admitiu o Senador Paulo Souto no seu voto, é uma punição muito rigorosa, ao contrário do que estão imaginando ou do que outros avaliam. É desproporcional. Mesmo a perda temporária do mandato é uma pena desproporcional ao fato acontecido, tanto mais se contarmos e se levarmos em consideração que o Senador Antonio Carlos Magalhães só teve conhecimento do fato depois de ocorrido. De que é que o acusamos? De não ter adotado as providências. Mas, por acaso, S. Ex<sup>a</sup> teria o apoio desta Casa e deste Conselho se tivesse se, para tomar providência, cancelado e também anulado a votação que casou o ex-Senador Luiz Estevão?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Não precisaria.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Essa é a questão.

Era uma decorrência natural, Senador Eduardo Suplicy. V. Ex<sup>a</sup> vai ter oportunidade de falar oportunamente. Mas era uma decorrência natural. Sei que V. Ex<sup>a</sup> é um homem lógico, carterista, sabe que eu te norezo. Alógicamente, isso necessariamente, imperiosamente. Não há uma providência sem a outra.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Não, eu não vou permitir aparte.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Não vai permitir?

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Na hora em que V. Ex<sup>a</sup> falar, terá oportunidade de se manifestar.

E, aí, o que é que vemos? Que os homens independentes, as vozes independentes deste País comemoram a se manifestar contra esse processo de linchamento político. Ontem, foi o Governador do Ceará, Tasso Jereissati; hoje, é o Sr. Ciro Gomes que diz: "Não é assim que as sociedades avançadas fazem.

As punições se aplicam de acordo com as faltas e elas têm que ser proporcionais". E não me digam que Ciro Gomes é governista. Mas é um homem independente, que não tem medo de expressar a sua vontade, que não se curva a uma condição circunstancial de uma opinião pública manipulada, forjada, de uma minoria.

É preciso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que tenhamos coragem de assumir o nosso papel e as nossas responsabilidades, ou seja, de não renunciarmos aos nossos mandatos. E é por isto que o voto era secreto: para exatamente preservar a independência dos Senadores, dos Parlamentares, na manifestação da sua vontade. O voto é secreto para que os Parlamentares não tenham medo de votar de acordo com a sua consciência. Hoje, votam com medo, acoitados; estão com medo da opinião pública. Amanhã, estarão com medo do Governo e, depois de amanhã, estarão com medo dos grupos econômicos e assim por diante. E os diversos interesses, os mais ilegítimos, vão se legitimando como apoio cumplice de um Parlamento que não se respeita, que não se mantém de pé.

Essa é a questão básica que estamos discutindo aqui. Esta decisão tem, sim, reflexo importante na defesa das instituições, tem reflexo importante em relação à própria causa de democracia no País. Sobre tudo, temos que considerar que este é o momento em que ou se afirmam as instituições, ou as instituições ficam comprometidas.

Por isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero chamar a atenção de todos, fazendo um chamamento à consciência de cada um, para que V. Ex<sup>as</sup> possam votar com a sua consciência, não com medo da televisão, não com medo do jornal de amanhã, mas para dizer que isso não pode ser feito, que esse crime não pode ser cometido em nome de se defender o Senado.

É preciso que tenhamos a coragem cívica de honrar os mandatos que recebemos da população. A injustiça a uma pessoa é uma ameaça a todas as pessoas. É o que nos ensina Montesquieu, um clássico da democracia. É o que nos permite, neste momento, fazer um chamamento à consciência de todos, para que não prejulguem, não façam uma acusação, não atuem como na arena romana, onde bastava apontar o indicador para baixo para se condenar à morte as pessoas julgadas como indignas de viver.

É preciso que tenhamos coragem de dizer que o voto em separado da Bancada do PFL é um voto sé-

rio, é um voto criterioso, é um voto responsável, que aponta o caminho que deve ser observado.

Qual é a dificuldade fundamental entre o voto de Paulo Souza e o voto de Saturnino Braga? É que um diz "abra-se o processo", e o outro diz "faça-se a cassação". Nesse estágio atual das coisas, a abertura do processo é a única decisão que este Conselho pode solicitar à Mesa. Queremos que prevaleça a verdade e que seja feita a justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao eminente Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA**– Sr. Presidente, Sr. Relator, gostaríamos que caminhassemos pela objetividade. Não nos podemos dispersar em arguições, em argumentos, como se estivéssemos em uma academia.

A impressão ou a convicção queabei de ter hoje, surpreendido, deu-se em relação à sinceridade e à simplicidade de uma pessoa que admirei muito e que tenho em conta de amigo, que é o Senador Roberto Saturnino. Só agora estou falando porque S. Ex<sup>a</sup> está voltando à mesa.

S. Ex<sup>a</sup>, com a sinceridade natural da sua formação, de sua extensa vida pública, fez, de certa forma, uma retificação do seu parecer, ou então esclareceu que todos nós, do Brasil inteiro, estávamos equivocados, porque, nestes últimos dias, nesta última semana – não sei se tem mais de uma semana parecer por S. Ex<sup>a</sup> proferido –, todo o Brasil comenta que o Senador Roberto Saturnino, o Relator, indicou a cassação dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Toda a mídia baseou-se nessa informação. E a leitura final do seu parecer leva, com simplicidade, a esse raciocínio e, mais do que isso, a essa conclusão.

No entanto, S. Ex<sup>a</sup> veio aqui e declarou que houve uma omissão, porque, na verdade, não solicitou abertura para cassação de ambos os Senadores. O que S. Ex<sup>a</sup> pediu, sugeriu, indicou, foi a abertura do processo, até porque essa indicação de pena não nos cabe nessa hora. E o homem de bom senso, mesmo que não seja jurista, entende dessa forma.

Para ser claro, S. Ex<sup>a</sup> diz:

*"... e, finalmente, que desse processo resultou patente a existência de indícios bastantes de práticas de atos contrários à ética e ao decoro parlamentar, de modo a*

*justificar abertura de processo de cassação mediante as competentes representações...*”

Quer dizer, abertura de processo de cassação. Essas três palavras, meu querido amigo, Roberto Saturnino, impregnaram...

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – (Faz soar a campainha.)

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – ...o Brasil inteiro de sua convicção, de sua certeza de que está vamos soliciando a esta Casa, neste processo em que V. Ex<sup>a</sup> é o Relator, a abertura do processo de cassação dos dois Senadores.

Ora, muitos nesta Casa consideram que a cassação poderia ser uma pena excessiva, poderia ser uma pena demasiada.

Ao mesmo tempo, V. Ex<sup>a</sup>, para confirmar, na primeira interpretação, invoca o art. 55 da Constituição e o art. 30 da Resolução nº 20, que tratam exclusivamente de abertura de processo de decoro parlamentar para a cassação. E V. Ex<sup>a</sup> não solicitou a cassação. V. Ex<sup>a</sup> solicitou o encaminhamento do processo para abertura desse processo, até que chegue o momento, de acordo com as apurações, de solicitar, ou não, a cassação.

No entanto, todo o debate, depois desse esclarecimento, mesmo depois da questão de ordem levantada pelo Senador Gerson Camata – explicada claramente, mas não sucintamente, permita-me o amigo querido a minha observação –, continuamos aqui falando, discursando, praticando a retórica, invocando autoridades e tudo, no pressuposto de que o parecer de V. Ex<sup>a</sup> está solicitando, desde logo, autocratically, arbitrariamente – para usar a expressão do Senador José Roberto Arruda –, a morte ou o fim ou a finalização da vida política dos dois Senadores. E essa não é a verdade. Se a verdade é essa que V. Ex<sup>a</sup> explica – e eu conheço muito V. Ex<sup>a</sup>, leio os seus livros, acompanho a sua vida desde Deputado Federal; V. Ex<sup>a</sup> sabe que somos amigos, que temos a mesma formação e os mesmos constrangimentos de nos envolvermos com coisas que nos levam às nuvens ou a perorações –, então, o que quer não é a resposta...

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – A Presidência solicita atenção para a palavra do Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Peço que me ouça, Sr. Presidente. Falo pouco, por que faço questão da objetividade. Esta é a Casa da objetividade. A falta de objetividade leva à dissensão, até à depressão. A objetividade é que dá vida. E eu, que sou bacharel, também não me perco

em divagações, a não ser quando escrevo e venho do literato, como V. Ex<sup>a</sup> escreve nesses dois livros que publicou agora e que li aqui e em Belo Horizonte. Então, o que está claro é que estamos discutindo aqui um processo de decisão do Relator, que pediu abertura de processo de cassação. Não. V. Ex<sup>a</sup> pediu a abertura de um processo para a apuração conclusiva dos fatos. Isso é totalmente diferente; e, erradamente, V. Ex<sup>a</sup> ou a sua assessoria, indicou o art. 55 da Constituição e o art. 13 da Resolução nº 20, que tratam efetivamente de cassação. E não é essa a conclusão de V. Ex<sup>a</sup>. Tenho a convicção de que estou transmitindo o seu sentimento e a sua convicção, permitam-me a liberdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu pediria uma palavra do nobre Senador Roberto Saturnino.

**O SR. RELATOR** (Roberto Saturnino) – Senador Francelino Pereira, V. Ex<sup>a</sup> sempre faz observações pertinentes e judiciosas porque, efetivamente, não me cabia nenhum julgamento nessa fase. Eu não poderia julgar, e a versão nem sempre corresponde à realidade. A realidade é que, diante do que escutei e de que tomei conhecimento nesta Comissão, achei que havia indícios mais do que suficientes de práticas contrárias à ética e ao decoro parlamentar, que, segundo o art. 55, justifica a abertura de um processo de cassação. A abertura de um processo significa uma longa tramitação, com um amplo direito de defesa, de contestação, de esclarecimento e que, obviamente, pode....

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – É a abertura de um processo de procedimento para se chegar ou à censura – aliás, já foram censurados –, à abertura de uma penalidade pertinente à suspensão do mandato e, inequivocamente, os dois Senadores têm que ser punidos. A punição tem que haver. To dos nós so mos favoráveis à punição, mas o que ninguém quer é que se promova um processo de cassação por uma palavra imperial de um cidadão que, em nenhum momento, nunca foi imperador na vida e nunca alterou a sua voz. É de uma honra exemplar – não conheço ninguém mais honrado do que V. Ex<sup>a</sup> – e, conseqüentemente, é preciso explicar isso, para que a Casa saiba que estamos discutindo uma coisa que está aqui escrita; e não é isso o que está escrito. V. Ex<sup>a</sup> fez a retificação e é preciso fazer a retificação, tal vez, até por escrito.

Muito obrigado.

**O SR. RELATOR** (Roberto Saturnino) – Senador Francelino Pereira, repito o que já havia dito em

outras circunstâncias e em outras oportunidades. Tenho que definir a natureza do processo que será aberto, por que, se fosse um caso de advertência ou censura, isso iria morrer aqui, na Comissão de Ética, não teria por que ir à Mesa. Se for à Mesa, pode ser um processo de suspensão ou de cassação. Os procedimentos são diferentes. Por exemplo: para a suspensão, basta a maioria simples; para a cassação, exige-se maioria absoluta.

Os processos são diferentes. Tenho que indicar, no meu voto, o processo que estou pedindo. Isso não significa que a Comissão de Ética, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e o Plenário não possam concluir contrariamente a esses indícios que aponhei aqui, nos quais baseei o meu voto.

Tudo isso é a abertura de um processo, cuja natureza achei que deveria indicar para definir o processo.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Senador Roberto Saturnino, apenas para terminar.

Compreendo perfeitamente a preocupação de V. Ex<sup>a</sup> em manter a coerência do seu texto com o seu pensamento. Mas ousou dizer – e o faço com humildade – perante um homem humilde que, efetivamente, as expressões de veriam ter sido outras. V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem, e acompanha atentamente a imprensa – a não ser na que ledo min go em que V. Ex<sup>a</sup> foi à cidade de Pirenópolis -, que todo o País, hoje e há mais de uma semana, está discutindo um processo no qual o Relator Roberto Saturnino solicitou a cassação dos dois Senadores. Todo o Brasil está pensando dessa maneira.

Hoje, pela manhã, uma pessoa ligada a nós dois, disse que "hoje é feriado nacional", ou seja, todo o Brasil hoje está acompanhando pela televisão e pelo rádio as discussões de um processo no qual o Relator solicitou a cassação. Ora, o Português é claro. Compreendo que essa não é a interpretação.

**O SR. RELATOR** (Roberto Saturnino) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> me desculpe, mas não solicitei a cassação. Desculpe-me! Solicitei a abertura de um processo. Qual processo? De cassação, claro.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sei que não podia dizer também de suspensão. Assim V. Ex<sup>a</sup> estaria julgando. Mas V. Ex<sup>a</sup> julgou quando pediu cassação; julgou sem julgar ou sem querer.

Há um problema de redação. E V. Ex<sup>a</sup> é escritor, tem livro publicado, livros lindos de morrer, e não podia efetivamente incorrer em declarações dessa natureza que levaram o Brasil inteiro, pelo menos 100 milhões de brasileiros – hoje há pelo menos 50 milhões de brasileiros nos ouvindo – estão pensando que o

Senador Roberto Saturnino, um sujeito – sujeito no sentido positivo – afável, simpático, amigo, humilde, amigo do meu coração, escritor de renome, querido no Rio de Janeiro, ele não tem que ter dado um centavo a ninguém e sem ter recebido, receber um centavo de alguém, à imagem e semelhança de um homem que está discutindo com V. Ex<sup>a</sup>, está convencido de que efetivamente as palavras deveriam ser outras para evitar esse equívoco.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Se na do res, creio que nem é preciso falar muito, pois a questão me parece tão simples e tão clara que dispensa discursos prolixos.

Apalavra mais empregada hoje, a que mais se ouviu aqui, Sr. Presidente, foi Constituição, porque é a Lei Maior do País, aquela que nós todos juramos, no ato de posse, defender e respeitar, Senador Roberto Saturnino. E, Sr. Presidente, a Constituição, que juramos respeitar e defender, determina que, em certos casos, a votação é inviolável. E ela foi escandalosamente desrespeitada porque houve violação, sem a menor sombra de dúvida. E há Se na do res envolvidos na violação, proibida pela Constituição.

Senador Roberto Saturnino, V. Ex<sup>a</sup> tem inteira razão: isso configura quebra de decoro parlamentar. Com uma agravante, Sr. Presidente: reitera das vezes da tribuna desta Casa, perante todo o Plenário – ou trofato incontestável – os Senadores mentiram e, depois, confessaram que mentiram. Se isso não for quebra de decoro parlamentar, não sei mais o que é decoro, Sr. Presidente!

E o que diz o ilustre Relator? Diante do envolvimento dos Senadores na violação e do fato de terem agredido a verdade perante todos nós, o que foi um desrespeito a todos nós, o Senador Roberto Saturnino sugere e propõe que a Mesa aprecie isso para dar início a um processo de cassação de mandato, porque a Constituição só prevê cassação de mandato para quebra de decoro e não prevê outro.

E que diz o Senador Roberto Saturnino? Abre-se o processo e eles que se defendam. Se a defesa dos dois Senadores for convincente, Sr. Presidente, o Senador Arruda disse que há dois caminhos. Não! O caminho é a absolvição. Se entendermos que não houve quebra de decoro, Senador Saturnino, que sejam absolvidos.

Sr. Presidente, em síntese, é isso. Mas, como dizia Shakespeare, são **"words, words, words"**. São palavras vazias e nada mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, considerando que há um grande número de Senadores inscritos e que são 13 horas, peço vênia para levantar a reunião por 10 a 15 minutos, a fim de que seja servido um lanche.

Em seguida, voltaremos, porque ainda há 10 oradores inscritos.

Assim, suspendo os trabalhos para um lanche, atendendo as sugestões de vários Senadores.

*(Suspensa às 13h02min, a reunião é reaberta às 13h30min.)*

*(Reabertura da reunião sem registro de áudio.)*

**O SR. LAURO CAMPOS** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria de externar a minha posição, que praticamente se iguala à do eminente relator, Senador Roberto Saturnino.

Este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar nos dá uma série de lições. Eu participei do processo de cassação do Senador Luiz Estevão e só revelei o meu voto no plenário, para justifi cá-lo.

E gostaria de fazer a mesma coisa neste processo, que indica, que aponta para uma pena a ser atribuída aos dois Senadores, Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, o que me parece ser a causa de muitas perturbações e de muita delonga neste processo de julgamento – o do Senador Luiz Estevão de morou um ano e dois meses.

E agora percebemos que todos já que rem saber qual é o resultado, como se ao abrirmos, agora, a nos saboca e externarmos a nossa posição, nós estívessemos já proférindo a condenação ou a absolvição final.

A imprensa está irrequieta, desassossegada, pressionando todos nós, e principalmente, não sei por que, o Senador Roberto Saturnino e a mim, em especial, talvez porque eu quisesse manter o meu voto em sigilo até o plenário, ou por outras razões.

Mas o fato é que, desta vez, não temos ainda o calor do povo na rua, a expressão da consciência do povo e da existência do povo de influir nos resultados deste julgamento e de outros procedimentos no Legislativo.

E quem me dera, e quiseira eu, oxalá, em breve, também em relação ao Executivo, que deste, sim, está faltando pelo menos um neste julgamento. E esse um se chama Fernando Henrique Cardoso, res-

ponsável que é por grande parte dos problemas que aqui afloram. Mas das quinze tentativas de enquadrá-lo nos crimes de responsabilidade previstos na Constituição, treze já foram frustradas. Mas ele não perde por esperar, o seu dia chegará! Bem antes do juízo final – cada um tem o seu dia do juízo final – a Justiça começará a ser feita na terra, espero eu.

Sobre uma das questões que aqui foram colocadas, eu gostaria de dizer apenas o seguinte: o uso do cachimbo faz a boca torta. Nós criamos trilhas mentais e não conseguimos ficar livres de nossas bitolas estreitas – ou bitolas largas, para aqueles que foram mais bem aquinhoados em matéria de inteligência.

O fato é que sempre pensamos, quando estamos aqui julgando em termos políticos, na legislação penal na legislação processual, que, realmente, têm pouca coisa a ver, a não ser subsidiariamente, com o tipo de julgamento político sobre o qual hoje nos debucamos.

O art. 55 da Constituição Federal diz:

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior [várias, até a letra "d"];

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

Quero lembrar aqui que, um dia, um Deputado Federal perdeu o seu mandato não por ter praticado este ou aquele outro crime mais grave. Não. Barreto Pinheiro colocou uma cartola, colocou uma cueca sam-ba-canção muito discreta, discretíssima, colocou a caçaca e foi fotografado, parece-me, em sua casa – não foi no recinto aqui não –, e perdeu o mandato. Então, não é preciso praticar crime, não é preciso estar enquadrado no Código Penal para perder o mandato.

Vamos continuar a ler:

II – cujo procedimento for considerado incompatível com o decoro parlamentar;

Quero aqui lembrar apenas uma coisa: não há a configuração do comportamento que deve ser apenado, como acontece no Código Penal, por exemplo, que define o que é homicídio, o que é furto, o que é roubo – e tem que definir todo e qualquer crime, do contrário as pessoas não poderiam ser enquadadas, não poderiam ser apenadas, por falta de um dispositivo que considerasse aquele comportamento como criminoso.

Aqui, não. Aqui a questão é necessariamente indefinida. Não há configuração, a não ser excepcionalmente. E não é necessário que haja essa configuração.

Será que o que fizemos é falta de decoro parlamentar? Será que agredir um colega no plenário, por exemplo, é falta de decoro parlamentar? São indagações que devem ser feitas, porque não existe uma prescrição, uma configuração desses comportamentos divergentes.

Continuando:

II – cujo procedimento for declarado incompatível com decoro parlamentar;

III – *que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;*

Basta deixar de comparecer que haverá perda de mandato por falta de decoro parlamentar. Não houve mentira, não houve violação de painel, não houve coisa nenhuma, apenas a ausência a um terço das sessões.

IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

(...)

VI – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 1º É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos de finidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

De modo que, em tão, a questão da quebra de decoro parlamentar depende, obviamente, do julgamento, do rigor ou da falta de rigor de cada um de nós.

Então, o que me parece é que, por termos sempre na nossa cabeça as formas de julgamento que se procedem na Justiça brasileira, estamos aí à procura de um enquadramento específico para determinado tipo de comportamento divergente, sendo que não é necessário esse enquadramento. Também não podemos comparar: *"Ah! será que vou receber a pena capital, a mesma de alguém que cometeu um crime muito maior do que o meu, muito mais grave do que o meu, que mentiu diversas vezes, que se apropriou de 169 milhões de reais?"* Não estamos aqui para estabelecer penas tendo em vista uma certa graduação em

tor no do ato ou das práticas criminosas, ou divergentes, ou incompatíveis com o decoro.

Não gostaria de falar muito hoje. Estou, inclusive – alicença médica já está no meu bolso –, muito resfriado.

**O SR. GERSON CAMATA** – Toma a vacina do Serra.

**O SR. LAURO CAMPOS** – Já toimei. Toimei há um mês e acho que veio pior. Agradeço a boa vontade, mas está boa para eles.

Então, gostaria de dizer que parece que que remesmo, e isso eu sou contra e se rei contra sem pre, fazer um banquete totêmico. Quem quiser saber o que é banquete totêmico pode ler Freud, **Totem e Tabu**, pode ler também **A Rama Dourada**, **The Golden Bough**, pode ler até um livro do meu pai que tem um capítulo que se chama "Origem totêmica da soberania", **Sociologia e Filosofia do Direito**, e muitos outros que tratam da quelebanquete. Era feito principalmente pelos povos pré-letrados, em terminadodia, numa espécie de bacanal, em quematavam o totem, matavam o pai, ou matavam o paizinho e de glutinam, comiam o pedaço do cadáver para adquirir o poder do chefe, o poder do totem.

Não participarei desse banquete totêmico. Vamos transformar, como diz o Max Weber, bacanal em ritual. Vamos deixar o bacanal para a nossa selvageria ultrapassada e vamos adotar o nosso ritual até chegarmos à decisão final.

Pois bem, o que me parece é o seguinte: eu não quero ofender, não quero desmatar, não quero participar desse banquete totêmico. De modo que, tal vez por isso, por tentar utilizar de uma certa educação parlamentar com aqueles que se apresentam hoje ao nosso julgamento, eu não preciso maltratá-los, eu não preciso insultá-los. Então, gostaria muito de chegar até o final apenas recebendo o que recebi agora aqui: essa brilhante lição da nossa Heloísa Helena. A mais frágil, a mais pobre talvez, a mais simples de todos, ela que, para mim, é a principal responsável pela cassação, se houver, dos maiores membros do Senado Federal. Isso é uma lição fantástica! Isso é algo que nos faz pensar que está mudando o lugar mais neste País! Logo ela! Eu, ao proferir o meu voto, já falei isto: considere que a principal falta cometida pelos dois Senadores se completou no momento em que o então Presidente Antonio Carlos Magalhães declarou – e estou convencido disso – que a Senadora Heloísa Helena havia votado contra a cassação do Senador Luiz Estevão.

Então, é por isso que vou casá-lo, se casá-lo – não quero adiantar o meu voto. Mas o mais grave



que S. Ex<sup>a</sup> co me teu foi isto: um cri me con tra essa Se na do ra bri lhan te, lu ta do ra, que saiu aqui con tra o to tem, en quan to ou tros es ta vam se a jo el han do e pe din do as bên çãos do en tão "ser to tê mi co" que ocu pa va a Presidência do Se na do.

De modo que eu já vi essas coisas acontecerem várias vezes: o poder político foge e atrás do poder político fogem to dos os ami gos, os fal sos ami gos, os oportu nis tas, os ven di lhões. Essa li ção eu le vo co mi go.

Vou terminar agora. Disse o Senador Antonio Carlos Magalhães:

*"Senador Lauro Campos, tenho por V. Ex<sup>a</sup> não só uma admiração, mas também um respeito muito grande. Considero-o um sím bo lo do Se na do Fe de ral. Vejo em V. Ex<sup>a</sup> tudo aquilo que se resume em um homem de bem, sem máculas. V. Ex<sup>a</sup> talvez tenha, até pelo seu caráter, pela sua dignidade e pelo seu sa ber, al gu mas ve zes, um ar de in genuidade; mas não. V. Ex<sup>a</sup> é um homem completo. Eu o respeito e aconselho-me, quan do pos so, com V. Ex<sup>a</sup>. Não te nho a in tí mi da de que de se ja va com V. Ex<sup>a</sup>, mas es tí ma ri a se mpre, aqui e fora da qui, em qual quer par te, ter V. Ex<sup>a</sup> como meu con se lhe i ro e meu ami go."*

Não há mo ti vo ne nhum para eu parti ci par des se banquete to têmico. E aqueles que que rem me for çar a isso estão completamente equivocados. Não farei isso! Porque, se eu fizesse isso, não seria me re ce dor dessas palavras, desses encômios que o Senador Antonio Carlos Magalhães di ri giu a mim.

É jus ta men te pe los elo gi os que S. Ex<sup>a</sup> me fez, pelo fato de S. Ex<sup>a</sup> ter vis to em mi nha mo dés tia uma coerência e uma integridade que, obviamente, não exis tem. Mas é jus ta men te por isso. Se eu não vo tas se nes te sen ti do, no sen ti do de apo i ar o pa re cer do Senador Roberto Saturnino, não seria merecedor desses elogios. Para continuar merecendo esses elogios e che gar per to de les, eu só pos so ter uma ati tu de: seguir o pa re cer do Senador Roberto Saturnino.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Con ce do a pa la vra, pela or dem de ins cri ção, ao Se na dor Ca sil do Mal da ner.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presi den te, nobres Colegas, não há dú vi da de que se ria a von ta de de to dos que, nes te mo men to, es ti vés se mos cul minan do nos sas en er gi as em vo ta ções que a Na ção es ta ria a es pe rar, em vo ta ções para a so cie da de, principal mente em re la ção à ma ior ia dos ex cluí dos,

para fa zer com que se in si ram no pro ces so do País como um todo. Acho que isso se ria o me lhor para to dos nós e até o de ver prin ci pal.

Ago ra, não há que se ne gar que es ta mos di an te de um di le ma, es ta mos di an te de um caso que acon te ceu nes ta Casa. E os fa tos que acon te ce ram nós so mos ob ri ga dos a exa mi nar. Cabe a nós dar se qüên cia a isso. Eu di ria, como nin guém gos ta ria de es tar neste mo men to aqui, que a Se ma na San ta des te ano es tá se pro longan do, Senador Osmar Dias. Isso não é bom para nin guém. Dói em cada um de nós exa mi nar fa tos re la ciona dos aos pró pri os co le gas.

Por ou tro lado, como as ques tões es tão aí co lo ca das, hou ve um caso, hou ve o fa to da vi o la ção. Isso, no sen ti do fi gu ra do, se ria, va mos su por: hou ve um cri me; ha via o do res na Casa ou na re gião ou no País, mas não se sa bia onde es ta va o ca dá ver. Talvez o azar para al guns te nha si do – por que ha via ape nas in di ca ti vos, si nais mu i to in ci pi en tes – aque la con ver sa com os Pro cu ra do res, quan do se for ta le ceu nos ares des ta Casa e do País... E isso re du n do, sem dú vi da al gu ma – só para re cor dar ra pi da men te –, em que a atu al Mesa do Se na do te nha la cra do o pa i nel e pe di do que os téc ni cos da Uni camp ve ri fi cas sem se hou ve, ou não, a vi o la ção. Na tu ral men te, quan do os téc ni cos es ta vam exa mi nan do o pa i nel, se ti nha ha vi do a vi o la ção do sis te ma de vo ta ção se cre ta da mais alta Casa legis la ti va do País, a co i sa co me çou a des per tar in se gu ran ça, co me çou a ser ma ior. E, com a con clu são do la u do da pe rí cia de que hou ve a vi o la ção do pa i nel, eis que sur ge o ca dá ver. Esta foi a re a li da de: sur tiu. Eis que es ta va no me io da sala. E cons ta tou se a au to ria do cri me, cla ro! E, além da au to ria do cri me, che gamos tam bém às co parti pa ções quan do do re ce bi men to da lis ta e da con fi rma ção de que, de fa to, se teve con he ci men to dis so. A esse pro ces so nós che ga mos, e es ta mos di an te dele ago ra. Não há dú vi da de que é du ro.

Re con he ço que, nes ta ma nhã, a de fe sa do nos so co le ga Se na dor José Ro ber to Arru da foi téc ni ca e levada bas tan te pela emo ção. Temos que levar em con si de ra ção isso. S. Ex<sup>a</sup> apre sen tou aqui uma de fe sa e, pelo je i to de S. Ex<sup>a</sup> fa zer, pen so que ex pôs aqui, de vi va alma, o sen ti men to que tem. Sei que o que S. Ex<sup>a</sup> pas sa é du ro, não é fá cil. Re co nhe ço isso.

Tam bém não dá para de i xar mos de lado o voto em se pa ra do aqui pro fe ri do pelo e mi nen te Senador Pau lo Sou to. S. Ex<sup>a</sup> pro fe riu um voto aba li za do, na tu ral men te as ses so ra do, não sei. On tem, re ce be mos um me mo rial pro fun do, por in ter mé dio dos advoga dos – re ce bi até a vi si ta do emi nen te ad vo ga do Tho

más Bas tos – , em que co lo cam, com con di ções, to das as ques tões le van ta das, não há a me nor dú vi da.

Re co nhe ço quan do o Se na dor Pau lo Sou to, por exem plo, in vo ca em seu vo to em se pa ra do "que os atos atri bu í dos aos Se na do res An to nio Car los Ma ga lhães e Jo sé Ro ber to Ar ru da não au to ri za m a pro pos ta de per da de man da to, fe i ta pelo Re la tor, par ti cu lar men te nes ta fase de in ves ti ga ção". S. Ex<sup>a</sup> diz que não au to ri za a pro pos ta de per da de man da to. Na tu ral men te, para al guns há essa idé ia.

E, na ul ti ma ção do re la tó rio do e mi nen te Se na dor Ro ber to Sa tu rni no Bra ga, S. Ex<sup>a</sup> con clui di zen do: "fa to su je i to à pe na de per da de man da to". Quer di zer, o Se na dor Ro ber to Sa tu rni no con clui. Tal vez niss o haja uma con tra di ção com o pen sa men to do vo to em se pa ra do, que diz que é pos sí vel, po de co li mar com a per da do man da to. Ele con clui com essa tese.

Eu di ria mais, Sr. Pre si den te, nobres Cole gas, não é fá cil para to dos aqui de ci di mos. O e mi nen te Re la tor diz em cer to tre cho:

*"Trata-se, per mi ta-nos a cen tu ar, de um pre ce den te cuja re per cussão para a re spe i ta bil i da de das in sti tu i ções de mo crá ti cas pa re ce-nos im pos sí vel de sub es ti mar, en tre ou tras co i sas, por en vo lver, por um la do, a con fi an ça da ci da da nia" [re pi to, a con fi an ça da ci da da nia] "na li su ra dos pro ce di men tos de de li be ra ção co le ti va do Con gre sso Na ci o nal (...)"*

Eu gos ta ria, in clu si ve, de re pe ti re esta fra se:

*"(...) per mi ta-nos a cen tu ar, de um pre ce den te cuja re per cussão para a re spe i ta bil i da de das in sti tu i ções de mo crá ti cas pa re ce-nos im pos sí vel de sub es ti mar, en tre ou tras co i sas, por en vo lver, por um la do, a con fi an ça da ci da da nia na li su ra dos pro ce di men tos de de li be ra ção co le ti va do Con gre sso Na ci o nal (...)"*

Sr. Pre si den te, nobres Cole gas, em bo ra seja du ro, eu di ria – até para não to mar mais o tem po, pois co me çamos os tra ba lhos pela ma nhã – que es ta mos de li be ran do, ho je, não em re la ção ao mé ri to dess a ques tão, mas es ta mos opi nan do e de li be ran do so bre pro ce di men tos. Al guns Cole gas co lo cam em tela que ho je já sai uma de ci são fi nal. Não é isso que en ten di do que dis se o e mi nen te Re la tor. S. Ex<sup>a</sup> con clui di zen do que es ses fa tos po dem até le var a acon te cer isso. Por tan to, ho je é uma con ti nua ção dos pro ce di men tos. So mos for ça dos a opi nar em re la ção a isso. Esse é o nos so de ver, base ado na qui lo que nós mes mos

es cre ve mos, os 81 Se na do res, ao apro var mos o Có di go do Con se lho de É ti ca.

De a cor do com as nos sas con vic ções – as mi nhas, pelo menos -, não es ta mos vo tan do o mé ri to ho je. Es ta mos vo tan do a se qüên cia des ses fa tos, que po dem le var, sim, até à per da do man da to. Mas não ho je. Ho je, não es ta mos de ci din do so bre isso.

En ten do que o re la tó rio do e mi nen te Se na dor Ro ber to Sa tu rni no é ro bus te ci do com ele men tos que nos le vam a essa de ci são. Sei que não é ho ra de co lher vo tos, Sr. Pre si den te, mas não te nho por que não me in cli nar nes sa di re ção. Tal vez até por eco no mia, pos so ir adi an tan do que, nes te mo men to, o pro ce di men to de en vi ar o pa re cer à Mesa Di re to ra do Se na do para que se ins ta u re o de vi do pro ces so de res pon sa bi li da de em re la ção à ques tão não deve ser im pe di do. Pen so que essa ques tão tem que ter se qüên cia.

Por isso, não há por que não me do brar ao re la tó rio ro bus te ci do do Se na dor Ro ber to Sa tu rni no.

**O SR. PRESIDENTE** (Ra mez Te bet) – Con ce do a pa la vra ao Se na dor An te ro Pa es de Bar ros.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** – Sr. Pre si den te, Sr<sup>as</sup> e Srs. Se na do res, gos ta ria de fa zer al gu mas con si de ra ções a res pe i to do pro ces so e de to do esse pe rí o do que a com pa nha mos aqui no Con se lho de É ti ca do Se na do da Re pú bli ca.

Na ver da de, nes te pro ces so, ti ve mos al gu mas ex pli ca ções e al gu mas con si de ra ções no sen ti do de mi ni mi zar as po si ções que o Se na do deve to mar.

Co men tá rios dos dois Se na do res:

*"Só le mos a lis ta. No má xi mo, co men ta mos a lis ta".*

Um não man dou fa zer; o ou tro in for mou que fez em nome de quem não man dou fa zer. Mas nes sa his tó ria de que "só le mos a lis ta e a Dr<sup>a</sup> Re gi na en ten deu co mo uma or dem" hou ve uma vi o lên cia.

Não exis te, Sr. Pre si den te, ma i or vi o lên cia con tra a de mo cra cia do que a vi o lên cia con tra o vo to se cre to. Não exis te ma i or vi o lên cia con tra a de mo cra cia do que a fraude. Não exis te ma i or vi o lên cia do que, en quan to para to dos o vo to é se cre to, para dois ilu mi na dos, o vo to não ser se cre to.

A Se na do ra He lo í sa He le na já se re por tou aqui à Con sti tu i ção ao fa lar so bre o abu so das prer ro ga ti vas. Mas é pre ci so que fi que cla rís si mo que esse pro ces so não tra ta ex clu si va men te da vi o la ção do pa i nel. Ele co me çou para in ves ti gar o pa i nel. Mas, de pois da in ves ti ga ção do pa i nel, uma cen te na de men ti ras fo ram di tas no Con se lho de É ti ca do Se na do da Re pú bli ca. Por tan to, es sas men ti ras pro li fe ra ram aos bor

botões. As mentiras aqui aconteceram da cadeira presidencial do Senado da República. As mentiras aqui aconteceram, na função de Presidente do Senado da República, em resposta à questão de ordem levantada pela Senadora Heloísa Helena. As mentiras aconteceram aqui, por escrito, à Senadora Heloísa Helena, ao dizer que "ele", presidente à época do Senado, era o responsável pelo processo secreto de votação, o qual, descobriu-se posteriormente, fora violentado.

As mentiras aqui aconteceram em embate convincente, duro, com o Senador Arruda. S. Ex<sup>a</sup>, dizendo ao Senador Arruda: *"Senador Arruda, não au to ri zei V. Ex<sup>a</sup> nem nin guém"*. E o Senador Arruda respondeu: *"Eu tam bém não cum pro or dens de V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> tam bém não man da em mim; nin guém me au to ri za a nada"*. Depois, vieram as confissões. Houve uma série de inverdades. Temos aqui as provas da fita, as provas testemunhais, os depoimentos de três Procuradores da República. O Senador Roberto Saturnino não pode, evidentemente, ser condenado nem podia obter as informações da qual que foi dito na reunião secreta os Procuradores da República. Este Conselho terá de julgar a verdade, e a verdade não podia ficar sepulta da quando eles não quiseram dizer nada na reunião aberta. Portanto, no mínimo, era necessário que se dissesse à opinião pública e aos integrantes do Conselho que agitassem as nossas células fotostáticas para que nos lembrassemos de que não houve contração aqui entre os Procuradores. Não há um procurador louco e dois de se equilibrados. Os três mantiveram a mesma versão, e são provas testemunhais importantes dos Procuradores da República.

Aprova das fitas e a mesma versão comprovada nas fitas, a mentira no dia da reunião do PFL em São Luiz, no Maranhão. Naquele dia, já havia saído o relatório da Unicamp. Naquele dia, o Senador Arruda fazia, aqui, um discurso e lá, em São Luiz, era desmentido pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, para depois dizer que havia dito. Não disse "por causa do laudo da Unicamp" coisíssima nenhuma. Disse por causa da confissão do Senador Arruda. É preciso que isso não fique sepultado no instante em que temos que decidir aqui, no Conselho de Ética.

No tem bem, no início do processo, a veemência dos desmentidos. Quem viu o Senador Arruda se indignar, cobrar, dizendo: *"Chamem a Dr<sup>a</sup> Regina para que possa fazer o confronto. Nem ela nem ninguém conseguirá enfrentar-me numa acareação"*; para depois, com a mesma veemência, confessar o pecado? Então, não se trata apenas da violação do

painel. A violação do painel é o início; depois, há uma série de mentiras. Eu, por exemplo, Sr. Presidente, fico triste quando a Instituição Senado da República adota dois pesos e duas medidas com a decisão adotada ontem na Mesa do Senado, porque o Regimento Interno do Senado é o mesmo da época em que o Senador Antonio Carlos era o Presidente. A asessoria do Senado é a mesma da época em que S. Ex<sup>a</sup> era o Presidente. E, no processo do Senador Luiz Estevão, todos nós sabemos, o prazo foi de 24 horas e, ontem, foram 15 dias. Mas esse é um assunto passado. O que disse o Senador Antonio Carlos Magalhães também já muito bem liqui da do este assunto no relatório do Senador Roberto Saturnino? S. Ex<sup>a</sup> alegou, para não revelar o isso, razões de Estado. Razões de Estado confrontam com a democracia. Sabemos advogados que as sessaram o ex-Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, que, em razões de Estado, prevalece a vontade do soberano e nunca o Estado Democrático de Direito.

Alegar razões de Estado, proteger a imagem do Senado... o que foi que assistimos na semana passada? Está sendo protegida a imagem do Senado quando jovens vêm aqui, ficam nus e de costas para o Senado da República? O que aconteceu ontem, quando as depêndências do Senado eram ocupadas por estudantes com bolas vermelhas nas rizes, de mostra que se está protegendo a imagem do Senado da República?

Gostaria de dizer que, mais do que o Senador Roberto Saturnino, graças a Deus, vem da Bahia a melhor defesa contra as alegações de Estado. E vem da Bahia na fração do grande Rui Barbosa, que disse exatamente o que está lá em Salvador, em um memorial:

*"Medo, venalidade, razões de Estado, como quer que te chames prevaricação judiciária, não escaparás ao ferrete de Pilatos. O bom ladrão salvou-se, mas não há perdão para o juiz covarde"*.

Nesse instante, é preciso que coloquemos aqui claramente, como diz o grande Bispo do meu Estado, Dom Pedro Casaldáliga: "Não temos o direito de assumir a covardia e muito menos o direito de ter medo".

É por isso, Sr. Presidente, que quero deixar muito claro que teño consciência de que não estamos votando, aqui, hoje, a cassação de ninguém. Estamos votando, aqui, hoje, a abertura do processo de cassação. E, ao votar pela abertura do processo, con-

cordo como o Senador Roberto Saturnino de que, mais do que eu, que sou até es tu dan te de Di re i to, não sou sequer rábula, já li entre vistas de Ministros do Su pre mo Tribunal Federal, concedidas ao jornal **Folha de S. Paulo**, que, se for con ce i tu a da a que bra de de co ro parlamentar, é preciso a indicação da cassação do mandato.

Por isso, Sr. Presidente, anuncio, com todo o respeito ao Senador Pa u lo Sou to, no meu en ten di men to pes so al um dos bons Se na do res, que fez um trabalho extraordinário quando Relator da CPI do Ju di ci á rio, com o todo res pe i to às suas te ses e aos seus argumentos, não vejo como fazer qual quer re to que a o re la tó rio do Senador Roberto Saturnino.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ra mez Te bet) – Com a pa la vra o Senador Ney Su assu na.

**O SR. NEY SUASSUNA** – Sr. Pre si den te, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, acho que todo o Bra sil está cons ci en te de que ser mem bro des ta Co mis são não é uma missão fácil. É uma missão amarga ter que julgar companheiros e, muitas vezes, julgar até mesmo o fim da carreira política dos companheiros.

To dos sa bem que não sou uma pes soa de vida profissional política, sou empresário e ainda estou no segundo man da to de Sen a dor. Mas há mo men tos em que fico pre o cu pa do com o fato de es tar mos de ba ten do por ho ras – es ta mos há mais de qua tro ho ras no de ba te – quan do, na re a li da de, são tão pró xi mas as posições. Cla ro que cada fac ção está de fen den do as suas posições, mas a conclusão é praticamente a mesma.

Ve ja mos o que diz o voto em se pa ra do dos Se na do res:

*"Como conclusão, em face dos argu mentos expendidos, votamos pelo encami nhamento dos autos para apuração prelimi nar à Mesa desta Casa para instauração do processo disciplinar de que trata o Código de Ética e Decoro Par la men tar."*

Ve ja mos o que diz o pa re cer do nos so Re la tor, Senador Roberto Saturnino:

*"O nos so voto é pelo en ca mi nha men to dos autos desse processo à Mesa Diretora do Senado Federal, para que esta delibere, nos termos do § 2º do art. 55 da Constitui ção Fe de ral, e art. 13º da Re so lu ção, etc..."*

A bri ga é por que am bos que rem que man dem para a Mesa, para que a Mesa delibere e volte para

que nós, em tão, ini ci e mos o pro ces so, quan do, aí sim, re al men te va mos nos pre o cu par com que gra da ção, como va mos fa zer, se va mos cas sar, se não va mos cassar e tudo o mais. E nós estamos, já, querendo de ci dir que pena.

Eu queria lem brar aos meus no bres Pa res que o pro ces so de Luiz Este vão, que hoje já não é Se na dor por que foi cas sa do por esta Casa, ini ci ou-se sem ne n hu ma in di ca ção. Não havia ne n hu ma in di ca ção de penalidade, apenas o pedido era para iniciar e ele per deu o man da to.

É cla ro que esta é a Casa, tan to é que é Par la men to, o lu gar onde re al men te se de ba te e tudo mais, mas am bos que rem que man de para a Mesa. Eu tam bém que ro man de para a Mesa.

Com que pa re cer vou fi car? É cla ro que vou fi car com o parecer de Saturnino Braga, por uma razão sim ples: S. Ex<sup>a</sup> cir cuns tan cia, o que S. Ex<sup>a</sup> faz é re la tar tudo que aconteceu. Relatar item por item.

O voto em se pa ra do per de mu i to tem po e mu i ta pre o cu pa ção, na mi nha opi ni ão de le i go, dis cu tin do: "Porque a penalidade não pode ser essa, porque pode ser..." Não é o mo men to de se dis cu tir isso. O mo men to de se dis cu tir isso tem que ser **aposteriori**, quan do es ti ver mos no pro ces so, aí sim, de jul ga men to, para man dar mos, poste ri or men te, à Comis são de Constituição, Justiça e Cidadania e, depois, para o Ple ná rio, onde vai ha ver a con su ma ção.

Então, é real mente sur pre en den te como, sendo tão pró xi mas as posições, estamos nos prendendo. Talvez, se hou ves se do Saturnino uma pa la vra, se em vez de di zer "su je i to à pena de per da" ti ves se di to "su je i to até à pena de per da", e se não ti ves se ci ta do o art. 55, não hou ves se aqui toda essa ener gia gas ta em quase cinco ho ras.

Então, Sr. Presidente, é óbvio que ambos os grupos querem o mesmo, porque é patente, e eu, quando leio as conclusões do Senador Saturnino, vejo que não te mos como con tes tá-las. Por exem plo, diz S. Ex<sup>a</sup>:

Dian te do ex pos to e con si de ran do:

**a** – os indícios da prá tica do ato de im probidade administrativa por violação dos princípios da administração pública, espe ci al men te nos de ve res de ho nesti da de, le ga li da de e le al da de às ins ti tu i ções;

**b** – a manifestação dis sí dia dos Se na do res An to nio Car los Ma ga lhães e José Ro berto Arruda, caracterizada por não terem tomado providência que lhe cabiam diante da prova de vulnerabilidade do sistema de

votação, e pelo acobertamento do grave ilícito a que tomaram conhecimento ao receber a lista de votação;

**c** – que a mudança freqüente de versões para fatos objeto da presente apuração, pelo menos até a divulgação do resultado da perícia da Unicamp, a confissão dos servidores envolvidos, assim como os indícios da quebra de veracidade em que incorreram os dois Senadores são suficientes para um juízo de quebra de dever de lealdade às instituições e de prática de irregularidade grave no desempenho do mandato parlamentar;

**d** – que os indícios de revelação, pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, do conteúdo da lista de votação extraída ilicitamente, em flagrante desrespeito à confiança nele depositada pelos seus Pares desta Casa, configuram um comportamento contrário à ética e ao decoro parlamentar;

**e** – e, finalmente, que deste processo resultou patente a existência de indícios bastantes na prática de atos contrários à ética e ao decoro parlamentar de modo a justificar a abertura...

*Ve jam, nós po de mos di zer que isso não acon te ceu? Isso foi dito aqui, em alto e bom som, to dos que têm ouvidos funcionando ouvirem, todos que têm olhos enxergando viram.*

Então, na realidade, por essa razão, faço a opção pelo relatório do Senador Saturnino, mas, daqui a pouco, esta reivotando pelo encaminhamento, porque estamos apenas concluindo uma investigação e os dois grupos chegaram à mesma conclusão: precisa ser mandado à Mesa. Daí eu não entender por que precisamos gastar cinco ou seis horas se as conclusões são as mesmas.

É claro que já que reme bater, mas esse de bate vai ser muito maior e muito mais demorado quando do retorno do processo a esta Comissão para cumprirmos um dever que é nos so – ingrato, mas é nos so – e que te re mos que cumprir com o maior zelo possível.

Por isso pedi a palavra, Sr. Presidente, exatamente para externar esta minha posição: se pudéssemos ter o "até a pena" e se não tivéssemos a citação do art. 55, os dois estariam similares, só que um perde muita energia atacando o outro. Quer dizer, o voto em separado ataca o do Senador Saturnino. Mas o

Senador Saturnino está relatando os acontecimentos. Contra fatos, não há argumentos.

Por essa razão, eu que iria usar a palavra para dizer, no meu entendimento, como poderíamos ter poupa do tanto tempo num debate que entra aqui, entra ali, quando não é o momento. Estamos concluindo uma fase de investigação.

Os dois grupos chegam à conclusão de que tem que ser enviado à Mesa; a Mesa vai deliberar. E espero que sem gastar o tempo máximo, mas, sim, na maior rapidez possível e retornar, para que tenhamos a consequência, que seria a abertura do processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr. Relator, tenho dificuldade em entender aqueles que sentem pra zer em estar aqui neste momento. Como a Senadora Heloísa Helena, eu não me sinto nem um pouco à vontade aqui e já mais imaginei, quando fui eleito Senador, que estaria vivendo esses momentos de extrema gravidade e de sofrimento para todos nós. Porque, também, quem não está sofrendo neste momento me deixa até com dificuldade de entender suas intenções.

Estamos tratando aqui de um assunto que não fere apenas a instituição Senado; estamos tratando de um assunto que fere pessoas, que, eventualmente, circunstancialmente são Senadores. Mas, embora eu nunca tenha imaginado estar nessa situação, estou. E jamais fugi das minhas responsabilidades e nem deixei de enfrentar todos os desafios com a minha consciência muito tranqüila.

Por isso, e até lembrando uma reunião do Conselho de Ética, quando a Senadora Heloísa Helena, indignada, dizia "que fica difícil até falar em Deus", eu dizia que continuo falando em Deus e pedi muito, nestes últimos dias, que Deus me ajude a tomar uma decisão que seja justa, sobretudo porque esse é um tema que ganhou o debate nacional.

Por mais que queiram dizer que não podemos decidir aqui sob a pressão da opinião pública, não podemos votar de costas para a opinião pública; afinal de contas, estamos aqui representando a população brasileira; cada um representa a população do seu Estado.

Quando voto, em qualquer matéria... Sr. Presidente, tenho dificuldade de falar com outras pessoas falando do meu lado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Rogamos aos presentes silêncio para que o Senador Osmar Dias possa continuar a sua argumentação.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sr. Presidente, também rogo e digo que, desde a matéria mais simples até a mais complexa, costume ou vir a opinião das pessoas que nos mandam para cá. Não signifique isso que a presença vai me fazer mudar a convicção. É que a minha convicção é formada exatamente pela convicção das pessoas que têm interesse em me levar o País.

Penso que, quando voto, tenho a responsabilidade, portanto, de estar representando a opinião de milhares de paranaenses que me mandam para cá e milhares de brasileiros que estão nos vendo e, evidentemente, cobrando cada posição nossa.

Então, é importante, sim, percebermos qual é a opinião pública, o que quer a sociedade. E foi por isso, inclusive, Sr. Presidente, que assinei a CPI da Corrupção.

Se V. Ex<sup>a</sup> perguntar para qual quer ciência brasileira, na rua, se ele quer a instalação da CPI, se ele quer investigar a corrupção, todos, igualmente, respondem a mesma coisa: “Queremos”. Como vamos negar esse direito?

O debate sobre as intenções de se propor uma CPI é outro, mas a verdade é que o Brasil precisa se passar a limpo, como já está fazendo essa fase; e a forma de passar o Brasil a limpo é também instalar a CPI. Por isso, assinei de novo a CPI no Senado, até porque um boato andou correndo de que eu teria feito um requerimento propondo a retirada da minha assinatura primeiro requerimento.

Não tenho por hábito assinar e, depois, retirar a assinatura, Sr. Presidente. E para confirmar que assinei o primeiro requerimento e não retiraria, em hipótese nenhuma, a assinatura, assinei o segundo requerimento que propõe a CPI no Senado. Então, também não é confortável para mim, sendo do Partido do Presidente, ter assinado a CPI. É desgastante, é sofrimento, é enfrentar cara feia todo dia no corredor, é enfrentar hostilidade, Sr. Presidente. Aqui, estou fazendo até um de safo: está na hora, também, de parar com hostilidade, porque o meu fígado não aguenta muito tempo as hostilidades. Não tenho muita paciência para agüentar esse tipo de tratamento. Não costume ficar onde não me trata bem.

Então, estou deixando bem claro o seguinte: estou no PSDB e pretendo continuar no PSDB, mas não aceito hostilidade nem retaliação. Tenho o meu mandato conquistado, trabalhando muito duro, Sr. Presidente. Não foi com o poder econômico, não; foi andando de carro pelo Paraná que fui buscar meus votos, trabalhando duro. Não vou abrir mão das minhas prerrogativas de Senador para assinar a CPI, para cobrar a instalação de CPI. Se que rem ficar de cara feia,

fi quem; é um problema de quem está com a cara feia. Mas hostilidade, não! Discriminação ao Paraná, porque assimamos a CPI, também não vou aceitar.

Estou dizendo isso, Sr. Presidente, porque os assuntos são muito ligados. Diziam por aí que a votação, aqui, ocorreria, de acordo com a frequência ou o ritmo dado ao requerimento de CPI. E quero separar bem as coisas: assinei a CPI; confirmo a minha assinatura na CPI; e já mais vou admitir sequer que peçam que eu retire a minha assinatura da rede que rimeto de CPI.

Quanto a este caso que estamos aqui apreciando, convier-se com um Senador por quem tenho uma consideração enorme, um respeito enorme, pelo equilíbrio, pela serenidade, pela conduta de S. Ex<sup>a</sup>, aqui no Senado e fora daqui, que tem uma vida pública incontestavelmente limpa: o Senador Lúcio Alcântara. Troquei muitas idéias com o Lúcio, durante todo esse processo. Não me contaminei, Sr. Presidente, com intenções diferentes ou com intenções obscuras e até difíceis de serem explicadas. Inspirei-me em todo o processo, estudando com cuidado, recebendo os argumentos de todas as partes e, sobretudo, ouvindo o que a população brasileira está dizendo.

Tanto os Senadores que estão indiciados no processo quanto o Relator e todos os Senadores sabem que ocorreu aqui uma irregularidade, uma fraude: o pai nel foi violado. Isso não se nega. Foi cometido, portanto, uma agressão às prerrogativas dos Senadores. Não há dúvida disso. Só não entendo, como o Senador Ney Suassuna também, que, neste momento, tenhamos que discutir se vamos só abrir o processo, se já se abre o processo, atendendo ao relatório do Senador Roberto Saturnino, que dá uma opinião de que os indícios podem levar a um processo de cassação. Portanto, ele não está afirmando, de forma definitiva e incontestável, que já se chegou ao processo de cassação. Estamos aqui para votar – é bom que isso fique claro também, e a imprensa que fez um papel, nestes últimos tempos, de formar a opinião pública em torno deste assunto, deve, neste momento, também cumprir o seu papel de informar a opinião pública do que estamos votando aqui. Estamos votando aqui a abertura do processo que pode resultar na cassação. Mas, hoje, não estamos votando a cassação.

Nesse sentido, Sr. Presidente, sem mais palavras: voto com o Relator Saturnino no Braço. E aqui vou declarar, pela primeira vez, porque, durante todo esse tempo, contribuí com o meu silêncio. A imprensa, inclusive, se irritou muitas vezes comigo, porque, ao me entrevisar, queria a minha opinião, e eu não dava. Fui colocado na imprensa nacional – e isso, no meu Esta-

do, me cus tou um alto pre ço, por que o meu Esta do não aceita indeci são; o povo do meu Estado cobra posi ções –, e lá, no jornal, estava escrito: "Osmar Dias, inde ci so". Não, eu não es ta va inde ci so. Só que eu não po dia, por que está es cri to no Có di go de Éti ca, declarar o meu voto anteci pa da men te. E não o fiz. Estou de cla ran do nes te mo men to o meu voto com o Re la tor Sa tu rni no Bra ga e não pre ci so di zer que o fa ço sen tin do que esse fa to te nha oc or ri do. La men to que esse fa to ten ha oc or ri do, mas, por que oc or reu, não po de mos nos omi ti r e o pro ces so deve ser aber to. Fe i to isso, Sr. Pre si den te, a Mesa vai dar a sua po si ção, o Con sel ho de Éti ca vai vol tar a se po si ci o nar e o Ple ná ri o do Se na do vai se po si ci o nar defi ni ti va men te.

Portan to, con cor do com V. Ex<sup>a</sup>, que, na Pre si dên cia des ta Comiissão tem demon strado, como di se o Se na dor Lú cio Alcân ta ra, não só equi lí brio, mas sobre tudo com pe tên cia. A propó si to: V. Ex<sup>a</sup> gan ha aqui não um elo gio, mas um re co nhe ci men to de mi nha par te pela com pe tên cia com que tem di ri gi do os tra ba lhos.

Era o que tinha a dizer, repetindo que o meu voto é com o re la tó ri o do Se na dor Sa tu rni no Bra ga.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Mu i to ob ri ga do a V. Ex<sup>a</sup>, Se na dor Osmar Dias, pela gen ti le za.

Com a pa la vra, pela or dem de ins cri ção, o Se na dor Lú cio Alcân ta ra.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Se na do res, a mi nha si tu a ção é em mu i to se mel han te a do Se na dor Osmar Dias.

Durante todo esse tempo, muito dialogamos, conversamos, trocamos idéias, ouvimos o re cla mo da so cie da de, ouvimos os com pa nhei ros, es tu da mos as pe ças e ou vi mos o Re la tor na bus ca da de ci são que nos pa re ces se a mais jus ta e a mais li vre dos sen ti men tos do ódio e da ami za de, pro cu ran do, in clu si ve, li ber tar nos da "mi di a rqui a", que po de ria, de al gu ma forma, con tri buir para dis tor cer a nos sa con vic ção pes so al. Isso, como ele di se, cus tou nos bas tan te, por que é ra mos tí dos com inde ci sos, é ra mos tí dos como vo tos atri bu í dos a "a" ou a "b".

Na ver da de, o que pro cu ra mos, ele e eu, foi guar dar o re ca to do juiz. Es ta mos aqui em uma si tu a ção de jul ga do res e a pró pria Re so lu ção nº 20, tan tas ve zes in vo ca da aqui, pre scri ve, no § 1º do art. 24, que nós te mos que guar dar si gi lo, te mos que ser dis cre tos, te mos que nos pre ser var para nos ma ni fes tar mos no mo men to pró prio e na o ca sião pró pria.

Sem ser ba cha re em Di re i to, pe din do a to le rân cia de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Pre si den te, gos ta ria de re co lo car di

dati ca men te as circun stân cias em que es ta mos en vol vi dos, con si de ran do que há, talvez, milhões de bra si le i ros nos es cu tan do e que de vem me lhor com pre en der o teor, a na tu re za da de ci são que va mos to mar aqui.

Es ta mos em um pro ces so de a ve ri gu a ção sobre ilí ci tos que te ri am com e ti do dois ilus tres Se na do res da Repú bli ca. Nes se pro ces so de a ve ri gu a ção e nes sa fase de nos sos tra ba lhos, *mutatis mutandis* – per do em a com pa ra ção se ela não for a exa ta ex pres são da ver da de –, es ta mos aqui como se fôs se mos de le ga dos de po lí cia: es ta mos fa zen do aqui um in qué ri to po lí ci al, que terá a sua con clu são.

Nes sa fase dos nos sos tra ba lhos, qual é a au to no mia que o Con sel ho te ri a pa ra de ci dir? Con cluí do todo o nos so tra ba lho, o Re la tor vai se ma ni fes tar e o Con sel ho po de rá ar qui var o pro ces so, di zer que na da hou ve. O Con sel ho po de rá cen surar ver bal men te, cen su rar por es cri to ou ad ver tir. Es sas pe nas são no to ri a men te in sa tis fa tó ri as di an te das fal tas com e ti das pe los dois Se na do res que es tão sen do in ves ti ga dos. Quer di zer, elas não cor res pon dem, no meu juízo, à gra vi da de da fal ta que pra ti ca ram.

Portan to, o Con sel ho en ten de que não deve apli car es sas pe nas, mu i to me nos ar qui var o pro ces so. Rest a ri am duas ou tras que po de ri am ser apli ca das: a pena de sus pen são tem po rá ri a do man da to e a pena de cas sa ção do man da to.

Ora, es sas pe nas só po de rão ser apli ca das me di an te a aber tu ra de um pro ces so. En tão, o que nós es ta mos a de ci dir ho je aqui – e que todos pos sam com pre en der – é se a bri mos ou não um pro ces so. Um pro ces so que po de rá cul mi nar com cas sa ção, com sus pen são, com ad ver tên cia e até com ab sol vi ção.

Eu lem bro um caso que acon te ceu, rela ti va men te re cen te, no Se na do, em 1994.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet. Fazendo soar a campainha.) – Senador Lúcio Alcântara, em homenagem a V. Ex<sup>a</sup>, peço a todos o maior silêncio possível.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Em 1994, foi ins ti tuída uma comiissão tem po rá ri a pro ces san te – por que não ha via Con se lho de Éti ca – para exa mi nar a puni ção a ser apli ca da ao en tão Se na dor Ronal do Ara gão, ho je fa le ci do. Es sa comiissão con clui u, em es cru tínio se cre to, por cin co vo tos a dois, por pro por ao Ple ná ri o do Se na do a cas sa ção do man da to do Se na dor Ronal do Ara gão. O pro ces so foi ao Ple ná ri o, que absolveu o Se na dor Ronal do Ara gão, pois en ten deu que não ha via ele men tos que con fi gu ras sem

caso de cassação de mandato. O Senador Ronaldo Aragão foi absolvido, e caiu por ter ra o pro je to de re-  
solução da comissão especial que pro pu nha um de-  
cretolegislativocassando o mandato.

Eu estou dando esse exem plo para que fi que  
bem cla ro que nós es ta mos aqui cu i dan do se va mos  
ou não abrir um pro ces so, re i te ran do que es sas duas  
pe nas — a cas sa ção ou a sus pen são tem po rá ria do  
man da to — só po de rão ser apli ca das me dian te aber-  
tu ra do pro ces so.

Para mim, o que estamos aqui decidindo — eu  
não sou formado em Direito, então me per do em se  
não sou cor re ta men te o jar gão do Di re i to — é uma es-  
pé cie de admissibilidade.

**O SR. CORREGEDOR** (Romeu Tuma) — Perfeito.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** — Nós estamos  
aqui numa es pé cie de admissibili da de, se há ele men-  
tos su fi ci en tes para que se pe ça aber tu ra des se pro-  
ces so.

**O SR. CORREGEDOR** (Romeu Tuma) — Se a  
Mesa faz o pa pel do Mi nis té rio Pú bli co!

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** — E se a Mesa — me  
diz o Se na dor Ro meu Tuma — vai fa zer o pa pel do Mi-  
nistério Público, poderá aceitar ou não o nosso pedido.

Então, quando um delegado conclui o seu in-  
quérito policial, ele não condena previamente, não  
pre jul ga. Ele con clui e man da para o Pro mo tor, man-  
da para o Ministério Público. Aí há uma di ver gên cia,  
se de via ci tar pena, se não de via ci tar pena. Eu não  
penso, sinceramente, que o relatório do Senador Sa-  
tur ni no Bra ga seja um re la tó rio per fei to. Eu não diria  
isso, com todo o es for ço e em pe nho que S. Ex<sup>a</sup> teve,  
um homem da maior correção, seriíssimo. Mas não  
me pa re ce pos sí vel, nas cir cun stân cias que nós es ta-  
mos vi ven do, er guer algo me lhor em subs ti tu i ção ao  
seu pa re cer.

Essa é a convicção a que cheguei, mediante  
longas reflexões, e procurando uma única coisa: a  
tran qüi li da de da mi nha pró pria cons ciên cia, ten do em  
vis ta a gra vi da de da de ci são que nós es ta mos to man-  
do aqui. Dis cu ti com o meu co le ga Os mar Dias, e gas-  
ta mos mu i tas ho ras tra tan do des te as sun to.

Então, fica mu i to cla ro o que se de ci de aqui. A  
im prens a mu i to po de ria co la bo rar tam bém para que a  
socie da de com pre en de se que o que es ta mos aqui  
decidindo é so bre a aber tu ra ou não de um pro ces so.

Sr. Presidente, as sim como o Se na dor Os mar  
Dias, muitas ve zes sin to-me ques tionado. Ques tionado  
por que não me de cla rei, por que não dis se como ia  
votar. Re cu sei-me a vo tar na que las pré vias que mu i-  
tos órgãos de im prens a fi ze ram, as se gu ran do que o

voto era se cre to. Re cu sei-me a ma ni fes tar mi nha opi-  
nião. Guar dei co mi go a con vic ção que fui for man do  
aos pou cos, ao lon go de todo esse pro ces so, ten do,  
mu i tas ve zes, que as su mi ra ti tu des co ra jo sas, por que  
é mu i to mais co ra jo so aque le que tem co ra gem e dis-  
po si ção de de ci dir con tra o in te res se de um ami go do  
que aque le que jul ga al guém a quem é in di fe ren te ou  
que, às ve zes, che ga até a odi ar.

Então, Sr. Presidente, ar ri ma do nes ses prin cí pi-  
os mo ra is que, gra ças a Deus, re co lhi des de a mi nha  
casa, com os meus pais, e que só fiz for ta le cer ao lon-  
go da mi nha vida, é que che guei a esta con clu são: o  
meu voto é a fa vor do Re la tó rio do no bre Se na dor Ro-  
ber to Sa tur ni no.

**O SR. NEY SUASSUNA** — Sr. Pre si den te, pe ço  
a pa la vra para uma ques tão de or dem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) — Con ce do  
a pa la vra ao no bre Se na dor Ney Su as su na para uma  
ques tão de or dem.

**O SR. NEY SUASSUNA** — Sr. Pre si den te, Sr<sup>as</sup> e  
Srs. Senadores, da qui a pou co co me çará a sessão  
do Se na do; a **TV Senado**, obrigatoriamente, terá que  
estar presente e teremos a votação aqui. Portanto,  
quan do ti ver iní cio a Ordem do Dia, te re mos que sus-  
pen der. Como ain da fal tam três ou qua tro Srs. Se na-  
do res para fa lar — que gas ta ria mais ou me nos 40 mi-  
nu tos — e a Ordem do Dia já deve co me çar, gos ta ria  
de sa ber se ire mos sus pen der e re mar car ou va mos  
continuar após a Ordem do Dia. Como ire mos pro ce-  
der, Sr. Pre si den te?

Era esta a ques tão de or dem.

**O SR. PEDRO SIMON** — Sr. Presidente, solici tei  
que prorrogassem a Ordem do Dia, que a atra sas-  
sem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ra mez Te bet) — En quan-  
to isso, con ce do a pa la vra ao no bre Se na dor Na bor  
Júnior.

**O SR. NABOR JÚNIOR** — Sr. Presidente, Srs.  
Membros do Conselho de Ética do Senado Federal,  
como é do co nhe ci men to de to dos, te nho pro cu ra do  
man ter a mais ab so lu ta dis cri ção.

**O SR. PRESIDENTE** (Ra mez Te bet) — Pe ço a  
aten ção das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Se na do res para o Se na-  
dor Nabor Júnior.

**O SR. NABOR JÚNIOR** — Muito obrigado, Sr.  
Presidente.

Du ran te todo esse pro ces so, que cul mi na, hoje,  
com a re a li za ção des ta re união para deci dir sobre o  
pa re cer do no bre Se na dor Ro ber to Sa tur ni no ou so-  
bre o voto em se pa ra do do no bre Se na dor Pau lo Sou-  
to, tenho man ti do a mais ab so lu ta dis cri ção. Não to-



meiparte no processo de inquirição das pessoas envolvidas e nem das testemunhas, exatamente para manter a minha isenção e poder, hoje, proferir o meu voto. Se tivesse tido a participação mais efetiva ou mais destacada durante o processo em que os Srs. Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda depuseram, nesta Comissão, e, também, a Dr<sup>a</sup> Regina Célia, ex-Diretora do Prodasen – ou as testemunhas – eu, certamente, já teria antecipado o meu voto como aconteceu, por exemplo, com outros Senadores e que a imprensa já divulgou – que votariam de maneira igual, tal e qual. Mas nem por isso, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, deixei de ser vítima de uma série de injúrias e de difamações por parte de alguns setores da imprensa nacional e mais, especificamente, da imprensa do meu Estado, que é mantida pelo Governo do Estado do Acre. Nem se quer a minha família ficou livre das acusações, das insídias, das injúrias que assacaram contra mim nesses últimos dias, por conta da minha posição firme e decidida de manter o sigilo do meu voto.

Fui procurado, dezenas de vezes, por representantes dos principais jornais que circulam neste País, principalmente do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, para me forçar a decidir o meu voto a respeito da cassação ou não dos dois Senadores. Em todas as ocasiões, manifestei a minha posição de que só o faria no decorrer desta reunião que está realizando o Conselho de Ética, para julgar o parecer do Senador Roberto Saturnino, até para evitar que se levantasse suspeita sobre a minha posição neste Conselho. Se eu tivesse antecipado o voto, poderia dar margem a que se argüísse a minha suspeição e eu ficasse impedido de votar.

De modo que não poderia, agora, neste momento, me omitir da responsabilidade de proferir a minha posição, o meu voto a respeito desse processo.

Entendo, como alguns Senadores já o fizeram, que a abertura do processo nos moldes das conclusões do parecer do Senador Roberto Saturnino não implica, necessariamente, na cassação dos dois Senadores, até porque, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, há ainda três instâncias a serem percorridas: a Mesa Diretora do Senado Federal; novamente o Conselho, se o parecer for acatado; a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado; e, finalmente, o plenário do Senado Federal.

Para que se consuma o processo de cassação dos dois Senadores, todos esses órgãos teriam que opinar favoravelmente, sem o que não se chegaria a esse resultado final, como bem acen tu a ram aqui al-

guns Srs. Senadores. Pode ocorrer, inclusive, Sr. Presidente, a hipótese de o Conselho aprovar o relatório do Senador Roberto Saturnino, no qual S. Ex<sup>a</sup> propõe a abertura do processo de cassação para os dois Senadores, e a Mesa Diretora, pela maioria de seus membros, não acatar esse encaminhamento. O processo, por conseguinte, já seria tranca do na instância seguinte, a Mesa Diretora do Senado Federal.

Poressas razões, que ro, neste momento, assumindo a responsabilidade da minha decisão perante este Conselho, perante o Senado Federal, perante o povo do meu Estado, que assistiu à revo l tan te campanha que fizeram contra mim nesses últimos dias, pelo fato de eu não que rer ante ci par o meu voto e por notícias que foram divulgadas de maneira covarde por alguns jornais na imprensa nacional – o povo do Acre está acom pa nhan do tudo isso e ven do a injustiça de que estou sendo vítima –, vou proferir aqui, Sr. Presidente, o meu voto.

Nos termos da declaração de voto que estou encaminhando à Mesa, para que cons te nos Ana is dos nossos trabalhos, voto favoravelmente ao parecer do Senador Roberto Saturnino.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando e passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Romeu Tuma por alguns instantes.

Porgentileza, Senador Romeu Tuma.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, ouvi atentamente todas as exposições feitas nesta reunião de apreciação do relatório do Senador Roberto Saturnino. Aqui discutiram-se dois temas que variam fundamentalmente entre uma punição da perda de mandato de definitiva ou da perda de mandato temporário.

Ora, não é esta a matéria que nos deve ocupar durante esta reunião. Estamos diante...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Eu pe di ria silêncio, por favor. O sentido da audiência tem 360 graus; conversas ao lado, de frente e atrás prejudicam o andamento da reunião e a liberdade de quem usa a tribuna, que fica pre ocu pa do com algumas conversas paralelas.

**O SR. AMIR LANDO** – A avaliação do tema, portanto, Sr. Presidente, sempre envolveu uma decisão de mérito, repito. Coisa estranha neste momento do processo disciplinar que se vai instaurar. Não há dúvidas de que inverteu-se a ordem das coisas. Investigou-se previamente o sentido restrito. Mas a sociedade brasileira, como um todo, entendeu que

agora era a hora de um veredicto final, de ciúvo sobre o destino político dos dois Senadores envolvidos.

É evidente que não é isso, bem esclarece o Exmº Sr. Relator, como esclarecem outras partes pré-opinantes que aqui hoje já se manifestaram. Mas o tom da conversa sempre está prenhe de juízo de valor sobre o procedimento dos dois Senadores objeto de investigação.

Ora, Sr. Presidente, anteriormente, já no curso desta investigação, manifestei-me no sentido de melhor entender o que se estava procedendo e o que se iria votar. Sabemos que nesta fase preliminar não se pode antecipar o mérito. É óbvio, neste momento, o juízo é de procedimento como as sen tei com to das as le tras por convicção jurídica.

Sr. Presidente, permitam-me esta Casa dizer que sou um operador do Direito. A minha vocação intrínseca, antes de exercer qualquer mandato político, sempre foi o exercício do Direito. Porque entendo, no dizer de Platão, que o Direito é a base da sociedade. Não há como negar este meu profundo amor à justiça. Lutei contra o regime de exceção instaurado no passado. Aquele na íte que du rou trinta anos estava eu nas ruas lutando pelo resgate das liberdades democráticas que, na sua essência, Sr. Presidente, o que queríamos era devolver à cidadania o princípio do justo processo ou, como queira, do devido processo legal. E neste momento man t en ho a mi nha fi de li da de.

Lembro-me bem que em 1964, já no início de 1965, desfilávamos nas ruas de Porto Alegre, nós ingressando na faculdade de Direito, todos vestidos de negro, levando cada turma nada mais nada menos do que todos os artigos da Declaração do Homem e do Cidadão. E aí o meu profundo respeito à justiça, o meu desejo de que todo o processo siga a devida ordem. Jamais concordei com julgamentos antecipados, jamais concordei com a prevenção, alimentada pelo ódio muitas vezes, que denuncia sem prova e condena quem não to le ra. Não seria agora que deixaria de defender esses princípios. É óbvio que a minha consciência de terminapor imperativo exatamente aquilo que já manifestei em sessão anterior, quando, por todas as le tras, disse que era preciso refletir sobre o conteúdo dessa decisão.

Não há dúvida de que, muitas e tantas vezes, oprimidos pela intolerância dos poderosos, submetemo-nos ao saber único, ao saber que não admitia exceção e, assim, nessas circunstâncias, escondemo-nos no silêncio to le ran te. Seria fácil, agora, simplesmente negar tudo aquilo em que acredito e in -

gressar na aquilo que é não a vontade da lei, mas a lei da vontade sem face, que se alimentava na opinião pública e exige um comportamento seja o que for.

Da mesma maneira que defendia a democracia e o princípio do devido processo no passado, faço-o agora, para dizer que, neste momento, nós temos que entrar exclusivamente no procedimento, mandando à Mesa o processo das razões do Relator, é verdade, porque, para se formar uma indicação, é preciso levantar os fatos e não há como extrair desses fatos uma consequência de mérito. Mas como de ci são a ser vo ta da pelo Con se lho, antes da decisão de mérito que sairá ao final da tramitação, inclusive passando pela Comissão de Constituição e Justiça, se for o caso, e o Plenário. E, neste momento, haverá a decisão definitiva sobre qual a pena aplicada. Agora, não há processo. Não pode haver condenação sem processo. Pode haver procedimento para que, se formado o processo, se construa a condenação.

E que ro dizer que não tenho medo de apon tar que os fatos são graves, que há ofensa ao decoro e que a pena poderá ser, inclusive, de cassação. De maneira nenhuma alinhomene essa ideia de desqualificar o relatório por que fixa uma pena, mas, sim, de fazer uma observação que o relatório vai bem, mas não é necessário enunciar a pena aplicável. Desde que os fatos que demonstram ou fazem o contrário, melhor dito, para não pe remp tó rio, de que bra de de co ro, consequentemente as penas aplicáveis de mandam a iniciação de um processo, por meio da Mesa ou dos partidos políticos.

Sr. Presidente, tenho, como disse, uma devoção especial à justiça, por isso que sou advogado. E aprendi que sobretudo a advocacia exige a defesa permanente do direito e é nesse sentido, em tão, que, quando aqui me manifestei, que ro de fender essa postura, por que é aquilo que a minha consciência exige: a ideia do devido processo. Jamais poderia admitir que o processo fosse uma mera formalidade. Ao contrário, temos, como disse o Relator, que propiciar todos os momentos processuais para o exercício, inclusive, do direito de defesa, o sagrado direito de defesa.

Atodos os réus, qual quer que seja o crime que hajam cometido, sempre lhes é assegurado o direito de defesa. Este é o princípio essencial da democracia que tanto defendemos, este é um dos direitos e garantias individuais dos mais sagrados, porque, como tenho dito, Srs. Senadores, o direito é, meramente, um dever ser que se torna efetivo pelo processo. Quando o processo está em risco, não há mais direito algum a ser defendido.

Com a mesma veemência que sempre defendi, contrário aos IPMs, quando os poderosos dispunham dos procedimentos ao seu bel-prazer, fui contra, porque entendia que todos têm o direito de ser julgados, como já dizia a Magna Carta, segundo as leis do País e de acordo com aquilo que se estabelece como idéia fundamental de justiça.

Por isso, Sr. Presidente, e inspirado na sabedoria proverbial chinesa, há ainda uma passagem que eu gostaria de lembrar. E tenho para mim como uma posição de vida, uma posição que orienta as minhas atitudes e as minhas ações. Na minha existência, prezando dois bens fundamentais: o direito e a vida – a justiça e a vida, prefiro até morrer. Se tiver que prejudicar a justiça, antes, preferirei sempre sacrificar a vida para defender a justiça.

É por isso que, nessas circunstâncias, voto com o Relator, até o ponto em que sustenta S. Ex<sup>a</sup> a remessa dos autos para a instauração do devido processo. É nessa circunstância, exatamente quando o Relator realça que os fatos indicam atos contrários à ética e ao decoro parlamentar, que, portanto, exigem a instauração do devido processo para apurar as responsabilidades e a aplicação das penas cabíveis.

Nessas circunstâncias, Sr. Presidente, eu gostaria, finalmente, de dizer que não posso transigir quanto a esses princípios, porque não teria condições de defender mais ninguém se eu violentasse essa idéia do devido processo. Jamais eu gostaria de ver instaurado o Governo de Veneza, que firmava-se sobre a corrupção e a delação, e exatamente via do terror e de volúpias – em suas masmorras, que eram chamadas de chumbos, entrava-se pela Ponte do Suspiro, sempre à noite: era um inferno que não tornava a se abrir.

E não posso admitir que se abra qualquer procedimento de exceção. Que aqui se faça sempre um libelismo – quanto mais duro mais agradável à opinião pública. O Direito precisa ser preservado – e tenho certeza que não é outra a idéia do Relator.

Não quero jamais, com esse discurso, fazer qualquer reparo ao seu relatório, mas, na parte final, voto com essas restrições, para que se abra o devido processo legal, apurando-se e punindo-se na forma da lei.

Nada mais acrescentar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Raetz Tebet) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de pois de algumas intervenções de alguns colegas, é fundamental que al-

gumas coisas e alguns consensos sejam ressaltados. Ninguém, nem neste Conselho, nem no Senado, nem o Relator, propõe, defende, insinua ou aponta a possibilidade de se estabelecer a cassação sem o devido processo e sem o direito de defesa.

Agora, este Conselho tem que estar ciente dos procedimentos que vão tomar e dos possíveis desdobramentos, a partir dos procedimentos que tomarmos. O Senador Ney Suassuna procurou estabelecer uma dicotomia entre um lado e outro e ele conclui que não há grandes divergências e aponta uma alternativa que seria o meio termo. O Senador Amir Lando fala que é a favor do relatório, a favor que se estabeleça o devido processo.

Este Conselho, de acordo com o Regimento, tem que dizer qual é o devido processo, sob pena de tomarmos aqui uma deliberação que, na verdade, significa que todo trabalho de 30 ou 40 dias que foi feito, de que todas as diligências que foram feitas, de que todo o relatório será, na prática, transferido para a Mesa Diretora. Esse é o resultado da supressão da expressão "nos termos do § 2º, do art. 55, da Constituição".

**O SR. AMIR LANDO** – Nobre Senador, permite-me um aparte?

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Não, por enquanto não.

Esse é o resultado. Cobrou-se aqui que tudo fosse esclarecido a partir do momento em que fomos votare, portanto, tudo tem que ser devidamente esclarecido. Por que esse é o resultado?

Ora, o Conselho de Ética está analisando essa matéria, uma de número formula da nos termos do art. 17, que estabelece as situações e as decisões que o Conselho de Ética pode tomar.

O art. 17, no seu § 3º, diz o seguinte:

"Considerada procedente a denúncia por fato sujeito a medidas previstas nos arts. 8º e 9º [ou seja: censura e advertência], o Conselho promoverá sua aplicação, nos termos ali estabelecidos. Verificando tratar-se de infrações incluídas entre as hipóteses dos arts. 10 e 11 [ou seja: suspensão e perda de mandato], procederá na forma do art. 15."

*Ora, até não que ro abrir um debate sobre uma questão que já disse para o Presidente do Conselho de que, no meu entendimento, nem precisaria ir para a Mesa. Mas essa é outra questão.*

Este Conselho, por consenso, está entendendo que o processo tem que ir para a Mesa porque, em caso de perda de mandato, a Constituição estabelece que a representação tem que nascer da Mesa ou do partido político. Ora, se este relatório sai daqui com essa redação, que é o que ficará, caso seja aprovada o desta que que está sendo costurada nos bastidores, o nosso voto é pelo encaminhamento dos autos desse processo à Mesa Diretora do Senado Federal, para que essa delibere. Se é para encaminhar os autos para a Mesa, para que essa delibere, ela, obrigatoriamente, já que estamos abrindo mão de tomar conclusão a respeito das diligências, dos depoimentos, das acareações, na prática, significa transferir para a Mesa e repetir todo esse procedimento. Esse é o efeito, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, dessa suspensão. Não me venham com a história de que o fato de o Conselho concluir pela abertura do processo, nos termos do art. 55, significa prejulgamento. Os exemplos dados aqui pelo Senador Lúcio Alcântara mostram que o processo contra o Senador Ronaldo Araújo foi feito nos termos do art. 55, e o resultado do Plenário não foi aquele que foi aprovado. Inocando, inclusive, o Senador Lúcio Alcântara, ao fazer a comparação corretamente, na minha humilde opinião, não a de um operador do Direito, mas de alguém que tocado ouvido.

Estamos, sim, em situações semelhantes às de um delegado em inquérito. Ao delegado, no inquérito, cabe apontar a materialidade do delito, se ele existe; apontar possíveis responsáveis pelo delito, o que caracteriza o indiciamento, e opinar a respeito de possíveis enquadramentos na lei penal. Isso não significa que esse procedimento fará com que o juiz adote aquele procedimento. Pode-se dizer que nesse caso é diferente, que o caso do delegado não vai ser votado. Mas se trata de uma questão que estabelece a diferença pelo fato de sermos uma Casa política e de que todos os procedimentos aqui são coletivos. Nenhuma decisão é tomada solitariamente por um relator em qualquer matéria. Em qualquer foro que o relator apresentar o seu relatório, ele será votado e o resultado do pasará a ser uma decisão do Conselho.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com muita tranquilidade, até porque concordando com o que disse o Senador Waldeck Ornêlas, que um Parlamento que não se respeita não se mantém de pé, entendendo também que há "n" fatos que este Parlamento não tem desrespeitado. Mas a abertura do processo, nos termos propostos pelo relator, será uma conclusão a ser tomada por este Conselho ou, então, que alguém

a apresente formalmente. Não se trata de um caso de representação mas de censura, de advertência. Vamos votar a pena neste momento. Mas, se há o entendimento de que se trata de um caso de representação, e a representação, pelo que prevê a Constituição, deve ser encaminhada à Mesa, tem que se basear em algum dispositivo legal, porque se não não é representação. Estamos representando em nome de quê? Estamos representando com base em quê? Estamos representando, escorados em que dispositivo do Regimento ou da Constituição?

Nesse processo que vai ser aberto, permitirá, Senador Waldeck Ornêlas, que se continue as manifestações contra ou a favor da cassação. Isso vai continuar acontecendo. O errado – e, nesse ponto, concordo com alguns Senadores –, é sairmos daqui com a impressão de que a votação estabeleceu a cassação, porque isso é o que está sendo utilizado, e não por alguns que, porventura, queiram propor a cassação. Mas está sendo utilizado exatamente para se estabelecer uma opção, neste momento, no Conselho, do tipo: ou renúncia ou é cassado. Não é verdade! Até porque, mesmo que o processo, como está nos termos do Relatório, seja aberto, nos termos do art. 55, ao voltar para o Conselho, este poderá concluir que não houve quebra de decoro parlamentar e, portanto, poderá concluir pela suspensão de mandato ou pela absolvição, pura e simples, mesmo porque o processo de votação do Conselho vai de pois para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E, ao retornar para o Conselho, aí, sim, nós não vamos votar relatórios, vamos votar projetos de resolução, se entendermos que há culpa. Aí, será votado o projeto de resolução pela cassação ou projeto de resolução pela suspensão ou projeto de resolução nenhum, se o Conselho entender que cabe absolvição. E, a partir daí, está encerrado o assunto. Se houver o entendimento de que há algum projeto de resolução, vai para a Mesa.

Agora, do ponto de vista regimental, a conclusão deste Conselho sob pena de, na prática, ele estar abstendo-se de representar e, conseqüentemente, transferindo para a Mesa para que esta opte por abrir qualquer tipo de processo. Estaríamos, aí sim, não agindo de forma regimental.

No meu entendimento, o voto em separado do Senador Paulo Souto, com todo o respeito que tenho por S. Ex<sup>a</sup> e as possíveis emendas de destaques que venham a suprimir o final do voto do Senador Roberto Saturnino são anti-regimentais, porque significam que o Conselho de Ética não está cumprimdo o §3E

do art. 17. O Conselho de Ética realizou diligências e acareações, ouviu pessoas, mas, na prática, está abstenendo-se de representar, para que a Mesa formalize a abertura do processo, e transferindo para a Mesa inclusive a possibilidade de reabrir todo o processo, de fazer diligências, de fazer acareações, de ouvir depoimentos. Afinal de contas, se a Mesa, ao dispor desses autos, não tem um parecer do Conselho, estabelecendo qual dispositivo constitucional que embasa a representação, ela não teria outra alternativa a não ser o de repetir todo o procedimento que este Conselho de Ética está fazendo.

Portanto, Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> e Srs. Senadores, assinando em baixo de tudo aquilo que foi dito por diversos Senadores, não há linchamento político. Ninguém aqui tem intenção de fazer linchamento político. Infelizmente, incentivado por alguns, se tentou até estabelecer uma disputa entre PT e PPS, para ver quem era mais radical em pedir a cassação. A declaração do Ciro Gomes, agora neste momento, resalta que essas questões não podem ser discutidas por lista partidária.

Fiz questão de não antecipar nem numa posição de mérito a respeito do processo em si. Mas, à luz do trabalho feito por este Conselho de Ética, não há outra alternativa para o Conselho de Ética a não ser votar o parecer do Senador Roberto Saturnino na sua integralidade.

Muito obrigado.

**O SR. NEY SUASSUNA** – Sr. Presidente, tenho a impressão – porque estava conversando ou porque conversavam perto de S. Ex.<sup>a</sup> – de que o Senador Eduardo Dutra não prestou atenção no que falei.

Declaro o meu voto a favor do Senador Saturnino Braga, li as conclusões e perguntei se alguém podia dizer que não eram verdadeiras as conclusões. Por essa razão, fiquei com o voto do Senador Saturnino. Não entendia por que tanto tempo se gastava numa discussão que, no final, não traria grande diferença. Eu não ficava com o voto em separado por quê? Por que o voto em separado perdia energia, atacando o voto do Saturnino, que era um relato dos fatos; e, com fatos, não há argumentos.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Fiz um registro sobre o Senador Ney Suassuna a respeito de uma passagem da sua intervenção. Não fiz nenhuma ilação com relação à sua conclusão.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Claro!

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, como respeito o entendimento jurídico do nobre geólogo, S. Ex.<sup>a</sup> tem que respeitar o meu entendimento jurídico.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Com muito orgulho, assim como o Senador Paulo Souto, que também é geólogo.

**O SR. AMIR LANDO** – Também obrigado-me.

A tipificação era desnecessária, porque ela vem no curso de todas as intervenções. Ora, já se disse aqui que não importa o conteúdo da representação, que pode ser oferecida por um Partido político – e o PT, o PDDB ou o PFL podem fazê-lo, assim como qualquer Partido com assento neste Conselho. Mas cabe exatamente à Mesa a titularidade da representação. Quando falo em que braço de cor, se vou buscar a inteligência do Senador Jefferson Péres, encontro exclusivamente a cassação. A interpretação anterior, já dada por esta Casa, só com porta se quiser entender duas penas: a perda temporária ou a perda definitiva de mandato.

Eu tenho que esclarecer porque, de acordo com essa postura, com essa interpretação dada pelo nobre Senador, parece que se quer esvaizar. Não. Se quer estabelecer o devido processo legal, se quer o julgamento ao final do feito e não no início. Se eu, como membro do Conselho de Ética, aqui me manifestar claramente pela cassação, por que vou agora acompanhar todo um processo de instrução e formação da prova e depois julgar de novo? Eu não vou praticar esse ato absolutamente desnecessário.

Por isso, Sr. Presidente, não é o caso de que cada um pensasse a verdade absoluta. Eu sempre me submeti, sobretudo, à verdade daqueles que me ensinaram.

Aqui, uma vez estabelecido o processo, inclusive se a Mesa apresentasse um processo com uma pena menor, qualquer Partido poderia representar diferente. O resultado mesmo seria sempre o resultado definitivo do julgamento final. Ora, não há vitória nenhuma. Não há necessidade de se estabelecer coisa alguma. É inútil essa ideia. Isso aqui virou um concurso de quem consegue ser mais rígido. Eu quero ser o mais justo possível. É por isso que eu não tenho medo de falar. Se eu não defender esses princípios que são fundamentais no Direito, como poderia amanhã ser contra aos regimes de exceção? Eu não poderia ser contra mais nada. Eu te rei que aplaudir o que se fez de errado, de violação aos direitos e garantias individuais. Na medida em que um Conselho vota, com ar de caráter definitivo, ele estará antecipando o julgamento.

**O SR. PAULO SOUTO** – Sr. Presidente, peço a palavra, porque ha sido citado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, quero pedir a atenção de V. Ex<sup>as</sup> porque precisamos concluir.

S. Ex<sup>a</sup> disse que foi citado. Daqui para a frente, quero dizer que a citação quando for de um termo considerado desairoso, tudo bem, mas dizer que o Senador tal pensou desse ou daquela maneira.

**O SR. AMIR LANDO** – Mas houve uma inversão do meu entendimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – V. Ex<sup>a</sup> pediu a palavra e eu a concedi.

**O SR. AMIR LANDO** – Eu voto com o Relator nestes termos: pela quebra evidente do decoro.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – V. Ex<sup>a</sup> está dizendo que vai votar com o Relator. Tudo que ocorrer aqui vai estar registrado em Ata.

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva, por dez minutos.

**A SRA. MARINA SILVA** – Sr. Presidente, com certeza esse é um momento muito delicado desta Comissão de Ética. Delicado porque as sutilezas regimentais podem levar a uma piz za sem to ma te e sem muzzarella. Acredito que o Senador José Eduardo Dutra apontou muito bem quais são os caminhos para se evitar essa piz za de sa bor tão de sa gra dá vel.

O que nós estamos fazendo aqui para evitar mos ficar com esse sofisma é que existe um grupo que é mais ou menos justo, um grupo que é injusto e um grupo que é completamente justo? Aqui existem pessoas que têm interpretação diferente do que está acontecendo. Diante dessa interpretação aplicam a justiça que acreditam e que, segundo o Regimento e as leis, devam ser aplicadas. Nesse sentido, o que estamos avaliando aqui é a quebra do decoro e da ética parlamentar.

O que é o decoro parlamentar?

O Sr. Roberto Saturnino, segundo suas convicções, a partir dos depoimentos, das investigações realizadas, chegou à conclusão de que houve a quebra do decoro e da ética parlamentar. O decoro significa estar "em conformidade com". Essa "em conformidade com" pode ser com as regras, com as normas, com as leis, etc. No caso em discussão significa estar em conformidade com as regras do Parlamento. E quais são as regras do Parlamento? Inúmeras. Não tenho competência técnica para citar todas, mas vou citar apenas uma, por compreender ser a mais importante de todas. Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> vai me ajudar pedindo silêncio? Agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – A palavra de V. Ex<sup>a</sup> é maior que a minha. A Senadora Marina Silva pede silêncio.

**A SRA. MARINA SILVA** – A mais importante de todas, do meu ponto de vista, por compreender que sintetiza as demais, até porque todas elas estão submetidas a esta, é o respeito à Constituição Federal. Respeito esse que não se dá, cumprimen to da Constituição Federal que não se dá por uma adesão convencional como para os demais brasileiros. Os demais brasileiros têm que respeitar a Constituição não porque decidiram, mediante juramento, que iriam respeitá-la, mas existem algumas categorias que juram perante seus Pares, perante a sociedade, que vão cumprir a Constituição Federal. Isso acontece conosco, no momento da nossa investidura na função de Senador ou de Deputado Federal. Um dos pressupostos, condição **sine qua non** para que nos tornemos Senadores, é o juramento de que vamos respeitar a Constituição Federal. Esse juramento é feito publicamente.

Foi essa Constituição Federal que os Senadores em questão não respeitaram, não cumprindo o juramento que fizeram como Senadores. Ainda mais aquele que, além da função de Senador, tinha a responsabilidade pela Instituição, Congresso Nacional, como é o caso do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O que diz o Regimento Interno no seu art. 4º, no § 2º? Eis o que diz:

"Art. 4º....."

*§ 2º Presente o diplomado, o Presidente designará três Senadores para recebê-lo, introduzi-lo no plenário e conduzi-lo até a Mesa, onde, estando todos de pé, prestarão o seguinte compromisso: "Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil".*

E todos dizem sim, até mesmo aqueles que se consideram mais idosos.

O que foi que aconteceu nesse fim de processo de violação do painel do Senado? O desrespeito à Constituição Federal, que preceitua, no seu art. 55, § 2º, que, no caso da cassação de Senadores, "a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva

va Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional" e assim por diante

O art. 55, em seu § 2º, dizia que o mandato do Senador Luiz Estevão deveria ser cassado por voto secreto. Agora, qual foi o erro cometido, que caracteriza, do meu ponto de vista com justiça, o voto do Senador Saturnino? É que houve dois ilícitos praticados. O primeiro deles, porque se fez uma violação criminosa para se descobrir como haviam votado os Srs. Senadores; o segundo crime, por acessar uma informação que, constitucionalmente, era proibida de ser revelada, a não ser que a pessoa quisesse dizer como votou ou a forma como votou. Nesse caso, Sr. Presidente, o procedimento correto, não vou aqui dizer, até por que o Senador Dutra fez com toda competência, é o encaminhamento dado pelo voto do Senador Saturnino Braga. E não fazermos isso significaria estarmos transferindo para a Mesa o trabalho desta Comissão de Ética; é não estarmos avaliando o objeto da nossa função aqui, que é da quebra do decoro e da ética parlamentar. Do contrário, que encaminhamento teríamos a enviar à Mesa se não fosse esse o objeto? Não podemos transferir para a Mesa do Congresso a responsabilidade que apenas inicialmente está sendo encaminhada por este Pleno.

E mais: o Senador Amir Landi disse que ele não pode votar duas vezes algo que já decidiu e que já está, digamos, concluído pela condenação.

Aqui, temos apenas uma parte do Congresso, a parte que compõe a Comissão de Ética. O todo é o Plenário. O Plenário decidirá, e os membros da Comissão de Ética, inclusive na votação em plenário, poderão, se quiserem, mudar o seu voto. Mas, neste momento, terão que votar pela abertura do processo.

Quero dizer o seguinte: em cima dessa história de que existem justos, meios justos e assim por diante, o rico pode gabar-se por ser rico, por que ele pode optar em ser pobre. O bravo pode gabar-se por ser bravo, por que ele pode optar por ser manso. Mas o justo não pode gabar-se por ser justo, porque a ele não cabe nenhuma outra alternativa que não seja a justiça. Se, de fato, justo for, no momento em que ele admite poder ter agido de outra forma, isso denuncia que, na verdade, ele não é justo. O justo é condenado a não ter opção. É isso o que entendemos por justiça, Senador Amir Landi.

Concordo inteiramente com o que está sendo encaminhado pelo Senador Saturnino Braga, com as argumentações do Senador Dutra. Do contrário, é fazeremos para a sociedade brasileira uma conchamba

mento e uma pizza, como falei anteriormente, sem tomate e sem mozzarella.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

S. Exª não se encontra.

Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, nesta minha manifestação, quero que as minhas primeiras palavras sejam para reafirmar e salientar a ação que V. Exª tem desempenhado enquanto Presidente desta Comissão. Uma ação ponderada, firme, transparente e democrática, evidenciando os seus profundos conhecimentos jurídicos e, principalmente, revelando a sua habilidade no bom trato com os colegas Parlamentares.

Quero, também, salientar a atuação dos membros desta Comissão, tendo em vista que não sou membro dela, mas estou aqui por direito e por dever, assim entendo. Mas quero ressaltar a atuação dos membros desta Comissão pela presença, pela determinação, pela atuação, pelas posturas claras, independentemente do fato de concordarmos ou não e, principalmente, pela decisão, que acredito vai ser tomada ao final das manifestações, no sentido de que é impossível se inviabilizar a tramitação do processo para o encaminhamento de abertura de um processo por solicitação da Mesa, tendo em vista as provas evidentes que estão apresentadas e fundamentadas no Relatório do Senador Saturnino Braga.

Por outro lado, de se jogar cumprimentar e reafirmar aqui o que já acredito e conheço do Senador Saturnino Braga, pela consistência do seu trabalho, pela objetividade, pela profundidade daquilo que relata como acontecimentos e que, logicamente, não poderia se furtar e chegar à conclusão a que chegou.

A trajetória do Senador nos dá a certeza de que o seu Relatório não poderia chegar a uma outra conclusão. A sua identificação com os anseios do povo, a forma de ele ver o mundo e ver o Brasil, principalmente no combate à impunidade e à violência, pela ética e pela verdade, não poderia ser diferente.

Então, estamos diante de um relatório preciso, determinado e, principalmente, que caracteriza a falta de decoro por parte dos Senadores envolvidos no processo.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ouvi declarações que considero sinceras, preocupadas e coerentes – sim, coerentes, inclusive, com declarações que não podem, logicamente, ser analisadas separadamente dos seus autos, das suas histórias e dos seus compromissos. Cada pessoa tem um contexto

e, na que le con tex to da sua vida, da sua ação e da sua vi são de mun do e de ide o lo gia, faz a sua op ção, de ci de a sua po si ção e o seu voto.

Ouvi aqui, e con si de ro que isso tem que ser res sal ta do e man i fes to o meu total apo io, algo de muita con sis tência: que, aqui, o voto não vai se dar nem por ódio, nem por ran core e mu i to me nos por re van chis mo. Aqui não é Poder Judiciário; aqui, es ta mos fa zen do a ava lia ção po lí ti ca de fa tos que en vol ve ram dois Sena do res, al ém de func io ná rios da Casa. Aqui, está em aná li se, sim, a ques tão da é ti ca e da ver da de, que en vol ve prin cí pi os bá si cos da ação hu ma na que são a ho nesti da de, a le gal i da de e a le al da de do que foi fe i to.

Nes te mo men to em que são dis cu ti das a é ti ca e a ver da de, há uma con vo ca ção à so ci e da de bra si le i ra para que ana li se, pare e pen se um pou co mais so bre o peso e o con te ú do des sas pa la vras. Não são ape nas pa la vras, são va lo res que as pes so as têm, que exer cem ou não exer cem. A ques tão é ti ca está sen do profun da men te ques tio na da não ape nas pela ação dos po lí ti cos, mas den tro da ação e da atu a ção na fa mí lia, na es co la, no tra ba lho e na so ci e da de.

Sr. Presidente, acre di to que essa ques tão é um pon to al ta men te po si ti vo. Pro vo ca mos, in fel iz men te, com uma ação incorreta de Par la men ta res desta Casa, uma re fle xão que ex tra po la as pa re des des te Con gres so e che ga às fa mí li as para ques ti o nar com as nos sas cri an ças e nos sos ado les cen tes até a on de vai a ver da de, até a on de vai a é ti ca e quan do ela se ori gi na. Assim, Sr<sup>as</sup> e Srs. Se na do res, es ta mos dan do o por tu ni da de a que so ci e da de se ma ni fes te; não ape nas o po vo, mas tam bém fi gu ras ilus tres.

Quando ouvimos um Presidente da República di zer que tem in stru men tos psi co ló gi cos para re sis tir ao que está acon te cen do, para aba far a cor rup ção e im pe dir, muitas vezes, o es cla re ci men to dos fa tos com a de vi da profun di da de, po de mos tam bém per gun tar se o nos so po vo, o nos so de sem pre ga do, os nos sos es tu dan tes têm essa con di ção, e pre ci sa mos ze lar por isso.

Es ta mos tam bém pro vo can do pes so as ilus tres da po lí ti ca na ci o nal a se ma ni fes ta rem. Quan do Ci ro Go mes se ma ni fes ta em de fe sa do Se na dor An to nio Car los Ma ga lhães, é uma pos tu ra trans pa ren te, im por tan te para que o po vo bra si le i ro o con he ça. Quan do o Go ver na dor do Ce ará, Tas so Je re i sa ti, afir ma que co i sas mu i to mais gra ves têm oc or ri do no Con gres so Na ci o nal, tam bém de fen den do An to nio Car los Ma ga lhães e o Se na dor Ar ru da, deve uma res pos ta ao Con gres so Na ci o nal e ao Bra sil. Quan do S. Ex<sup>a</sup> afir ma que aqui tem co i sas mu i to mais gra ves, tem

que di zer o quê, quan do e por quem são pra ti ca das. En tão, es ta mos a pro ve i tan do tam bém para con he cer quem é quem.

Não há, aqui, Sr. Presidente, nen hu ma ex e cu ção su má ria; não es ta mos fa zen do nen hu m pre ju l ga men to e es ta mos dan do di re i to de de fe sa aos en vol vi dos.

O re la tó rio, ao con trá rio do que foi afir ma do, não é omi so, não in du z ao erro, não pos sui da dos in com ple tos e, prin ci pal men te, o mais im por tan te e que aqui não exis te: nem re la tó rio do medo e mu i to me nos voto do medo, como in clu si ve aqui foi de cer ta for ma afir ma do. O que está em jo go é a per ma nência de pé do Par la men to bra si le i ro. E nes se mo men to a in de pen dência, a cre di bi li da de, a es pe ran ça que o po vo quer de po si tar nos seus re pre sen tan tes tam bém está con si de ra da, Sr. Pre si den te. E aqui fa ço um gan cho com o as sun to que está ho je na im pren sa: o Con gres so pre ci sa per ma ne cer de pé. E eu di ria fi si ca e mo ral men te. Por que há uma de nú ncia de que uma das de pen dências do pré di o corre ri sko de des a ba men to. En tão te mos que cu i dar para que não de sa be o pré di o, e nem a cre di bi li da de na clas se po lí ti ca.

Em en ca mi nho para o en cer ra men to, Sr. Pre si den te, ten do em vi sta que sou a pri me i ra a ser aler ta da sobre o tem po. Os ou tros Par la men ta res us a ram do tem po ne cessá rio para ma ni fes ta ção das suas idéias. Eu res pei to V. Ex<sup>a</sup> e me en ca mi nho para as con clu sões.

Mas que ro ain da, Sr. Pre si den te, re gi strar que es ta mos ten tan do mos trar que o Sena do não po de a fun dar no des cré di to. Aqui está evi den ci a do que hou ve um fa to, um ato í li ci to. Hou ve a in ten ção da prá ti ca, hou ve a má fé quan do se ocu tou o fa to, hou ve des ca so, hou ve omi são, hou ve co ni vên cia, hou ve des vio de con du ta sim e hou ve fal ta da ver da de. Por tan to, a fal ta de de co ro está evi den ci a da, con cre ta, e só não en xer ga quem não quer.

Sr. Presidente, con cluo di zen do que aqui es ta mos não por pra zer, mas es ta mos pelo di re i to que nos dá o nos so Re gi men to In ter no e pelo de ver que a so ci e da de nos im põe. Aqui não há cur ral, aqui não há um sena dor mel hor do que nin guém, to dos têm que se en qua drar no que pre ce i tu a o Tex to Con sti tu ci o nal e o Re gi men to da Casa. Por tan to, a va i da de, a pre po tência, a ar ro gância não va lem e não vão fru ti fi car, a partir de uma pos tu ra séria que tenho cer te za que esta Casa vai ado tar. Não ape nas a go ra, por que a go ra é o pri me i ro pas so. A so ci e da de tem que a com pa nhar os passos se guin tes que vão ser to ma dos. E nem o voto se cre to do Ple ná rio po de ocu tar uma de ci são forte e firme que de ve rá ser to ma da pelos par la



mentares desta Casa. As ameaças, o desrespeito, e a tentativa inclusiva de enlaçar no mes de parlar mentares não vão frutificar. Aqui não há sede de sangue, mas há sede sim da verdade e da justiça.

Parabéns ao relatório, deve ser aprovado e, inclusive, sem alteração.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, peço a atenção de todos, por gentileza. Somos comunicados pela presidência do Senado que a Ordem do Dia da São Ordinária de hoje, em razão dos nosos trabalhos, mas que possivelmente tem um limite.

Há dois oradores inscritos. E peço a ambos a maior brevidade possível.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** – Sr. Presidente, com respeito às observações do Senador Amir Lando relativamente ao relatório do Senador Roberto Saturni no Braga – permita-me, Senador Amir Lando, gostaria de fazer uma referência a V. Ex<sup>a</sup>. Relembrando um dos episódios mais importantes da História do Brasil em 1992, quando da CPI sobre o caso Paulo César Farias, V. Ex<sup>a</sup> era o relator, inclusive com o meu apoio, pois eu era membro da CPI. Gostaria de mencionar que – e o Senador Pedro Simon, há pouco, estava me lembrando esse episódio histórico –, na aquela ocasião, V. Ex<sup>a</sup> foi um relator brilhante, conforme assinou o Senador Pedro Simon, e V. Ex<sup>a</sup> concluiu o seu relatório relativamente aos atos do Presidente Fernando Collor de Mello – vou citar um pequeno trecho, entre aspas, aqui:

*"Tais fatos podem confirmar ilícitos penais com um sem relação aos quais a iniciativa processual é prerrogativa intransferível do Ministério Público. Por outro lado, podem configurar crime de responsabilidade em relação aos quais a iniciativa processual é prerrogativa decidida pela Câmara dos Deputados, já que as omissões de dever presidencial de zelar pela moralidade pública e pelos bons costumes são especialmente tratadas pela Constituição.*

*Ao Presidente cumpre, conforme dispõe o art. 84, § 2º, da Constituição Federal, exercer a direção superior da Administração Federal. E esta, conforme dispõe o art. 37 da Carta Magna, deve obedecer, entre outros, aos princípios da legalidade, moralidade, cuja importância vem ressaltada no § 4º do mesmo artigo, que sanciona os atos de*

*improbidade administrativa com as graves penas de suspensão dos direitos políticos, perda de função, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao Erário.*

*Obviamente, os fatos descritos anteriormente contrariam os princípios gravados na Constituição, sendo incompatíveis com a dignidade, a honra e o decoro do cargo de Chefe de Estado.*

**O SR. AMIR LANDO** Senador Eduardo Suplicy, eu gostaria de fazer um aparte.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** Sabe V. Ex<sup>a</sup> que conheço a diferença entre uma CPI e um Conselho de Ética. Mas, de qualquer maneira...

**O SR. AMIR LANDO** – Eu gostaria só... É importante. Aqui era a conclusão do relatório final. Estávamos concluído todo um processo da CPI.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** Ainda em nível de CPI.

**O SR. AMIR LANDO** Aqui, no bre Senador, estamos numa fase absolutamente preliminar. São circunstâncias diferentes. Estamos numa situação preliminar, porque o processo ainda não foi instaurado. Lá, era uma CPI numa conclusão final. E nós, do Conselho de Ética, eu nunca mais, evidentemente aqui, em termos de CPI, terminei aí minha tarefa.

Não tenho que recomendar todo o processo aqui no Conselho de Ética como sabe V. Ex<sup>a</sup> se houver representação. Se não houver representação, nem se inicia. Então, é essa a distinção que faço. E não abro mão de uma vírgula que está aí, com absoluta convicção. Inclusive podem. Depois de todo esse manancial de provas, conclui-se que podem. E, se pudessem, ensejaria isso, isso e mais aqui. Se houvesse comprovação, ensejaria inclusive o afastamento. E são esses os termos, com absoluta ponderação. Sou uma pessoa absolutamente ponderada.

**O SR. PEDRO SIMON** – E como V. Ex<sup>a</sup> foi pressionado para não botar essa frase aí, não é, Senador?

**O SR. AMIR LANDO** – E fui pressionado...

**O SR. PEDRO SIMON** – Que pressões V. Ex<sup>a</sup> sofreu para...

**O SR. AMIR LANDO** – Eu recebi pressões ao contrário, mas sempre mantive as minhas ponderações.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) Senador Amir Lando, Srs. Senadores, já transmiti à Casa que o Senador Ja der Barbalho está adiando a Ordem do Dia em razão dos nosos trabalhos. Por isso, peço brevidade nas considerações do Senador Eduardo

Suplicy e, posteriormente, do Senador Pedro Simon, que são os últimos oradores.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Sr. Presidente, eu quis fazer esse paralelo para uma reflexão, também em homenagem ao histórico de desempenho que V. Ex<sup>a</sup> teve como Relator, que, de alguma forma, guarda relação com o parecer do Senador Roberto Saturnino.

Sr. Presidente, prosseguo em tão. Está muito bem claro que perde rá o mandato o Senador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar, conforme ressaltam ambos os pareceres do Senador Roberto Saturnino e do Senador Paulo Souza e da Banca do PFL, Senador Waldeck Ornélas e outros Srs. Senadores. Incompatível, por exemplo, é o abuso das prerrogativas asseguradas aos Senadores. Ter contribuído para a violação do segredo dos votos dos Senadores, por ocasião da cassação do Senador Luiz Estevão, foi abusar dessa prerrogativa. Ter a lista em mãos e não tomar providências para apurar o fato constitui grave omissão, ressaltada pelo Senador Roberto Saturnino, tanto da parte do Líder do Presidente Fernando Henrique Cardoso quanto, e muito mais, do Presidente do Senado, que tinha a responsabilidade de defender a instituição Senado Federal e as normas constitucionais.

Portanto, não subsiste o argumento do Senador Waldeck Ornélas, que me qualificou como cartesiano. Na verdade, agraço o eloquio, mas, quem sabe, eu seja mais dialético do que cartesiano.

Senador Waldeck Ornélas, V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Paulo Souza afirmam que o Senador Antonio Carlos Magalhães não poderia revelar aquele fato no dia seguinte ao da cassação, porque isso poderia resultar na anulação daquela decisão. Esse argumento não subsiste.

A demonstração cabal desse fato está em que, desde que comprovado pelo laudo da Unicamp, pela revelação dos depoimentos da Sr<sup>a</sup> Regina Célia Peres Borges e dos que ela colabora para que ocorresse aquela violação, e desde que os próprios Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, depois de negarem por diversas vezes, acabaram reconhecendo que tiveram a lista de votação no processo de cassação do Senador Luiz Estevão, com 52 votos a favor da cassação, 18 contra e 10 abstenções... Disseram que, efetivamente, isso estava em suas mãos.

Assim, consigo dizer muito bem elaborado o parecer do Senador Roberto Saturnino Braga, que o preparou com grande competência, equívrio e amadu-

recimento. A sua conclusão é lógica. Ganhou o reconhecimento da grande maioria deste Conselho e, numa proporção ainda maior, da população brasileira – isso é muito importante – e inclusive dos editoriais dos principais meios de comunicação no Brasil.

Há um ponto de grande relevância no parecer do Senador Roberto Saturnino Braga, que, na pág. 29, escreve:

*Como subsistem contradições não resolvidas entre os depoimentos dos dois Senadores, há indício de que a verdade plena e cabal ainda está por ser revelada. Tenho elementos de convicção para acreditar que ambos os Senadores, Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, ainda não revelaram toda a verdade, em especial sobre o diálogo que travaram na sala da Presidência do Senado, em 29 de junho de 2000, quando o Senador José Roberto Arruda entregou a lista ao Presidente Antonio Carlos Magalhães.*

Recordo os fatos, Sr. Presidente: a Sr<sup>a</sup> Regina telefona para o Senador José Roberto Arruda e lhe diz – eram dez e pouquinho da manhã do dia 29 –: “Conseguir já o que V. Ex<sup>a</sup> me pediu”. S. Ex<sup>a</sup>, em tão, manda o Chefe de Gabinete para porta da Biblioteca do Senado, para pegar o envelope. Ela lhe entrega a lista num envelope fechado. O Chefe de Gabinete entrega ao Senador José Roberto Arruda aquele envelope com a lista dentro. De pronto, o Senador José Roberto Arruda vai ao Gabinete do Senador Antonio Carlos Magalhães, onde se dá o seguinte diálogo, comprovado pelo teste mutuo de ambos a nós dois: “V. Ex<sup>a</sup> está sentado?” “Sim, você não vê que estou sentado?” “Pois bem, aqui teenho a lista.”

Segundo foi revelado pela jornalista Valéria Blanc, no **Correio Braziliense**, houve ainda as seguintes duas frases: “Você já mostrou ao Presidente Fernando Henrique?” “Sim, já mostrei.”

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Eduar do Suplicy, peço a V. Ex<sup>a</sup> que conclua, por gentileza, por que o tempo de V. Ex<sup>a</sup> está esgotado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Observo que já há a preocupação de alguns Senadores, mas não me canso de desvendar a verdade, por que é minha obrigação. E o Senador Osmar Dias está preocupado, mas vou lhe revelar alguns fatos.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Não, mas não é isso.

**O SR. OSMAR DIAS** – O Senador Osmar Dias votou pelo Relatório do Senador Saturnino Braga sem nenhuma dúvida. Agora, o Senador Suplicy está contando toda a história novamente e está nos cansando. É dispensável contar a história de novo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Osmar Dias, **data ve nia**, a questão é de tempo.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – E como fica a pré-campanha?

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Fiz um apelo e peço ao Plenário que colabore conosco.

Senador Eduardo Suplicy, peço a V. Ex<sup>a</sup> que atenda a Presidência e encerre o seu pronunciamento, tendo em vista que V. Ex<sup>a</sup> já esgotou o prazo e que há um apelo com relação à Ordem do Dia, por gentileza.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** – Bom, vou revelar os fatos ao Senador Osmar Dias em especial, porque S. Ex<sup>a</sup> está ficando do preoocupado com o que vou dizer. A jornalista Valéria Blanc relatou-me hoje, há pouco, que três Senadores ouvi ram dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda e relataram de forma indevidente a ela o diálogo que registrou. Por isso, com tanta firmeza, a jornalista assegura que foi verdadeiro, porque houve três fontes diferentes. Se o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que hoje ainda perante a Sr<sup>a</sup> Tereza Cruvinel

Se na dor Osmar Dias, por que V. Ex<sup>a</sup> ficou irritado só de eu mencioná-lo neste assunto?

**O SR. OSMAR DIAS** – Sr. Presidente, não estou irritado com o assunto. Estou irritado com a falta de objetividade do Senador Suplicy. Já são quinze horas e cinquenta minutos. Quero votar para encerrar este assunto, e o Senador Suplicy está com o tempo da história. Parece que S. Ex<sup>a</sup> está naquele programa **Vale a Pena Ver de Novo**, repetindo tudo.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** – Claro. Vou fazê-lo até que saibamos a verdade de toda. Um dos pontos principais do relatório do Senador Roberto Saturnino Braga é que a verdade de toda não foi contada. E por que não foi contada? Por que os dois Senadores não empataram nos seus depoimentos. Eles estão com contradições ditas, um em relação ao outro. E por que razão? Formulo a seguinte hipótese, Senador Osmar Dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, a Presidência está fazendo um apelo a V. Ex<sup>a</sup> para que conclua, por gentileza. Já se passaram 10 minutos.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** – Então, em homenagem ao Ministro Paulo Renato, que pediu que eu esclarecesse o seguinte episódio: não foi ele — e eu

averguei isso com o próprio Ricardo Boechat — que revelou aquele episódio que saiu na coluna do cita do jornalista, em agosto. Segundo Ricardo Boechat, quem revelou foi um Senador que sabia muito bem dos fatos. Há pelo menos três Senadores que sabem muito bem da história — não sei os nomes deles ainda. Eles a ouviram dos dois Senadores. E, quem sabe, possam colaborar a fim de que conheçamos a história toda. Alguns Senadores se cansaram no meio do caminho, eu não me canso, até saber a história toda.

Portanto, concluo, Sr. Presidente, cumprimentando, de um lado, a decisão impor tante do Senador José Roberto Arruda de hoje abrir mão de votar, facilitando até a decisão de V. Ex<sup>a</sup>. Que rotambém cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelas decisões tomadas hoje. Primeiro, de assegurar o voto do Senador Antero Paes de Barros e, segundo, de assegurar que a votação fosse desaberta, como está sendo, neste Conselho de Ética. Isso é fundamental e de acordo com o grande anseio e aspiração do povo brasileiro, para que haja ética na política e a fim de que o Senado Federal venha a pontificar e transformar a imagem que, infelizmente, tivemos nestes últimos meses.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

V. Ex<sup>a</sup> é o último orador inscrito e dispõe de dez minutos, Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> tem certeza de que não há mais ninguém inscrito? (Risos) Então, sou eu mesmo. Obrigada.

Sr. Presidente, também quero felicitar V. Ex<sup>a</sup> e a Comissão pela competência com que chegamos até este momento. Não há dúvida de que é um momento, talvez, dos mais delicados e difíceis que tenha vivido este Senado Federal. No entanto, graças à competência e à firmeza de V. Ex<sup>a</sup> e à contribuição de todos os membros desta Comissão, estamos chegando a um bom tempo e a um final que merece o respeito da sociedade brasileira.

Algumas questões devem ser esclarecidas com muita simplicidade. A primeira — e é muito interessante —, que esses fatos nunca teriam vindo à tona e nós nunca deles teríamos tomado conhecimento se não fosse o Sr. Antonio Carlos Magalhães. Foi o Sr. Antonio Carlos Magalhães que, falando com os promotores, na gravação, contou esses fatos. Um ano depois fomos verificar que eles tinham acontecido. E daí chegamos ao dia de hoje.

Estranho a preocupação e angústia de alguns que querem dar a entender que de repente nós, a Oposição de ontem, estamos aqui correndo, querendo cobrar, querendo cassar, querendo cometer um ato de violência e não tendo a tranquilidade necessária, a serenidade necessária nesse processo. Alguns estão entendendo que, se votarmos o relatório, o parecer do Senador Roberto Saturnino, estaremos determinando a cassação hoje. E até se diz que, se o Senador Roberto Saturnino tiver acolhido o seu relatório, estará determinado que se os Senadores não renunciarem não o poderão fazer mais. Está claro que essas duas coisas não são exatas. Estamos aqui acatando o parecer do Senador Roberto Saturnino. Como foi dito pelo Senador Ney Suassuna, estamos fazendo o papel de promotor. Mas, com o papel de promotor, podemos concluir se o crime é ou não, se é do lado ou não. Nós estamos concluindo naquilo que nós temos que achar. Por que se nós não fizermos isso, vamos transferir essa responsabilidade para a Mesa. A Mesa levará 20 dias – que o Presidente solicitou – para abrir o inquérito novamente. Se nós não entregarmos e não dissermos nada, se não há nada inscrito em lugar algum, a Mesa terá que ouvir e terá que fazer um estudo para saber em que denúncia ela irá se basear.

Em segundo lugar – e que é importante – eu quero dizer ao meu querido amigo e que foi o brilhante Relator da CPI do **Impeachment**, um dos homens mais extraordinários naquele momento e hoje, que estamos iniciando... daqui, se aprovado o Relatório do nobre Senador Roberto Saturnino, irá para a Mesa. A Mesa terá até 15 dias para decidir. Decidido, volta para cá. Aqui nós iremos começar tudo de novo e, ali, sim, ali será o momento de dizer o que nós achamos. É cassação? É cassação. É suspensão? É suspensão. É uma crítica verbal ou, seja lá o que for, essa decisão da Comissão vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e lá na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania terá todo o debate. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania também pode rejeitar e, depois, Sr. Presidente, vai para o plenário. Eu não sei se será neste ano ou no ano que vem, mas de pois vai para o plenário. Então não estou entendendo essa angústia de alguns colegas nossos, parecendo que nós estamos cerceando o direito de defesa dos nossos companheiros.

Mas, pelo amor de Deus, onde está o cerceamento do direito de defesa? Onde está? Nós estamos discutindo a formalidade de por que, no fundo – vamos ser sinceros – no fundo, no fundo, no fundo, votar o

relatório do nobre Senador Roberto Saturnino ou votar o substitutivo dá na mesma coisa, porque a Mesa fará o que quiser e dará na mesma coisa. O que nós queremos dizer – perdoem-me a sinceridade – ou o que o nobre Senador Roberto Saturnino está dizendo aqui, e nós que vamos votar com S. Ex<sup>a</sup>, é que o que está aqui dá margem à cassação. É isso que nós estamos querendo dizer. Vamos ser sinceros. O que nós que vamos dizer é que o que está escrito aqui dá margem à cassação. Agora, vai ser cassado? Não vai ser cassado? Não sei. Será a Mesa, a Comissão, não sei daqui a quanto tempo, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o plenário... É isso que queremos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Nobre Senador Pedro Simon, a Presidência lembra que V. Ex<sup>a</sup> dispõe ainda de 3 minutos para completar os 10 minutos concedidos regimentalmente pela Mesa.

**O SR. PEDRO SIMON** – Sr. Presidente, fico emocionado com a liberalidade de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Nobre Senador, não é liberalidade; é para que V. Ex<sup>a</sup> possa concluir o seu raciocínio.

**O SR. PEDRO SIMON** – E, dentro dessa liberalidade, eu encerro.

Sr. Presidente, estamos cumprindo o nosso dever. Eu sinto – e quero falar aqui: o Líder do meu Partido, o Senador Renan Calheiros, telefonou dizendo que eu fizesse questão....

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet. Fazendo soar a campainha.) – Peço atenção para o orador que está na tribuna.

**O SR. PEDRO SIMON** – ...e que eu procurasse inclusive o nosso Vice-Líder para comunicar o que nós já sabemos: que dentro do PMDB nós votamos com o parecer do Senador Roberto Saturnino. Não há nada, não há nenhum entendimento, não há nenhum movimento, não há nenhuma virgula, não há absolutamente nada que leve a outra direção. O Líder comunica que o pensamento da Liderança e o pensamento da Bancada – no que tangem à Bancada e no que tangem à Liderança – é votar com o parecer do nobre Senador Roberto Saturnino.

Era isso, Sr. Presidente. V. Ex<sup>a</sup> fica me devendo 2 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Está encerrada a discussão.

Devemos passar à votação. Antes porém devo de decidir questões que se encontram sobre a mesa.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres para uma questão de ordem.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, é sobre interpretação do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Peço a atenção do Plenário.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, o Senador Roberto Saturnino é suplente do Bloco neste Conselho. A partir do momento em que S. Ex<sup>a</sup> foi designado Relator, S. Ex<sup>a</sup> se vinculou a este processo e tem, obrigatoriamente, que votar. Ao fazê-lo, portanto, um dos titulares do Bloco não poderá exercer o seu direito de voto. Somos três os titulares – eu, o nobre Senador Lauro Campos e a nobre Senadora Heloisa Helena.

A questão de ordem é: Qual é o critério a ser aplicado para estabelecer qual o Senador do Bloco cederá a vez ao nobre Senador Roberto Saturnino?

**O SR. PEDRO SIMON** – A resposta, pergunte ao Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Agradeço a questão de ordem e vou respondê-la.

Senador Jefferson Péres, foi muito bom V. Ex<sup>a</sup> ter levantado a questão de ordem, mas o assunto está regulamentado no § 3º do art. 84 do Regimento Interno, que diz que neste caso:

*“...deixando de participar da deliberação o Suplente con voca do por último ou, na inexistência desse, o último dos titulares do bloco para a men tar ou do parti do, con for me a lista oficial da comissão, publicada no **Diário do Senado Federal**”.*

Reconheço e quero prestar louvores a V. Ex<sup>a</sup>, que inestimáveis serviços tem prestado ao Conselho de Ética, dando a sua colaboração de todas as formas. Todavia, se não houve entendimento entre o Bloco de Oposição, tenho que aplicar o § 3º do art. 84 e, assim, terão direito a voto os Senadores Lauro Campos, Heloisa Helena, excluindo-se, naturalmente, V. Ex<sup>a</sup>, porque, do contrário, o Bloco ficaria com quatro votos; e o outro é do Relator, Senador Roberto Saturnino.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Tenho também em mãos um recurso interposto pelos Senadores Waldeck Ornélas e Geraldo Althoff, recorrendo ao Plenário da Casa, em face da decisão

da Presidência na questão de ordem formulada pelo Senador Waldeck Ornélas quanto à possibilidade de o Senador suplente exercer o direito do voto quando o Senador titular se declarar impedido, na forma do art. 306 do Regimento Interno do Senado Federal.

Os recorrentes transcrevem o artigo. E acrescenta...

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> quer que eu leia?

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Não, penso que todos têm o Regimento à mão. Se a Casa quiser que eu leia, eu leio. Não faço segredo disso. Isso já foi lido anteriormente, mas vou ler.

“Art. 306...

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Não estou me referindo ao artigo, estou me referindo ao recurso.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Não, mas o recurso está sendo, Excelência.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Se eu estivesse com muito espinho na garganta, eu daria esse privilégio a V. Ex<sup>a</sup>. (Risos.)

*Art. 306. Nenhum Senador presente à sessão poderá escusar-se de votar, salvo quando se tratar de assunto em que tenha interesse pessoal, devendo declarar o impedimento antes da votação e sendo a sua presença computada para efeito de **quorum**.*

*De outra sorte – continua o recurso –, prescreve o art. 84, inciso I, do Regimento Interno, do Senado Federal, que o suplente substitui o membro da comissão nos seus impedimentos para o **quorum** nas reuniões, sem necessidade de invocar a cláusula **in claris cessat interpretatio**, nos parecendo evidente que o Regimento só dispõe sobre a convocação de suplente no impedimento eventual do titular para efeito de **quorum**.*

*No caso concreto, a aplicação subsidiária das disposições pertinentes às comissões, por força, repita-se, de expresso comando do art. 24 da Resolução nº 20, de 1993, leva também o inter pre te ao que pre ceitua o art. 109 do Regimento Interno do Senado Federal, no sentido de que as comissões deliberam com a presença da maioria dos seus membros.*

*Ora, em assim sendo e não havendo necessidade de composição de **quorum** nem para a abertura dos trabalhos nem para deliberação, resta patente que não há*

*ra zão para que seja con vo ca do o su plen te, já que não estamos diante da necessidade de com po si ção de **quorum**.*

*Isto pos to, es pe ro e con fio que V. Ex<sup>a</sup>, em juízo de retratação, reconsidere a decisão antes do encerramento da reunião, e, as sim não o fa zen do, o que se ad mi te ape nas para ar gu men tar, que en ca mi nhe o pre sente re curso para jul gamento do egrégio Plenário.*

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** – Sr. Pre si den te, peço a pa la vra para con tra di tar.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Con ce do a pa la vra ao Se na dor Ante ro Paes de Bar ros.

Depois vem a decisão pela Presidência.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** – Sr. Pre si den te, Sr<sup>as</sup> e Srs. Se na do res, já ti ve mos o por tu ni da de de de ba ter o as sun to.

Causa-me estranheza, Sr. Presidente, que exatamente os Senadores que estão aqui argumentando, para que o Conselho de Ética es que ça todo o pe rí o do de in ves ti ga ção e não con clua como en ca mi nha men to, com o pe di do de cas sa ção do man da to, e este jam, neste momento, propugnando a restrição do meu man da to aqui no Con se lho de Ética.

O art. 84, Sr. Pre si den te, diz o se guin te, no in ci so I, so bre os im pe di men tos para **quorum** conforme alegam os Senadores Waldeck Ornélas e Geraldo Althoff:

*"O corpo deliberativo do Conselho de Ética é com pos to de 16 mem bros. Esses 16 membros representam a composição política da Casa".*

Assim, Sr. Presidente, a representação do PSDB neste Con se lho não pode ser di mi nu í da em ra zão do im pe di men to de um dos seus integrantes. É bom afirmar, inclusive, que foi bom o Senador José Roberto Arruda ter tomado a ini ci a ti va do im pe di men to. Mas, pela legis la ção per ti nen te, pelo Có di go Pe nal, ele te ria que ser de cla ra do im pe di do.

Portanto, Sr. Presidente, por ques tão de eqüi da de na deli be ra ção, o Senador im pe di do deve ser sub sti tu í do por su plen te do mes mo Par ti do. É as sim que fun ci o na nas comi sões. Em to das as comi sões o su plen te vota. Aqui mes mo, em si tu a ção se mel han te, já ti ve o por tu ni da de de ex er cer o di re i to do voto, quan do o Se na dor Arru da não quis vo tar na que le re que ri men to dos Pro cu ra do res Guil her me Schelb e Eli ana Torelly.

Sen do as sim, re i vi vin di co que V. Ex<sup>a</sup> man te nha a sua decisão anterior. Indago in clu si ve se é tem pesti vo este re cur so para o Ple ná rio.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Para co la bo rar, Sr. Presidente. Eu não pre ci so co men tar a ar gu men ta ção do Se na dor Ante ro Paes de Bar ros, até por que o art. 407 diz que "nenhum Se na dor po de rá fa lar, na mes ma ses são, so bre ques tão de or dem já re sol vi da pela Presidência".

A argumen ta ção do Se na dor re pe te o que V. Ex<sup>a</sup> usou na sua de ci são e é exa ta men te por isso que es tou re cor ren do. Esta mos com qua tro re pre sen tan tes do PSDB na comiissão, estou pe di n do ao Plenário. Con te sto, de logo, o ar gu men to da in tem pesti vi da de. A de ci são to ma da é que foi no mo men to in tem pes ti vo. Por que ago ra sim é a hora de dis cu tir mos a qua li fi ca ção para os vo tos. Como aliás o fez mu i to cor re ta men te o Se na dor Jeffer son Pé res. Ele po de ria ter le van ta do esta ques tão an tes. Mas ele, como ho mem fiel se gui dor do Re gi men to, de i xou para co lo car a sua ques tão de or dem no mo men to o por tu no.

De modo que o re que ri men to de re cur so, com o apo i a men to do Lí der do PFL nes ta comiissão, Se na dor Ge ral do Althoff, é es tri ta men te tem pesti vo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Sr<sup>s</sup> Se na do res, a Pre si dên cia vai re sol ver esta ques tão de or dem.

Em primeiro lugar, esclarecendo que se ne nhum Se na dor po de fa lar na mes ma ses são em que a ques tão de or dem já foi res ol vi da, muito menos se po de ace i tar um re cur so e a des tem po.

Ademais, esse re cur so está di ri gi do ao Plenário da Casa, não ao Plenário do Con se lho; está di ri gi do ao Ple ná rio do Se na do. Estou fa zen do es sas ar gu men ta ções, mas en ten do que esse re cur so en trou ver da de i ra men te a des tem po, porque a ques tão de or dem não po de ser le van ta da tar di a men te. O fa to de ela ter si do le van ta da a tem po, e o foi, por que foi le van ta da pelo pró prio in te res sa do, pelo Se na dor José Roberto Arruda, ela tinha que ser de ci di da na que la hora, o foi, não teve re cur so. Hou ve ma ni fes ta ção. Hou ve ma ni fes ta ção do su plen te. De sorte que acho a ma té ria ven ci da.

Todavia, ainda quero acrescentar mais. Dizer que não há ne ces si da de de com po si ção de **quorum** po si ti va men te é um ab sur do, uma vez que foi um dos pró pri os signatários que, ten do re que ri do re gi men tal men te a ve ri fi ca ção de pre sen ça, adi ou uma de ci são do Con se lho por fal ta de **quorum**.

Portanto, in de fi ro este re cur so por in tem pesti vo e pe las ra zões que tam bém adu zi.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Mas está refeito do ao Plenário do Conselho, Sr. Presidente, para que não pairam dúvidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Não, eu li claramente. De qualquer forma, estou dizendo, está escrito aqui... para o Plenário desta Casa.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – É mais uma decisão de V. Ex<sup>a</sup>. É por isso que o Senador Lúcio Alcântara disse há duas horas que convinha, de vez em quando, V. Ex<sup>a</sup> submeter as decisões ao Plenário, ser menos autocrata e um pouco democrático. Mas vamos depois...

Vou acolher a decisão de V. Ex<sup>a</sup>, deixando sublinhada a postura de V. Ex<sup>a</sup>, na condução dos trabalhos.

**O SR. PEDRO SIMON** – V. Ex<sup>a</sup> é muito autocrático. Tem que ser mais democrático...

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, mas devolvo essa palavra autoritária para quem vem presidindo este Conselho, perdendo-me todos, estritamente dentro do Regimento e tendo por dono – e só há um dono – a minha consciência, a convicção que formo. Não tenho outro dono.

Srs. Senadores, houve um voto em separado, e há sobre a mesa requerimento de autoria do nobre Senador Paulo Souto de preferência para o seu voto em separado, que está assim na do tam bém pelos Senadores Waldeck Ornélas, Geraldo Althoff, Francisco Pereira e Romeu Tuma.

Esclareço ao Plenário que vou proceder à votação nominal deste requerimento e de todos os atos. Vou submeter este requerimento ao Plenário. Quem votar "sim" estará dando preferência para o voto em separado do Senador Paulo Souto, que, se aprovado, certamente prejudicará o relatório do Senador Roberto Saturnino. Quem votar "não" rejeitará o requerimento, e a preferência permanecerá sendo do relatório do Senador Roberto Saturnino, que me pediu a palavra e vou concedê-la, para discutir essa preferência.

**O SR. RELATOR** (Roberto Saturnino) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sei muito breve.

Creio que o meu parecer tem precedência, seja no tempo, seja por uma questão de responsabilidade, porque esta condição de Relator me foi atribuída pela Presidência, seja regimentalmente.

Sem nenhum demérito do voto em separado, apresentado pelo Senador Paulo Souto, esse parecer me custou, na verdade, muito esforço, muito trabalho, muito sacrifício e muito desgosto também. Acredito que mereço o apoio da maioria do Plenário da Comissão, para que o meu relatório seja votado em primeiro

lugar, de vez que ele obteve manifestação favorável da maioria dos que se pronunciaram aqui.

Por conseguinte, Sr. Presidente, que rope dir ao Plenário que rejeite o requerimento e que me dê a precedência para o meu parecer na votação.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup> para encaminhar, Senador Waldeck Ornélas.

O requerimento é que está sendo encaminhado.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, toda a discussão que ouvimos em torno da matéria, que está agora sendo submetida à votação, diz respeito ao entendimento do papel, da função do Conselho de Ética, no momento em que conclui, nos termos do art. 17, a apreciação preliminar de uma denúncia. O que fica claro de logo é que não é o Conselho que faz a representação, quem representa é a Mesa. Então, o Conselho há de se comportar na forma do § 3º do art. 17. O que diz o art. 17?

*Art. 17. Perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias [é o caso] relativas ao descumprimento, por Senador, de preceitos contidos no Regimento Interno e neste Código.*

O que diz o § 3º?

*§ 3º: Considerada procedente denúncia por fato sujeito a medidas previstas nos arts. 8º e 9º – que é o caso de advertência ou de censura –, o Conselho promoverá a sua aplicação nos termos ali estabelecidos. E a matéria morre aqui mesmo, resolve-se aqui mesmo.*

Verificando tratar-se de infrações incluídas entre as hipóteses dos arts. 10 e 11 – respectivamente, perda temporária de mandato e cassação –, procederá na forma do art. 15.

Então, quando o Conselho de Ética conclui uma investigação, encaminhando à Mesa para que proceda a uma representação, para que faça a representação, dê origem à representação, o Conselho de Ética está assumindo **apriori** que existe a possibilidade de duas perdas: cassação ou perda temporária de mandato.

Toda a discussão se deu, unanimemente, no sentido de que oparecer do Senador Saturnino Braga

foi específico no sentido de indicar a cassação do mandato.

Ora, aqui, nas discussões de hoje, o próprio Senador e todos, de modo geral, ressalva do ilustre Líder do PT – do que me recordo, creio que outros também –, salientaram que não estavam pedindo a cassação de mandatos, mas que estavam pleiteando a abertura do processo.

Pois bem, o voto em separado do Senador Paulo Souto conclui exatamente com essa diferença. Essa é a única diferença, na forma de proposição final, entre o voto do Senador Saturnino Braga e o voto do Senador Paulo Souto.

O Senador Paulo Souto procede no estrito limite do § 3º do art. 17, enquanto que o voto do Senador Saturnino Braga extrapola esse limite e já diz, expressamente, que quer a aplicação do art. 55, § 2º da Constituição, combinado com o art. 13 da Resolução nº 20. Ou seja, clara, expressa e explicitamente, o parecer do Senador Roberto Saturnino pede representação para fins exclusivos de cassação.

É por essa razão que se faz necessário, que se faz indispensável aprovar o voto em separado.

Não estamos querendo jogar no lixo o relatório do Senador Roberto Saturnino. O voto em separado do Senador Paulo Souto, subscrito por toda a Bancada do PFL neste Conselho, pede exatamente que o Conselho se restrinja ao cumprimento dos estritos limites da Resolução nº 20, que o instituiu.

De modo, Sr. Presidente, que peço o apoio para a preferência para o voto em separado do Senador Paulo Souto.

Ao encaminhar à Mesa, o Conselho já diz automaticamente que está admitindo uma punição que extravasa a sua competência, mas o Conselho não pode, nesta hora, neste momento, dizer que quer apenas, única e exclusivamente, a cassação.

**O SR. RELATOR** (Roberto Saturnino) – Sr. Presidente, **data ve nia** o nobre Senador Waldeck Ornêlas está argumentando sobre o mérito dos dois votos. Não se trata disso. Trata-se da preferência. A preferência regimental, a preferência de tempo, a preferência de responsabilidade é do meu parecer. Por conseguinte, quem não achar que ele esteja adequando que vote contra, mas não a preferência.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Vamos tentar aplicar o Regimento.

O art. 310, em seu parágrafo único, assim determina:

*"O encaminhamento de votação de requerimento é limitado ao signatário e a um*

*representante de cada partido ou bloco para lamentar, salvo nas homenagens de pesar*

Então, V. Exa está falando pelo Bloco?

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Porque fui citado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – E pelo requerimento também. V. Exª não quer falar pelo Bloco?

**O SR. EDUARDO DUTRA** – Tudo bem. Apenas para esclarecer um ponto. O Senador Waldeck Ornêlas, ao fazer o seu preâmbulo, distorceu as minhas palavras, quando disse que todo mundo estava propondo a abertura do processo, à exceção do Líder do PT e de outros, mas V. Exªs ouviram que a minha intervenção foi exatamente em sentido contrário.

O requerimento de preferência é apresentado – e nós da Oposição já fizemos isso algumas vezes –, lembro-me inclusive de que a última vez foi na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando estava em votação o Fundo da Pobreza. Havia um relatório do Senador Lúcio Alcântara, que considerávamos insuficiente; queríamos ter oportunidade de votar uma emenda do Senador Eduardo Suplicy, que considerávamos mais avançada, mais abrangente. Não discutíamos, de modo geral, do parecer do Senador Lúcio Alcântara. Pedimos preferência porque, se não tivéssemos oportunidade de votar o nosso projeto, seríamos obrigados a votar contra o parecer do Senador Lúcio Alcântara para podermos votar o nosso. Mas não é o caso.

A própria argumentação do Senador Waldeck Ornêlas mostra que há uma contradição flagrante entre os dois votos, e, portanto, à luz do Regimento, tem que colocar em votação o parecer do Senador Roberto Saturnino, e aqueles que são contrários, à luz até do argumento do Senador Waldeck Ornêlas, votam contrariamente para ter oportunidade de votar o outro projeto. Por isso, voto contra o requerimento de preferência.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – O Senador José Eduardo Dutra matou a questão. Vou passar a colher os votos nominalmente.

A Presidência do Senado – me diz a secretária – comunica aos Srs. Senadores que a Ordem do Dia de hoje está mantida e será realizada logo após o encerramento da reunião.

Passo à votação.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, V. Exª poderia esclarecer melhor a votação?



**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Vamos votar agora a preferência. Quem quiser votar primeiro o voto do Relator Saturnino Braga tem que votar "não". Quem quiser votar primeiro o voto em separado do Senador Paulo Souto tem que votar "sim". Pergunto: Está entendido?

Quem quiser votar com o Relator vota "não" e quem quiser votar com o Senador Paulo Souto vota "sim".

Colherei os votos.

Senador Casildo Maldaner?

**O SR. CASILDO MALDANER** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Nabor Júnior?

**O SR. NABOR JÚNIOR** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna?

**O SR. NEY SUASSUNA** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Amir Lando?

**O SR. AMIR LANDO** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Geraldo Althoff?

**O SR. GERALDO ALTHOFF** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Francelino Pereira?

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sim. Adiantando desde logo que, por ocasião da votação do parecer do Senador Roberto Saturnino, farei uma declaração de voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – O autor, Senador Paulo Souto?

**O SR. PAULO SOUTO** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Waldeck Ornélas?

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Lúcio Alcântara?

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Osmar Dias?

**O SR. OSMAR DIAS** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Antero Paes de Barros?

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Lauro Campos?

**O SR. LAURO CAMPOS** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Heloísa Helena?

**A SRA. HELOÍSA HELENA** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – E o voto do Relator, "não". Então, por favor, proclame o resultado.

Desculpe-me, Senador Romeu Tuma, como vota o Corregedor?

**O SR. CORREGEDOR** (Romeu Tuma) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Votaram NÃO 9 Srs. Senadores; e SIM 5.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** – Foram 10...

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Vamos contar de novo: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9. Com o voto do Relator, são 10.

Rejeitada a preferência para a votação do voto em separado do Senador Paulo Souto, subscrito por outros Senadores, a Presidência entende que o requerimento de destaque para votação em separado de expressões está prejudicado em face dessa deliberação, já que deu preferência para o voto do Relator.

Vou colher os votos.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – V. Ex<sup>a</sup> poderia esclarecer essa decisão? Não alcança esta decisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – É por que tem destaques. E os destaques se chocam com o voto em separado. Daí por que a Presidência...

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Havia destaques ao voto em separado do Senador Paulo Souto?

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Isto.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Alguém pode apresentar destaque ao relatório...

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Mas houve uma rejeição da preferência e faz parte dos termos do relatório dele. Faz parte dos termos do voto em separado.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – O que faz parte do voto em separado?

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Por que o voto em separado objetivamente exclui as expressões no destaque.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – O voto em separado acaba de...

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** – Sr. Presidente, solicito a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Passamos ao requerimento, então.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Talvez minha pergunta esclareça a dúvida. Tenho um requerimento de destaque, sou autor de um requerimento de desta-

que ao parecer do Relator Saturnino Braga. Isso não está prejudicado, porque o que acabava de ser descartado é a votação do voto em separado do Senador Paulo Souto. Entendo que agora devemos votar o parecer do Senador Saturnino Braga, ressalvados os destaques.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem, para contribuir.

A minha participação agora é exclusivamente do ponto de vista regimental, não estou avançando em nenhuma posição, pois já sei como vou votar.

Creio que qualquer Senador tem todo o direito de apresentar um destaque ao relatório do Senador Saturnino.

O que pode acontecer – e isso deve ser feito, no meu modo de entender, antes da votação do relatório – é se o Plenário aceitar ou não os destaques. Se aceitarmos os destaques, V. Ex.ª colocará o relatório do Senador Roberto Saturnino, ressalvados os destaques. Aí, sim, vamos dizer sim ou não aos destaques. Salvo melhor juízo, é o meu entendimento. Posso estar enganado.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Solicito a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, do ponto de vista eminentemente processual, não sei qual é o objeto do requerimento de destaque – este Mesa vai ter que analisar. Por que, se houve um voto em separado – é verdade que qualquer Senador pode fazer o requerimento de destaque a respeito de matéria que vai ser submetida à votação –, houve um requerimento de preferência para esse voto em separado, que foi rejeitado. Se o requerimento de destaque foi aprovado, na prática, significa um retorno ao voto em separado? Então, entendo que está prejudicado? Essa é a questão...

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Sr.ªs e Srs. Senadores, penso que a Mesa cometeu um equívoco. É melhor ler primeiro os destaques.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Sr. Presidente, o voto em separado não foi rejeitado. Ele não foi submetido à votação. O que tivemos foi uma votação processual do pedido de preferência.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Waldeck Ornélas, Sr.ªs e Srs. Senadores, a Presidência foi muito clara. Votamos o requerimento de preferência. Vamos votar, portanto, o parecer do

eminente Relator. Peço a atenção de todos para esclarecermos bem a matéria. Penso que a Presidência cometeu um equívoco e agora penitencia-se. É preciso que a Presidência leia o requerimento de destaque que está sobre a mesa para a devida compreensão das Sr.ªs e dos Srs. Senadores. Vamos fazer isso da forma mais ponderada possível:

*"Sr. Presidente, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno, requeiro o destaque para a votação em separado dos seguintes trechos constantes do relatório sob a apreciação do Conselho de Ética do Senado de que trata a Declaração nº 1, de 2001."*

Primeiro trecho do relatório, segundo Ata da 12ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

*"Expressão que quero que seja destacada" – e que consta do relatório do Relator – "e, finalmente, que deste processo resultou patente a existência de indícios bastantes de prática de atos contrários à ética e ao decoro parlamentar de modo a justificar a abertura de processo de cassação, mediante as competentes representações contra os Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda por fato sujeito à pena de perda de mandato."*

Segundo trecho, no último parágrafo, fl. 32 do relatório, extraído da Ata da 12ª Reunião:

*"Nos termos do §2º do art. 55 da Constituição Federal do art. 13 da Resolução nº 20, de 1993 do Senado Federal..."*

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Vamos para a justificativa. Tenho que ler tudo.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, solicito que registre a minha questão de ordem sobre o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Perfeitamente.

"Justificação.

*Ao Conselho de Ética, nos termos do previsto pela Resolução nº 20, de 1993, que instituiu o Código de Ética e Decoro Parlamentar, incumbe o processo disciplinar a que esteja sujeito o Senador da República. A esse assunto dedica a Resolução, Cap. VI, e especificamente seu art. 17 trata dos*

*procedimentos a serem adotados em caso de denúncia formulada contra Senador por descumprimento dos preceitos contidos no Regimento Interno e no próprio Código.*

Reza o § 2º do art. 17:

*Recebida a denúncia, o Conselho promoverá a apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvido, denunciado e providenciadas as diligências necessárias dentro do prazo de 30 dias.*

As previsões do art. 17 referem-se à apreciação preliminar e é o que se procede no âmbito do Conselho com referência à Denúncia nº 1, de 2001.

Pela primeira vez na história do Conselho de Ética, órgão recente na estrutura do Senado Federal, são extrapolados os limites iniciais das averiguações. Até então outros casos de denúncia foram arquivados por insubsistentes ou se delimitaram às sanções impostas pelo nosso código de conduta nos termos do estatuído pelo § 3º do mesmo art. 17:

*§ 3º— Considera da procedente de denúncia por fato sujeito a medidas previstas nos arts. 8º e 9º, o Conselho promoverá a sua aplicação nos termos ali estabelecidos“.*

Aí há colocação do próprio requerente: advertência, censura verbal e censura escrita.

*“Talvez se deva ao inequívoco o fato de o Sr. Relator da matéria ter extrapolado, em suas conclusões, os limites impostos a essa etapa apreciativa que se refere às averiguações. Pretende-se, na apresentação desse destaque, sanar as falhas legais cometidas. Por isso, propugna-se pelas exclusões aqui elencadas, com vistas a nos cingirmos ao âmbito de nossas atribuições na fase em que nos encontramos. Os trabalhos desenvolvidos até o momento constituíram-se em sindicâncias, antecedentes à formação do juízo da Mesa do Senado Federal, e, a nós, não nos cabem conclusões sobre o andamento, muito menos apenamento dos denunciados.*

*Cumprida a nossa missão de inquérito, nos termos constitucionais, à Mesa Diretora da Casa incumbirá a decisão da transformação ou não da Denúncia nº 01/2001 em representação formal, que só então poderá se constituir em processo a tramitar pelos órgãos respectivos do Senado Federal, inclu-*

*si ve este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.*

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) — Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** — Sr. Presidente, nesta discussão regimental — considero que esta Comissão e quem nos está assistindo têm o direito de saber, debates foram feitos anteriormente para se estabelecer um procedimento que facilitasse a votação. Havia um requerimento de preferência. Durante as conversas, fomos sondados sobre uma proposta que poderia agilizar a votação, porque os Senadores Paulo Souto e Waldeck Ornélas tinham um voto em separado e reivindicavam o direito de votar nesse voto em separado.

Surtiu uma proposta, com a qual concordamos, que era a de, em vez de estabelecer-se, no processo de votação, preferência, consultavam-se os Senadores e cada um dizia: “voto no parecer do Senador Roberto Saturnino” ou “voto no voto em separado”. Essa proposta foi aceita por nós, mas não foi aceita pelos proponentes do voto em separado.

Ora, na medida em que propuseram o voto em separado, que, na própria defesa do Senador Waldeck Ornélas, contrapunha-se ao relatório, e na medida em que a supressão dessas expressões implica, na prática, retomar o voto em separado, in loco do art. 314, inciso II, que diz o seguinte: “*não será permitido desta que de expressão cuja retirada inverta o sentido da proposição ou a modifique substancialmente*”. A leitura das expressões, cujas retiradas estão sendo propostas, na prática, retem o voto em separado do Senador Paulo Souto.

Portanto, ao servotar a preferência, no nosso entendimento, a Mesa não pode acatar o requerimento de desta que, com base no art. 314, inciso II. Vou lê-lo, mais uma vez: “*Não será permitido desta que de expressão cuja retirada inverta o sentido da proposição ou a modifique substancialmente*.”

É uma discussão regimental, Sr. Presidente, que eu, apesar de ser geólogo, tinha obrigação de levantar.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** — Sr. Presidente, peço a palavra para contradiar.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) — Pois não.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** — Sr. Presidente, o argumento do ilustre Líder do PT, Senador José Eduardo Dutra, pressupõe que o voto em separado

do Se na dor Pa u lo Sou to ti ves se si do vo ta do. O voto em separado não foi vo ta do; vo ta do foi um pro ce di men to re gi men tal. O que foi que V. Ex<sup>a</sup> per gun tou ao Plenário? “As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Se na do res são a fa vor de que o voto em se pa ra do seja vo ta do an tes do pa re cer do Re la tor?” Por 10 a 5, foi dito “não”, ou seja, o mé ri to do voto em se pa ra do não foi ob je to de ap re ci a ção.

Quanto ao segundo aspecto, a fundamentação, no art. 314, in ci so II, o Se na dor José Edu ar do Du tra aju da no en ca mi nha men to que fa rei de po is, na vo ta ção do des ta que: não é ver da de que haja in ver são do sen ti do da pro po si ção.

A pro po si ção diz: “Eu que ro cas sar. Mata e es fo la”. Nós es ta mos pro pon do ex clu ir isso. In ver te ria, se dis ses se as sim: “Ar quive-se a pro po si ção”. Isso se ria uma in ver são. Não há in ver são.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – “...in ver te ou a mo di fi que sub stan cial men te”. V. Ex<sup>a</sup>, para de fen der o voto em separado, usou o argu men to de que era sub stan cial men te di fe ren te.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Argu men tei que vo tar o voto em se pa ra do, a pre fe rên cia era im por tan te, para vo tar algo que cum pris se o que o Re gi men to es ta be le ce: o pa pel do Con se lho, que, no atu al mo men to, é o de en ca mi nha r à Mesa uma ma ni fes ta ção pela re pre sen ta ção. En tão, não há in ver são do sen ti do do pa re cer do Re la tor, a não ser que se que i ra até ca lar a mi no ria. Aí é um ab sur do. Não pos so ad mi tir. Não pos so ace i tar.

Por isso, ao discutir o projeto, chamei muito a aten ção, so bre tu do da O po si ção, Se na dor José Edu ar do Du tra, para o risco em que estão incorrendo, porque estão abrindo um precedente aqui, nesta Casa, de que a ma i o ria pode cas sar a mi no ria, qual quer que seja a mi no ria.

Neste momento, a O po si ção se con si de ra a ma i o ria, mas fre quên te men te está na mi no ria. En tão, é bom pôr as bar bas de mo lho.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sr. Presidente, peço a pa la vra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Pois não.

**O SR. OSMAR DIAS** – Gostaria de fazer um ape lo ao Se na dor José Edu ar do Du tra. Pe di ria ao Se na dor Ney Su as su na que me des se a pre fe rên cia.

Senador José Eduardo Dutra, gostaria de fazer um ape lo a V. Ex<sup>a</sup>. Acre di to que V. Ex<sup>a</sup> po de ria, neste mo men to, re tirar a sua po si ção con trá ria à vo ta ção do des ta que. Que ro de i xar cla ro que vou vo tar con tra a re tirada das ex pres sões, mas creio que seria muito im por tan te que pu dés se mos dar o di re i to des ta pos si

bili da de à que les que quise re m re ti rar a que las ex pres sões do Re la tó rio.

Faço um ape lo a V. Ex<sup>a</sup> para que retire a sua ques tão de or dem.

**A SRA. HELOISA HELENA** – Sr. Presidente, peço a pa la vra pela or dem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Pois não.

**A SRA. HELOISA HELENA** – Não vejo ne nhum pro ble ma em vo tar, fa zer des ta que em re la ção à pro po si ção, como sempre fizemos nesta Casa. Mas já que estão sendo levantadas várias vezes questões do Regimento e as decisões tomadas na Casa – e nem vou responder à provocação do Senador Waldeck Ornélas, em relação ao “mata e esfolia” – faço um ques ti o na men to a V. Ex<sup>a</sup>, e tal vez o Se cre tá rio da Mesa, Dr. Car rei ro, pos sa in for mar. A mi nha in for ma ção era de que a Co mis são de Con sti tu i ção, Jus ti ça e Cidan ia tinha-se po si cionado que, em re la tó rio, não ca be ria vo ta ção de des ta que.

Ape nas ques ti o no se a Co mis são de Con sti tu i ção, Jus ti ça e Ci da da nia da Casa tem pa re cer onde não se es ta be le ce vo ta ção de des ta que para re la tó rio, como é o caso. É ape nas uma in for ma ção. Não te nho ne nhum pro ble ma. Sempre usamos o Re gi men to para ques tões re la ci o na das a des ta que. Ape nas per gun to a V. Ex<sup>a</sup> se há de ci são da CCJ so bre re que ri men to de des ta que para re la tó rio. So men te.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Con cedo a pa la vra ao Se na dor Lú cio Alcân ta ra.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, que ro se cun dar o ape lo que fez meu co le ga Se na dor Osmar Dias. Sou con tra o mé ri to, mas a fa vor de que o des ta que seja sub me ti do, por uma ra zão mu i to sim ples: tra ta-se de uma de ci são de mo crá ti ca. Vi, mu i tas ve zes, mem bros da O po si ção re cla ma rem, no ple ná rio do Se na do, quan do se re je i ta va um pe di do de des ta que: – “ Isso é uma truculência, não querem nem de i xar o des ta que ser vo ta do”. En tão, por uma ques tão de coe rên cia, peço a V. Ex<sup>a</sup> to lerân cia. Cada um sabe como vai vo tar. Estamos dando o di re i to de o des ta que ser sub me ti do ao Plenário. Vi, mu i tas ve zes, vo zes da O po si ção di zen do: – “ Mas esse é um ro lo com pres sor! Não que re nem de i xar o pe di do de des ta que para, de po is, de ci dir, ne gar. Nem a opor tu ni da de de vo tar”. En tão, va mos vo tar o re la tó rio, va mos vo tar o pe di do de des ta que. A de ci são é lí m pi da, cris ta li na, so bre ela não pa i ra qual quer dú vi da.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Para colaborar, Sr. Presidente. Vou na linha dos Senadores Osmar Dias e Lúcio Alcântara, para que, na verdade, não pare qual quer dúvida, no sentido de que foi cerceado o direito de uma das partes, da minoria ou coisa que o valha. Vamos dar o direito e exercitar, na plenitude, o sistema democrático, para que ninguém pense que foi cerceado. É melhor nessa linha, Sr. Presidente.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Peça a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, vou na mesma linha do Senador Lúcio Alcântara. Embora a posição do Senador José Eduardo Dutra, Líder do Bloco, tenha um parágrafo regimental, creio que devemos dar uma demonstração de completeza, de transparência. Portanto, creio que o destaque caracterizado pelo Senador Saturnino Braga. Agora, quem quiser votar pelo destaque, que assumo isso. Vamos fazer a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, tenho uma opinião que já havia manifestado. Creio que, rejeitada a preferência para a votação do voto em separado, do Senador Paulo Souto, subscrito por outros Senadores, entendo que o requerimento de destaque para votação em separado de expressões estaria prejudicado em face da deliberação. Mas tenho que acatar, e acato, as ponderações feitas. Vou colocar em votação o requerimento, que não envolve o mérito.

Vamos votar, agora, o requerimento que pede destaque, sem entrar no mérito. Falo do requerimento.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Submette-se requerimento de destaque à votação? Qual é o artigo?

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Estão pedindo. Todo o mundo está querendo que vote. V. Ex<sup>a</sup> não quer?

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Requerimento de destaque se acolhe.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Não, não.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – É automático.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** – Mediante deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Se depender de mim, Senador Waldeck Ornélas, não o acato. Não é por má-fé, mas entendo assim.

Vamos votar...

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Pois não.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, essa manifestação agora do Senador Waldeck Ornélas, por si só, demonstrou que os argumentos não são os do Senador Lúcio Alcântara. Essa situação é absolutamente diferente da situação citada por S. Ex<sup>a</sup> em casos ocorridos no plenário, em pleitos da Oposição.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Mas todo pedido de destaque tem que ser votado.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Como antecipei, que o registrar que esse mesmo artigo já foi utilizado contra a minoria. Não fiz o levantamento em função disso, mas porque, como relatei aqui, estávamos discutindo um acordo exatamente para permitir que os Senadores autores do voto em separado pudessem votar. Esse acordo não foi aceito pelos autores do voto em separado. Daí a cobrança do Regimento. Quando não há acordo, cobra-se o Regimento.

Mas, atendo ao apelo do Senador Osmar Dias, mas não com os argumentos do Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Vou, então, submeter a matéria à votação, esclarecendo que o requerimento é de destaque. Estamos votando o requerimento de destaque, sem o mérito de nada.

**A SRA. MARINA SILVA** – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Pois não.

**A SRA. MARINA SILVA** – Sr. Presidente, acho relevante. Quando da votação do Projeto de Combate à Pobreza, havia um dispositivo que dizia que, dez anos depois, aquele Fundo poderia ser utilizado para pagamentos da dívida externa. A Oposição apresentou uma emenda querendo suprimir isso, e não foi aceita porque isso mudava substancialmente o corpo do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – E muda.

**A SRA. MARINA SILVA** – Não foi aceito, se quer, o pedido de destaque.

Não podemos, aqui, criar uma expectativa enganosa de que eles podem mudar aqui o que é substancial, fulcral, a coluna vertebral do projeto da proposta do Senador Saturnino Braga. E isso não acontece. A Oposição, inclusive naquele dia, calou-se; o nosso Líder não contra-argumentou, porque fomos convencidos de que, em boa justiça a nossa proposta de não querer que o dinheiro da pobreza fosse para pagar a dívida externa, nos calamos diante dos argumentos do Senador Lúcio Alcântara e do Presidente, que foi orientado pelo Dr. Carreiro. Não podemos criar uma falsa expectativa de que eles vão poder modi-

car substancialmente, na essência, o projeto do Senador Saturnino Braga.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

Só um segundo. O dispositivo caiu! O dispositivo que a Senadora Marina falou caiu, foi rejeitado pelo Plenário, o dos dez anos. Então, o argumento de V. Ex<sup>a</sup> está é mesmo correndo!

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Vamos ao voto! Estamos votando tão-somente o requerimento e mais nada.

Quem vota SIM aprova o requerimento de destaques; quem vota NÃO rejeita o requerimento de destaques.

Senador Casildo Maldaner, como vota?

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sim.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Do requerimento é simbólico.

**O SR. RELATOR** (Roberto Saturnino) – Simbólico, é. Todo mundo vai ser "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Também está colocado simbolicamente. Estamos pretendendo votar o requerimento.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Vamos votar um a um, e não simbólico.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – O voto é simbólico, por que estou vendo que todo o mundo vai votar, Senador Francelino.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sei, mas quero fazer uma declaração de voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Nesta parte? Não, mas não é agora.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Ah, sim, perfeito. Compreendi, compreendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Então, aqueles que concordam com o requerimento de destaques permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento de destaques.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vamos votar agora o relatório do Senador Saturnino, ressalvados os destaques. É isso? (Pausa)

Muito bem.

**O SR. SATURNINO BRAGA** – Quero encaminhar a votação. A votação é absolutamente breve, Sr. Presidente. Mas quero chamar a atenção dos ilustres Colegas do Conselho de que o destaque, as expressões destacadas atingem a essência do meu parecer, do meu relatório. Atingem as suas conclusões. Por conseguinte, a própria essência do relatório modifica substancialmente a natureza do relatório e do pare-

cer, corresponde, a meu juízo, a uma rejeição do meu relatório.

Assim sendo, gostaria de chamar a atenção dos nobres Colegas, por que acho que quem está pretendendo votar de pois, a favor dos destaques, acho que seria mais honesto e mais ético que votassem contra o meu relatório agora. Por que com a aprovação dos destaques será a sua desfiguração completa, vou encerrar como rejeição ao meu parecer.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> vai permitir encaminhar na hora da votação do destaque?

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Vou proceder dentro do Regimento.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Está bom. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Não se preocupe.

Vou colocar em votação o relatório.

Senador Casildo Maldaner, como V. Ex<sup>a</sup> vota?

**O SR. CASILDO MALDANER** – Já houve a discussão, e eu já expus há quatro horas meus argumentos em prol do relatório do Senador Saturnino Braga. Não há a menor dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – V. Ex<sup>a</sup> vota "sim".

Continua a votação nominal.

Senador Nabor Júnior, como vota V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. NABOR JÚNIOR** – Voto com o Relator, nos termos da declaração de voto que encaminhei à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** – Voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Amir Lando.

**O SR. AMIR LANDO** – Voto "sim", com as observações que fiz, de que não estamos votando o mérito.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Geraldo Althoff.

**O SR. GERALDO ALTHOFF** – Sr. Presidente, quero fazer a minha declaração de voto.

Desde o início dessa inusitada situação por que passa o Senado Federal, tenho colocado e posto de maneira clara e inequívoca que tanto o Senador José Roberto Arruda quanto o Senador Antonio Carlos Magalhães cometeram um ilícito. Assim fiz e agi a despeito de que, no início deste processo, para alguns não se devesse ou não se permitisse emitir opinião quanto a ter havido ou não um ilícito. Não modifiquei,

em nenhum momento, qualquer posição ou ponderação que permitisse mudar a minha opinião quanto ao fato de que um ilícito foi cometido.

Acrescento, dentro desta linha de raciocínio, que, se um ilícito foi cometido, a penalidade deve ser exercitada. Por consequência, entendendo que os Senadores devem ser penalizados.

O relatório apresentado pelo Senador Roberto Saturnino, agora em apreciação, caracteriza que ambos os Srs. Senadores cometeram ilícitos e induz a uma penalidade: a cassação dos mandatos.

Entendo que estamos em fase inicial de investigação, na qual juízo de qual penalidade deve ser imputada não me parece ser adequado. Neste momento, busco inclusive guarida nas sábias palavras do Senador Amir Lando.

Assim sendo, externo o meu voto favorável ao parecer apresentado, com as restrições caracterizadas no pedido de destaques. Permito-me dizer ao Sr. Relator que, mesmo assim, continuo sendo ético e honesto.

**O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet)** – A declaração de voto deve ser encaminhada à Mesa.

**O SR. GERALDO ALTHOFF** – Meu voto é "sim", com as restrições do pedido de destaques.

**O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet)** – Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, o meu voto é favorável ao Relator. Durante toda esta tarde, esta reunião esteve envolvida com um debate em torno de uma divergência que é praticamente nenhuma.

Os Senadores Amir Lando, Ney Suassuna e eu em primeiro lugar levantamos a questão de que não havia divergência do ponto de vista fundamental e não es cri tural entre a proposição do Senador...

Por favor, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet)** – Estou ouvindo.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Não está não.

**O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet)** – Claro que estou, Excelência. Ainda mais V. Ex<sup>a</sup>, que merece todo o respeito.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Quando V. Ex<sup>a</sup> está ouvindo, os olhos ficam cintilantes; quando os olhos não são tão cintilantes, V. Ex<sup>a</sup> está pensando em outra coisa.

**O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet)** – Vou passar o lírio, mas garanto a V. Ex<sup>a</sup> que estou ouvindo.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Meu caro Senador, quando apresentamos essa proposição, ficou bem claro, no momento em que falei, que não havia praticamente divergência na interpretação da proposição do Senador Roberto Saturnino e a proposição final do Senador Paulo Souto. Tanto mais que o Senador Roberto Saturnino teve a oportunidade e a lucidez de, logo no início, dizer que não estava sozinho a cassação de nenhum Senador. Ele estava formulando uma proposição para abertura de um processo formal no sentido de examinar os fatos, os acontecimentos, os crimes, as violações, tudo isso que aconteceu, mas que não estava aqui defendendo a cassação de ninguém, que isso dependia evidentemente de uma apuração. Como entendíamos nós, o Brasil estava entendendo que o Senador Roberto Saturnino, que merecia credibilidade da Nação pensante, pelo menos, que vinha pensando, há mais de uma semana, que o Senador Roberto Saturnino havia solicitado expressa e publicamente a cassação dos dois Senadores. S. Ex<sup>a</sup> aqui explicou que não, que solicitou a abertura de um processo que pode terminar ou não em uma cassação.

Em razão dessa interpretação é que o Senador Paulo Souto fez uma proposição, que teve oportunidade de assinar, em que defendia ou trapenhalidade, ou seja, uma suspensão de mandato. Cheguei até a redigir uma emenda no sentido de que os dois Senadores que cometeram o ilícito fossem penalizados com uma suspensão de pelo menos cinco meses. Mas eu não podia nem posso fazer isso porque estaria prejudicando, como estão achando que o Senador Roberto Saturnino prejudicou. O que está havendo aqui é apenas uma diferença es cri tural, porque, no fundo, o que o Senador Roberto Saturnino está querendo é o mesmo que nós queremos: a instalação da comissão, o processo aberto desde o começo até o fim para cassar, para suspender, para aplicar o Regimento. De maneira que não há diferença. Este é o meu voto, que no fundo coincide com a interpretação que faço do voto do Senador Roberto Saturnino, e o faço com franqueza, porque conheço a sua alma, o seu espírito, a sua integridade e o seu talento.

**O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet)** – Então V. Ex<sup>a</sup> vota sim?

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Voto sim, com essa declaração de voto. No fundo estou votando com a minha interpretação...

**O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet)** – V. Ex<sup>a</sup> depois encaminha à Mesa.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Souto.

**O SR. PAULO SOUTO**— Sr. Presidente, por todas as razões que apresentei no meu voto em separado, é evidente que voto "não" ao relatório do Senador Saturnino Braga, fazendo aqui, rapidamente, a seguinte declaração: todos aqui consideraram que o importante era a abertura do processo. Isso era considerado fundamental. Entretanto, quando foi oferecida uma oportunidade para que fosse feita a abertura do processo, o que está acontecendo? Já vejo antecipadamente que todos que remaneiram a abertura do processo— eu não diria todos, mas a grande maioria, já reconhecerão isso—, desde que a abertura do processo se faça antecipadamente com a recomendação expressa de cassação. É por isso que voto contra, ou seja, todas as oportunidades foram oferecidas aqui, por meio do voto em separado, destaques do DVS, da preferência, para que se atendessem ao que parecia uma coisa unânime deste Conselho que era abrir o processo, iniciar a representação por meio da Mesa. Entretanto, com todas as oportunidades oferecidas, a resposta que temos, isso teño obrigação de dizer, reconhecendo o direito da maioria, é: "vamos abrir o processo desde que seja com a recomendação expressa para que haja a cassação". Como não estou de acordo com isso, como avalio que essa é uma punição exagerada e como reconheço que há meios para se punir essa falta sem a pena extrema da cassação, voto contrariamente à proposição apresentada pelo eminente Relator.

**O SR. ROBERTO SATURNINO**— V. Exª tem a minha admiração pela postura ética e honesta.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet)— O Senador Paulo Souto votou "não".

Como vota o Senador Waldeck Ornêlas?

**O SR. WALDECK ORNÊLAS**— Voto contra o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet)— O Senador Waldeck Ornêlas vota "não".

Como vota o Senador Lúcio Alcântara?

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA**— Voto "sim", com o Relator Saturnino Braga.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet)— Como vota o Senador Osmar Dias?

**O SR. OSMAR DIAS**— Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet)— Senador Antero Paes de Barros, como vota V. Exª?

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS**— Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet)— Senador Lauro Campos, como vota V. Exª?

**O SR. LAURO CAMPOS**— Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet)— Senador Heloísa Helena, como vota V. Exª?

**A SRA. HELOÍSA HELENA**— Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet)— Senador Romeu Tuma, como vota V. Exª?

**O SR. CORREGEDOR** (Romeu Tuma)— Sr. Presidente, também que rofa fazer uma declaração de voto.

Sabem V. Exªs que, como Corregedor, envidei todos os esforços no sentido de substanciar com laudos, com oitivas e com busca de informações a comprovação da materialidade do ilícito praticado. Não tínhamos o corpo de delito, que é a lista. O Código de Processo Penal exige que esse seja substituído por provas materiais, testemunhais e circunstanciais, o que foi feito pela Corregedoria e encaminhado ao Sr. Relator. Acredito que o Sr. Presidente e o Sr. Relator tenham consubstanciado isso no procedimento que levou o Relator ao seu voto. É claro que teño de votar com o Relator, mas com restrições, como me faculto o art. 132 do Regimento Interno e diante das premissas levantadas pelo Senador Amir Lando, que foram jurídicas, baseadas no comportamento jurídico do procedimento.

Aqui realmente estamos agindo como em um inquérito policial. Não adianta querermos formar outra figura, porque a Mesa funcionará como o Ministério Público. Não há relatório de inquérito policial que induza à comunicação, à informação, que é o procedimento, na polícia, com a pena a ser estabelecida àqueles denunciados no inquérito policial. Considero que a antecipação da pena não é própria de um inquérito, de uma apuração.

Voto com o Relator, com as restrições devidas e emitidas pelos Senadores Amir Lando e Ney Suassuna.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet)— O Senador Romeu Tuma votou "sim", com restrições, consubstanciadas no art. 132, § 6º, inciso II.

Como vota o Senador Roberto Saturnino?

**O SR. RELATOR** (Roberto Saturnino)— Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet)— Votaram SIM 13 Srs. Senadores; e NÃO 2 Srs. Senadores.

Está aprovado o relatório.

Contudo, não está terminada a votação.

Colocarei em votação as partes destacadas, mas antes pergunto se de sejam que seja lido no momento o texto. (Pausa.)

**O SR. WALDECK ORNÊLAS**— Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar a votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vivemos neste momento o último ato da primeira etapa do trabalho do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em que se aprovou o parecer. Assistiemos, desde as 10 horas – e já são mais de 17 horas –, há sete horas, por tanto, a manifestações seguidas e reiteradas, praticamente unânimes, como disse o Senador Paulo Souto, de que todos queriam a abertura de um processo, mas que, de nenhuma maneira, queriam a abertura de um processo de cassação ou a abertura de um processo que tivesse como único encerramento a cassação.

O que estamos destacando é a supressão de dois dispositivos. Um deles, a alínea "e" da conclusão, que diz expressamente – lerei apenas uma parte –: "De modo a justificar a abertura de processo de cassação, mediante as competentes representações etc."

Então, o que estamos querendo suprimir é a referência, o direcionamento do parecer do Relator ao processo de cassação única e exclusivamente, bem como a parte do voto que diz: "Nos termos do § 2º do art. 55 da Constituição Federal e do art. 13 da Resolução n.º 20, de 1993."

O que é que diz esse art. 13? O art. 13 diz:

*"Art. 13. A perda de mandato será decidida pelo Plenário em escrutínio secreto, por maioria absoluta de votos..."*

Ou seja, a manutenção dessas duas referências na conclusão do voto significaria claramente que quem opta pela manutenção desses dispositivos, no parecer, está votando, sim, por um processo exclusivo de cassação.

Razão pela qual, Sr. Presidente, apresentamos esse destaque que objetiva retirar essas expressões não para modificar substancialmente o parecer do Relator, não para alterá-lo no seu conteúdo, no seu relatório – tudo isso está agora sendo mantido, até por que já foi aprovado –, mas para dar a cada um e a todos a oportunidade de manifestar que efetivamente de sejam que seja aberto um processo; mas não desejam que esse processo seja restritivo, que esse processo se direcione apenas para a cassação dos mandatos.

Esse é o conteúdo, esse é o sentido, esse é o significado do destaque que foi aqui apresentado. Quer voto em sentido contrário significa a negação do discurso de que não se quer a cassação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, peço licença a V. Ex<sup>as</sup>, mas, nessa

parte, só podemos caminhar o Autor – que já o fez – e o Relator, a quem concedo a palavra.

**O SR. RELATOR** (Roberto Saturnino) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, se rei bre ve.

Já de clarei e que romani festsar, mais uma vez, o meu maior respeito pelos Senadores Paulo Souto e Waldeck Ornélas que, em fim, votaram a favor do voto em separado, que contraria explicitamente o meu relatório.

Agora, votar destaques que vão retirar do relatório a sua parte substancial, a sua parte conclusiva, a sua essência, isto é, aprovar o relatório e matar as conclusões é votar contra o parecer.

Por isso, eu disse anteriormente que achava que era mais honesto e ético votar contra o parecer, por que, caso os destaques sejam aprovados, Sr. Presidente, sou obrigado a retirar o meu parecer. Não reconheço mais nesse documento, sem essas conclusões, o meu parecer.

Sr. Presidente, nesse caso, V. Ex<sup>a</sup> deverá designar outro Senador para relatar um vencido, por que o meu relatório será vencido caso esses destaques sejam aprovados.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Mesa esclarecerá como se dará a votação.

Quem votar "sim" manterá o texto na sua integralidade, isto é, manterá o texto do Relator Roberto Saturnino.

**O SR. PEDRO SIMON** – "Sim" é com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – "Sim" é com o Relator.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Destaque agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Mas a matéria desta cada. Então, quem quiser votar, desde que esteja bem explicado, Senador Casildo, acho que não há problema.

Quem votar "sim" mantém, na íntegra, o voto do Relator. Quem votar "não" está retirando do relatório do Senador Roberto Saturnino as partes destacadas.

Então, o voto para a íntegra da do relatório é o voto "sim". O voto "não" está votando, em outras palavras, como os autores dos destaques, Senadores Waldeck Ornélas e Paulo Souto. Está entendendo isso?

Colherei os votos.

Como vota o Senador Casildo Maldaner?

**O SR. CASILDO MALDANER** – Embora respeite a proposta dos eminentes Senadores Waldeck Ornélas e Paulo Souto, entendo a preocupação do

Relator: retirá-ria uma parte substancial, e V. Ex<sup>a</sup> ficaria somente com os adjetivos.

Portanto, voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Casildo Maldaner votou "sim".

Como vota o Senador Nabor Júnior?

**O SR. NABOR JÚNIOR** – Sr. Presidente, voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Como vota o Senador Ney Suassuna?

**O SR. NEY SUASSUNA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, considero a preocupação dos autores do destaque desmedida. Já houve um processo contra o Senador Ronaldo Aragão, que se baseou no art. 55, e não foi cassado. Lembro-me também do processo do ex-Senador Luiz Estevão, que veio sem nenhuma indicação e foi cassado.

Por essa razão, voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – O Senador Ney Suassuna votou "sim".

Como vota o Senador Amir Lando?

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, entendo que a extração de todos os termos esvazia o conteúdo.

O meu voto foi "sim" e, quando argumentei, eu mantinha exatamente a idéia permanente de quebra de decoro parlamentar. Nunca extraía, em minhas considerações, essa idéia fundamental, que é o cerne do voto do Senador Roberto Saturnino.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Como vota V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. AMIR LANDO** – Para ser coerente com esta parte – agora fiquei entre dois limites –, a minha posição – e só para esclarecer mais um pouco – é a de que não há vínculo nessa discussão. A representação pode vir de uma forma de ou de outra e a decisão final é a que vale rá.

Voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Como vota o Sr. Senador Geraldo Althoff?

**O SR. GERALDO ALTHOFF** – Sr. Presidente, levando em consideração o voto anteriormente por mim emitido, meu voto é "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Como vota o Sr. Senador Francelino Pereira?

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, voto "não", sem precom a declaração de que meu voto não se opõe às conclusões do parecer, na nossa interpretação construtiva sobre o assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Como vota o Sr. Senador Paulo Souto?

**O SR. PAULO SOUTO** – Sr. Presidente, voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Como vota o Sr. Senador Waldeck Ornêlas?

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – O meu voto é "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Como vota o Sr. Senador Lúcio Alcântara?

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – "Sim", com o parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Como vota o Sr. Senador Osmar Dias?

**O SR. OSMAR DIAS** – "Sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Como vota o Sr. Senador Antero Paes de Barros?

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** – "Sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Como vota o Sr. Senador Lauro Campos?

**O SR. LAURO CAMPOS** – "Sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Como vota a Sr<sup>a</sup> Senadora Heloísa Helena?

**A SRA. HELOÍSA HELENA** – "Sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Como vota o Sr. Senador Romeu Tuma?

**O SR. CORREGEDOR** (Romeu Tuma) – "Não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Como vota o eminente Relator?

**O SR. RELATOR** (Roberto Saturnino) – "Sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Procedo à contagem dos votos. (Pausa.)

Votaram SIM 10 Srs. Senadores e Não 5 Srs. Senadores. (Palmas.)

Srs. Senadores, declaro concluída a votação da matéria por parte do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. De termino à Secretaria da Mesa que encaminhe a matéria à Mesa – não hoje, mas com a maior brevidade possível, pois ainda temos que extrair atas, além de outras providências, etc.

Agradeço a Deus pelas bênçãos com que nos cobriu no sentido de terem sido os trabalhos concluídos na mais devida ordem, com a compreensão de todos os Srs. Senadores. Muito obrigado.

Com os agradecimentos da Presidência aos integrantes e a quem nos honrou com sua presença, principalmente a imprensa falada, escrita e televisiva, dou por encerrar os trabalhos da presente reunião.





SENADO FEDERAL  
Cabinete do Senador NABOR JÚNIOR

Junta - 23/5/2001  
Emi  
Bomfim

### Declaração de voto

Desde o início deste processo tenho afirmado que votaria de acordo com minhas convicções, à luz dos fatos e das provas que julgasse verossímeis – sem ceder a qualquer tipo de pressão ou pretensos “acordos” que me fossem trazidos. Disse isso aos líderes e dirigentes de meu Partido, aos Senadores sob julgamento e à imprensa, acentuando, ainda, que só abriria meu voto na hora certa, para banir tentativas de impugnação ou suspeições embasadas em pretensos “pré-julgamentos”.

Tal postura me submeteu ao fogo cerrado de acusações e insinuações infamantes ou, no mínimo, irresponsáveis.

Muitas dessas agressões foram alimentadas pela falta de caráter de alguns adversários políticos e de seus ventríloquos do plano estadual – notórios na prática de “plantar” notas na imprensa – e a mim imputaram, sordidamente, desde a vil pusilanimidade até o recebimento de propinas (“argumentos”), sem que me fosse aberto qualquer espaço concreto para explicitar minhas atitudes e suas motivações.

Ninguém se deu ao trabalho de pesquisar minha participação nas deliberações anteriores deste Conselho de Ética. Pois quem o fizesse encontraria, entre outros votos, claros e corajosos, o favorável à condenação dos Senadores Antônio Carlos Magalhães (na época ainda o Presidente da Casa) e Jader Barbalho (então Presidente e Líder do meu Partido, o PMDB), quando julgados por troca de insultos e agressões verbais. Poderá existir exemplo mais cabal de firmeza e consciência?

Hoje, acompanho o voto do Relator, Senador Roberto Saturnino Braga, para submeter a questão à Mesa Diretora e à Comissão de Constituição e Justiça. E o faço, inclusive, para propiciar novas etapas investigativas, fadadas a desvendar o episódio da violação do painel eletrônico e, em especial, a participação dos Senadores nele citados, até mesmo para garantir-lhes a mais ampla defesa. Com efeito, o desdobramento do processo interessa aos envolvidos – mais do que a qualquer um de nós – pois “abafá-lo” seria fugir às apurações, tirando-lhes qualquer possibilidade de provar sua inocência.

Este é o meu voto. Sereno, consciente, democrático, como tudo o que tenho feito, em várias décadas devotadas à vida pública. E o emito com tranquilidade, submetido apenas à minha própria consciência e obediente aos meus princípios éticos, inabaláveis, que o povo acreano e o Parlamento brasileiro tão bem conhecem.

Brasília, em 23 de maio de 2001.

  
Senador Nabor Júnior

SENADO FEDERAL				SENADO FEDERAL			
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR				CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR			
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL				LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL			
VOTAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES DESTACADAS (PLS 2744 DO PROJETO DE LEI Nº 2744/2000)				VOTAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES DESTACADAS (PLS 2744 DO PROJETO DE LEI Nº 2744/2000)			
12ª REUNIÃO DE 2001				12ª REUNIÃO DE 2001			
Em 23 de maio de 2001, quinta-feira, às 10h, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação do Relatório do Senador Roberto Santana, Relator da Deliberação nº 1, de 2001.				Em 23 de maio de 2001, quinta-feira, às 10h, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação do Relatório do Senador Roberto Santana, Relator da Deliberação nº 1, de 2001.			
Presidente: Senador Ramez Tebet				Presidente: Senador Ramez Tebet			
Vice-Presidente: Senador				Vice-Presidente: Senador			
SENADOR	PRO	CONTRA	ABSTENÇÃO	SENADOR	PRO	CONTRA	ABSTENÇÃO
Caetano de Almeida	X			Marcelo Faria			
Ramez Tebet				Senador Cunha			
Nelson Maciel	X			João Barbalho			
Nevo Brito	X			Senador Calheiros			
Amir Lando	X			Carlos Senise			
PPL				PPL			
Genival Assis		X		Agostinho			
Francisco Pereira		X		Carlos Patrocínio			
Paulo Sérgio		X		Sélio Ferra			
Valdeir Lima		X		Fábio Melo			
BLOCO - PROGRESSO				BLOCO - PROGRESSO			
Lício Almeida	X			Roberto Faria de Sousa	X		
Carlos Faria	X			Roberto Faria			
Senador Roberto Santana (Relator)				Roberto Faria			
BLOCO - PROGRESSO				BLOCO - PROGRESSO			
Leandro Campos	X			João Eduardo Duen			
Helton Helena	X			Marcos Silva			
Jefferson Pires				Roberto Santana (PDB)	X		
Senador Roberto Tebet (Corregedor)							
Monte rate - art. 25 da Resolução nº 20/93-DF							
TOTAL	15	5	0				
USADO							

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h24min.)



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 22, DE 2001-SF “**DESTINADA A APURAR, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, AS DENÚNCIAS VEICULADAS A RESPEITO DA ATUAÇÃO IRREGULAR DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs.**”.

Ata da 1ª Reunião - Instalação

Realizada em 27/03/2001

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e um, às dezoito horas e treze minutos, na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Marluce Pinto, Nabor Júnior, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcante, Bernardo Cabral, Antero Paes de Barros, Leomar Quintanilha e Jonas Pinheiro, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito “*destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais - ONGs*”. De acordo com os preceitos regimentais, assume a presidência eventualmente, o Senador Gilberto Mestrinho, que declara aberta a reunião de Instalação da CPI, que destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente, convidando os Senhores Senadores Antero Paes de Barros e Marluce Pinto, para funcionarem como escrutinadores. Procedida a apuração, o número de votantes confere com o número de cédulas, apresentando o seguinte resultado: Senador Mozarildo Cavalcante para Presidente e Senador Leomar Quintanilha para Vice-Presidente, ambos com oito votos cada. Assumindo a Presidência, Sua Excelência, Senador Mozarildo Cavalcanti designa a Senhora Senadora Marluce Pinto para ser a Relatora da Comissão. A seguir o Presidente, agradece a honra que lhe foi conferida, em seu nome e do Senador Leomar Quintanilha e encerra a presente reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

---

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Mestrinho) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 22, de 2001, do Senado Federal, e destinada a apurar, no prazo de 180 dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais, ONGs.

A pauta desta reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão, bem como a indicação do seu Relator. Para tanto, solicito à secretaria que distribua as cédulas de votação.

(Procede-se à votação.)

Realizada a votação, convido os Senadores Antero Paes de Barros e Marluce Pinto para serem os escrutinadores. (Pausa.)

O número de cédulas confere com o número de votantes que assinaram a lista de presença.

Declaro eleito Presidente o Senador Mozarildo Cavalcanti e Vice-Presidente o Senador Leomar Quintanilha. A Senadora Marluce Pinto será indicada Relatora pelo Presidente.

Convido o Senador Mozarildo Cavalcanti para assumir a Presidência e o Vice-Presidente, Senador Leomar Quintanilha.

(Assume a Presidência o Senador Mozarildo Cavalcanti.)

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Agradecendo a confiança em mim depositada pelos Srs. Senadores, assumo a Presidência da CPI das ONGs e, de acordo com determinação regimental, indico a Senadora Marluce Pinto para ser a Relatora da Comissão, convidando S. Ex<sup>a</sup> a tomar assento na Mesa.

Não havendo quem queira usar da palavra, agradeço a presença de todos e os convido para a próxima reunião, que será oportunamente marcada.

Está encerrada a reunião.

(*Levanta-se a reunião às 18h21min.*)

**ATO DA COMISSÃO DIRETORA****ATO DA COMISSÃO DIRETORA  
Nº 12, DE 2001**

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL,  
no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e,

Considerando que, nos últimos anos, o quadro de  
pessoal do Senado Federal sofreu redução da ordem de mil servidores;

Considerando a necessidade de melhor distribuir a  
mão-de-obra existente, hoje, na Casa;

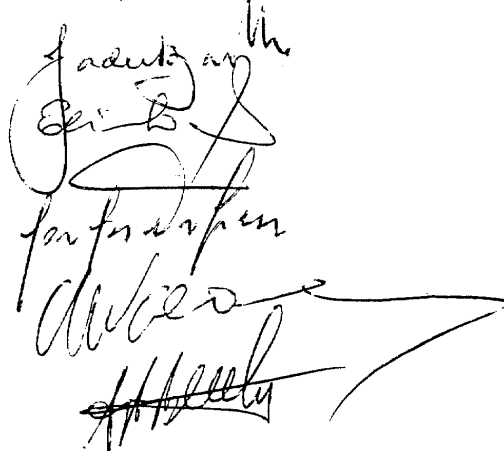
**RESOLVE:**

Art. 1º - Para atender às comprovadas necessidades  
de pessoal das unidades do Senado e de seus órgãos supervisionados, o  
Órgão Central de Coordenação e Execução fica autorizado a reavaliar a  
lotação e o quadro de funções das unidades administrativas, podendo,  
excepcionalmente, remanejar servidores e funções para aquelas  
consideradas mais carentes.

Parágrafo único – O remanejamento de que trata  
este artigo não acarretará aumento de despesas.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua  
publicação.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 2001.

The block contains several handwritten signatures in black ink. The signatures are written in a cursive, somewhat stylized script. There are approximately five distinct signatures visible, overlapping each other. The ink is dark, and the background is white.

**PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL****PORTARIA DO DIRETOR-GERAL  
Nº 62, DE 2001**

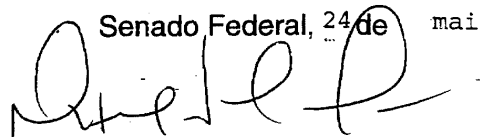
**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

**R E S O L V E,**

Art. 1º - Prorrogar a Comissão de Sindicância instituída pela Portaria nº 046/2001, com efeitos a partir de 21 de maio do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 24 de maio de 2001.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
*Diretor-Geral*

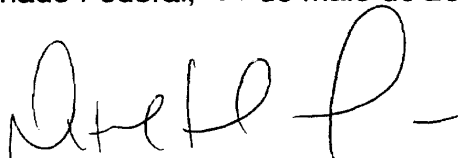
**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL  
Nº 63, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

**R E S O L V E:**

prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância, instituída pela Portaria nº 28, de 2001, do Diretor-Geral do Senado Federal.

Senado Federal, 24 de maio de 2001



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral do Senado Federal**

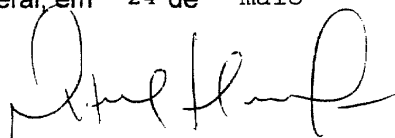


**ATO DO DIRETOR-GERAL****ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 983, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997;  
**RESOLVE:**

Designar a servidora **ANDREA ALVAREZ MAGALHÃES DE LACERDA**, matrícula nº 143, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do PRODASEN, para exercer a Função Comissionada, símbolo FC-7, de Chefe do Serviço de Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas e Apropriação de Tecnologias, da Divisão de Administração de Dados e Recursos de Apoio, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, a partir desta data.

Senado Federal, em 24 de maio de 2001



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral